

---

# SER Social

Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social  
Departamento de Serviço Social  
Universidade de Brasília

---

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

# SER Social

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

© Copyright by *Ser Social* (versão eletrônica)

Todos os direitos editoriais são reservados para a revista *SER Social*. Nenhuma parte da revista pode ser reproduzida, estocada ou transmitida por quaisquer meios e formas existentes ou a serem criados sem prévia permissão por escrito da Comissão Editorial, ou sem constar os créditos de referência, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil. As opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.

*SER Social* – Periódico Semestral do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.

## Editora Chefe

Silvia Cristina Yannoulas, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasil.

## Comissão Editorial

Andrea de Oliveira, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasil; Camila Potyara Pereira, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasil; Maria Lucia Lopes da Silva, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasil.

## Conselho Editorial

Ana Elizabete Mota (UFPe, Recife/Brasil); Denise Bomtempo Birche de Carvalho (Professora Emérita UnB, Brasília/Brasil); Domenico Carrieri (Università degli Studi di Roma “La Sapienza”, Roma/Italia); Elaine Rosseti Behring (UERJ, Rio de Janeiro/Brasil); Fernanda Rodrigues (Universidade do Porto, Porto/Portugal); Graciela di Marco (Universidad Nacional San Martín, Buenos Aires/Argentina); Ivanete Boschetti (UFRJ, Rio de Janeiro/Brasil); Ivete Simionato (UFSC, Santa Catarina/Brasil); Jorge Luis Acanda (Universidad de La Habana, Habana/Cuba); José Geraldo de Sousa Júnior (UnB, Brasília/Brasil); Luis Moreno (Instituto de Políticas y Bienes Públicos, Madrid/Espanha); Maria Carmelita Yazbeck (PUC, São Paulo/Brasil); Peter Abrahamson (University of Copenhagen, Copenhagen/Dinamarca); Vicente Faleiros (Professor Emérito UnB, Brasília/Brasil; UCB, Brasília/Brasil); Yolanda Guerra (UFRJ, Rio de Janeiro/Brasil).

**Equipe de Apoio:** Sophia Cunha Afonso e Heloisa Maria Bezerra de Oliveira Santos (Estagiárias).

**Revisão em Português:** Tereza Vitale

**Figura da capa:** O Último Baluarte – A Ira das Mães – Portinari, 1942 – w301 X h200cm – Têmpera sobre tela. Nossos agradecimentos pelos direitos cedidos à Abaré Editorial, por João Cândido Portinari, professor e escritor brasileiro. Único filho de Candido Portinari, fundador e diretor-geral do Projeto Portinari. É matemático com doutorado em engenharia de telecomunicações.

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SER Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social / Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social. SER Social. V. 21, n. 45, 2. sem./2019.

V. 1, n. 2 – 1. sem./1998. Brasília: SER Social UnB, 1998.

Semestral. Continuação de: Debate Social, v. 1, n. 1, 1995

Interrompida de 1996 a 1997.

ISSN 2178-8987 (versão eletrônica) / ISSN 1415-6946 (versão impressa)

1. Serviço Social. I. Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social.

CDU: 3(05)

---

# **SER Social**

Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social  
Departamento de Serviço Social  
Universidade de Brasília

---

**NOVA DIREITA, ESTADO  
E POLÍTICA SOCIAL**



EDITORIAL	261
-----------	-----

---

## ARTIGOS TEMÁTICOS | THEMATIC ARTICLES

<b>Reforma gerencial, neodesenvolvimentismo e ponte para o futuro: recentes contradições das políticas sociais brasileiras</b> Management reform, neodevelopment and bridge to the future: actually contradictions of the brazilian social policies <b>Leidiane Souza de Oliveira</b>	263
---	-----

---

<b>Financeirização do capital, “reformas” estruturais e seguridade social no Brasil</b> Financing of capital, structural "reforms" and social security in Brazil <b>Milena da Silva Santos</b>	283
--	-----

---

<b>A política de assistência social brasileira na encruzilhada</b> Brazilian social assistance policy at a crossroads <b>Isabela de Vasconcelos Teixeira, Ricardo Carneiro</b>	301
--	-----

---

<b>A disputa da narrativa conservadora na reforma trabalhista</b> The dispute of the conservative narrative in the labor reform <b>Nívea Maria Santos Souto Maior</b>	321
---	-----

---

<b>A reforma do ensino médio à luz da teoria crítica marcuseana</b> The reform of high school in the light of the marcusean critical theory <b>Paulo Sérgio Gomes Soares</b>	338
--	-----

---

## ENTREVISTA TEMÁTICA | THEMATIC INTERVIEWS

<b>Capitalismo y la economía del absurdo</b> Entrevistado: Josep Burgaya Riera Entrevistadora: Camila Potyara Pereira	361
---	-----

---

## ARTIGOS TEMAS LIVRES | FREE THEMATIC ARTICLES

### **Os extremos da mercantilização da vida social na contemporaneidade do capitalismo. Uma análise à luz do fetichismo da mercadoria**

The extremes of the mercantilization of social life in the mercantilization of social life in the contemporary capitalismo. Na analysis of the light of the merchant fetichism

**Victor César Fernandes Rodrigues**

366

---

### **Notas críticas: risco e vulnerabilidade social no processo de envelhecimento e velhice**

Critical notes: risk and social vulnerability in the process of aging and old age

**Joice Sousa Costa, Denise Gisele Silva Costa, Cristiane de Fátima**

**Poltronieri, Nanci Soares**

390

---

### **Brinquedos têm sexo? O que pensam as educadoras sobre a divisão sexual dos brinquedos infantis?**

Toys have sex? What do educators think about the sexual division of children's toys?

**Antonia Camila de Oliveira Ramalho**

413

---

### **Regressividade no direito à educação, tendências pedagógicas do EAD e Serviço Social brasileiro**

Regressivity in the right to education, educational trends of EAD and brazilian Social Work

**Antonio Israel Carlos da Silva, Angela Santana do Amaral**

435

---

## RESENHA | REVIEW

### ***Crack e exclusão social***

Crack and social exclusion

**João Boechat**

456

---

## TESES E DISSERTAÇÕES | TESIS AND DISSERTATION

463

---

## CONSULTORES AD HOC

486

---

---

# SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

---

## Editorial

A revista *SER Social*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (PPGPS/UnB), aborda o tema *Nova direita, Estado e Política Social*.

Entendemos por “Nova Direita” um fenômeno em escala global, iniciado na década de 1970, constituído fundamentalmente por uma aliança político-econômica entre neoliberalismo e neoconservadorismo, que assume características específicas na América Latina, revelando um fortalecimento recente como efeito de oposição aos governos populares da virada do milênio. As contribuições reunidas neste número da *Ser Social* abordam os princípios que organizam a denominada Nova Direita: a transformação do Estado social em Estado mínimo para as políticas sociais e em Estado máximo para o mercado; o predomínio de propostas de alívio a pobreza; a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, em lugar de políticas de pleno emprego; a mercadorização das políticas sociais; sua tradução em diretrizes para as políticas públicas setoriais de caráter ultrarreacionárias e liberalizantes; entre outros aspectos importantes que definem a atuação da Nova Direita em escala mundial.

Neste momento particular da história brasileira e latino-americana, marcado por profundos desmontes e regressão dos direitos sociais, avanço do conservadorismo, minimização das funções do Estado no que se refere ao trato da questão social, debater, de forma crítica e aprofundada a temática da nova direita, o Estado e as políticas sociais se faz necessário e vital. Assim, este número da revista *SER Social* reúne artigos que trazem reflexões e contribuições de interesse da comunidade científica, dos gestores de políticas públicas e da sociedade civil organizada. Além disso, conta com elucidativa entrevista com Josep Burgaya doutor em História Contemporânea pela Universidade Autônoma de Barcelona e Professor Titular da Universidade de Vic-Universidad Central de Catalunya, sobre a conjuntura econômica atual. Acreditamos ser oportuno e necessário divulgar o conhecimento crítico em torno desta problemática, em face do atual momento histórico marcado pela acentuação das desigualdades sociais e da pobreza, pelo retrocesso de conquistas sociais, pela eferescência do neoconservadorismo e a fragmentação das respostas do Estado. Os artigos foram escritos por especialistas das mais diversas áreas disciplinares na abordagem crítica do tema proposto.

Como afirmado em números anteriores, a *SER Social*, publicada desde 1998, vem envidando esforços para a manutenção deste importante periódico científico, classificado atualmente como A-2 pelo sistema Qualis Periódicos da Capes na área de Serviço Social, num contexto desfavorável para as atividades de ensino, pesquisa e extensão nas instituições públicas. Além disso, a publicação da Revista resulta do trabalho de vários professores-pesquisadores de renome nacional e internacional que, como consultores *ad hoc*, nos apoiam na apreciação e sugestões sobre os artigos submetidos para publicação. A todas elas e eles, listados ao final do número, agradecemos sua contribuição para o sucesso da publicação.

Brasília, 2019.

Comissão Editorial da Revista *SER Social*

---

# SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

---

## **Reforma gerencial, neodesenvolvimentismo e ponte para o futuro: recentes contradições das políticas sociais brasileiras**

**Management reform, neodevelopment and bridge to the future: actually contradictions of the brazilian social policies**

Leidiane Souza de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é situar as políticas sociais brasileiras sob a orientação do neoliberalismo e suas diferentes expressões. Tratamos do projeto da *Reforma Gerencial do Estado* como marco inicial desse processo, na década de 90, passando pelas contradições e mediações do *neodesenvolvimentismo*, característico da primeira década dos anos 2000, sob o comando dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e, mais recentemente, a tendência à total destruição do caráter social do Estado, com acentuadas contrarreformas e destituição de direitos anteriormente conquistados. Recorremos a uma análise bibliográfica com

---

<sup>1</sup> Assistente Social, mestre em Serviço Social, professora Assistente do Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), doutoranda em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

base em autores e autoras sobre a política social e também a uma análise documental dos programas de governo nesses três períodos, que nos levaram a identificar particularidades nas políticas sociais, sobretudo de seu caráter cada vez menos público, processo que se recrudescer na década em curso, capitaneado pela austeridade na política econômica cujo auge são os governos de direita e extrema direita que vêm pondo em prática um desmonte de direitos ainda mais profundo desde 2016.

**Palavras-chave:** Estado; neoliberalismo; políticas sociais.

**Abstract:** The aim of this article is to place Brazilian social policies under the perspective of neoliberalism and its different expressions. We approach the project of the State Management Reform as the starting point of this process, back in the 1990s, going through the contradictions and mediations of the neo-developmentalism typical of the first decade of the 2000s. This has been implemented by the Workers' Party (PT) while in office but, more recently, the tendency is the destruction of the social characteristic of the State, with strong counter-reforms and with drawal of previously conquered rights. We used a bibliographical analysis based on authors who have written about social policies as well as document analysis of the government programs over these three periods. This led us to identify particularities in social policies, especially its even less public character, which has been intensified in the current decade, dominated by the austerity of economic policy whose peak is the election of right-wing and extreme right-wing governments which have been putting into practice an even deeper dismantling of rights since 2016.

**Keywords:** State; neoliberalism; social policies.

## Introdução

A política social no Brasil enfrenta, na atualidade, um quadro de drástico desmonte das medidas formais e das instituições garantidoras de programas e serviços sociais no âmbito das distintas políticas, demandando reflexões e ações estratégicas no âmbito da luta das classes trabalhadoras que defendem um *Estado social*.

Sob os rumos da programática de um governo instituído por meio de golpe institucional e midiático – a chamada *Ponte para o futuro*, carta-programa do PMDB empreendida em 2015, em preparação para fortalecer os interesses de mercado por meio do governo brasileiro –, os direitos sociais e, mais especificamente, os do trabalho, encontram-se em processo de aligeirada destituição. Tal processo

impulsiona uma imediata comparação com o quadro de dispêndio dos mínimos sociais e das políticas de caráter compensatório que marcaram os primeiros 15 anos dos anos 2000, sendo caracterizado como neodesenvolvimentismo e/ou social-liberalismo, em uma clara proposta de conciliação entre as demandas do capital e as do trabalho.

Notadamente, a aceleração do projeto neoliberal a partir dos anos 1990, no Brasil, embasado na defesa de um Estado gerencial, como plano de governo, exige reflexões e inquietações que, no plano teórico, reconstruam o movimento operado pelo capital no intervalo desses processos, de suas contradições e suas configurações, considerando suas exigências em todo esse período e, particularmente, os modos de apropriação das demandas das classes trabalhadoras pelo referido capital, evidenciadas, por exemplo, na influência dos organismos internacionais sobre as políticas e os programas sociais nos anos 2000.

Diante do exposto, objetivamos apresentar, neste artigo, as particularidades e as contradições do neodesenvolvimentismo que, já bastante estudado e sistematizado, não nos permitirá ineditismos, mas exigirá de nós a apreensão e o resgate dos seus principais aspectos para o entendimento das políticas sociais em tempos de adensamento do programa político *Uma ponte para o futuro* e suas tendências.

### **A agenda econômica do neoliberalismo e a reprodução das desigualdades no Brasil dos anos 1990: o *Estado gerencial* em questão**

A conformação da política social nos anos 1990, no Brasil, em contraposição às conquistas legais alcançadas na Constituição Federal de 1988, insere-se na programática do Estado por meio do fortalecimento da aliança entre este e os interesses do capital internacional intermediado por organismos como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), cujas exigências implicam em um redirecionamento do Estado.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995) sintetiza os objetivos de atender aos interesses do capital, sob o argumento de que:

É preciso, agora, dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de “gerencial”, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna “cliente privilegiado” dos serviços prestados pelo Estado. (BRASIL, 1995, p. 7).

O direcionamento de tal projeto, teorizado internamente pela Câmara da Reforma do Estado,<sup>2</sup> expressou, para o período dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso na Presidência, o êxito da implementação e do fortalecimento da agenda neoliberal no Brasil. Enquanto teoria e ideologia da liberdade de mercado e de comércio, em detrimento do atendimento das necessidades humanas por meio de um Estado social, o neoliberalismo interpela o Estado a, sob sua orientação, “[...] criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas” com vistas a garantir “a qualidade e a integridade do dinheiro”. (HARVEY, 2011, p. 12).

Decorrente da crise da década de 1970, que motivou, na Europa, o declínio do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), o neoliberalismo se fortalece no mundo (apoiado também no enfraquecimento do pensamento socialista, com a derrocada da União Soviética, em 1991), tornando-se, conforme assinala Harvey (2011, p. 13), “[...] hegemônico como modalidade de discurso e [...] se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo”.

No Brasil, país de economia dependente, o envolvimento estatal com as demandas do mercado sob o prisma neoliberal, em um curto período após as fortes organizações populares que marcaram a década de 1980 e seu coroamento com a Constituição Federal de 1988, um marco dos direitos sociais e políticos no Brasil, constituiu-

---

2 Composta por cinco ministros do Governo Fernando Henrique Cardoso naquele ano: Luiz Carlos Bresser-Pereira – Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado; Paulo Paiva – Ministro do Trabalho; Pedro Malan – Ministro da Fazenda; José Serra – Ministro do Planejamento e Orçamento; e o General Benedito Onofre Bezerra Leonel – Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

se ameaça tanto às organizações populares como aos direitos sociais de responsabilidade do Estado, além de, contraditoriamente, surgir como resposta à crise econômica que caracterizou a década de 1990 como a “década perdida”.

Nesse sentido, o Plano Diretor do Aparelho de Reforma do Estado explicita o compromisso estatal com a via neoliberal no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, ao tratar a Constituição Federal como “um retrocesso burocrático sem precedentes” (BRASIL, 1995, p. 21), argumentando que:

Sem que houvesse maior debate público, o Congresso Constituinte promoveu um surpreendente engessamento do aparelho estatal, ao estender para os serviços do Estado e para as próprias empresas estatais praticamente as mesmas regras burocráticas rígidas adotadas no núcleo estratégico do Estado. A nova Constituição determinou a perda da autonomia do Poder Executivo para tratar da estruturação dos órgãos públicos, instituiu a obrigatoriedade de regime jurídico único para os servidores civis da União, dos Estados membros e dos municípios e retirou da administração indireta a sua flexibilidade operacional, ao atribuir às fundações e autarquias públicas normas de funcionamento idênticas às que regem a administração direta. (BRASIL, 1995, p. 21).

Os direitos sociais constitucionais, ainda que recém-legislados e longe de serem plenamente alcançados, colocavam-se na mira do ideário neoliberal, sendo seus alvos diretos as empresas estatais e os servidores públicos, contra os quais os governos da década de 1990 declararam uma verdadeira guerra e dos quais se exigiu densidade política para se enfrentar tal processo.

Considerando a indispensável relação entre política social e economia, corroboramos com a análise de que um “neoliberalismo à brasileira” se apresenta como um sistema letal sob duas poderosas facetas, à contradição de que “[...] enquanto a economia se recupera, o social piora”: em primeiro lugar, ataca as bases da esperança que se construiu nos anos mais duros; em segundo lugar, desenvolve o medo da mudança, da reforma, da experimentação (OLIVEIRA, 2012, p. 26-27). A isso estão relacionadas as tendências de controle

do funcionalismo público e a modernização do serviço público, conforme podemos identificar no já referido Plano Diretor, quando da seguinte proposição:

Finalmente é essencial contar-se com uma motivação negativa, possibilitada através da demissão por insuficiência de desempenho. Embora secundária em relação às motivações positivas, não há dúvida que sem ela será muito difícil, senão impossível, levar o funcionário comum a valorizar o seu emprego. (BRASIL, 1995, p. 40). A modernização do aparelho do Estado exige, também, a criação de mecanismos que viabilizem a integração dos cidadãos no processo de definição, implementação e avaliação da ação pública. Através do controle social crescente será possível garantir serviços de qualidade. (BRASIL, 1995, p. 40).

Em uma acirrada disputa com a ideologia do Estado democrático de direito, caracterizado pela responsabilidade estatal com os direitos sociais inaugurados na Constituição de 1988, o neoliberalismo institui a “[...] falsa consciência da Privatização do Público e de sua desnecessidade”, que se espraia a partir da década de 1990, que “[...] se objetiva pela chamada falência do Estado, pelo mecanismo da dívida pública interna, onde as formas aparentes são as de que o privado, as burguesias, emprestam ao Estado” (OLIVEIRA, 2000, p. 68). Para Behring (2008), essa proposta, orientada pelo discurso de eficácia, de eficiência e de modernização, traz as seguintes consequências:

A “reforma” deverá seguir por alguns caminhos: ajuste fiscal duradouro; reformas econômicas orientadas para o mercado – abertura comercial e privatizações –, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica que fortaleça a competitividade da indústria nacional; reforma da previdência social; inovação dos instrumentos de política social; e reforma do aparelho do Estado, aumentando sua eficiência. (BEHRING, 2008, p. 178).

Com esta finalidade, firmam-se alguns pilares do neoliberalismo, com as particularidades no Brasil, a exemplo da privatização de empresas estatais como a Vale do Rio Doce, Embras, Telebras, além de bancos estaduais e empresas de serviços como energia, água

e telefonia nos estados, a acentuação da cultura do individualismo ou do “homem privado” (OLIVEIRA, 2000), o processo de contrarreformas nas políticas sociais, as ameaças à representatividade sindical e a cooptação de quadros intelectuais. Aliado à lógica da flexibilização das relações de trabalho, o neoliberalismo instaura também, de acordo com Oliveira (2000, p. 79), um processo de “destituição do público” em relação às classes dominadas, operando também uma “destruição de sua política, o roubo da fala”.

Voltemos ao Plano Diretor, considerando as propostas de projetos de cunho gerencial, sem apontar nenhuma relação com a dimensão político-organizativa, especificamente no que se refere aos funcionários públicos, cujas propostas aqui resumidas são: Projeto cidadão; Indicadores de desempenho; Qualidade e participação; Nova política de recursos humanos; Valorização do servidor para a cidadania; dentre outros que corroboram com a transformação do caráter social do Estado em gerencial. A esse respeito, temos que:

Pretende-se: (1) criar condições psicossociais necessárias ao fortalecimento do espírito empreendedor do serviço público, conjugadas ao comportamento ético e ao desempenho eficiente; (2) reforçar o sentido de missão e o comprometimento do servidor público para com a prestação de serviços de melhor qualidade para o cidadão; e (3) obter maior satisfação do servidor público com o seu trabalho e com sua qualidade de vida. (BRASIL, 1995, p. 64).

Do ponto de vista dos interesses dominantes e de capitais externos ao Brasil, podemos afirmar que o neoliberalismo cumpre, de modo destrutivo, uma agenda do Brasil dos anos 1990, considerando esse conjunto articulado de elementos teóricos, ideológicos e, sobretudo, as medidas práticas de cunho privatistas, que culminam com a minimização das políticas sociais recém-garantidas, embora a dimensão das lutas em defesa de direitos não possa ser cancelada, mas expressa em um conjunto de greves e reivindicações realizadas nesse período pelo conjunto de trabalhadores e suas organizações (movimentos, partidos, sindicatos).

A tarefa identificada por Perry Anderson (2012, p. 23) para os opositores desse sistema é a de “[...] oferecer outras receitas e preparar outros regimes”, o que vai estimular um novo modo de conduzir a relação entre o Estado e o mercado nos anos 2000, frente aos limites da democracia instaurada nos anos 1980 e, por outro lado, aos limites impostos pelo neoliberalismo (NETTO, 2012, p. 33), ao constatar a existência de “[...] tendências objetivas que põem em xeque a possibilidade de um grande futuro para o neoliberalismo”. Ao decorrer de quase uma década, sem grandes mudanças estruturais, o desenvolvimento do neoliberalismo vai apresentar um quadro de mudanças nos anos 2000, conforme demonstraremos a seguir.

### **Particularidades das políticas sociais nos anos 2000: mediações e contradições do Estado neodesenvolvimentista**

Os primeiros anos do século XXI apresentam, com o fim do segundo e último mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2002, uma possibilidade na esfera eleitoral (com as eleições presidenciais de 2002) de enfrentar e/ou atenuar o caráter mercantilizado que marcava todo o processo de desestatização das políticas e dos direitos, sob os ditames do Estado gerencial.

As contradições e os limites neoliberais – cujo êxito das mediações que caracterizaram as alterações das funções estatais expressa a contradição entre a satisfação do capital rentista e o descontentamento das massas e dos segmentos da classe trabalhadora – são situadas por Leher (2012) em um contexto no qual:

Premidos pela crise das políticas neoliberais de primeira geração que reacenderam as lutas sociais antissistêmicas, os setores dominantes, abertos à revisão do Consenso de Washington, lograram atrair para o seu bloco de poder setores importantes de seus antagonistas, conformando um processo transformista que levará o PT à Presidência da República em 2003. Nesse solo movediço, em que tudo parece estar invertido, um novo léxico foi se difundindo nos discursos e nas práticas de importantes círculos outrora críticos nas universidades e movimentos

sociais, incluindo, nestes, os sindicatos e partidos socialistas. (LEHER, 2012, p. 14-15).

É, nesse contexto, que a alternativa neodesenvolvimentista se apresenta, especialmente nos países da América Latina, caracterizados pelo capitalismo dependente, em relação aos países de capitalismo central, como uma alternativa de retomar o crescimento econômico com baixa inflação e aposta no desemprego, segundo a análise feita por Katz (2016).

Direcionando-se particularmente ao Brasil, este mesmo autor considera que, não havendo uma nítida ruptura com o receituário neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, o PT dos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2006 e 2007 a 2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016, quando impedida de seguir seu governo por um golpe institucional que a afastou da Presidência) chegou ao poder “[...] com a explícita aprovação dos grandes grupos capitalistas. Não irrompeu de forma imprevista e adotou uma postura extremamente conformista. (KATZ, 2016, p. 201).

Interessa-nos demonstrar, propondo uma conciliação entre os interesses de classes, como os governos do PT nos anos 2000 se apresentaram como ruptura ao modo ortodoxo neoliberal de gerenciar o Estado e as políticas sociais. Ao nos remeter à *Carta ao povo brasileiro*, lançada pelo candidato Luís Inácio Lula da Silva, na sua campanha presidencial de 2002, podemos identificar que o caminho traçado por ele não levaria a transformações bruscas, se o mesmo já afirmara naquele momento que:

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a ideia de uma terceira década perdida. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis. (SILVA, 2012, p. 4).

A crise do neoliberalismo ortodoxo, situada no âmbito de uma crise maior do capital nos anos 2000, passou então a ser tratada com um incremento social à ideia de desenvolvimento econômico, sendo

caracterizada, assim, por neodesenvolvimentismo ou social-liberalismo. Uma nova refuncionalização do Estado se coloca como alternativa, não só no Brasil, tendo em vista que esse movimento decorre de novas estratégias do capital em crise em todo o mundo e especificamente na América Latina. Castelo (2012) situa esse movimento de reconfiguração do Estado e sua transição ao social-liberalismo, a partir dos seguintes elementos:

A partir da correção de rumo dos programas de ajuste propugnados pelas agências multilaterais de desenvolvimento, os projetos de refuncionalização do Estado ganharam uma nova configuração: se antes das medidas corretivas defendia-se – pelo menos no plano da retórica – um aparato estatal mínimo, o Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas, visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar as expressões da “questão social” através do controle da força de trabalho e do atendimento de necessidades mínimas dos “clientes” dos serviços sociais. (CASTELO, 2012, p. 244).

Consideremos a contradição do neodesenvolvimentismo no Brasil: ao mesmo tempo em que aposta em crescimento econômico, propõe a redução da desigualdade, com base em uma agenda de maleabilidade neoliberal, na qual processos como privatização do público e a minimização do social, aliado à atenuação da crítica intelectual, foram elementos suficientes para a defesa de um pós-neoliberalismo,<sup>3</sup> como se, de fato, houvesse a superação do *modus operandi* liberal de governar.

Interessa-nos, no âmbito dessa contradição, um exame de tal caráter social do chamado novo desenvolvimentismo ou social-liberalismo, com o foco de combate às desigualdades, mas sem apontamentos para uma ruptura com os organismos internacionais.

---

3 Uma das referências a esse modo de pensar e teorizar acerca dos anos 2000, encontra-se na coletânea *Lula e Dilma: 10 anos de governos neoliberais no Brasil*, lançada em 2013, pela Boitempo e pela Flacso Brasil. Já na apresentação, o organizador Emir Sader deixa claro o objetivo da obra: “O livro pretende contribuir para a reflexão sobre o percurso dessa primeira década de governos pós-neoliberais no Brasil”. (SADER, 2013, p. 7).

Inquietamo-nos acerca de como privilegiar o social, tendo que, necessariamente, atender aos ditames de empresas e organismos representantes do capital internacional, cuja mercantilização dos serviços é o grande mote.

No tocante à mediação estabelecida pelo neodesenvolvimentismo frente à crise capitalista nos anos 2000, o mesmo tira o Estado do patamar de mínimo, nos moldes neoliberais, e promove uma série de programas sociais. Ressalte-se como foco a assistência social, via transferência de renda, além de um diálogo, do nosso ponto de vista, verticalizado com movimentos sociais e organizações trabalhistas, cujos ganhos desse período concentram-se em conferências e criação de alguns conselhos, promovendo uma conciliação desnivelada, tendo prevalecido sempre os interesses do mercado sobre a concepção de direitos de cidadania. Esclarece-nos, nesse sentido, a caracterização feita por Katz (2016), a partir do segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva e dos dois da presidenta Dilma Rousseff:

- (i) Avalia-se que o receituário ortodoxo foi descartado e Lula teve de fazer concessões ao grande capital (altas taxas de juros, tributação regressiva, proeminência do agronegócio) para reintroduzir a política industrial; [...]
- (ii) A segunda caracterização remarca o continuísmo e a ausência de rupturas com o neoliberalismo. Estima-se que o PT se ajustou ao “Consenso Pós-Washington” com políticas econômicas que estabilizaram o mesmo curso das últimas décadas; [...]
- (iii) A terceira colocação aponta que a experiência governamental tem desmentido tanto os apoiadores quanto os opositores do rumo seguido. Estima-se que as correntes neodesenvolvimentistas no interior do governo foram ganhando posições frente às vertentes monetaristas até impor corretivos à etapa inicial. (KATZ, 2016, p. 201-202).

Estes três elementos demonstram, de um lado, a instabilidade a que tendia a política conciliatória de interesses inconciliáveis, e, de outro lado, a tendência de fortalecimento do capital ao longo dos

anos, não podendo na mesma medida tratar os interesses populares, revelando, portanto, um cenário de perdas para as classes trabalhadoras, ainda que alguns acessos a programas sociais de transferência de renda, a exemplo do bolsa família na assistência social tenham se expandido para a população mais pobre.

Podemos relembrar a instauração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) nos hospitais universitários; quando do crescimento de empresas da construção civil, pressuposto para o programa Minha casa, minha vida; a expansão do ensino superior, que hoje demonstra sujeitos serem eternamente gratos a Lula, mas que o número crescente de alunos não ocorreu em uma relação direta de efetivação de professores suficientes para lidar com esse aumento, além de crescimento de instituições privadas na área da educação, com incentivos diretos do Programa Universidade para Todos (Prouni); o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que regulamentado pela Lei nº 10.260/2001, privilegia o investimento em universidades privadas por meio de crédito para custear a graduação, em detrimento do incentivo nas universidades públicas; as reformas parciais no sistema previdenciário e reformas nos planos de cargos e carreiras de servidores públicos federais; a política de assistência social, cuja precarização dos espaços e das equipes configuraram uma expansão reduzida e com critérios que enquadram pessoas pobres. No contexto da conciliação:

Estas políticas compensatórias e focalizadas, conceituadas como de enfrentamento à pobreza, são apoiadas, em geral, pelas classes dominantes. Note-se que as políticas sociais mais estruturadoras, como a saúde, as aposentadorias, a educação, entre outras que os governos neoliberais transformaram em serviços mercantis, são objeto de uma forte reação da direita continental, historicamente patrimonialista, oligárquica e antirreformista, frente a qualquer iniciativa de universalização. (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 168).

A mediação à qual equivale esse modo de governar, em suas bases ideológica e formal, é de fazer parecer um tratamento igual ou primordialmente de esferas econômicas e sociais, recaindo em reite-

rações da “privatização do público”, como já alertado por Oliveira (2000). Convém concordar que, nessa lógica conciliatória, emplaca uma relação consensual entre as forças populares e os governos do PT. Entretanto, corroboramos com a análise de Marques (2015), em que a mesma afirma:

Através de um “contrato social” pactuado junto aos setores economicamente dominantes, o tom da governabilidade foi dado pela imperiosa necessidade do equacionamento da crise fiscal, sinônimo de endividamento público crescente e focalização das políticas sociais. (MARQUES, 2015, p.199).

Nesse sentido, interessa-nos destacar como, sob o discurso de inclusão e igualdade social, o neodesenvolvimentismo continua uma agenda de não universalização, privatização e focalização das políticas sociais, além de apoio de setores populares importantes. Um dos elementos centrais nesse processo é destacado por Maranhão (2012) e refere-se ao interesse de organizações multilaterais que “passaram a adotar o discurso de combate à pobreza como uma diretriz concatenada às medidas liberalizantes do mercado”. (p. 87).

No que tange à seguridade social, a manutenção, pelos governos do PT, dos 20% de recursos por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU), afetou diretamente as promessas de combate às desigualdades, tendo, por exemplo, as seguintes consequências para a saúde:

A aplicação da receita corrente bruta da União na função Saúde, que era de 11,72%, em 1995, passou para 7,3%, em 2011. A participação de recursos federais na Saúde também se reduziu de 56% do total, em 2001, para 47% em 2011, assim como também se reduziu o gasto federal anual *per capita*. (FIÚZA, 2016, p. 201).

Enquadrado pela lógica do grande capital financeiro, o Estado transfere para o capital parte significativa do fundo público, tanto por mecanismos práticos como a própria Desvinculação do Orçamento da União (DRU) e o pagamento da dívida externa, como ideológicos, a exemplo dos discursos de que as políticas são “paternalistas,

geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e deviam ser acessadas via mercado”. (SILVA, 2012, p. 217-218).

Nesse contexto, o foco em programas sociais com destaque para a transferência de renda, além de serem recursos de menor escala que os destinados ao capital portador de juros, ainda são utilizados como forma de financiar instituições financeiras que os operacionalizam. Vejamos a análise de Silva (2012):

As ditas “bolsas” transferem renda de forma monetarizada – visto que os recursos monetários são viabilizados mediados por instituições bancário-financeiras – e focalizada e com valores ínfimos para os estratos mais pobres da população e sem qualquer efeito efetivamente redistributivo. (SILVA, 2012, p. 233).

Outra contradição da conciliação de classes proposta pelo neodesenvolvimentismo é que, para a classe dominante representada no rentismo financeiro internacional, a disputa pelo fundo público tende à captação de seu valor total, o que implica em não tolerar as poucas medidas direcionadas aos projetos e programas sociais.

Esse elemento é central para a ruptura do padrão neodesenvolvimentista e o agravamento da desvalorização das políticas sociais e dos direitos, a partir de 2016, no Brasil, com o golpe institucional que destituiu a presidenta Dilma Rousseff. Sob o interesse total do capital, o governo ilegítimo adota uma agenda programática de aceleração e aprofundamento do desmonte de direitos, sobre o que trataremos a seguir.

### ***A programática de Uma ponte para o futuro: recrudescimento da ofensiva às políticas sociais e a tendência de fim do Estado social***

Antes que se concretizasse a Presidência ilegítima de Michel Temer (de 2016 a 2018), o então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (hoje MDB), ao qual ele se vincula, apresentou como proposta de plano de governo para o Brasil a programática *Uma ponte para o futuro*, sob o argumento da necessidade

de mudança na direção do Estado brasileiro. Neste documento está bem explícito que:

Para isso é necessário, em primeiro lugar, acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação, em razão do receio de que o Executivo pudesse contingenciar, ou mesmo cortar esses gastos em caso de necessidade, porque no Brasil o orçamento não é impositivo e o Poder Executivo pode ou não executar a despesa orçada. (PMDB, 2015, p. 9).

Assumindo a Presidência em 2016, Michel Temer tratou de honrar compromissos com os empresários que bancaram o projeto de sua chegada ao poder. Uma das primeiras medidas adotadas foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 55/2016) que, após aprovada, é a Emenda Constitucional 95, que congela os gastos públicos, por vinte anos. Apesar de muita resistência, com levantes populares contrários a essa medida, a mesma vem impondo, atualmente, uma série de limites às políticas sociais. A tendência de acentuados e imediatos cortes de gastos é defendida, em diversas partes da proposta do governo, chegando o mesmo a firmar ainda que:

Quando a indexação é pelo salário mínimo, como é o caso dos benefícios sociais, a distorção se torna mais grave, pois assegura a eles um aumento real, com prejuízo para todos os demais itens do orçamento público, que terão necessariamente que ceder espaço para este aumento. (PMDB, 2015, p. 10).

Outra medida que privilegia o capital e ataca os direitos é a aprovação da Lei nº 13.467/2017, que dispõe sobre a reforma trabalhista, afetando direitos de trabalhadores, quanto às modalidades de contratação, quanto a direitos como férias, décimo terceiro salário e horários de alimentação, considerada uma grande derrota para o conjunto dos trabalhadores nesta segunda década do século XXI. Conforme nos aponta Carvalho (2017):

Conforme se nota, a proposta de reforma da CLT, aprovada pelo Congresso, busca ampliar a flexibilidade da jornada de trabalho muito além do que possa vir a ser estabelecido em acordos coletivos. Estende-se o banco de horas a acordos individuais,

e aumentam-se os limites das jornadas em contratos de trabalho parcial, ampliando em ambos os casos as possibilidades de compensação das horas extras. Se, com o aumento da formalização ao longo dos últimos quinze anos, sobreveio uma maior concentração das horas trabalhadas nas jornadas padrões (entre quarenta e quarenta e quatro horas, ver Dal Rosso, 2017), pode-se esperar, com a reforma trabalhista, uma maior dispersão das jornadas com elevação da participação de jornadas menores que quarenta horas e maiores que quarenta e quatro horas. (CARVALHO, 2007, p. 85).

Dando seguimento aos ataques, temos em curso uma proposta de reforma da previdência que ameaça direitos como pensões, salários de aposentados, com aumento do tempo de serviço para se aposentar e, de modo geral, um grande ataque à seguridade social, considerando que a previdência é um forte pilar de arrecadação por meio de contribuições advindas do trabalho. Em *Uma ponte para o futuro*, a tendência de desmonte do sistema previdenciário estava anunciada. Consta no documento que:

Enfrentar os desafios da reforma da previdência permitirá uma trajetória sustentável das contas públicas, para benefício de todos. Caso esses desafios não sejam superados, porém, a trajetória explosiva no futuro resultará no agravamento da crise atual e problemas ainda maiores nos próximos anos. (PMDB, 2015, p. 12).

Sob forte pressão dos representantes do capital e forte negação de movimentos, sindicatos e organizações de trabalhadores, a proposta de Reforma da Previdência é uma das ameaças concretas que se encontram na ponta da agulha, mesmo após o término do mandato do ex-presidente Michel Temer, ainda sob os interesses da direita brasileira, agora aliada à moral conservadora que se expandiu no cenário político, com forte posição pós-eleições de 2018.

Juntam-se a estes elementos a extinção de cargos na previdência, a redução no número de benefícios e aumento do rigor das avaliações e das restrições ao acesso, o anúncio de demissão de funcionários dos correios e fechamento de agências, o projeto de terceirização de ativi-

dades, que se alia à reforma trabalhista, além da intolerância com reivindicações coletivas, com aumento brutal da repressão a movimentos sociais e atos democráticos.

Apesar da rejeição popular e das nefastas consequências da implementação das propostas de *Uma ponte para o futuro*, como elemento norteador das políticas, este projeto vem avançando, aliado a um contexto de profundo conservadorismo e de muitos desafios para a consolidação de um projeto que se coloque como alternativa concreta e contraposto a este desmonte.

Longe de dar conta da complexidade que envolve o caminho das políticas sociais a partir da instauração do modelo neoliberal, da conciliação entre suas estratégias e ganhos sociais no neodesenvolvimentismo e no esgotamento dessa estratégia rumo a uma programática de total desmonte, destacamos a tendência a um tratamento cada vez menos público das políticas sociais, mesmo levando em conta a democracia pós-Constituição nos anos 1990 e os discursos de avanço no combate à desigualdade, marcadamente na primeira década dos anos 2000.

Acerca deste debate sobre o caráter público das políticas sociais, recorreremos a Pereira (2008) sobre ser a dimensão pública algo além de interesses e representações estatais e, portanto, não podendo ser alcançado por decretos ou orientações governamentais. Segundo ela:

[...] quando se fala em política *pública*, está se falando de uma política cuja principal marca definidora é o fato de ser *pública*, isto é, de todos, e não porque seja *estatal* (do Estado) ou *coletiva* (de grupos particulares da sociedade) e muito menos individual. (p.97).

E ainda que:

[...] é preciso salientar que as políticas públicas (e, portanto, as políticas sociais) mudam e variam no tempo e no espaço. Elas não têm um só perfil e uma única destinação. (PEREIRA, 2008, p. 99).

Desta feita, podemos identificar que a dimensão pública das políticas sociais, ora mais ora menos afetada ao longo dos últimos trinta anos, estando no momento atual, cada vez mais longe dessa dimensão, haja vista não somente a desresponsabilização do Estado de maneira cada vez mais contundente, mas, sobretudo, as medidas restritivas aqui apresentadas.

### **Considerações finais**

As políticas sociais, demarcadas na relação Estado-capital, no Brasil dos últimos trinta anos, embora sob o discurso de uma democracia, sob o viés da Constituição de 1988, considerada “Constituição Cidadã”, vem sendo objeto de manipulação, negociação e negação de seu caráter público.

O destaque dado aqui ao neodesenvolvimentismo se explica pelo caráter contraditório de sua programática que, como vimos, não rompe com as bases neoliberais, pois antes nega sua forma mais ortodoxa, encontrando novas formas de intervenção estatal, como a transferência de renda, sem desprivilegiar as negociações com os representantes do capital.

Não por coincidência, o fim do período neodesenvolvimentista e o avanço do neoliberalismo sob as bases de um acelerado desmonte dos direitos sociais levam movimentos e outras organizações a defenderem o retorno do projeto de conciliação, argumentando ter sido um período de avanços.

Ao nos remetermos às programáticas formais, ligadas aos partidos que, nesses momentos, conduziram a Presidência do país, vemos que a via estatal, por si só, não pode apresentar uma carta de direitos a contento do conjunto da classe trabalhadora; antes, demonstra a despolitização da própria política social.

Nesse caminho, o atual contexto revela, como tendência do futuro (não à toa *Uma ponte para o futuro*), a acentuação do projeto privatista, rentista e despolitizado que inviabiliza o caráter público e coletivo das políticas sociais, e, além disso, o desmonte do Estado social, na forma de regulamentar e consolidar direitos, cujas apos-

tas e predileções se acentuam em direção ao grande capital, que só podem ser enfrentados por meio da apreensão destes determinantes e de seu enfrentamento coletivo.

Artigo submetido em 02/09/2018

Aceito para publicação em 29/04/2019

## Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995.

CARVALHO, Sandro. Uma visão geral sobre a reforma trabalhista. In: **Política em foco**. São Paulo: IPEA, 2017.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FIÚZA, Juliana. A agenda conservadora para a Saúde no Brasil. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2011.

KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

LEHER, Roberto. Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARANHÃO, César. Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARQUES, Morena. *Em busca da revolução brasileira: uma análise crítica da estratégia democrático-popular*. Curitiba: Prismas, 2015.

MOTA, Ana; AMARAL, Ângela; PERUZZO, Juliane. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José P. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e a hegemonia global. São Paulo/Rio de Janeiro: Vozes; Fapesp; Nedic, 2000.

PMDB. Partido Movimento Democrático do Brasil. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

PEREIRA, Potyara. Discussões conceituais sobre política social e como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; MIOTO, Regina Célia Tamaso; SANTOS, Silvana Maria de Moraes (Orgs.). **Política social no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo; Flacso Brasil, 2013.

SILVA, Giselle Souza de. Transferência de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012

SILVA, Luís Inácio Lula. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 2002.

---

# SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

---

## Financeirização do capital, “reformas” estruturais e seguridade social no Brasil

Financing of capital, structural "reforms"  
and social security in Brazil

Milena da Silva Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** O texto objetiva evidenciar os determinantes das “reformas” estruturais da seguridade social brasileira, no processo de financeirização do capital. Resulta de pesquisa bibliográfica e documental, com referencial teórico histórico-crítico. Aborda o contexto atual de crise estrutural da economia capitalista; as medidas implementadas pelo capital e pelo Estado para combater os efeitos da crise, evidenciando o processo de financeirização do capital; analisa a utilização do fundo público nesta conjuntura e as consequências que acarretam para a seguridade social brasileira. Diante desta perspectiva, percebe o papel crucial do Estado no processo de negociações transnacionais entre os grandes grupos monopolistas. Seja por meio de sua atuação como *grande comprador* de insumos diversos, como também como *grande devedor*, daí a importância

---

<sup>1</sup> Graduação e mestrado em Serviço Social, pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal).  
doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

das dívidas públicas neste processo. Ademais, destaca o retrocesso dos direitos sociais, por meio do enxugamento do financiamento da seguridade social, para geração de *superávit* primário, fortalecendo o processo de financeirização da economia mundializada.

**Palavras-chave:** financeirização; reformas estruturais; seguridade social; fundo público.

**Abstract:** The text aims to highlight the determinants of the structural "reforms" of Brazilian social security in the process of financialisation of capital. It results from bibliographical and documentary research, with historical-critical theoretical reference. It addresses the current context of the structural crisis of the capitalist economy; the measures implemented by capital and the State to combat the effects of the crisis, evidencing the process of financialisation of capital; analyzes the use of the public fund at this juncture and the consequences it entails for Brazilian social security. From this perspective, he perceives the crucial role of the State in the process of transnational negotiations between the large monopoly groups. Whether through its performance as a large buyer of diverse inputs, as well as large debtor, hence the importance of public debts in this process. In addition, it emphasizes the retrocession of social rights, through the reduction of social security financing, to generate primary surplus, strengthening the process of financialisation of the world economy.

**Keywords:** financialization; structural reforms; social security; public fund.

## Introdução

Diante do contexto de aprofundamento da crise estrutural do capital, da precarização do trabalho e da barbarização das relações sociais e da vida, indagamo-nos sobre as razões pelas quais o modo de produção capitalista permanece dominante e quais as consequências acarretadas pela sua constante adaptação às suas limitações para a permanência de sua reprodução.

Em sua fase monopolista, o capitalismo enquanto sociabilidade chega à sua fase madura (NETTO, 2006). Isto significa que o capital alcança um nível de domínio planetário que permeia todas as relações sociais, bem como já tem desenvolvido um *mecanismo de deslocamento de contradições* (MÉSZÁROS, 2011) que permite seu movimento de acumulação e expansão contínuo. Porém, uma de suas limitações imanentes são suas crises econômicas. De um lado, estas

são determinantes para a sua capacidade de reprodução; por outro lado, tornam-se amplamente problemáticas quando são duradouras e aprofundam a tendência de decréscimo das taxas de lucros.

Em relação a isso, destaca-se a crise econômica iniciada na década de 1970, analisada por Mészáros (2011) como crise estrutural<sup>2</sup> do capital. Esta alcança patamares inéditos na história capitalista e exige profundas mudanças em medidas econômicas e também políticas. É diante da tentativa de minimização ou de superação desta crise que se desenvolve um conjunto de estratégias que vêm a favorecer, cada vez mais, a reprodução do capital, em detrimento das necessidades sociais. E é a partir desta compreensão que podemos analisar a realidade social brasileira em face dos retrocessos praticados sobre as políticas sociais nas últimas décadas,<sup>3</sup> principalmente no que diz respeito às “reformas” estruturais<sup>4</sup> realizadas por meio das mudanças constitucionais, tal como explanaremos adiante.

Assim sendo, este artigo tem como objetivo evidenciar os determinantes das “reformas” estruturais da seguridade social brasileira, diante do processo de financeirização do capital. Processo este que faz parte do conjunto de medidas em resposta à crise estrutural do capital em nível mundial. Para tanto, respalda-se em referencial teórico histórico-crítico e baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental. Em seu percurso, apresenta o contexto da crise estrutural e suas determinações, assim como as medidas do capital, junto ao Estado,

---

2 Mészáros (2011) identifica quatro aspectos principais da crise estrutural: seu *caráter universal*; o *alcance global*; sua escala de tempo é extensa, contínua e permanente; e seu *modo* de desdobramento pode ser chamado de *rastejante*, aspectos que se diferenciam das crises cíclicas.

3 Apesar de ter havido um momento que ficou popularmente conhecido como período “neodesenvolvimentista” há, para além dos processos de ampliação massiva principalmente da assistência nos anos 2000, um processo que vem apontando para retração e retirada de direitos, afetando principalmente os ganhos constitucionais da seguridade social.

4 “Reformas” estruturais é o termo utilizado em referência às propostas das agências financeiras internacionais (ou multilaterais) para mudanças nas políticas econômicas, sociais e fiscais dos países periféricos, com o objetivo de superar os desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e produtivos ocorridos em escala internacional desde os anos 1970. Elaine Behring (2007) trata deste processo enquanto *contrarreformas*, devido ao seu caráter regressivo das conquistas sociais. Motivo pelo qual utilizamos aspas no termo “reforma”.

para combater os efeitos da crise na economia capitalista, destacando o processo de financeirização e as “reformas” estruturais. Ademais, analisa as consequências que incidem sobre a política social brasileira e a utilização do fundo público nesta conjuntura.

### **Financeirização do capital e “reformas” estruturais: o processo de reprodução do capital em face da crise estrutural**

Em nosso exame, cabe destacar o movimento econômico do capital, que é essencial para a demarcação das ações da forma política do capital. Por isso, destacamos os ciclos econômicos capitalistas, entre as fases de recessão e expansão.

Como Marx (1988) já constatara, o ciclo econômico que se direciona para as crises e para a retomada do crescimento econômico é constitutivo do processo de produção capitalista. Assim sendo, as crises constituem os mecanismos mediante os quais o sistema econômico se restaura, com níveis mais complexos e instáveis, o que cria condições para sua continuidade e fortalecimento.

Na contemporaneidade, neste período de crise estrutural do capital, pode-se observar uma conjuntura diferenciada e crítica com relação ao desenvolvimento e à perpetuação da lógica de reprodução do capitalismo. E não se identifica que as medidas impostas pelo capital e pelo Estado na tentativa de superar a crise tenham resultado na retomada das taxas de lucratividade anterior (período dos “anos dourados”).<sup>5</sup>

A crise de 1970 demarca um momento de inflexão, no qual se deu início a um processo de reação burguesa à crise do capital, que resultou em um processo de aumento do domínio dos setores monopolistas na economia mundial. Este processo foi marcado pela refuncionalização do Estado capitalista: a) por uma revolução tecnológica e organizacional de produção, chamada de *reestruturação produtiva*;

---

5 Período de grande crescimento econômico nos países centrais. Durante as décadas de 1940 até finais da década de 1960, as medidas políticas keynesianas e a intensificação do padrão de produção fordista possibilitaram a elevação das taxas de lucratividade em níveis nunca alcançados na história do modo de produção capitalista.

b) pelo processo de *financeirização do capital*; c) e pelo ajuste de caráter *neoliberal*, dando uma nova tônica às políticas econômicas e industriais dos Estados nacionais e desenvolvendo um novo padrão da relação Estado/sociedade civil.

A primeira, que traz uma série de mudanças na produção, volta-se para a demanda, flexibiliza as formas de contratação da força de trabalho e os direitos trabalhistas, aprofunda as formas de extração da mais-valia com a polivalência da força de trabalho, entre outras consequências – altera-se o padrão de produção de taylorista-fordista para toyotista. A segunda intensifica a especulação financeira com a geração de capital fictício, aumentando o poder do capital bancário e financeiro. E a terceira implica diretamente na forma da atuação econômica e política do Estado, que passa a auxiliar o capital com a retração dos gastos estatais na área social (por meio das chamadas “reformas” estruturais), incentivos e subsídios financeiros a empresas privadas, privatizações de empresas estatais, mediações e propostas políticas e econômicas capitaneadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, principalmente nos países periféricos, como os latino-americanos, a partir do Consenso de Washington.<sup>6</sup>

Aliado às mudanças no padrão de produção com a reestruturação produtiva e as conotações neoliberais nas estratégias políticas, há o processo de financeirização do capital, caracterizado pela formação de um mercado mundial unificado com companhias transnacionais, padronizando formas de produção e distribuição de produtos e serviços. Esse processo vem se intensificando com a revolução tecnológica, com a horizontalização das empresas e sua ligação pela rede de informática.

Netto e Braz (2007) comentam que os fluxos econômicos mundiais sempre marcaram o capitalismo, porém sua fase monopolista os acentuou. No entanto, atualmente, eles apresentam particula-

---

6 O Consenso de Washington foi um encontro convocado pelo Institute for International Economics na capital dos Estados Unidos, em 1989, com a participação de funcionários do governo americano e dos organismos financeiros internacionais. A partir desse encontro, o FMI e o Banco Mundial passaram a orientar as políticas econômicas adotadas pelos Estados latino-americanos mediante a imposição da adoção de programas de estabilização e de ajuste estrutural neoliberal, como condição para empréstimos financeiros.

ridades que não decorrem apenas da sua grande expansão. De acordo com estes teóricos, o processo de financeirização do capital vem crescendo, desde 1973, com estilo especulativo e predatório. Suas características centrais são: as valorizações fraudulentas de ações; os falsos esquemas de enriquecimento imediato; a destruição estruturada de ativos por meio da inflação; a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições; a promoção de níveis de encargos de dívidas que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados; as fraudes corporativas e o desvio de fundos decorrentes de manipulações do crédito e das ações.

Por meio dos recursos informacionais, o processo de financeirização teve suporte na gigantesca concentração do sistema bancário e financeiro, que, ao longo do tempo, acompanhou o processo de concentração geral da economia capitalista, proporcionando a monopolização também do sistema financeiro. Do montante de capital que ficou disponível sob a forma de capital dinheiro, parte foi investida na produção e no setor de serviços; e parte substantiva permaneceu no circuito da circulação, buscando valorizar-se nessa esfera.

Como no modo de produção capitalista a criação de valor deriva apenas da esfera da produção, na circulação não se pode gerar valor novo. No entanto, atualmente tem-se um “*fabuloso crescimento* (em função da superacumulação e da queda das taxas de lucros) *dessa massa de capital dinheiro que não é investida produtivamente*, mas que succiona seus ganhos (juros) da mais-valia global [...]” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 231-232, grifos dos autores). Acrescenta-se a isso o crescimento do capital fictício<sup>7</sup> – ou seja, ações que não representam valores, apenas dão direito a um rendimento –, com caráter nitidamente especulativo, pois não correspondem aos valores realmente produzidos.

---

7 Sobre capital fictício destaca-se ser um termo já utilizado por Marx no capítulo XXX do livro III de *O capital*. De um ponto de vista global, o capital fictício derivado de juros é fictício “por ser desprovido de substância (por não se constituir em capital substantivo) e por não contribuir em nada para a produção de mais-valia. No entanto, embora fictício por essa razão, ele é real por ser reconhecido socialmente como legítimo merecedor de remuneração (juros e ganhos especulativos). Assim, o capital fictício é fictício e real ao mesmo tempo”. (CACANHOLO; NAKATANI, 2015, p. 93).

De acordo com Chesnais (2005), o que está no centro das relações econômicas e sociais é o capital portador de juros,<sup>8</sup> através da atuação de grupos industriais transnacionais, os quais organizam a produção de bens e serviços, captam valor e organizam de maneira direta a dominação política e social do capital em face dos trabalhadores assalariados. Junto a estes grandes grupos, existem instituições financeiras bancárias e não bancárias, com características particulares.

Netto e Braz (2007) esclarecem que a financeirização do capital aparece nas operações situadas na esfera da circulação, tornando-se hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção real de valores, ou seja, especulativas. De forma que “os rentistas e possuidores de capital fictício (ações, cotas de fundos de investimentos, títulos de dívidas públicas) extraem ganhos sobre valores frequentemente *imaginários*”. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 232, grifos dos autores).

Por meio da financeirização, foi possível ao capital aumentar o poder dos países centrais em detrimento dos periféricos, pois com a dívida externa desses países, propuseram-se “ajustes” em suas economias por meio de “reformas” recomendadas e monitoradas pelas agências internacionais – FMI e Banco Mundial – que representam os interesses da oligarquia das finanças. Observa-se que, nos últimos quarenta anos, os países dependentes e periféricos tornaram-se exportadores de capital para os países centrais.

Assim, considera-se que o capital monopolista formulou e implementou um conjunto de respostas à crise estrutural do capital, que configurou a reestruturação do capital – estratégias articuladas com o tripé reestruturação produtiva, financeirização e neoliberalismo –, respostas estas que, em tanto tempo, não puderam alterar o perfil da crise estrutural do capital.

---

8 Termo utilizado por Marx em *O capital: crítica da economia política*, livro III.

## **O Estado no contexto do capitalismo financeirizado: seguridade social e fundo público**

Diante das análises realizadas neste texto, podemos considerar que, na conjuntura atual, o capital está em um processo de dificuldades de descolamento de suas contradições imanentes, principalmente sua contradição entre produção, controle, consumo e circulação em escala global.

Para atenuar os efeitos da crise estrutural, o Estado tem um papel crucial; através dele se faz o processo de negociações transnacionais entre os grandes grupos monopolistas. Seja por meio de sua atuação enquanto *grande comprador* de insumos diversos, auxiliando no escoamento das mercadorias produzidas (para evitar crises maiores de superprodução e subconsumo); seja propiciando abertura de novos espaços a serem explorados pelo mercado, com a precarização de serviços públicos, mediante a diminuição dos gastos estatais na área social e processos de focalização e privatização de suas ações (mercantilização de serviços sociais e responsabilização da sociedade civil no trato com a questão social) – isto é fortalecido com o conjunto de “reformas” estruturais neoliberais; e com destaque para a sua participação no contexto da financeirização do capital como também *grande devedor*, daí a importância das dívidas públicas e a utilização do fundo público neste processo.

O processo de endividamento dos Estados nacionais, principalmente os de economia periférica, foi intensificado a partir da crise estrutural, na década de 1970. O problema de excedente de capitais, com dificuldade de valorização na esfera produtiva, impulsionou o deslocamento de investimentos para a esfera financeira, através do aumento da oferta de crédito. Grandes corporações financeiras passaram a hipervalorizar as transações de mercado de ações, negociações de títulos e duplicatas.

Agências financeiras multilaterais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), tiveram um papel determinante no processo de endividamento dos países periféricos, principalmente da América Latina. Grandes empréstimos foram

concedidos a juros flutuantes, com a justificativa de “auxílio” aos países pobres para desenvolver programas de “minimização” ou “combate” à pobreza. As condicionalidades impostas aos devedores, em troca dos empréstimos, envolviam a necessidade de “reformas” estruturais econômicas e políticas, com o intuito de geração de superávit primário para garantia de pagamento da dívida.

Neste ínterim, destaca-se o processo de *rapinagem* do fundo público destes países, com um claro deslocamento de uma quantia exorbitante de capitais da periferia para os países centrais do capitalismo.

Sobre esta rapinagem, Fontes (2017) afirma:

[...] o capital vem empenhando o *tempo futuro* da força de trabalho, capturando agora o mais-valor ainda a ser produzido no futuro, em especial através das dívidas públicas. As expropriações se mesclam com a extração de valor. Boa parte das expropriações e rapinagens nasceu com o capitalismo – a dívida pública é uma delas. (FONTES, 2017, p. 412).

Assim, no modo de produção capitalista, existe um movimento geral que implica uma disputa da riqueza produzida no campo da distribuição de renda e “em outra dimensão do processo, no campo da repartição, a disputa efetivada em torno da mais-valia pelas diferentes frações do capital, configurando a luta intercapitalista da e na sociedade burguesa” (SOUZA FILHO, 2016, p. 326). Porém, com a expansão da intervenção do Estado, a disputa da riqueza socialmente produzida desenvolve aspectos diferenciados mediante a expansão do fundo público. Assim, tanto a definição da tributação quanto a definição do gasto público perpassam o conflito de interesses das duas classes fundamentais.

Além da utilização do fundo público para a manutenção (reprodução) e o controle da força de trabalho, através das políticas sociais – o que já auxilia a perpetuação do modo de produção capitalista –, o Estado garante a manutenção e a valorização de capitais pela via da dívida pública. A nosso ver, a *desregulamentação* dos mercados e o incentivo a operações financeiras de caráter especulativo vêm ameaçando a utilização do fundo público para uma real reversão de

serviços sociais. O conjunto de medidas neoliberais precariza os serviços públicos, abre espaço para a privatização de empresas estatais, realiza contenção de gastos na área social e reformas fiscais. Dessa forma, “a dimensão financeira comanda as decisões das empresas a partir dos países centrais do capitalismo, enquanto os países periféricos passam a depender, cada vez mais, de sua capacidade de pagamento de investimentos e de empréstimos externos absorvidos domesticamente” (SALVADOR, 2008, p. 88). Ficam, assim, sujeitos à lógica dos países centrais.

Diante disto, destaca-se também a utilização do fundo público para o “socorro” a empresas privadas em dificuldades financeiras no processo de crise estrutural. Neste aspecto, os Bancos Centrais têm papel bem definido, pois por meio de condições de “autonomia” acabam injetando dinheiro público, de maneira direta, em empresas privadas, em nome da “saúde financeira” nacional. Salvador (2008) afirma que vários países recorreram a este recurso, principalmente na crise de 2008. Os EUA utilizaram o montante de US\$ 700 bilhões do seu fundo público em repasse para entidades financeiras de Wall Street. “Tal crise se alastrou para os cinco continentes; em diversos países, o fundo público passou a introduzir dinheiro dos contribuintes no socorro ao sistema financeiro privado” (SALVADOR, 2008, p. 92), tais como Japão, Alemanha, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Inglaterra, Islândia e Brasil.

Assim, com este processo de financeirização da riqueza, os mercados:

[...] passam a disputar cada vez mais recursos do fundo público pressionado por destinação cada vez mais elevada de recursos para a esfera financeira, que passa pela remuneração dos títulos públicos emitidos pelas autoridades monetárias e negociados no mercado financeiro, os quais constituem importante fonte de rendimentos para os investidores institucionais. Além da transferência de recursos do orçamento público para o pagamento de juros da dívida pública, que é combustível alimentador dos rendimentos dos rentistas. (SALVADOR, 2008, p. 98).

Sobre esta importante função desempenhada pelo fundo público como mais uma fonte de lucratividade para o grande capital, Chesnais (2012) acrescenta ser necessário analisar a questão da ilegitimidade das dívidas públicas. A reestruturação da dívida consistiria em reexaminar os contratos de emissão da dívida, a fim de liberar sua carga. Assim, uma auditoria “tem como finalidade identificar os fatores que permitem classificar a dívida como ilegítima, bem como aqueles que justificam ou até exigem o reembolso de uma fração da dívida a determinados credores” (CHESNAIS, 2012, p. 155). A questão aí levantada é também considerada por vários estudiosos da área, inclusive que muitas das dívidas dos países periféricos foram pagas no decorrer de décadas de rapinagem do fundo público.<sup>9</sup>

É importante destacar que o fundo público é a principal fonte de financiamento para as políticas sociais públicas. São os direitos sociais – a muito custo conquistados/concedidos em um percurso de correlação de forças na luta política e de embate entre as classes sociais no âmbito estatal – que ficam seriamente ameaçados neste processo. A precarização das políticas sociais tem como fundamento o contexto de crise estrutural do capital e está alicerçada no conjunto de medidas implementadas pelo Estado, com viés neoliberal de corte dos gastos públicos na área social e utilização de sua fonte de financiamento para o fortalecimento da lógica do capital financeiro de característica especulativa e predatória.

No Brasil, o fundo público tem no orçamento público sua expressão mais visível. São os gastos orçamentários que estabelecem a direção e as ações prioritárias do Estado com políticas sociais públicas, a composição das receitas. Por essa razão, o orçamento é uma peça contábil e política que reflete a correlação de forças sociais e políticas da sociedade para utilização e/ou apropriação dos recursos públicos. Envolve uma série de negociações políticas, as quais determinam quem irá pagar seu financiamento, como a carga tributária no país tem caráter regressivo, agravando a situação dos mais pobres e aliviando os mais ricos. (SALVADOR, 2012).

---

9 O Equador é o exemplo de país que realizou a auditoria da dívida pública em 2007, durante o governo de Rafael Correa, o que permitiu suspender o pagamento da dívida e obrigou os banqueiros, principalmente os americanos, a negociar.

O Brasil, até a década de 1980, havia avançado na perspectiva dos direitos sociais, trabalhistas e sindicais no plano legal, através da materialização da Constituição Federal de 1988, de ampliação da seguridade social, de universalização dos serviços sociais públicos, controle social, gestão e financiamento. Porém, num contexto de crise, já a partir da década de 1990, esses avanços foram submetidos à lógica do ajuste fiscal e não se efetivaram na vida da maioria da população brasileira, devido ao retrocesso e ao processo de desmonte destes direitos, logo a seguir à sua promulgação. Isso se agravou nos últimos anos, principalmente a partir do governo Temer (2016-2018).

Nossa Constituição Cidadã se encontra atualmente em uma conjuntura perversa de fortalecimento do capital internacional na economia, em detrimento de melhores condições sociais. No aspecto dos direitos sociais, pouco sobrou do texto original da Carta Magna. No conjunto de “reformas” estruturais realizadas pelo Estado brasileiro desde a década de 1990, destacam-se as propaladas Emendas Constitucionais, “remendos” legais que retrocederam as conquistas sociais que haviam sido incorporadas à Constituição.

A Constituição Federal de 1988 contempla as políticas sociais e destaca o sistema de Seguridade Social, estabelecendo-a como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, que é composta de três políticas sociais: saúde, previdência e assistência social. A saúde tem caráter universal; a previdência social, caráter contributivo; e a assistência social, distributivo. A Carta de 88 preconiza a ampliação dos direitos sociais, responsabilizando o Estado por sua efetivação.

Porém, estes direitos sociais, na realidade, não foram universalizados nem uniformizados. Assim, a política previdenciária sofreu diversas alterações através de seis emendas constitucionais diferentes.<sup>10</sup> Destacamos as Emendas Constitucionais 20/1998, 40/2003 e 41/2003, que promoveram profundas mudanças nesta política. A primeira substituiu tempo de serviço por tempo de contribuição, estabelece uma idade mínima para a aposentadoria, instituiu o Fator

---

10 Emendas constitucionais que alteraram a política previdenciária brasileira: 20/1998, 40/2003, 41/2003, 47/2005, 70/2012 e 88/2015.

Previdenciário e extingue a aposentadoria para professores universitários aos 25 anos de serviço. As demais agravam as exigências da aposentadoria para servidores públicos. Estas “reformas” alteraram o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – para trabalhadores da rede privada – e o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) – dos servidores públicos – que abriu espaço para o crescimento da previdência complementar privada, capitalizando os grandes bancos. Diante disso, modificaram formas de aposentadoria, alteraram a idade mínima e o tempo de contribuição, entre outros critérios. Estas emendas enfatizam as necessidades do grande capital em detrimento das dos trabalhadores; elas “[...] conseguiram alterar os princípios que determinavam a previdência social como política de proteção social, transformando-a numa modalidade de seguro social” (SANTOS, 2017, p. 25-26). Tais mudanças não alteram as falhas na organização do sistema previdenciário, as formas de arrecadação, a fiscalização das receitas e o controle da sonegação.<sup>11</sup>

Com relação à política de assistência social, as principais emendas são as de número 31/2000 e 67/2010. A primeira institui a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, com período de vigência até 2010; já a segunda prorroga por tempo indeterminado a vigência do Fundo. Entre as suas fontes de receita consta um adicional de 5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre produtos supérfluos. Esta emenda também permitiu aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios criar os seus próprios Fundos; para tanto, autorizou a criação de adicionais de até 2% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e de até 0,5% do ISS, a incidirem sobre produtos e serviços supérfluos. Os valores arrecadados devem ser destinados para o desenvolvimento de programas de assistência social nos estados e municípios. Diante da conjuntura de ajustes fiscais, provavelmente estes recursos, mais cedo ou mais tarde, serão também alvo da rapinagem capitalista.

---

11 Atualmente, o governo Jair Bolsonaro (2019) está em negociação com os parlamentares da Câmara e do Senado para aprovação de outra reforma da previdência, ainda mais dura, que envolve o aumento do tempo de contribuição e de idade mínima para a aposentadoria, além de modificar regras de acesso a outros benefícios.

Já em referência à saúde pública, destaca-se a Emenda 29/2000. Esta tem como objetivo assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Estabelece que os estados deveriam destinar, no mínimo 12%, e os municípios, 15% de suas receitas de impostos e transferências constitucionais com assistência à saúde, e para a União, destinando de 10% de sua receita bruta. A emenda foi aprovada após 11 anos de mobilização social, porém sofreu alterações do projeto original, com a retirada da proposta dos 10% da União, a qual aplicará o valor nominal gasto no ano anterior, acrescido da variação do Produto Interno Bruto (PIB).

De acordo com Fortes (2012, p. 172), apesar de aparentemente a destinação de recursos financeiros para a saúde pública ter aumentado, a divergência de arrecadação e de implementação da EC 29 entre os estados e municípios acirrou os conflitos de interesses políticos em torno dos montantes que deveriam ser destinados a esta política. Isso resulta na fragilidade da utilização dos recursos do fundo público e na destinação adequada para alcançar as demandas reais da população.

Observa-se que as Emendas Constitucionais que incidiram sobre as políticas da seguridade social modificam as formas de financiamento e a destinação dos recursos públicos. Ao tratar das “reformas” sofridas pela seguridade social brasileira, Salvador (2017) afirma que:

[...] a seguridade social e seu orçamento são peças-chaves para a compreensão do ajuste fiscal e da captura do fundo público pelo Capital Portador de Juros (CPJ). Como parte da política de ajuste fiscal, em curso desde 1993, que prioriza a realização de superávits primários para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública, o governo federal vem se apropriando das contribuições sociais destinadas à seguridade social. (SALVADOR, 2017, p. 426-427).

Dessa forma, de acordo com o mesmo autor, o desmonte do financiamento vem ocorrendo no Orçamento da Seguridade Social (OSS) num contexto de ajuste fiscal do Estado. A principal forma desse desmonte do financiamento da seguridade ocorre através da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que, originalmente, é uma estrutura que permite ao governo federal usar livremente 20% de todos os

tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. Em 2016, a DRU foi prorrogada até 2023 e ampliada para 30%, através da Emenda Constitucional nº 93/2016. Por meio deste mecanismo, é possível transformar os recursos que seriam destinados ao financiamento das políticas de seguridade social em recursos fiscais para a composição do superávit primário, direcionados ao pagamento dos juros da dívida.

Outra emenda constitucional que atinge diretamente a seguridade social é a 95/2016. Esta emenda implementa um Novo Regime Fiscal (NRF), que propõe congelar as despesas primárias do governo por vinte anos, sendo os valores corrigidos apenas de acordo com a inflação. Entre as despesas primárias não se considera o pagamento de juros da dívida. O NRF implica a inviabilidade de “[...] vinculação dos recursos para as políticas sociais nos moldes desenhados na CF de 1988” (SALVADOR, 2017, p. 429). Isto caracteriza mais um retrocesso na área do direito social no Brasil, pois a tendência será de menos encargos financeiros reais do Estado para o provimento de políticas sociais, o que dificulta não só a efetivação das políticas já existentes, como também impossibilita sua ampliação.

De acordo com o Relatório Específico de Auditoria Cidadã da Dívida nº 01/2017, o Orçamento Geral da União executado em 2016, de R\$ 2.572 trilhões, destinou 43,94% aos juros e amortizações da dívida; 22,54% à Previdência Social; 3,02% para a Assistência Social e 3,90% para a Saúde. Em 2017, o orçamento previsto foi de R\$ 3,399 trilhões; destes, 50,66% para os juros e amortizações da dívida; 19,13% para a Previdência Social, 2,45% para a Assistência Social e 3,16% para a Saúde.

Essas “reformas” e dados da realidade revelam o compromisso do governo federal em se adequar às intenções do FMI e do BM, assim como a preocupação em realizar o ajuste fiscal, aprofundando os privilégios da dívida, sem efetivamente realizar mudanças estruturais na gestão das políticas sociais. Onera, portanto, a maioria da população com o desemprego, a precarização e a desregulamentação do contrato de trabalho, num contexto em que o capital especulativo e financeiro se torna atrativo, impulsionando a acumulação capitalista.

Nesse sentido, os direitos sociais garantidos formalmente na Constituição Federal de 1988 acham-se cada vez mais distantes de sua efetivação; os gastos com as políticas sociais estão longe de um patamar ideal, refletindo no aumento da pobreza, da concentração de riqueza, da desigualdade social e do extermínio da população jovem, idosa, pobre e negra.

### **Considerações finais**

Diante das análises apresentadas, percebe-se a importância de se compreender o movimento dialético da realidade social em sua totalidade. Apenas a partir do exame dos fundamentos da relação entre processos econômicos, políticos e sociais da sociabilidade vigente, pode-se desvelar a realidade atual da crise capitalista e a atuação do Estado neste processo.

Assim, podemos afirmar que, em meio à dificuldade de deslocamento de suas contradições diante da crise estrutural, o capital busca implementar estratégias para a sua reprodução e manutenção do controle sobre a força de trabalho. Com a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a financeirização, o modo de produção capitalista continua a se perpetuar, porém com maiores dificuldades. Isto expõe certos limites à sua lógica.

Na conjuntura de crise estrutural, aprofundam-se a concentração e a centralização de capitais nos grandes grupos monopolistas; a exploração da força de trabalho só aumenta; e o desemprego, a violência e a barbarização da vida social persistem.

Neste contexto, o desenvolvimento das políticas sociais e sua ampliação estão fortemente ameaçados. Os recursos que deveriam ser destinados à implementação dos serviços sociais públicos passam a ser desviados para outros fins, de maior interesse do capital e para a manutenção deste sistema.

A realidade nacional mostra-se refém desta demanda global de ajustes estruturais do processo de reestruturação da economia mundial. Isto evidencia um grande anacronismo nas políticas sociais, devido às “reformas” regressivas sofridas pela Constituição

Federal de 1988, acarretando graves consequências para a manutenção e o fortalecimento da seguridade social brasileira, pois ocasiona, em última instância, a não efetivação da mesma, distanciando-a das necessidades concretas da população. Contudo, é necessária uma análise aprofundada dos fatores fundamentais que alicerçam este movimento econômico e político, para assim identificarmos formas de enfrentamento desta realidade.

Artigo submetido em 26/02/2019

Aceito para publicação em 13/05/2019

## Referências

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Relatório específico de auditoria cidadã da dívida. Nº 1/2017.** Disponível em: <<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/relatorio-especifico-de-auditoria-cidada-da-divida-no-1-2017/>>.

BEHRING, Elaine R. **Política social no capitalismo tardio.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, **que alterou o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/725531.pdf>>.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, **para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.** Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_sus20anos/20anossus/legislacao/emendaconstitucionaln29.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/20anossus/legislacao/emendaconstitucionaln29.pdf)>.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 31, de 15 de dezembro de 2000. **Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/142356.pdf>>.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 40, de 29 de maio de 2003, **que mudou o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc40.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc40.htm)>.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, **que complementa em detalhes a EC 20/1998...** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm)>.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 67, de 22 de dezembro de 2010. **Prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2010/emendaconstitucional-67-22-dezembro-2010-609828-publicacaooriginal-131132-pl.html>>.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. Capital especulativo e alternativas para a América Latina. In: GOMES, Helder (Org.). **Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea.** São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: GOMES, Helder (Org.). **Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea.** São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CHESNAIS, François. (Org.). **A finança mundializada.** São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François. **As dívidas ilegítimas:** quando os bancos fazem mão baixa nas políticas públicas. Lisboa: Circulo de Leitores, 2012.

FORTES, Fátima Beatriz. A Emenda Constitucional nº 29, de 2000, e os governos estaduais. **Lua Nova**, n. 87, p. 167-202, 2012.

FONTES, Virginia. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serviço Social & Sociedade**, n. 130, p. 409-425, 2017.

MARX, Karl. **O capital.** Vol. I. Tomo I. Coleção Os Economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público no Brasil:** financiamento e destino dos recursos da seguridade social (2000 a 2007). Tese de doutorado. Brasília: UnB, 2008.

SALVADOR, Evilásio. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serviço Social & Sociedade**, n. 130, p. 426-446, set.-dez./2017.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e o Financiamento das políticas sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, v. 14, n. 2, p. 4-22, jan.-jun./2012.

SANTOS, Milena. As influências das agências multilaterais nas “reformas” da previdência social brasileira. **Ser Social**, v. 19, n. 40, p. 13-30, jan.-jun./2017.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. Fundo público e políticas sociais no capitalismo: considerações teóricas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 126, p. 318-339. São Paulo: Cortez, 2016.

---

# SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

---

## A política de assistência social brasileira na encruzilhada

*Brazilian social assistance policy at a crossroads*

Isabela de Vasconcelos Teixeira<sup>1</sup>

Ricardo Carneiro<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo examina o processo de implementação da política de assistência social brasileira, enfatizando o modelo de descentralização e de financiamento que lhe dá suporte. O objetivo é analisar este modelo, que deu sustentação à implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), apontando suas fragilidades e limites, a partir do resgate do seu

---

1 Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (MG), especialista em Gestão Pública pela Fundação João Pinheiro (MG), diretora de Gestão do Suas, da Subsecretaria de Assistência Social. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Prefeitura de Belo Horizonte.

2 Graduado em Matemática pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutor em Ciências Humanas, Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professor e pesquisador da Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, ex-diretor da Escola de Governo e ex-presidente da Fundação João Pinheiro.

processo de institucionalização, da análise do perfil do gasto no setor e dos constrangimentos legais colocados pelo contexto atual. Dados do gasto em assistência social, nos últimos anos, revelam a centralidade da corresponsabilidade federativa para sua sustentação, assim como forte priorização dos programas de transferência de renda, em detrimento dos serviços continuados, no âmbito federal. Procurou-se demonstrar que o ajuste fiscal advindo da aprovação da Emenda Constitucional n. 95 fragiliza a continuidade dos serviços e benefícios já implantados, colocando os municípios brasileiros em uma encruzilhada.

**Palavras-chave:** descentralização; financiamento; assistência social.

**Abstract:** This article examines the implementation of the Brazilian social assistance policy, emphasizing the model of decentralization and financing that supports it. The objective is to analyze this model, which supported the implantation of the System of Social Assistance, pointing out its fragilities and limits, from the rescue of its institutionalization process, the analysis of the profile of spending in the sector and the legal constraints placed by the current context. Data on social assistance spending in recent years reveal the centrality of federative co-responsibility for its sustainability, as well as a strong prioritization of income transfer programs, to the detriment of continued services, at the federal level. It was tried to demonstrate that the fiscal adjustment coming from the approval of the Constitutional Amendment n. 95 weakens the continuity of services and benefits already implemented, placing the Brazilian municipalities at a crossroads.

**Keywords:** decentralization; financing; social assistance.

## Introdução

A investigação sobre as políticas sociais brasileiras, não obstante a diversidade de perspectivas que a permeia, encontra um marco temporal e analítico comum na Constituição Federal de 1988 (CF-88). O arranjo federativo e institucional forjado pela nova Constituição trouxe mudanças importantes para as políticas setoriais, com consequências para seu modelo de implantação e de financiamento. A definição constitucional do sistema de seguridade social conferiu à política de assistência social o patamar de política pública de dever do estado e direito do cidadão. À luz das diretrizes de descentralização, participação e cooperação federativa, esta política alcançou nos últimos 15 anos avanços importantes em termos da expansão de uma rede de ofertas municipalizada e do crescimento do aporte de

recursos financeiros investidos no setor, em relação ao gasto total com despesas primárias. Entretanto, as mudanças político-administrativas, advindas da aprovação da Emenda Constitucional n. 95 em 2015, apontam para um cenário de incertezas.

Tendo isso em vista, o presente artigo examina o processo de formulação e implementação da política de assistência social brasileira, que resultou na construção do Sistema Único de Assistência Social (Suas), enfatizando o modelo de financiamento que lhe dá suporte, suas potencialidades e, principalmente, seus limites, evidenciados pela edição, em 2016, da Emenda Constitucional n. 95 (EC 95). Para a consecução deste objetivo geral, a análise desdobra-se em três seções, além desta introdução e das conclusões.

A segunda seção discute rapidamente o conceito de descentralização e sua aplicação no modelo federativo delineado pela CF-88, que informam a engenharia institucional envolvida no desenho e implantação da política de assistência social. A terceira seção trata da construção propriamente dita da referida política, destacando o papel delineador que a CF-88 assume no processo. A quarta seção direciona a atenção para seu modelo de financiamento, baseado no cofinanciamento dos entes federados, mostrando sua capacidade de induzir a descentralização da prestação dos serviços socioassistenciais, de um lado, e sua vulnerabilidade face a mudanças político-administrativas que possam afetar sua sustentabilidade financeira, na linha da mencionada EC 95, de outro. As conclusões retomam a análise empreendida para problematizar como as medidas de corte de gastos adotadas pelo governo federal poderão fragilizar e ameaçar a continuidade dos serviços e benefícios já implantados, uma vez que os municípios dependem fortemente da cooperação interfederativa para seu financiamento.

### **Descentralização e sua trajetória recente no Brasil**

A descentralização tem desempenhado um papel central na ideologia dominante da gestão pública contemporânea, sendo adotada de forma diversa pelos diferentes países (POLLITT, 2005, p. 371-372). O tema adquire maior visibilidade a partir da

difusão da *New Public Management* (NPM) – movimento reformista que abrange diversos conceitos, ferramentas e técnicas de gestão inspirados no setor privado (CARNEIRO; MENICUCCI, 2011) – que confere, às suas presumidas vantagens no tocante a ganhos de eficiência, um status “inquestionável”.

Descentralização pode ser definida como “autoridade distribuída de um número pequeno para um número maior de atores”<sup>3</sup> ou de uma autoridade central para outras (POLLITT, 2005, p. 373-374). Esta noção guarda uma diversidade de implicações, pois existem muitas maneiras de se “espalhar” a autoridade: descentralização política, administrativa, territorial, funcional, competitiva, cooperativa, interna, externa, delegativa, devolutiva etc. Dentre as alternativas de abordagem da questão, interessa destacar, para os propósitos do presente artigo, a concepção que a trata como um processo de redistribuição de poder entre esferas ou instâncias distintas de governo, o que se aplica, em especial, a um sistema político-administrativo de moldagem federativa. É nessa direção que vai a definição proposta por Abrucio (2006, p. 78), segundo a qual a descentralização configura:

[...] um processo nitidamente político, circunscrito a um Estado nacional, que resulta da transferência (ou conquista) efetiva de poder decisório a governos subnacionais, que a) adquirem autonomia para escolher seus governantes e legisladores; b) para comandar diretamente sua administração; c) para elaborar uma legislação referente às competências que lhe cabem. E, por fim, d) para cuidar de sua estrutura tributária e financeira.

Como observam Carneiro e Menicucci (2011), enquanto nos países desenvolvidos o principal vetor a impulsionar a descentralização foi a onda reformista da NPM<sup>4</sup> na América Latina sua adoção está mais diretamente associada aos processos de redemocratização. O Brasil segue a tendência latino-americana, mas apresenta também particularidades relacionadas às motivações que impulsionaram esse processo e até mesmo à sua conformação, que pode ser vista como

---

3 Tradução nossa.

4 *New Public Management* ou Nova Administração Pública.

radicalizada na medida em que se criou no país, a partir da CF-88, uma federação singular composta por três entes federados – União, estados e municípios. (SOUZA, 2005).

Em oposição ao centralismo autoritário da ditadura militar, foi se formando, no decorrer dos anos 1980, um relativo consenso em torno das virtudes da descentralização (ARRETCHE, 2000), ancorada em uma perspectiva municipalista, na qual se inscrevem a defesa da restauração do federalismo (SOUZA, 2005) e a garantia de estratégias de participação social (ABRUCIO, 2006). Assim, no processo constituinte de 1987/88, a descentralização é vista como estratégia não somente para consolidar a democratização, mas também para trazer inovações para a gestão pública e para a redistribuição do poder para os entes subnacionais, constituindo um eixo estruturante no redesenho do pacto federativo brasileiro promovido pela CF-88. (SOUZA, 2005).

No modelo federativo instituído pela CF-88, a divisão territorial do poder confere autonomia à União, aos estados e aos municípios nas dimensões política, fiscal e administrativa, com a definição de uma série de competências específicas e comuns ou compartilhadas entre estes entes. No que tange às competências específicas, o rol mais amplo, e mais importante, de atribuições é endereçado à União, cabendo aos entes subnacionais atribuições residuais. Já no que se refere às competências comuns, faz-se a previsão do compartilhamento de um amplo conjunto de atribuições no campo da prestação de serviços públicos à população, sinalizando para um federalismo de concepção cooperativa. Dentre as diversas responsabilidades compartilhadas, descritas no art. 23 do novo texto constitucional, inclui-se a assistência social.

Como salientam Brasil et al. (2017, p. 381) “a opção por responsabilidades compartilhadas, contudo, não foi ancorada em nenhum tipo de regulamentação na CF-88”. A ausência de uma regulamentação mais geral para a cooperação entre os entes federados no desempenho de suas funções comuns “foi sendo gradativamente suprida por legislação infraconstitucional, de iniciativa do governo federal” (BRASIL et al., 2017, p. 382). No que diz respeito às políticas públicas seto-

riais, a normatização começa a tomar forma pela área da saúde, cujo marco referencial remete à Lei n. 8.080/1990,<sup>5</sup> que delinea o arcabouço mais geral do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse processo se estende, posteriormente, às demais áreas, como a assistência social, refletindo a priorização que assumem, ou não, no âmbito da agenda pública dos governos que se sucedem após a promulgação da CF-88.

Da perspectiva do financiamento, a CF-88 redesenhou a repartição da receita tributária entre os níveis de governo com base em dispositivos que prescindiam de regulamentação por legislação infraconstitucional para a entrada em vigor. O novo texto constitucional favoreceu os municípios, combinando a ampliação de seu poder de taxação com a substantiva elevação das transferências compulsórias de recursos por parte dos governos estadual e federal (AFFONSO; SILVA, 1996). A essas fontes de financiamento somam-se, ainda, as transferências de natureza voluntária, que vão adquirir particular relevância no âmbito das políticas sociais, por meio da criação de fundos setoriais. No entanto, a maior parte das receitas arrecadadas pelo setor público no país mantêm-se sob controle da União, cabendo aos municípios uma fração que tem se situado, estruturalmente, em patamar inferior a 20% do total. (CARNEIRO; BRASIL, 2016).

### **A construção da política de assistência social e o papel delineador da CF-88**

A assistência social percorreu um longo e tortuoso caminho antes de galgar o *status* de política pública de defesa de direitos sociais e de proteção social no Brasil. Até os anos 1930, esse campo foi constituído por ações pontuais e voluntaristas de organizações da sociedade civil, entidades filantrópicas e de instituições religiosas. Como destacam Cardoso Jr. e Jaccoud (2009, p. 218), tais ações se direcionavam para os grupos sociais que se encontravam em condições de carência e entendidos como desobrigados de garantir sua sobrevivência por recursos próprios, como crianças abandonadas, pessoas com deficiência e idosos incapacitados para o trabalho.

---

5 Conhecida como Lei Orgânica da Saúde, tal lei especifica as atribuições dos diferentes níveis de governo no tocante a competências e gestão na área.

Foi a partir dos anos 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder central, que as mudanças sociais e políticas começaram a se acelerar no Brasil, sendo o avanço no campo dos direitos sociais um dos mais significativos. Muitas das conquistas em termos de direitos sociais, contudo, ficaram restritas ao campo das relações de trabalho. A intervenção de caráter estatal na assistência social foi organizada a partir da criação do Conselho Nacional de Seguro Social (CNSS), em 1938, e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, adquirindo, a partir de então, maior visibilidade e importância na agenda pública. No entanto, a ação do poder público assumiu um papel complementar, sendo o protagonismo de atuação na área mantido com as entidades não estatais. Além disso, as ações eram restritas e de caráter assistencialista, tratando apenas parcialmente o problema da pobreza, com foco na maternidade e na infância (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2009, p. 219).

Durante o período da ditadura militar, iniciado em 1964, as políticas sociais não foram alteradas em seu cerne, mas passaram por uma estratégia de “modernização conservadora” (FAGNANI, 2005, p. 2), na qual se inserem a privatização do espaço público e a fragmentação institucional. O paradigma de financiamento do campo social era altamente regressivo, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades sociais, e sensível às flutuações econômicas, visto que era ancorado nas contribuições sociais sobre a folha de salários. Nos anos de 1970, começou um processo mais amplo de reorganização da sociedade e de luta pela redemocratização. Na década de 1980, com o início da abertura do regime militar e a crescente demanda social reprimida nas décadas anteriores, fortaleceu-se um projeto de reforma progressista que buscava a construção de um Estado democrático, redistributivo, universal e igualitário, forjado no processo de reorganização política da sociedade civil.

Uma das grandes inovações trazidas pela CF-88 foi a inclusão da política de assistência social no âmbito da seguridade social, junto com a saúde e a previdência social. Em seu art. 204, o novo texto constitucional define que a assistência social deve se organizar com base nas diretrizes de participação popular e de descentralização político-administrativa, “cabendo a coordenação e as normas

gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social” (BRASIL, 1988). A inclusão dessas conquistas na CF-1988 está relacionada à evidência que os limites da resposta econômica e filantrópica ao problema da vulnerabilidade de uma parcela ampliada da população ganharam na década de 1980, gerando uma retomada do debate sobre a “questão social”. A insuficiência de precarização das respostas dadas pela via do mercado de trabalho e o recrudescimento do debate democrático fizeram com que a pobreza passasse a ser vista como “questão social” que demanda a intervenção estatal.

Para Fagnani (2005, p. XV), ao mesmo tempo em que a aprovação da CF-88 representou “um extraordinário avanço na reestruturação do sistema de proteção social brasileiro”, quando “desenhouse, pela primeira vez na história do Brasil, o embrião de um efetivo Estado social, universal e equânime”, a atuação das forças conservadoras procurou bloquear a implementação de parte dos avanços nela garantidos. No que tange à assistência social, o fato de o texto constitucional ter deixado em aberto sua regulamentação acabou por favorecer a continuidade das práticas anteriores e retardou o início de sua institucionalização como política pública.

Na análise que faz sobre os determinantes do processo de descentralização das políticas sociais no país, Arretche (2000, p. 30) destaca a relevância explicativa do legado das políticas prévias, segundo o qual os “processos de reforma de programas sociais são influenciados pela herança institucional de programas anteriores”, consoante a noção de dependência de trajetória. De acordo com essa linha de interpretação, o legado das políticas prévias conforma não só os interesses que estarão em jogo e influenciarão a adesão ou não à proposta de descentralização, mas também as capacidades institucionais de ação das burocracias de assunção de gestão e execução de intervenção na área. Assim, o papel coadjuvante historicamente assumido pelo Estado brasileiro na assistência social em relação à primazia das ofertas de iniciativa de entidades não estatais fez com que se configurasse um cenário de ofertas fragmentadas, descontínuas e desiguais no território. Subproduto do processo, pode-se

inferir a existência de reduzida capacidade instalada, em termos gerenciais, de recursos e de infraestrutura, para a assunção, pelos municípios, da responsabilidade pela oferta direta dos serviços setoriais à população. Por sua vez, resguardados pelo princípio da soberania assegurada pelo pacto federativo posto na CF-88, os entes subnacionais de governo “assumem a gestão de políticas públicas sob a prerrogativa da adesão, precisando, por tanto, ser incentivados para tal” (ARRETCHE, 1996, p. 47). Dessa forma, para que a descentralização pudesse ter efetividade e os municípios de fato assumissem a responsabilidade pelas ações da assistência social revelava-se fundamental a adoção de estratégias de indução da adesão, no bojo da regulamentação da política setorial.

Essa regulamentação começa a tomar forma com a publicação da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) – Lei n. 8.742 – em 1993, ou seja, cinco anos depois da promulgação da CF-88. A Loas reafirma os princípios definidos no texto constitucional, mais especificamente a descentralização político-administrativa, a participação da população e a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Com a Loas, tem início a construção da noção de proteção social como conceito que confere especificidade e dá a direção sobre os rumos das ofertas dessa política. No entanto, a publicação da Loas não implicou, de forma automática, na descentralização. Os avanços foram materializados e consolidados progressivamente por meio da expedição de várias normativas e legislações, promulgadas a partir de 2003, quando tem início o primeiro Governo Lula. A partir do referido ano, há uma intensificação da publicação de atos normativos federais – com destaque para a Política Nacional de Assistência Social (Pnas) e as Normas Operacionais Básicas (NOBs) do Suas<sup>6</sup> – que produziram uma centralidade da União na condução da política setorial, gerando efeitos para o pacto federativo e o papel de cada ente em seu desenvolvimento. (SPOSATI, 2013).

---

6 Para uma visão panorâmica acerca das principais normativas promulgadas desde a Loas até 2012, ver Sposati (2013).

Aprovada em 2004, a Pnas trouxe elementos centrais para a definição do marco conceitual das intervenções e para a organização das ofertas socioassistenciais, já incorporando as sementes para a criação do Suas, consoante às deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003, que avançou na conceituação de proteção social e na demarcação da especificidade da política setorial. A Pnas delimitou e caracterizou as ofertas da política, criando níveis de proteção social – básica e especial – que orientam seus objetivos, escopo e resultados a serem buscados, e definiu os serviços, programas, projetos e benefícios que devem ser ofertados pelo Estado e pela rede socioassistencial privada – estes últimos, serviços de caráter complementar. Nela aparece ainda, de maneira inovadora para o campo, a proposição da criação das unidades públicas estatais de assistência social denominadas Centros de Referência de Assistência Social (Cras), que têm a função de executar serviços de proteção social básica e de organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social.

Assim, a Pnas cumpriu uma tarefa importante no sentido de buscar dar identidade e organizar as bases das ofertas de assistência social e, sobretudo, de resgatar a primazia da responsabilidade estatal das ofertas. Vale destacar que, até o início dos anos 2000, a atuação estatal ainda era precária em termos de prover ofertas para a população, observando-se o predomínio das ofertas privadas – processo denominado por alguns autores como “refilantropização” social (NOGUEIRA, 2004; PAOLI, 2002, apud MESQUITA et al., 2012, p. 12), que ia na contramão das diretrizes da CF-88.

A criação dos Cras marcou a trajetória de municipalização das ofertas da política setorial. Não obstante, não bastava a proposição de um conceito de unidade pública para assegurar sua implantação pelos municípios. Tendo em vista esse intuito, a Pnas e a NOB 2005 transformaram o modelo de financiamento da política, em que prevaleciam relações convenientes de transferência de recursos entre os entes federados, além do repasse direto para as entidades não governamentais. Tais relações foram substituídas por transferências fundo a fundo, que conferiram maior agilidade e regularidade ao repasse e maior segurança ao uso dos recursos.

Além da agilização do processo, a nova modalidade de transferências teve forte caráter indutor da adesão dos municípios à política setorial, na medida em que elas passaram a ser compostas por “pisos de cofinanciamento”, os quais só poderiam ser aplicados na implantação e manutenção do serviço específico a que correspondiam. Para a implantação do Cras, foi criado o Piso Básico Fixo, que poderia ser usado para a instalação da unidade pública e para o custeio do serviço ofertado, além de financiamentos específicos para sua construção que contemplaram diversos municípios em todo o território nacional.

De modo semelhante ao SUS, o Suas também adotou o mecanismo de habilitação dos municípios como estratégia de indução da adesão ao sistema. A Pnas e a NOB 2005 definiram critérios de classificação dos municípios por porte populacional, a partir dos quais foram estabelecidos níveis de gestão – inicial, básica e plena. A existência de diferentes níveis de habilitação visava a conferir flexibilidade ao desenho de municipalização, de modo a facilitar a adesão dos municípios ao permitir uma maior adequação entre os custos prováveis da assunção das atribuições e a capacidade local de aportar recursos.

A normatização e a conformação de um modelo de financiamento que fortalece a adesão impulsionaram o processo de municipalização dos serviços de assistência social, como sinaliza a rápida expansão da rede de Cras. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), já em 2007, três anos após a edição da Pnas, existiam 4.195 Cras no país. Em 2016, alcançou-se a marca de 8.240 Cras em 5.225 municípios, com uma cobertura territorial de cerca de 93,8% do total. (SNAS/MDS, 2016).

Vale ressaltar que, após a NOB Suas 2005, vários outros pisos de cofinanciamento federal foram criados, o que ampliou ainda mais as ofertas municipais. Além dos Cras, destaca-se a criação dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), a partir de 2010, que já alcançava, em 2016, um total de 2.521 unidades distribuídas por 2.201 municípios do país. (SNAS/MDS, 2016).

## **Corresponsabilidade federativa no financiamento e a descentralização da política de assistência social**

Como apontado, o modelo de financiamento das ações de assistência social acompanhou as transformações institucionais rumo à consolidação da diretriz de descentralização e municipalização das ofertas. Uma das principais inovações observadas foi a superação do modelo convencional de transferências voluntárias de recursos entre os entes federados e sua substituição por uma lógica de transferência regular e automática, operacionalizada por meio dos fundos de assistência social. A criação desses fundos, obrigatória para os três entes federados, tornou-se um poderoso instrumento de indução para a assunção da responsabilidade compartilhada do financiamento da política, em linha com o modelo federativo cooperativo adotado pela CF-88 e reafirmado pela Loas. Ademais, a NOB/Suas 2005 trouxe a instituição dos pisos de financiamento por serviços, ancorada na concepção de que as ofertas socioassistenciais são continuadas e, portanto, devem ser baseadas na disponibilização ininterrupta e integral de serviços à população.

A obrigatoriedade do cofinanciamento continuado e regular das ofertas socioassistenciais pelos três entes federados foi institucionalizada por meio da alteração realizada na Loas pela Lei n. 12.435, de 2011. Ao mesmo tempo, foram criadas instâncias de gestão compartilhada da política e de seu financiamento, com destaque para os conselhos de assistência social, que possibilitam a participação popular, e para as comissões intergestores, que são espaços de pactuação entre gestores dos três níveis de governo acerca de critérios de partilha de recursos e de diretrizes nacionais para sua alocação.

Dados sobre a estruturação da gestão da assistência social nos municípios brasileiros apontam que a estratégia de indução implementada pelo governo federal teve êxito na descentralização da política setorial.

No âmbito do financiamento, tem-se que 5.559 municípios, de um total de 5.561, os 26 estados e o Distrito Federal recebem o cofinanciamento de serviços, programas e projetos do governo

federal.<sup>7</sup> Essa quase universalização do cofinanciamento fundada nas transferências fundo a fundo foi galgada paulatinamente, por meio da pactuação de critérios de expansão do cofinanciamento federal que incorporaram ano a ano um número maior de municípios e por meio do crescimento do aporte de recursos alocados no Fundo Nacional de Assistência Social.

A aplicação de recursos na política de assistência social experimentou expressivo aumento a partir de 2003, reflexo do crescimento da concessão de benefícios e da implantação de um amplo programa de transferência de renda, além do processo de descentralização de suas ofertas. Mesmo sem a previsão constitucional de percentual de aplicação ou caráter de despesa obrigatória para todo o seu orçamento,<sup>8</sup> os recursos alocados na política setorial cresceram de forma sustentada ao longo dos mandatos presidenciais de Lula e de Dilma Rousseff, como mostra estudo sobre o Gasto Social Federal (GSF) realizado pela Secretaria Nacional do Tesouro Nacional (BRASIL, 2016), segundo o qual eles passam de 0,5% do PIB, em 2002, para 1,5%, em 2015. Quanto ao percentual que a assistência social representa dentro do total do GSF, houve expressivo aumento de 3,7% para 8,8% no período.

A principal destinação dos recursos aplicados pelo governo federal na política de assistência social foi o custeio de benefícios e de transferência de renda direta aos cidadãos em situação de pobreza. Como mostram Paiva et al. (2016, p. 15), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) correspondeu a 54,1% da despesa realizada pelo MDS, em 2006, e 57,4% da despesa projetada para 2016; o Programa Bolsa Família (PBF), a 35,4% e 35,8%; o cofinanciamento de serviços, 2,5% e 2,3%; e o gasto com demais itens de despesa, 7,9% e 4,4%, respectivamente, conforme Figura 1.

---

7 FONSEAS – DEMONSTRATIVO DE REPASSE POR ENTE, datado de 20/09/2017. Elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Social.

8 Ainda que a assistência social componha a seguridade social, seu orçamento não foi garantido por meio de vinculação constitucional e não se constitui, em sua integralidade, como despesa de caráter obrigatório.

**Figura 1:** Evolução da representatividade de itens selecionados do gasto federal na política de assistência social, 2006 e 2016

Tipo de gasto	2006 (%)	2016 (%)
BPC	54,1	57,4
Bolsa Família	35,4	35,8
Cofinanciamento	2,5	2,3
Outras despesas	7,9	4,4
Total	100,0	100,0

Fonte: Paiva et al. 2016, p. 15.

Observa-se que os benefícios e transferência de renda totalizaram 93,2% do volume dos recursos do orçamento federal alocados na política de assistência social, em 2016. O esforço de investimento realizado nessas modalidades representa, reconhecidamente, uma conquista da sociedade brasileira rumo ao alcance dos objetivos postos na CF-88, de erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Essa conquista corresponde ao cumprimento do papel do Estado brasileiro na garantia do princípio da dignidade humana, por meio do reconhecimento do direito das pessoas mais pobres e daquelas sem condições de inserção no mercado a uma renda mínima que lhes garanta a sobrevivência a partir de um patamar civilizatório e tem impacto positivo na redistribuição de renda e na diminuição da pobreza. (CURY; LEME, 2007; BRASIL, 2016).

Não obstante os importantes resultados na redução da extrema pobreza e da desigualdade social proporcionados pelo BPC e o PBF, destaca-se que a centralidade dos programas de transferência de renda em prejuízo ao fortalecimento da qualidade dos serviços socioassistenciais, denotam um caráter ainda focalista e seletivo às ações de assistência social no país e circunscrevem essa política dentro de um projeto neodesenvolvimentista. Como afirma Silva (2014, p. 388-89):

[...] o neodesenvolvimentismo é o projeto de desenvolvimento compatível com o atual regime de

acumulação, que, para garantir o processo de valorização do capital, emprega uma política de criação de condições macroeconômicas para o crescimento da economia capitalista. Por outro lado, para enfrentar as consequências nefastas do capitalismo hipertar- dio e seu regime de acumulação destrutiva, consti- tui as bases de um novo padrão de enfrentamento da questão social que centraliza, sobremaneira, os programas de alívio à pobreza.

Nota-se, pelas informações apresentadas na Figura 1, que a contribuição do orçamento federal para o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais implantados a partir da criação do Suas mantém-se praticamente estabilizada em termos de sua representati- vidade no total dos gastos da política de assistência setorial. Quando se excluem as transferências referentes ao BPC e ao PBF, são os municípios os entes que assumem maior relevo no financiamento das demais ações, principalmente os serviços continuados, como mostram os dados apresentados na Figura 2.

**Figura 2:** Gastos na assistência social da União (excluindo gasto com benefícios, estados e municípios em 2002 e 2009 – (em R\$ bilhões de 2009, corrigidos pelo IPCA)

Gasto	2002	2009
União	1,46	2,75
Estados	2,72	3,31
Municípios	3,78	5,97
Total	7,96	12,03

Fonte: Dados básicos – Mesquita et al. (2012, p. 13).

Os governos locais respondiam por 47,4% dos gastos relacio- nados ao cofinanciamento da assistência social, em 2002, passando para 49,6%, em 2009. No mesmo período, a participação dos estados passou de 39,1% para 27,5%, enquanto a da União avançou de 18,5% para 22,9% do total. Essa mudança na estrutura do cofinanciamento da política setorial reflete comportamentos diferenciados do aporte de recursos pelos entes federados. Enquanto os gastos da União mais

que dobraram no período, com uma variação de 102%, os dos municípios cresceram em 58% e os dos estados apenas 21%.

Ainda que desigual, a trajetória de crescimento e fortalecimento do modelo de financiamento da política de assistência deu suporte e impulsionou a criação de um número expressivo de unidades municipais de oferta de serviços socioassistenciais, como mostrado na seção anterior, cumprindo a diretriz de descentralização prevista na CF-88. No entanto, tal resultado favorável, para o qual o papel da esfera federal de governo revelou-se decisivo, defronta-se com um cenário político-institucional adverso, aberto pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. De fato, as reformas políticas propostas pelo Governo Temer, de nítida orientação neoliberal, que enfatiza o equilíbrio das contas públicas, com destaque para a EC 95, criam uma perspectiva nebulosa para a sustentabilidade e até mesmo para a continuidade do modelo de ofertas de primazia estatal e descentralizadas da política de assistência social.

Por meio da referida emenda, voltada ao ajuste fiscal por meio da contenção do crescimento dos gastos públicos, foi instituído novo regime fiscal no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União para os próximos 20 anos – 2017 a 2036. Essa norma define limites individualizados para as despesas primárias dos poderes e determina que, a partir do ano de 2018, o valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior não poderá ser ultrapassado, sendo seu reajuste restringido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que tem inegáveis impactos sobre a atuação do governo federal na área social.

Especificamente no que tange à assistência social, análise realizada por Paiva et al. (2016, p. 13) aponta para uma perda progressiva da capacidade de financiamento pelo MDS das responsabilidades socioprotetivas assumidas pelo Estado brasileiro. O impacto potencial do novo regime fiscal poderá chegar, de acordo com a referida análise, a uma redução de 54% do aporte de recursos para a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios setoriais, se considerados os padrões atuais, correspondendo a uma perda potencial de R\$ 868 bilhões até 2036. Nesse ano, a representatividade dos gastos na polí-

tica de assistência social em termos do PIB poderá cair do patamar de 1,5%, alcançado em 2015, para 0,70%, o que dá uma ideia geral da ordem de grandeza da retroação esperada.

Para além de implicar na impossibilidade de ampliação ou investimento na qualificação das ofertas socioassistenciais, Paiva et al. (2016, p. 15-17) argumentam que a EC 95 irá gerar uma grande pressão do custeio dos benefícios não contributivos, destacadamente o BPC, sobre o custeio dos serviços e programas. Na projeção dos autores, já em 2026 o custo com o BPC, considerando a manutenção das normas e ofertas vigentes em 2016 e o impacto do aumento da população idosa, corresponderia ao total de recursos estimados para o orçamento do MDS. A partir do referido ano, portanto, a perspectiva é de insuficiência de recursos orçamentários para garantir o pagamento desse benefício constitucional e o repasse de recursos aos estados e municípios com vistas ao cofinanciamento dos serviços, programas e projetos.

Apesar de o financiamento dessas ofertas ser de responsabilidade compartilhada entre os três entes federados, o modelo de cofinanciamento não tem como prescindir do aporte de recursos da União. A descontinuidade que se antecipa na participação da esfera federal no financiamento da política setorial dificilmente poderá ser contrabalançada pelos entes subnacionais. De um lado, a participação dos estados nesse financiamento revela-se historicamente frágil (MESQUITA et al., 2012) e desigual, o que se evidencia com nitidez no fato de o Censo Suas 2016 apontar a existência de três estados que não realizaram nenhum tipo de cofinanciamento aos municípios naquele ano. O incremento do aporte de recursos que fazem atualmente exigiria a reversão da trajetória delineada ao longo da implementação da política, conferindo-lhe uma maior prioridade política em seus orçamentos, nos quais as despesas obrigatórias deixam pouca margem para ampliação de gastos que não o são. De outro, os municípios já assumem expressivos encargos na área e se defrontam com limites similares aos dos estados no tocante à ampliação de gastos discricionários em seus orçamentos.

Os riscos de descontinuidade na descentralização da assistência social potencialmente expressivos face ao elevado número de municípios e estados envolvidos no processo tendem a se materializar pelas mãos da União. Sua aparente consolidação sinalizada pela ampla adesão dos governos locais e pela extensa rede de prestação de serviços socioassistenciais em funcionamento vê-se ameaçada de erosão por uma decisão do novo governo federal que assumiu após a deposição de Dilma Roussef, informada estritamente por motivações de natureza fiscal.

## Conclusões

A partir da revisão realizada sobre o conceito de descentralização e o modelo de descentralização brasileiro, buscou-se analisar as possíveis contribuições e limites colocados para a consolidação da política de assistência social. Procurou-se mostrar que a descentralização e o arranjo federativo delineados na CF-88 influenciaram a conformação do modelo de implantação e de gestão dessa política, assim como também impuseram desafios políticos, administrativos e econômicos a ela. Observou-se que o governo federal realizou um papel fundamental na indução, na coordenação e no financiamento do processo de descentralização e municipalização das ofertas, refletido na importância que essa política alcançou progressivamente na estrutura do gasto social do país. Ao mesmo tempo, foram alcançados importantes resultados na redução da extrema pobreza e da desigualdade social.

Não obstante, a política de restrição de gastos adotada pelo governo federal por meio da EC 95 faz com que os entes municipais se vejam hoje em uma encruzilhada: de um lado, a constituição de uma ampla rede de ofertas estatal voltada para a população em situação de vulnerabilidade social; de outro, a redução abrupta do repasse de recursos financeiros para o custeio dessas ofertas pela União e os custos políticos e sociais dos municípios para arcar com a fragilização ou interrupção de serviços e benefícios para seus munícipes.

Este cenário evidencia os problemas da ação coletiva e a complexidade indissociáveis do modelo federativo cooperativo, que, por

vezes, acentua a desigualdade de capacidades e de poder entre a União e os estados e, principalmente, os municípios. A manutenção das ofertas pelos entes municipais para seus cidadãos depende fortemente da cooperação e corresponsabilização entre os entes federados. Sem a suspensão dos efeitos da EC 95, que impõem a deserção unilateral dos compromissos cooperativos assumidos pela União na construção do Suas, dificilmente a política setorial escapa da retroação dos serviços socioassistenciais atualmente prestados à população, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Artigo submetido em 03/09/2018

Aceito para publicação em 29/04/2019

## Referências

ABRUCIO, F. L. Para além da descentralização: os desafios da coordenação federativa no Brasil. In: FLEURY, S. (Org.). **Democracia, descentralização e desenvolvimento**: Brasil & Espanha. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 77-126.

AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Orgs.). **Federalismo no Brasil**: descentralização e política sociais. São Paulo: Fundap, 1996.

ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 11, n. 31, jun./1996.

ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000, p. 21-74.

BRASIL. **Gasto social do governo central**: 2002 a 2015. Secretaria do Tesouro Nacional, 2016. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/c4c3d5b6-8791-46fb-b5e9-57a016db24ec>.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – Pnas/2004 e Norma Operacional Básica do Suas – NOB/Suas**. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL, F. P. D et al. Políticas urbano-ambientales y de vivienda social en Brasil: marco legal y relaciones intergubernamentales. In: MIRANDA, A. A. P. A et al. (Orgs.). **Federalismo y relaciones intergubernamentales en México y Brasil**. México: Fontanova, 2017, p. 379-406.

CARDOSO JR., J. C.; JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência, tensões da ação estatal. In: **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, p. 181-260, 2009.

CARNEIRO, R.; BRASIL, F. P. D. Gestão pública no Brasil do século XXI: tendências reformistas e o desafio da profissionalização. In: GADELHA, P. et al. (Orgs). **Brasil saúde amanhã: população, economia e gestão**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016, p. 75-136.

CARNEIRO, R.; MENICUCCI, T. M. G. **Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes**. (Texto para Discussão n. 1686). Brasília: Ipea, 2011.

CURY, S.; LEME, M. C. da S. Redução da desigualdade e programas de transferência de renda: uma análise de equilíbrio geral. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Ed.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2007. v. 2.

FAGNANI, E. **Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade**. Tese de doutorado defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas-SP, 2005.

MESQUITA, A. C. S.; MARTINS, R. F.; CRUZ, T. M. E. **Cofinanciamento e responsabilidade federativa na política de assistência social**. Brasília: Ipea, TD 1724, 2012.

PAIVA, A. B. de.; MESQUITA, A. C. S.; JACCOUD, L.; PASSOS, L. **O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil**. Brasília: Ipea, Nota Técnica nº 27, set./2016.

POLLITT, C. Decentralization: a central concept in contemporary public management. In: Ferlie, E.; Lynn Jr., La. E.; Pollitt, C. **The Oxford handbook of public management**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 371-397.

SILVA, M. M. A política de assistência social brasileira e o “neodesenvolvimentismo”: notas ao debate. **SER Social**, v. 16, n. 35, p. 377-400, jul.-dez./2014.

SNAS/MDS. **Base de dados do Censo Suas de 2015 e 2016**. Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/>>. Acesso em: 08/2017.

SOUZA, C. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Sociologia e Política**, n. 24, p. 105-121, 2005.

SPOSATI, A. Os 20 anos de Loas: a ruptura com o modelo assistencialista. In: Colín, D. R. A. et al (Orgs). **20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2013.

---

# SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

---

## A disputa da narrativa conservadora na reforma trabalhista

*The dispute of the conservative narrative in the labor reform*

Nívea Maria Santos Souto Maior<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo propõe analisar a “reforma” trabalhista como resposta da cultura (neo)conservadora, sendo uma releitura do conservadorismo clássico. Por primeiro, edificam-se as matrizes do pensamento social, desde o surgimento do conservadorismo clássico até a formação do pensamento conservador moderno. O ensaio teórico aborda a gênese do pensamento conservador a partir dos precursores de Edmund Burke até a nova roupagem adquirida no período moderno, a exemplo de Russel Kirk. Na sequência, examina-se o viés conservador e as implicações legislativas de sua influência para a promulgação da reforma trabalhista, com ênfase na presente conjuntura brasileira das contrarreformas do Estado. O estudo, portanto, sinaliza como o capital utilizou sua estratégia de convencimento para desconstruir o corpo normativo que regulamentava o mundo do trabalho, a forma ideológica do discurso governamental dos poderes

---

<sup>1</sup> Advogada, mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/PPGSS), especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes/RJ, graduada em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/PPGSS).

Legislativo e Executivo na disputa da narrativa conservadora em oposição ao pensamento crítico marxista.

**Palavras-chaves:** reforma trabalhista; conservadorismo; pensamento social.

**Abstract:** The text proposes to analyze the labor reform as a response of the (neo) conservative culture, being a rereading of classic conservatism. First, the matrix of social thought is built, from the emergence of classical conservatism to the formation of modern conservative thinking. The theoretical essay approaches the genesis of conservative thinking from the precursors of Edmund Burke to the new clothing acquired in the modern period such as Russell Kirk. In a sequel, we examine the conservative bias and the legislative implications of its influence for the enactment of the labor reform, with emphasis on the present Brazilian conjuncture of counter-reforms of the State. The study, therefore, shows how capital used its convincing strategy to deconstruct the normative body that regulated the world of work, the ideological form of the governmental discourse of the legislative and executive powers in the contest of the conservative narrative in opposition to the critical marxist thought.

**Keywords:** labor reform; conservatism; social thought.

## Introdução

Hodiernamente, a classe trabalhadora se encontra numa espécie de neoescravidão e retrocesso da sua condição humana, tudo em razão do rebaixamento dos direitos sociais conquistados e da agudização da crise capitalista. A sociedade brasileira tem contradições acumuladas há mais de 500 anos por não resolver problemas fundamentais, tal como o trabalho decente.

Constata-se que não existe a possibilidade de trabalho emancipador no capitalismo, o trabalho assalariado está atrelado à superacumulação e intrínseca ao empobrecimento do proletariado; isto não é só teoria, é a lógica do cotidiano, a realidade concreta. Desta feita, a resolução da barbárie implica necessariamente na adoção de um pensamento crítico sobre a exaustão do poder civilizador do capitalismo.

Apenas a adoção de um pensamento reacionário é capaz de uma mudança estrutural para provocar a revolução anti-imperialista. As premissas acima são imperativas para entender que o pensamento conservador foi determinante para o atual estado das coisas, em

virtude de existir uma relação direta da crise capitalista com a ascensão do pensamento conservador no Brasil.

O conservadorismo não é uma teoria, é uma ideologia, ou seja, trata-se de um conjunto sintético de ideias que consegue orientar as ações de uma determinada classe, no caso em específico a classe dominante. A legislação trabalhista acompanha umbilicalmente a reestruturação da produção capitalista, no qual o Direito se impõe como forma necessária para tornar o trabalho assalariado sua principal mercadoria.

Tanto o Estado como o direito não são elementos neutros, muito menos técnicos. As leis que são instituídas por estes entes têm uma razão específica de ser na própria relação capitalista. O modo de produção capitalista abrange também um modo capitalista de pensar para expressar a ideologia da classe dominante, como forma de consenso social. Com apropriação, Iamamoto (2014, p. 116) esclarece que:

O controle social e a difusão da ideologia dominante constituem recursos especiais, complementando outras maneiras de pressão social com base na violência, para a obtenção de consenso social. Importa ressaltar que a ideologia dominante é um meio de obtenção de consentimento dos dominados e oprimidos socialmente, adaptando-os à ordem vigente. Em outros termos: a difusão e a reprodução da ideologia é uma das formas de exercício do controle social.

Por isso, a finalidade deste estudo é realizar um ensaio teórico sobre a gênese do pensamento conservador e a nova roupagem adquirida no período moderno, demonstrando ainda o viés conservador da Lei Federal nº 13.467/2017, alcunhada de “reforma” trabalhista,<sup>2</sup> como suposta e fenomênica condição para salvar a economia brasileira.

---

2 Os termos “reforma” trabalhista, contrarreforma trabalhista e deforma trabalhista são tomados como sinônimos neste artigo. A razão é a tentativa subliminar de associar a ideia de aprimoramento da situação legislativa, quando na realidade ao invés de melhorar, houve uma piora nos direitos sociais. As contrarreformas, regra geral, rebaixam marcos legais já conquistados em determinado momento pela luta de classe no país.

Não é mera coincidência que os principais defensores da contrarreforma trabalhista no Brasil sejam as instituições representativas do empresariado, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entre outras. Para elas os direitos são entraves para garantia dos lucros na ótica capitalista, quando, na verdade, o próprio direito é um complexo social determinado que age como limitador das condições de trabalho.

Este acelerado processo de conservadorismo e reacionarismo no Brasil objetiva calar a crítica em todas as esferas sociais, solicitando assim um indivíduo silencioso, uma classe proletária incapaz de reagir aos ditames do grande capital, a ponto de se configurar como um “pensamento único”.<sup>3</sup>

Partindo desta breve apresentação, será demonstrado que a narrativa conservadora, elaborada no pensamento do tradicionalismo, defende a adoção de reformas sociais que não alterem a estrutura da sociedade contemporânea. Enquanto os conservadores narram a “reforma” trabalhista como modernização da legislação brasileira, os materialistas históricos evidenciam a involução da resistência organizada dos trabalhadores; sendo válido reafirmar a célebre frase do escritor uruguaio Eduardo Galeno: “A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la”.

### **As matrizes do pensamento social e o surgimento do conservadorismo**

É decisivo, para a compreensão da atual configuração do conservadorismo, apreender primeiro o seu surgimento e as principais matrizes do pensamento social. As duas grandes matrizes nasceram no mesmo episódio, qual seja, a Revolução Francesa, que foi a fase da decadência do antigo regime absolutista; enquanto o positivismo justificava a sociedade capitalista, o marxismo a contestava.

---

3 O pensamento único elimina as zonas de resistência, transformando os seres em consciências anestesiadas, por isso tende a se tornar cada vez mais único e cada vez menos um pensamento.

Para Löwy (1994, p. 19): “O positivismo moderno nasceu como um legítimo descendente da filosofia do iluminismo”. Existe um marco cronológico importante a ser registrado, nos séculos XVII e seguinte: o positivismo era apenas uma utopia revolucionária (período de ascensão da burguesia), marcado pelas ideias formuladas por Condorcet e Saint Simon; enquanto que, no século XIX, tornou-se uma ideologia conservadora atrelada com a ordem burguesa.

O positivismo postula as relações aparentes dos fatos, encurta a visão teórica apenas no empírico no que pode ser verificado e experimentado. Provavelmente tal perspectiva seja porque Augusto Comte (pai do positivismo) foi influenciado pela metafísica, no qual defende a obtenção do conhecimento somente por meio da experiência. O problema filosófico desta corrente é a fragmentação, cancelando a compreensão da totalidade.

Em contrapartida, o marxismo tem por objeto a gênese, desenvolvimento, consolidação e crise da sociedade burguesa. Apesar de ter sido objeto também para outros filósofos como Durkheim e Weber,<sup>4</sup> a diferença do marxismo é a perspectiva política e metodológica (o método crítico-dialético, conhecido como materialismo histórico).

Para Marx, a teoria é uma reprodução (reconstrução) ideal que expressa algo ontologicamente anterior, a aparência dos fenômenos é apenas o ponto de partida da dinâmica estrutural, buscando entender os fatos em sua essência, diferenciando-se assim substancialmente do positivismo.

Além das matrizes antes apontadas, o positivismo incentivou o sistema de ideias conservadoras, o conservadorismo clássico igualmente remete sua gênese pós-1789 e teve como principal fundador o filósofo irlandês Edmund Burke, cuja ideologia defen-

---

4 Interessante registrar que o sociólogo marxista Michael Löwy enquadra Weber como positivista, porque ele reivindica uma neutralidade que, por sua vez, é um axioma do positivismo; para a corrente positivista, a vida social é regida por leis naturais universais e invariáveis como, por exemplo, a naturalização da pobreza. Outro exemplo bastante atual é o movimento “Escola sem Partido”, fundamentado de que o conhecimento é neutro, construído a partir da observação de fatos. Já para o marxismo, não existe neutralidade, a verdade é uma construção histórica e depende da disputa de forças entre as classes sociais que produzem o conhecimento.

dia um pensamento restaurador e antiburgês. Não se trata de uma teoria, mas de uma sistematização de ideias como, por exemplo, a naturalização da desigualdade (SOUZA, 2015). Desta feita, o conservadorismo nasceu como forma reacionária da aristocracia diante da burguesia até então como classe social revolucionária, marcando o fim do período medieval.

Burke influenciou muitos conservadores da atualidade, dentre eles Russel Kirk, na obra *Política da Prudência* (2014) e movimentos de extrema direita. Ele usava a Revolução Gloriosa (1688), como modelo a ser seguido no qual projetava o Estado e a sociedade como uma ordem natural e divinamente estabelecida; em contrapartida este teórico não economizou críticas à Revolução Francesa por representar uma ruptura violenta com as heranças da tradição.<sup>5</sup>

Burke quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público-temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada etc.). E considera que a Revolução é a excrescência desnecessária que efetiva essa ruptura. Sinteticamente, poder-se-ia afirmar que Burke deseja o capitalismo sem a Modernidade. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 45).

Ademais, o conservadorismo teve um conjunto de outros pensadores, a exemplo de Alexis de Tocqueville e Emile Durkheim, cujas formulações serviram de passagem do pensamento conservador clássico para o moderno (neoconservadorismo); no primeiro estágio, o conservadorismo era antagônico ao liberalismo, mas atualmente muito se aproximam e corriqueiramente são tomados como sinônimos.

---

5 A respeito de Burke entender que processos revolucionários precisam ser combatidos, cabe interessante paralelo: o Golpe de Estado (1964) ocorrido no Brasil foi intitulado pelos militares como “processo de aprimoramento”. Aliado ao governo ditatorial houve um pacto conservador, naquela época, para modificar algumas normas trabalhistas como, por exemplo, a substituição da estabilidade decenal pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O traço histórico da presente análise é fundamental para entender ontologicamente a realidade dos dias atuais.

Esta transformação é corretamente explicada por Escorsim Netto (2011, p. 49-50):

[...] nos conservadores que trabalham nas condições pós-48, com a evidência da inviabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar o repúdio a qualquer revolução – ou seja, o pensamento conservador passa a se definir explicitamente como contrarrevolucionário. *É assim que ele tem substantivamente mudada a sua função social: de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado.* (grifo nosso).

Assim, é inteligível rematar que o conservadorismo moderno mudou o protagonista do estágio clássico: se antes a odiosa era a burguesia revolucionária, passa-se a funcionalizar sua oposição à classe operária, e o ano de 1848 foi incisivo para a irrupção deste novo sujeito histórico.

[...] Isso significa dizer que o projeto da Modernidade foi útil à burguesia enquanto seus interesses ainda eram expressões universais. A partir do momento em que transmutaram evidenciando claramente seu projeto particular de classe dominante, os pilares centrais da modernidade e seu desenvolvimento em direção à emancipação humana e à razão dialética passam a representar uma ameaça à sua forma de organização produtiva. (SANTOS, 2005, p. 39).

Por derradeiro, pontua-se o traço conservador também no pensamento pós-moderno, sendo conveniente pontuar mais esta matriz teórica que é o Pós-Modernismo, cuja origem brotou no final da década de 70 como alternativa ao modernismo e, em especial, como substituto das ciências sociais, com ênfase ao texto *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard, que foi um desbravador do pensamento pós-moderno.

Dentre inúmeras rupturas, é primordial destacar que, na perspectiva pós-moderna, a questão do saber é tomada com fins exclusivamente instrumentais (mecanicista) e, portanto, numa lógica de consumo, desembocando em mercadoria e, até mesmo, no irracionalismo. Logo, o saber no pensamento pós-moderno perde o valor

de uso e mantém apenas seu valor de troca, rememorando o sentido mannheimiano<sup>6</sup> que reivindicava o conservadorismo como um estilo de pensamento, tão presente na contemporaneidade.

Diante das matrizes supracitadas, observa-se também a crucial diferença no tocante à centralidade do trabalho na dinâmica da sociedade capitalista; para Marx, o discurso deve ser centrado na dialética do trabalho enquanto categoria fundante do ser social; enquanto que nas ideologias pós-modernas o trabalho não constituiria mais o eixo da vida social e, para tanto, se alcunha como “fim da sociedade do trabalho” defendida por Claus Offe e Habermas.

Em rebate, o deslocamento da centralidade do trabalho para dar centralidade a outro eixo (a exemplo da linguagem – esfera comunicacional) não será capaz de mudar a realidade concreta, pois esta crise de paradigma é uma tentativa de fragmentação e dispersão da classe trabalhadora. Prova cabal disto são os neologismos tais como os termos cooperativismo e empreendedorismo que são tão somente ressignificações conservadoras que mascaram as novas gerações de trabalhadores.

É defensável acreditar que as racionalidades contrárias à matriz crítico-dialética reivindicam discursos carentes de determinações ontológicas cruciais para a apreensão da totalidade da visão social, e isto invade a reflexão sobre a conjuntura brasileira e as contrarreformas do Estado, a seguir delineadas.

### **A “reforma” trabalhista e seu viés conservador**

Em noções abreviadíssimas, para apreender o atual regime político e seu respectivo projeto ultraconservador, é preciso recorrer à historicidade dos fatos,<sup>7</sup> e nesse ínterim ciente da impossibilidade do presente estudo dar conta de todo o resgate mais aprofundado do projeto neoliberal, o recorte histórico será demarcado

---

6 Conveniente registrar que Karl Mannheim inicialmente passou por forte influência marxista, porém ele desertou desta primeira ideia por não acreditar que fossem necessários meios revolucionários para atingir uma sociedade melhor.

7 Em sentido contrário, a narrativa conservadora se vale do presentismo como ferramenta de sua decadência ideológica, buscando a desistoricização do tempo presente.

a partir das Jornadas de Junho de 2013 cujo evento foi um *insight* para o golpe parlamentar.

A reivindicação inicial era o aumento das passagens de ônibus em São Paulo (manifestação dos 20 centavos) passando posteriormente a ser um protesto sobre diversos temas (à semelhança de um boneco de Judas), desde a má qualidade dos serviços públicos até a indignação com a corrupção política, com um peculiar repúdio à presença de bandeiras de partidos políticos, gerando um clima político propício para descontentamento com o governo petista.

Na verdade, Junho de 2013 inaugurou o colapso do consentimento passivo das classes subalternas ao projeto de governo lulista. A despeito de titubeante, o apoio do proletariado precarizado ainda garantiu a vitória de Dilma Rousseff no segundo turno das eleições de 2014. No entanto, esse apoio estava condicionado à manutenção do emprego formal, ainda que de baixa qualidade. *O aumento da taxa de desemprego selou finalmente o divórcio litigioso, anunciado em 2013, do precariado urbano com o lulismo.* O proletariado sindicalmente organizado ainda não abandonou seus representantes lulistas, mas, a depender da magnitude da crise, poderá, sem dúvida, fazê-lo em breve. (BRAGA, 2016, p. 90) (grifo nosso).

E assim foi feito. O pacto conciliatório<sup>8</sup> entre a classe trabalhadora e a gestão burguesa do governo Dilma foi rompido em virtude do não atendimento dos ajustes neoliberais ortodoxos exigidos pelos principais grupos empresariais do país. Naquela ocasião, não houve correlação de forças, simplesmente uma apatia e desconfiança dos setores populares que perduram até hoje.

O esgotamento definitivo pode ser comprovado no dia 17/04/2016, data em que a Câmara dos Deputados aprovou o seguimento do processo de *impeachment* de Dilma, e os parlamentares justificaram seus votos “em nome de Deus,<sup>9</sup> na moralidade e na famí-

---

8 A coesão social é uma fala não marxista. Conciliação de classes só interessa para beneficiar o capital.

9 Para o conservadorismo, a laicização é deletéria, a religião deve estar conectada ao Estado.

lia”, uma fidedigna exibição de valores conservadores e reavivando a aproximação entre Igreja e Estado.

A ascensão de Michel Temer à Presidência sinalizou o início de um “neoliberalismo ortodoxo”, com a adoção de medidas neoliberais mais rígidas, de natureza irrestrita para efetivar políticas austeras em favor da classe capitalista. E apesar de ser um processo aberto da história, é notório que os direitos sociais – os alicerces da cidadania brasileira – embora fixados em leis, são alvos de ataque, uma vez implementados já se tornam alvo de contrarreformas.

Neste ambiente, o Estado ultraconservador passa a focar suas ações na diminuição das políticas sociais e no consequente esvaziamento dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, materializado no novo regime fiscal (Emenda Constitucional nº 95/2016<sup>10</sup>), na “reforma” do ensino médio (Lei nº 13.415/2017), na contrarreforma da previdência (ainda em tramitação legislativa – PECs nº 287/2016 e nº 06/2019) e no presente objeto de estudo: a contrarreforma trabalhista. (Lei nº 13.467/2017).

Na atualidade, a população brasileira, particularmente a classe trabalhadora, vem enfrentando a maior ofensiva da história deste país contra o conjunto das conquistas civilizatórias de nosso Estado. Tal argumento pode ser evidenciado nas diversificadas e inúmeras medidas tomadas, desde a posse de Michel Temer: autorização para privatização de aquíferos, avanço no processo de privatização da Petrobras, aprovação de reforma trabalhista, aprovação de teto de gastos por 20 anos, encaminhamento de projeto de reforma da previdência social draconiano, entre outros. Todas essas proposições levaram autores a afirmar que o conjunto de tais medidas não configuram simplesmente um programa de ajuste, mas um austericídio. (SOARES, 2018, p. 24-25).

---

10 O congelamento dos gastos primários por longos 20 anos, afeta diretamente nos serviços básicos à população e aumenta ainda mais a concentração de renda. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) realizou um estudo sobre o impacto deste ajuste fiscal na Assistência Social e estima-se a queda orçamentária (perdas acumuladas) em 54% no ano de 2036. Disponível em: <[https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2016/09/nt\\_27\\_IPEA\\_regime\\_fiscal\\_assistencia\\_social.pdf](https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2016/09/nt_27_IPEA_regime_fiscal_assistencia_social.pdf)>. Acesso em: 12/02/2019.

Em sequência, Souza (2015, p. 213) faz pertinente mediação entre o conservadorismo moderno e a implementação da agenda neoliberal, a saber:

[...] os conservadores pareciam menos reativos às mudanças institucionais no interior do capitalismo. Saiu fortalecido o argumento de que, se o capitalismo expressa a natureza comercial nos homens, as reformas que servirem à ampliação das liberdades de mercado estarão de acordo com essa natureza (COUTINHO, 2014). Isso implica: *desregulamentação, liberalização, privatizações e reformas tributária, fiscal, monetária, trabalhista*, entre outros encaminhamentos político-institucionais. Dessa maneira, a primeira conciliação do conservadorismo com o capitalismo, encontrada na sociologia funcional-positivista, foi complementada com a composição (neoliberal) política e institucional de Thatcher. Desta feita, *para preservar o sistema estabelecido, há de serem assumidas as reformas (institucionais) necessárias.* (grifo nosso).

Primeiramente, a reforma trabalhista: trata-se de uma lei sancionada por um presidente com o maior índice de rejeição popular da história,<sup>11</sup> com o aval do Congresso Nacional,<sup>12</sup> além das manipulações produzidas pela grande mídia<sup>13</sup> (aparelhos privados de hegemonia) provocando, via de consequência, a desinformação da sociedade sobre os reais fatos que embalsamaram a aprovação da reforma trabalhista, qual seja: a flexibilização e a precarização do trabalho assalariado.

---

11 As avaliações apontam que o Governo Temer tem em média aprovação de 4% e reprovação de 79%. Informação obtida em: <<https://www.valor.com.br/politica/5751439/aprovacao-do-governo-temer-cai-para-27-aponta-cntmda>>. Acesso em: 13/09/2018.

12 A contrarreforma trabalhista teve uma tramitação legislativa em tempo recorde de aproximadamente seis meses, com a ausência de debate democrático e a inexistência do poder revisor do Senado Federal.

13 Em pesquisa realizada no ano de 2015 foi levantado o seguinte dado: 73% dos brasileiros tem como única fonte de informação apenas a televisão. Isto provoca também uma imagem distorcida das leis trabalhistas. Informação obtida em: <[http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_-\\_2015.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf)>. Acesso em: 13/09/2018.

Ademais, outra inverdade merece ser denunciada, que é a suposta velhice da CLT cujo conteúdo estaria obsoleto, quando na realidade esta legislação foi paulatinamente sendo atualizada; estudos<sup>14</sup> apontam que dos 921 artigos que constavam no diploma celetista no ano de 1943, apenas 255 artigos não foram revogados ou alterados de maneira expressa por leis posteriores, editadas nos mais diversos governos. Veja que, no senso comum, o conservadorismo se aproveita de frases prontas, tal como a senilidade de uma lei, que não explicam nada e apenas cristalizam muitos preconceitos (falsas consciências).

E em meio a esta polêmica lei surge a expressão de modernização, haja vista que como aparentemente a CLT estaria ultrapassada, a inovação legislativa teve como justificativa a ideia de “modernização” que, por sua vez, se liga à ideia de melhorar aquilo que lhe antecedia.

Todavia, o que se verifica é diametralmente o oposto. A contradição central do pensamento moderno reside exatamente no conflito entre sua proposta revolucionária e sua prática conservadora. Houve a falsa retórica de aumentar o número de empregos formais e salvar o país de uma crise econômica, mas, o que de fato ocorreu, foi “[...] com a reforma trabalhista, o capital aumenta o seu poder para ditar o Direito e, ao mesmo tempo e como consequência, se livrar dos seus limites, tudo isto, em nome da liberdade de contratação, que não passa de uma ilusão”. (ALMEIDA, 2017, p. 220).

Esta novidade legislativa inaugura novas formas de contratação do trabalhador, corroendo sua renda salarial, a exemplo do trabalho intermitente no qual o operário fica à espera do chamado do empregador. Esta alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade também é conhecida como “jornada zero hora”, que é uma forma de estrangular ao máximo os poros da jornada de trabalho e proporcionar menores custos para o senhoril; isto esmaga a renda do trabalhador, haja vista o pagamento apenas das horas trabalha-

---

14 Disponível em: <<https://www.jorgesoutomaior.com/blog/i-a-clt-e-velha>>. Acesso em: 25/07/2018.

das sem a garantia de uma estabilidade salarial prevista no contrato típico de trabalho.

Observa-se que a tendência atual da massa salarial do trabalhador é ser oriunda da *subproletarização tardia*, constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados. Esta última abrange os terceirizados, sendo uma categoria em particular que mais sofre no ambiente de trabalho e apresenta vínculos com baixa remuneração em relação àqueles diretamente contratados.

Logo, a contrarreforma trabalhista gera insegurança e empobrecimento para os trabalhadores, uma situação que não lhes garante sequer o mínimo para que possa manter sua sobrevivência e de sua família, sendo inevitável o endividamento e aumento da precarização de vida da classe trabalhadora.

Reitera-se também a cultura do empreendedorismo que não é uma demanda do trabalho, mas sim uma necessidade do capital. Troca-se a proteção social por uma promessa de liberdade (autonomia). Um protótipo deste trabalho é o aplicativo *Uber*, no qual o motorista seria aparentemente um gerente de si próprio, quando de fato ocorre um trabalho subordinado com a descentralização total da execução do serviço, uma burla trabalhista disfarçada de autogestão.

Ironicamente, o empreendedor é chamado a experimentar a mesma lógica que move os capitalistas: ganhar dinheiro com o trabalho alheio. Dados os poucos recursos do empreendedor, é como se lhe fosse oferecida uma ínfima porção de uma poderosa droga que garante prazer imediato e, portanto, vicia, mas ele não dispõe de recursos para manter o vício. Ante a impossibilidade de consumir a droga na medida das sensações desejadas, o empreendedor, numa luta inglória, aplica toda a sua força de trabalho, contrai dívidas e, por vezes, ocupa os membros da família, na tentativa de alcançar o que lhe fora prometido. Contudo, na maioria dos casos, só consegue contribuir para a precarização do trabalho, o seu e o de outros trabalhadores. (TAVARES, 2018, p. 119).

A precarização, objeto ora em análise, passa a ser naturalizada e tida como possível solução para o desemprego no país, mascarando os mecanismos de exploração e relações de desproteção social: trabalho sem carteira assinada, precário e desprotegido (ANTUNES, 2006). Assim, no caminho em que se registram índices alarmantes do desemprego no país, encontra-se também a redução do padrão de vida dos que conseguem se manter nos postos de trabalho.

Mais um aspecto conservador da contrarreforma é o axioma “negociado sob o legislado”<sup>15</sup> que nada mais é do que a retomada de poder em favor da classe patronal e pelo capital, com as empresas tendo ampla liberdade para negociar diretamente com os trabalhadores ou sindicatos fragilizados. Na realidade, a única liberdade inaugurada pela lei foi a do trabalhador vender sua força de trabalho a quem do estabelecido pela lei.

A respeito de uma suposta igualdade no tema negociado sob o legislado, Pachukanis expõe que tal empate fica apenas no plano abstrato da sociabilidade burguesa. O Direito – entendido como um conjunto de leis – resta caracterizado “[...] como a forma jurídica que representa a forma mercantil capitalista” (SANTOS, 2017, p. 408). Nesta direção, é possível verificar a equiparação exclusivamente formal do trabalhador como um homem livre (um sujeito de direitos) capaz individualmente de negociar suas condições laborais.

Reafirma-se que, para a grande massa de trabalhadores, inseridos ou não no mercado de trabalho, as mudanças implementadas na legislação trabalhista, significam a ampliação do nosso velho padrão despótico de relações de trabalho (COSTA, 2005) com forte tendência a aumentar os níveis de desemprego que sempre apresentaram altos índices no contexto brasileiro.

Dadas as características autoritárias, excludentes e desiguais que marcaram a sociedade brasileira e o sistema de relações de trabalho no país, o desencadear dessas “reformas” põe em foco expressões da questão social muito mais complexas do que se possa mensurar.

---

15 Significa dizer que as convenções e acordos coletivos poderão prevalecer sobre a legislação. Assim, os sindicatos e as empresas podem negociar condições de trabalho diferentes das previstas em lei, mas não necessariamente num patamar melhor para os trabalhadores.

Nesse sentido, o Estado burguês não tem como objetivo a resolução das refrações da questão social, mas propiciar a emergência de novas expressões da “questão social”, a exemplo da contrarreforma trabalhista que se apresenta como função estatal para garantir a reprodução ampliada do capital. Desta feita, o projeto ultraconservador do governo Temer agudiza várias expressões da questão social e configura-se claramente como uma reação burguesa conservadora de cunho regressivo ao proletariado.

### **Considerações finais**

A intenção do presente texto foi apresentar um panorama da disputa dogmática, desmistificando a descrição sociológica que melhor consegue explicar o mundo contemporâneo, em especial as mudanças no mundo do trabalho. Na luta de classes, não existe empatie,<sup>16</sup> já que a classe trabalhadora se fragmenta e via de consequência ocorre a conservação da ordem (das coisas exatamente como elas estão), os direitos suntuados na “reforma” trabalhista expressam o nível das contradições inerentes ao capitalismo.

O viés conservador da contrarreforma trabalhista implica numa narrativa hegemônica (leia-se: um consórcio formado pelas elites do país, o Poder Legislativo e o oligopólio midiático), sendo necessária a produção de um conhecimento insurgente para alcançar uma irmanação dos trabalhadores a ponto de fortalecer as condições de sua emancipação.

São tempos difíceis para a razão dialética frente ao atual vazio ideológico, em que ocorre um mascaramento das relações concretas de forma a interditar qualquer espécie de análise crítica. O pensamento conservador busca o que é útil aos interesses do capital, de

---

16 Trata-se da campanha promovida pelo conjunto CFSS/CRESS pelo dia 15 de maio de 2018 (dia do/a assistente social) e teve como tema “Nossa escolha é a resistência: somos classe trabalhadora!”. Isso posto, já que “Em tempos de ataque aos direitos da população, nossa escolha é a resistência! Em tempos de avanços da onda conservadora e reacionária, nossa escolha é a resistência! Em tempos de desmontes subsequentes das políticas sociais, nossa escolha é a resistência! Porque somos assistentes sociais, somos classe trabalhadora!”. (CFESS, 2018).

modo que os proletários não se identificam mais como classe e perdem o poder da auto-organização na busca por direitos.

Eis os fatos que a narrativa conservadora nos impede de obter o seu real alcance: vive-se no Brasil a pior crise de toda a história republicana, numa espécie de esquizofrenia social. Um período de devastação profunda em todos os aspectos da vida social (militarização, banalização, miséria e fome) e, em especial, a perda da perspectiva de um futuro digno ao trabalhador (ratificada pelo aumento crescente dos desalentados).

Enfim, abre-se na atualidade um desafio para o efetivo combate ao movimento neofacista. Urge para as lutas sociais e o movimento popular repensar um novo projeto de futuro para a sociedade brasileira.

Artigo submetido em 26/02/2019

Aceito para publicação em 22/04/2019

## Referências

ALMEIDA, Cleber Lúcio de. A reforma trabalhista e o acesso à justiça. In: FELICIANO, Guilherme Guimarães; TREVISIO, Marco Aurélio Marsiglia, FONTES, Saulo Tarcísio de Carvalho (Orgs.). **Reforma trabalhista: visão, compreensão e crítica**. São Paulo: LTr, 2017. p. 215-223.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: LOUREIRO, Isabel; SINGER, André. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 55-92.

COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 111-131, out./2005. Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092005000300008&lng=en&nrm=i so](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000300008&lng=en&nrm=i so)>. Acesso em: 17/02/2019.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

SANTOS, Josiane Soares. Pós-modernidade, neoconservadorismo e Serviço Social. **Temporalis**, ano V, n. 10, p. 29-50, jul.-dez./2005.

SANTOS, Amanda Cataldo de Souza Tilio dos. Resenha da Obra ‘Teoria Geral do Direito e Marxismo’ de E. B. Pachukanis. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, v. 33, n. 1, p. 407-430, jan.-jun./2017.

SOARES, Raquel Cavalcante. Governo Temer e contrarreforma na política de saúde: a inviabilização do SUS. **Argumentum**, v. 10, n.1, p. 24-000, jan.-abr./2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/viewFile/19496/13178>. Acesso em: 10/02/2019.

SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serviço Social & Sociedade**, n. 122, p. 199-223, 2015.

TAVARES, Maria Augusta. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. **Revista em Pauta**, v. 16, p. 107-121, 2018.

---

# SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

---

## **A reforma do ensino médio à luz da teoria crítica marcuseana**

*The reform of high school in the light  
of the marcusean critical theory*

Paulo Sérgio Gomes Soares<sup>1</sup>

**Resumo:** Em tempos de reforma do Ensino Médio, o objetivo deste artigo é abordar os problemas decorrentes da supervalorização da educação para o trabalho, considerando a transformação da racionalidade humana em racionalidade tecnológica. A educação para o trabalho abre caminho para um novo tecnicismo em detrimento de uma proposta emancipatória de formação dos estudantes. A Teoria Crítica do filósofo frankfurtiano Herbert Marcuse expõe preocupações em relação ao desenvolvimento da técnica e da tecnologia que servem para evidenciar as contradições experimentadas pela educação brasileira. O materialismo histórico e dialético se constituiu em método para análise dessas contradições

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação (UFSCar/2012). Mestre em Filosofia (Unesp/2004). Graduado em Filosofia (Unesp/1997). Coordenador e professor no Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO/UFT) e professor no Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins em colaboração com a Escola Superior de Magistratura Tocantinense (Esmat). Bolsista Fapto.

produzidas pela dinâmica social e suas influências na educação, notadamente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e na proposta de reforma do Ensino Médio exposta no portal do Ministério da Educação. O debate envolve a ideia de emancipação no contexto educacional e a possível restituição da razão crítica em prol do livre desenvolvimento das faculdades humanas.

**Palavras-chave:** Ensino Médio; educação para o trabalho; Teoria Crítica; racionalidade humana; racionalidade tecnológica.

**Abstract:** In times of high school reform, the objective of this article is to address the problems arising from the overvaluation of education for work, considering the transformation of human rationality into technological rationality. Education for work paves the way for a new technicality to the detriment of an emancipatory proposal of student formation. The Critical Theory of the Frankfurtian philosopher Herbert Marcuse exposes concerns regarding the development of technique and technology that serve to highlight the contradictions experienced by Brazilian education. Historical and dialectical materialism was constituted as a method for analyzing these contradictions produced by social dynamics and its influences on education, notably in the National Curricular Parameters (NCPs) and in the proposal for the reform of secondary education exposed in the portal of the Ministry of Education. The debate involves the idea of emancipation in the educational context and the possible restitution of critical reason in favor of free development of human faculties.

**Keywords:** High School; education for work; Critical Theory; human rationality; technological rationality.

## Introdução

Atualmente, um fenômeno mundial tem transformado a educação: o rápido desenvolvimento da técnica e da tecnologia a partir do modo capitalista de produção. A primeira implicação social direta deste fenômeno para o ensino é o esforço por transformar a racionalidade humana em racionalidade tecnológica, alterando a consecução dos fins da própria educação para atender às demandas do mundo do trabalho.

Nas sociedades capitalistas, as demandas sociais decorrem do desenvolvimento técnico, científico e econômico para justificar e intensificar o poder da racionalidade tecnológica, sobretudo nos processos educativos. Nesse contexto, o campo educacional parece

ser estratégico no que tange a formação para o trabalho e a inserção dos indivíduos no processo produtivo.

O objetivo deste artigo é abordar o tema da supervalorização da educação para o trabalho de forma dialética, considerando criticamente a transformação da racionalidade humana em racionalidade tecnológica pela introjeção de uma ideologia que serve aos pressupostos do capitalismo em sua atual fase de desenvolvimento para atender às demandas do mercado.

O contexto aponta para a contradição vivenciada na escola como instituição que tem por função reproduzir a ordem social, afastando a possibilidade de educação integral e de educar para a emancipação, senão para um grupo seletivo de estudantes. Os argumentos não condenam o processo de socialização e o valor da educação formal, mas tecem uma crítica à forma como está sendo conduzido o processo de incorporação dos estudantes ao mundo do trabalho a partir da reforma do Ensino Médio.

É preciso problematizar o papel da escola, pois, ao adotar o discurso ideológico da igualdade de oportunidades acaba reproduzindo explicitamente as diferenças sociais, uma vez que classifica os estudantes e seleciona dentre eles os melhores para continuar os estudos e ascender ao conhecimento acadêmico-científico, enquanto a maioria, com a reforma do Ensino Médio, estará destinada ao mercado de trabalho, ao trabalho manual, em decorrência da própria precarização da vida, que é histórica e afeta a maioria dos estudantes das escolas públicas brasileiras, fundamentalmente, devido ao condicionamento repressivo do sistema.

A crítica desenvolvida pelo filósofo frankfurtiano Herbert Marcuse (1898-1979) possui um caráter formativo no sentido de estimular a intervenção social pela crítica negativa, que conduz a luta por emancipação humana dentro das sociedades repressivas contemporâneas. Educar para o trabalho não significa educar para a emancipação. O recorte teórico a ser contextualizado se volta para a ideia de emancipação no contexto educacional e o pressuposto fundamental se funda na restituição do conceito de razão crítica. A formação

crítica tem sido negligenciada a ponto de não mais fomentar as condições de transformação qualitativa da sociedade.

A Teoria Crítica da sociedade pensada por Marcuse expõe algumas preocupações ainda muito atuais que servem para uma análise das tendências da educação em tempos de reforma do Ensino Médio, no sentido de apontar as contradições que envolvem a relação estreita entre a consecução dos fins da educação e a supervalorização da educação para o trabalho.

Investigar as implicações da formação técnica e profissional proposta pela reforma do Ensino Médio toca numa questão fundamental no pensamento marcuseano, a saber, se a emancipação é o horizonte das vias educacionais. Em outras palavras, a educação para o trabalho, conforme o modelo proposto pela reforma do Ensino Médio, vai conduzi-la à emancipação?

A Teoria Crítica marcuseana é uma teoria social que tem por objetivo analisar e avaliar as possibilidades de melhoramento da vida humana, no sentido de promover a emancipação, demonstrando a partir de bases empíricas as possibilidades de transformações qualitativas, que podem ser abstraídas do uso otimizado dos recursos intelectuais e materiais para minimizar a labuta pela existência. Para tanto, examina as alternativas históricas da sociedade contemporânea “à luz de suas aptidões utilizadas e não utilizadas ou malbaratadas para aprimorar a condição humana” (MARCUSE, 1967, p. 14), considerando a oferta das melhores possibilidades de suavizar a luta do homem pela existência, de acordo com a objetividade histórica.

Quanto à reforma do Ensino Médio, pretende-se avaliar a seguinte questão: todo esforço material e intelectual empenhado nessa reforma para profissionalizar os estudantes precocemente pode minimizar a luta pela existência e melhorar a vida deles em termos de emancipação?

Para responder a tal questão, propõe-se um estudo teórico que perpassa alguns dos principais trabalhos de Marcuse e permite uma análise dos pressupostos que fundamentam a reforma do Ensino Médio, bem como a compreensão do movimento contraditório que a

educação assume no que concerne à profissionalização e a educação para o trabalho.

Para o estudo proposto, o método materialista histórico e dialético permitiu a análise das contradições originadas pela dinâmica social e suas influências no campo educacional, notadamente, em fontes como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a proposta de reforma do Ensino Médio, em evidência no portal do Ministério da Educação (MEC) para responder perguntas frequentes, dentre elas, a seguinte: “1) O que é a reforma do Ensino Médio?”. (BRASIL, Portal do MEC).

O quadro teórico conceitual para análise se fundamenta nos escritos da terceira fase de Marcuse centrados na Teoria Crítica da Sociedade presentes, principalmente, no livro intitulado *One-Dimensional man: studies in the of advanced industrial society*, publicado originalmente em 1964, traduzido para o português com o título *A ideologia da sociedade industrial*,<sup>2</sup> em 1967. Este livro evidencia os aspectos fundamentais da sociedade capitalista industrializada em termos de organização social, de estrutura social unidimensional que obstrui a crítica e esmaga a oposição para padronizar os indivíduos.

### **A racionalidade humana transformada em racionalidade tecnológica**

Desde o século XIX, nas sociedades capitalistas, a ideia de razão humana tem sofrido transformações que deturpam o próprio conceito de razão à medida que o processo de emancipação é obstruído pela ideologia da racionalidade tecnológica.

O pensamento de Marcuse focaliza a produção e o consumo nestas sociedades como destruidoras do livre desenvolvimento das necessidades e das faculdades humanas. É necessário compreender este movimento contraditório a partir da alteração histórica da estrutura e função das duas classes sociais existentes no mundo capitalista: a burguesia e o proletariado.

---

2 As citações foram cotejadas com o original inglês: MARCUSE, Herbert. *One-Dimensional Man: studies in the ideology of advanced industrial society*. Boston: Beacon Press, 1969.

Uma ligeira comparação entre a fase de formação da teoria da sociedade industrial e sua situação atual poderá ajudar a mostrar como as bases da crítica foram alteradas. Em suas origens, na primeira metade do século XIX, quando elaborou os primeiros conceitos das alternativas, a crítica da sociedade industrial alcançou concreção numa mediação histórica entre teoria e prática, valores e fatos, necessidades e objetivos. Essa mediação histórica ocorreu na consciência e na ação política das duas grandes classes que se defrontavam na sociedade: a burguesia e o proletariado. No mundo capitalista, ainda são as classes básicas. Contudo, o desenvolvimento capitalista alterou a estrutura e a função dessas duas classes de tal modo que elas não mais parecem ser agentes de transformação histórica. (MARCUSE, 1967, p. 16).

Com o desenvolvimento do capitalismo, a racionalidade tecnológica se tornou parte de uma construção histórica que vem sendo introjetada, desde o momento em que a liberdade econômica passou a significar a liberdade “de ser controlado pelas forças e relações econômicas”. (MARCUSE, 1967, p. 25) e ter a vida valorada e administrada pelo sistema.

Neste contexto, a manutenção do *status quo* da classe dominante – a burguesia – inclui a transformação da racionalidade humana em racionalidade tecnológica como parte de um projeto político de dominação e de manutenção do poder. Marcuse (1967) aponta que a racionalidade tecnológica se transforma em racionalidade política, a partir do momento em que os indivíduos são engolfados pelo sistema de produção e consumo, isto é, a partir do momento em que são conquistados pelo aparato tecnológico e trocam a liberdade pelo conforto.

Para Marcuse (1967), essa racionalidade tecnológica transformada em racionalidade política pode representar a dominação do próprio ser humano devido à repressão para o consumo:

O aparato produtivo e as mercadorias e serviços que ele produz ‘vendem’ ou impõem o sistema social como um todo. Os meios de transporte e comunicação em massa, as mercadorias casa, alimento e roupa, a produção irresistível da indústria de diversões e informação trazem consigo atitudes e hábitos prescritos, certas reações intelectuais e emocionais

que prendem os consumidores mais ou menos agra-davelmente aos produtores e, através destes, ao todo. Os produtos doutrina-m e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade. (MARCUSE, 1967, p. 32).

Então, no atual contexto de desenvolvimento histórico das forças produtivas há que se considerar a falsa consciência e o condicionamento dos indivíduos para as necessidades repressivas como forma de favorecer a administração total da vida pelo sistema. A consequência direta desse pressuposto se evidencia pela padronização do comportamento e a eliminação da crítica, o estímulo à cultura do consumo, a mercantilização da vida etc. Em resumo, a destruição do livre desenvolvimento da consciência verdadeira e da razão acontece pela introjeção das falsas necessidades ou necessidades repressivas impostas pelo mercado. Trata-se, portanto, da introjeção de uma ideologia do consumo, que implica na formação de comportamentos condicionados para reproduzir o sistema capitalista.

Conforme Marcuse (1967, p 30), “introjeção sugere uma variedade de processos relativamente espontâneos pelos quais um Eu (Ego) transfere o ‘exterior’ para o ‘interior’”. Considerando essa definição, o livre desenvolvimento das faculdades humanas se desdobra na liberdade interior, um espaço privado que permite ao indivíduo permanecer ele mesmo, mas que pode ser destruído pela ideologia dominante ao se introjetar a racionalidade tecnológica para reproduzir as relações sociais e de produção. O aparato tecnológico determina as relações sociais e de produção.

O conceito de racionalidade tecnológica está em estreita relação com o que se percebe por ideologia, entendida como falsa consciência. Chauí traz uma definição precisa para o conceito, da forma como está sendo entendido e usado nesse contexto:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.

Ela é, portanto, um conjunto de ideias ou representações com teor explicativo (ela pretende dizer o que é a realidade) e prático ou de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuí-las a divisão da sociedade em classes, determinadas pelas divisões na esfera da produção econômica. (CHAUÍ, 2013, p. 111).

Esse conjunto lógico, sistemático e coerente de representações e de condutas tem marcado as sociedades capitalistas atuais, que Marcuse (1967) chama de sociedades unidimensionais devido à paralisia da crítica e falta de oposição. A característica fundamental da unidimensionalidade é a repressão para restringir a experiência e, portanto, a possibilidade de pensar em projetos societários alternativos. O pensamento crítico se transformou em pensamento positivo, condicionado a responder adequadamente ao estabelecido. A cultura afirmativa possui uma função ideológica formativa nos indivíduos que precisa ser desconstruída por meio da educação para a emancipação.

Para tanto, a categoria trabalho precisa ser explicitada como condição *sine qua non* de humanização. Os homens “começam a se distinguir dos animais desde que principiam a produzir os seus meios de existência, um passo adiante e consequência de sua organização corporal. Ao produzir os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material” (MARX, 1987, p. 45). O que os homens são coincide com a sua produção e, portanto, ao transformar a natureza por meio do trabalho, transformam-se a si mesmos. O trabalho, portanto, precisa ser a fonte da emancipação humana – de humanização – e não de servidão e dominação.

Conforme Marcuse (1999), a técnica pode produzir a abundância ou a escassez, sustentar a repressão e o autoritarismo ou a liberdade ao abolir o trabalho árduo, dependendo da sua função na ordem societária.

Dessa perspectiva, ainda hoje, a relevância do pensamento do filósofo se faz presente pela crítica à forma como a técnica é utilizada para fortalecer a ideologia nas sociedades industrializadas pelo uso

de um aparato tecnológico que determina as relações de produção. A contradição clássica do capitalismo se evidencia pelo desenvolvimento das forças produtivas, de um lado, *versus* a utilização repressiva dos indivíduos para a sua reprodução, de outro.

Em consonância com isso, as demandas sociais capitalistas, em decorrência do desenvolvimento técnico, científico e econômico, justificam e intensificam o poder da racionalidade tecnológica/quantitativa no interior dos processos formativos.

A racionalidade quantitativa – tecnológica – serve aos pressupostos do capitalismo e, por conseguinte, como um instrumento de coisificação da natureza e do próprio homem, que são organizados e manuseados como meros materiais que serve a todos os fins e propósitos. Ou seja, a reprodução da vida social e material passou a incluir a utilização técnica da natureza e do próprio homem. “A luta pela existência e a exploração do homem e da natureza se tornaram cada vez mais científicas e racionais”. (MARCUSE, 1967, p. 143-144).

Tanto a natureza quanto os indivíduos são explicados pela ciência conforme as leis do movimento – químico, físico, biológico –, leis objetivas que não incluem os valores sociais, morais, culturais, ambientais. Marcuse (1967) define esse modelo de explicação como “a priori tecnológico”.

Enquanto a ciência libertou a natureza de fins inerentes e despojou a matéria de todas as qualidades que não as quantificáveis, a sociedade livrou os homens da hierarquia ‘natural’ da dependência pessoal, relacionando-os entre si de acordo com qualidades quantificáveis – a saber, como unidades de força de trabalho abstratas, calculáveis em unidades de tempo. (MARCUSE, 1967, p. 152-153).

A racionalização das formas de trabalho elimina as qualidades humanas, transferindo-as para o universo quantificável da ciência positivista. Um homem vale o quanto produz. Vale o que tem para oferecer. É uma mercadoria, que produz mercadoria. A destruição da natureza tem sido o preço do progresso, como a morte é o preço da vida. Assim, a racionalidade tecnológica esconde a irracionalidade e a perversidade do sistema.

A possibilidade de superação da racionalidade tecnológica em prol da emancipação humana por meio da educação envolve a reabilitação da formação crítica para fomentar as condições para uma transformação qualitativa. A restituição da crítica é um caminho para a manutenção do livre desenvolvimento das faculdades humanas e, portanto, da própria razão humana como oposição à racionalidade tecnológica.

Com o desenvolvimento da técnica e da tecnologia, qualitativamente, a razão humana poderia vislumbrar a emancipação e vivenciar o pleno processo de libertação das amarras da luta pela existência, livre do reino da necessidade. A ideia é que quanto menos tempo o indivíduo se dedique na luta pela existência mediante o trabalho, mais tempo se dedique para individualizar-se na esfera da realização. Marcuse não é contra a técnica e a tecnologia, apenas inspira a pensar numa sociedade tecnológica que proporcione a elevação dos potenciais individuais, das faculdades humanas plenas rumo ao reino da liberdade, da autorrealização e da felicidade.

No próximo tópico, procurou-se argumentar que a reforma do Ensino Médio, que pretende oferecer educação para o trabalho, parece dispensar a crítica necessária à reflexão e transformação qualitativa da sociedade e, portanto, refrear qualquer possibilidade de emancipação.

### **Uma análise da reforma do Ensino Médio à luz do pensamento marcuseano**

Em breve consulta à proposta de reforma do Ensino Médio no portal do Ministério da Educação, onde existe um espaço para tirar dúvidas – perguntas e respostas –, verifica-se que os estudantes poderão escolher pela formação técnica e profissional, conforme o excerto:

**Perguntas frequentes. 1) O que é a reforma do ensino médio?** A reforma do ensino médio é uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino médio. Trata-se de um instrumento fundamental para a melhoria da educação no país. Ao propor a flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para

aprofundar seus estudos. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível. Com isso, o ensino médio aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. E, sobretudo, permitirá que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho.<sup>3</sup> (BRASIL, Portal do MEC).

A questão que norteia o debate e a crítica parte do pressuposto que os estudantes do Ensino Médio vão ser apresentados muito precocemente ao mundo do trabalho dominado pela técnica como se fosse uma alternativa que só depende de sua “escolha” para trilhar o caminho de suas “vocações e sonhos” –, mas que consiste numa forma de repressão do sistema sobre a vida administrada pelas condições históricas. A crítica incide sobre a unidimensionalidade da sociedade capitalista, que exige uma formação escolar acrítica para reproduzir as relações de produção em diferentes formas de trabalho precarizado.

A pressão do sistema por administrar a vida afeta, sobretudo, os estudantes cuja vida precarizada já é uma realidade que compõe a maior parte da população que frequenta as escolas públicas nos vários níveis da Educação Básica. Não é possível separar a educação da vida social. “Crianças vindas de famílias pobres são, em geral, as que têm menos êxito, se avaliadas por meio dos procedimentos convencionais de medida e as mais difíceis de serem ensinadas através dos métodos tradicionais” (CONNELL, 1995, p. 11). No entanto, são as que mais dependem da escola para obter a educação formal exigida nas várias esferas da vida, fator que requer uma reflexão acerca da forma como se reproduzem e reafirmam na escola as diferenças sociais de origem dos estudantes e da ideologia que está por trás da formação para o trabalho.

Em meio ao processo de precarização da vida o discurso da liberdade de escolha aflora com naturalidade na reforma do Ensino

---

3 Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#-nem\\_01](http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#-nem_01)>. Acesso em: 19/03/2018.

Médio, deixando escapar a contradição inerente entre o processo de reprodução da vida material nas sociedades capitalistas e a gradual perda de liberdade dos indivíduos inseridos e ajustados aos seus critérios a partir das próprias instituições. Prevalece a falsa consciência. Qual liberdade de escolha possui o estudante diante da precarização da vida? Suspeita-se que a precarização da vida da maioria dos estudantes que frequentam as escolas públicas vai implicar na ideia de profissionalização compulsória.

Ora, a consciência verdadeira só se manifesta no desenvolvimento de pessoas verdadeiramente emancipadas e com possibilidade de decidir por conta própria o seu destino. Diante do exposto, torna-se necessário questionar em que medida o condicionamento repressivo interfere num direito humano fundamental: o direito a liberdade. “Como podem as pessoas que tenham sido objeto de dominação eficaz e produtiva criar elas próprias as condições de liberdade?”. (MARCUSE, 1967, p. 27).

Evidentemente, a reforma do Ensino Médio explora a falsa consciência e busca imprimir, de fora para dentro, o modelo adequado de vida que os estudantes devem seguir, ou seja, explora-os naquilo que é especificamente seu – a consciência. Porém, na dialética da razão, conforme explicitada por Marcuse (1967), a razão pode tanto emancipar quanto dominar. No campo educacional, por um lado, educar para o trabalho, no contexto específico da reforma, significa desenvolver uma racionalidade que atende ao que prescreve o modo capitalista de produção. Por outro lado, o ato de educar para a emancipação tem de estimular o livre desenvolvimento do estudante para a consciência verdadeira e crítica.

Pode-se visualizar a dialética como, basicamente, “[...] o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2006, p. 08). A contradição aflora na função da educação, que deveria servir para combater a falsa consciência e não para reforçá-la, deveria servir ao propósito da razão emancipada e não da razão dominada. Marcuse concordaria com o pressuposto de que se o aparato produtivo fosse organizado e orien-

tado para a satisfação das necessidades humanas vitais, sem interferir na autonomia individual, “a própria estrutura da existência humana seria alterada; o indivíduo seria libertado da imposição, pelo mundo do trabalho, de necessidades e possibilidades alheias a ele; ficaria livre para exercer autonomia sobre uma vida que seria sua” (MARCUSE, 1967, p. 24). Contudo, não é o que se verifica na vida prática, dado que o livre desenvolvimento das faculdades humanas – o espaço privado do eu – sofre influência constante da ideologia dominante ao introjetar a racionalidade tecnológica.

As condições impostas pelo capital à educação minimizam a importância da luta por condições dignas de existência e inviabilizam a educação integral necessária à emancipação humana. A insatisfação e o desencantamento, nesse sentido, é ver na educação não mais uma possibilidade de contribuição para a passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade, mas mero instrumento de coisificação e alienação que facilitam a administração da vida pelo sistema.

Entende-se que, para o autor, o desenvolvimento da capacidade intelectual depende da educação integral em instituições diferentes da capitalista. Os fenômenos da alienação são fruto da estrutura social e permeiam as instituições sociais, como a escola e, nesse sentido, o trabalhador, mesmo passando pelos bancos escolares, após a reforma do Ensino Médio, terminará coisificado e alienado pela ideologia tecnicista.

Para atender as demandas por educação para o trabalho a metodologia da pedagogia tecnicista vai retornar ao cenário educacional para desenvolver as competências que fortalecem os princípios da racionalidade tecnológica, os discursos quantitativos por produtividade, de eficácia e eficiência, etc., alterando ainda mais o livre desenvolvimento das faculdades humanas, da razão humana.

A reforma no Ensino Médio coloca a educação diante de um novo tecnicismo sob a égide das agendas neoliberais, ou seja, atende a uma demanda externa e cede à pressão do mundo administrado.

Observa-se, dessa perspectiva, que os currículos escolares vão sofrer mudanças para priorizar as disciplinas que são mais requisi-

tadas para o mundo do trabalho. Além desse problema, fica-se na iminência de instalar um conflito entre o foco conteudista para atender às demandas do mercado, em franca contradição com a necessidade de formação integral dos estudantes.

A despeito disso, na busca por ajustes que permitam a melhor aferição quantitativa e resultados estatísticos, a nova Base Nacional Comum Curricular permitirá a uniformização, a regulamentação, a padronização, a homogeneização etc., do ensino nas escolas, bem como o ajustamento, o condicionamento, o enquadramento etc., dos estudantes com o intuito de possibilitar a medição mecanicamente do conhecimento e, por conseguinte, aferir a “qualidade” da educação. Entende-se, portanto, que essa reforma vem atender às exigências do mercado, sendo coerente com as reformas neoliberais.

No que tange aos professores, isso faz com que “o trabalho profissional seja avaliado em função apenas desses resultados, que sua carreira, até seus salários sejam condicionados a resultados matemáticos, estatísticos” (ARROYO, 2011, p. 31). Portanto, um currículo conteudista como o prescrito exigirá do professor a atenção total ao ensino dos conteúdos curriculares, sem ter o tempo necessário para tratar dos problemas relacionados à aprendizagem dos estudantes e nem para a sua própria emancipação.<sup>4</sup> O trabalho docente vai ter de ser adaptado ao ritmo de trabalho exigido pelos conteúdos para atingir os parâmetros quantitativos e estatísticos e não em função da qualidade. Diante desse quadro, o reducionismo aulista tende a fazer do professor um mero treinador para que os estudantes passem nas provas estatais que medem a qualidade do ensino, aferindo o resultado a partir da quantidade de questões acertadas. (ARROYO, 2011).

O trabalho intelectual do professor pode se tornar secundário, resumindo-se a cumprir o conteúdo curricular de forma neutra e asséptica para atender o estabelecido pelas metas do novo tecni-

---

4 O conceito de emancipação se concretiza à medida que o professor – trabalhador da educação – vislumbra a possibilidade de dispor do seu tempo livre para a manutenção da sua própria existência de forma qualitativa, isto é, para individualizar-se e se autorrealizar. Pode-se incluir nesse leque de possibilidades a liberdade de fazer o que quiser com o seu tempo livre, desde educar os filhos, ler livros diferentes da disciplina que leciona até planejar sua vida cultural etc.

cismo. Porém, a contradição no processo de ensino e aprendizagem se observa pelo conteúdo curricular verticalizado e reducionista que se choca com a vida real, com a precarização da vida dos estudantes (ARROYO, 2011). Não adianta fazer os estudantes decorarem os conteúdos que cairão nas provas estatais se o país não consegue resolver os seus problemas sociais históricos.

As exigências do capitalismo fazem pressão sobre a educação e podem precarizar o trabalho docente, embora haja espaços de resistência que podem produzir a crítica fecunda e servir de fomento à recusa.

Esta sociedade oscila entre duas hipóteses contraditórias: “1. A de que a sociedade industrial desenvolvida seja capaz de sustar a transformação qualitativa durante o futuro previsível; e 2. A de que existem forças e tendências que podem romper essa contenção e fazer explodir a sociedade”. (MARCUSE, 1967, p. 18).

Diante desta constatação, cabe acreditar que a educação é um caminho para romper a contenção e de fortalecimento da crítica e da recusa à vida administrada.

### **A educação para o trabalho e a ideologia da igualdade de oportunidades**

Sabe-se que a educação para o trabalho está na agenda da reforma do Ensino Médio e sempre esteve presente nos documentos que norteiam a educação brasileira para condicionar o ensino às perspectivas do mercado. Existe a crença de que o pleno desenvolvimento humano está em consonância com o que se espera na esfera da produção e que o papel do ensino é mediar esse processo. “Isto ocorre na medida em que o desenvolvimento das competências cognitivas e culturais exigidas para o pleno desenvolvimento humano passa a coincidir com o que se espera na esfera da produção”. (BRASIL, MEC/SEMT, 1999, p. 23).

Contudo, esta crença é questionável à medida que expõe as contradições nos valores que norteiam a educação, já que a hierarquia das relações sociais vai ser construída na escola, mas de forma ocultada pela ideologia da igualdade de oportunidades indiferente

às condições historicamente constituídas que o Brasil arrasta ao longo de sua história, marcadas pela exclusão e pela pobreza, bem como pelas profundas diferenças de origem social dos estudantes reveladas pela precarização da vida e que influenciam em maior ou menor grau na socialização e na aprendizagem, sobretudo nas escolas das periferias das grandes cidades.

São justamente estes estudantes que vão realizar as suas “vocações e sonhos” com a reforma do Ensino Médio, compatível com a versão neoliberal da pedagogia das competências. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais lê-se o seguinte: “Ou seja, admitindo tal correspondência entre as competências exigidas para o exercício da cidadania e para as atividades produtivas, recoloca-se o papel da educação como elemento de desenvolvimento social” (BRASIL, MEC/SEMT, 1999, p. 23). Mas, sabidamente, em prol do modo capitalista de produção, já que:

[...] a escola transmite e consolida, algumas vezes de forma explícita e em outras implicitamente, uma ideologia cujos valores são o individualismo, a competitividade e a falta de solidariedade, a igualdade formal de oportunidades e a desigualdade ‘natural’ de resultados em função de capacidades e esforços individuais. Assume-se a ideia de que a escola é igual para todos e de que, portanto, cada um chega onde suas capacidades e seu trabalho pessoais permitem. Impõe-se a ideologia aparentemente contraditória do individualismo e do conformismo social. (PÉREZ GOMES, 1998, p. 16).

Como se nota pelo excerto, em tempos de reforma do Ensino Médio, uma proposta que supervaloriza a educação para o trabalho impregna a escola, que não é uma instituição neutra, com um discurso que recria e introjeta padrões de comportamento (atitudes e valores) cujos reflexos na existência e no pensamento são canalizados para a esfera da produção (MARCUSE, 1977). Na prática, trata-se de um processo de controle social disseminado pela ideologia dominante, que Marcuse concordaria que permeia todas as esferas da vida nas sociedades capitalistas, interferindo no livre desenvolvimento das faculdades humanas.

Praticamente, mais de 20 anos depois da promulgação da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pode-se perceber todas as fragilidades do discurso ideológico em torno da educação para o trabalho, que nunca aconteceu após a promulgação dessa lei, senão como forma de criar disposições mentais de autocontrole nos estudantes para incorporação e submissão ao mundo do trabalho, isto é, o processo de socialização prolongado teve por função “substituir os mecanismos de controle externo da conduta por disposições mais ou menos aceitáveis de autocontrole” (PÉREZ GOMEZ, 1998, p. 14). A ideia se resume a criar disposições mentais para o trabalho servil.

Contudo, o trabalho precisa ser a fonte da emancipação humana e não de servidão e dominação. O conceito de emancipação tem estreita relação com o conceito de trabalho, considerando que a técnica,<sup>5</sup> pensada a partir de outra alternativa histórica de organização social (que não a capitalista), poderia abolir o trabalho árduo e minimizar a luta pela existência, criando condições para o restabelecimento da razão humana em processo contínuo de humanização. “A verdadeira finalidade será alcançar condições em que o homem possa modelar a sua própria vida, não mais a subordinando às exigências da produção lucrativa, a um aparelho controlado por forças que lhe escapam. E conseguir tais condições significa a abolição do capitalismo”. (MARCUSE, 1977, p. 29).

Contrariamente, hoje, a reforma no Ensino Médio expõe uma postura diametralmente oposta que está em perfeita consonância com as políticas neoliberais, que transforma o conhecimento em mercadoria voltada para atender às exigências do mercado com vistas na produção e não na emancipação humana. A reforma do Ensino Médio coloca a educação brasileira diante de um novo tecnicismo, como aquele adotado nos anos de 1960, em plena ditadura militar e sob a influência do imperialismo norte-americano, exigindo uma análise dialética do contexto.

---

5 Conforme Marcuse (1999, p. 74), “a técnica por si só pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância, tanto o aumento quanto a abolição do trabalho árduo”.

Evidentemente, a profissionalização compulsória, a que estão destinados a maioria dos filhos da classe trabalhadora, atende ao requisito fundamental de diminuição de investimentos nas universidades públicas, dado que aparentemente tem a explícita função de formar para o trabalho já no Ensino Médio. Então, uma primeira síntese desse processo pode ser inferida a partir do conceito abstrato de igualdade de oportunidades, que não pode se concretizar na vida prática, revelando a faceta cruel que se destina aos estudantes da classe trabalhadora.

Tudo leva a crer que a reforma do Ensino Médio tem a intenção de diminuir a pressão da demanda sobre o Ensino Superior – sobretudo sobre as universidades públicas –, só que com uma característica visivelmente mais perversa representada na explicitação das diferenças de origem de classe.

O mundo da economia, governado pela lei da oferta e da procura e pela estrutura hierárquica das relações de trabalho, bem como pelas evidentes e escandalosas diferenças individuais e grupais, impõe exigências contraditórias aos processos de socialização na escola. (PÉREZ GÓMEZ, 1998, p. 15).

O excerto evidencia que a consecução dos fins da educação para o trabalho perpassa os processos de socialização na escola. A reprodução do capital depende da reprodução social, num movimento que envolve a desigualdade educacional, produzida pela falsa consciência que permeia a educação nacional sob a égide da “igualdade de oportunidades”, mas que, na verdade, visa tão somente suprir o mercado de trabalho de mão de obra minimamente qualificada e barata para vagar entre os empregos formais com baixa remuneração aos empregos informais e subempregos precários.

O campo educacional parece não ter clareza acerca das contradições sociais subjacentes a esse processo, mas é possível verificar que a reestruturação produtiva exigida pelo mercado, na atual conjuntura, em estreita relação com o desenvolvimento da técnica e da tecnologia, tende a eliminar postos de trabalho e aumentar a concorrência por vagas e, conseqüentemente, precarizar ainda mais as condições

de vida da maioria dos trabalhadores, sobretudo dos jovens,<sup>6</sup> cujo horizonte é o desemprego, o subemprego e a informalidade.

Apenas para exemplificar o contexto de precarização da vida experimentada pela juventude, adiante uma tabela apresentada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT/PREJAL, 2009), expondo uma agenda hemisférica 2006-2015 para divulgar o índice de vulnerabilidade juvenil no Brasil, envolvendo variáveis como desemprego, ocupação informal, déficit de emprego formal, inativos que não estudam, desempregados que não estudam, jovens que não estudam e não trabalham. Segue:

#### Déficit do emprego formal e vulnerabilidade juvenil – Brasil 2006

Item	Valores absolutos	Valores em relação ao total em %
Total		100,0
I – Desempregados	34.709.467	11,3
II – Ocupados na informalidade	3.938.951	31,8
III – Déficit de emprego formal = I+II	11.043.687	43,2% do total dos jovens
IV – Inativos que não estudam	14.982.638	67,5% da PEA
V – Desempregados que não estudam	4.337.569	12,5
VI – Jovens que não estudam e não trabalham = IV + V	2.202.719	6,3
VII – Índice de vulnerabilidade Juvenil = I+II+VI-V=III+IV	6.540.288	18,8
	19.320.207	55,7

Fonte: Elaborado pela OIT/PREJAL, a partir de microdados da IBGE/PNAD de 2006; Brasil como um todo, inclusive com norte rural.

Observa-se que mais de 19 milhões de jovens se encontram em condições de vulnerabilidade e estão “jogados” numa sociedade massificada e que valoriza o consumo como condição de inserção social.

Evidentemente, o cenário de exclusão advém da desigualdade educacional, já que, historicamente, o papel da educação sempre foi selecionar os melhores em relação à capacidade cognitiva para

6 Conforme o Estatuto da Juventude, jovem compreende a faixa etária entre 18 e 29 anos.

continuar os estudos, classificando os estudantes em bem sucedidos e fracassados (que acabam discriminados e rotulados), expondo as notas em históricos escolares que marcam para sempre as suas vidas. Existe uma trama ideológica enraizada na educação formal. “Aqui é onde surge a necessidade de uma reflexão profunda e permanente quanto à condição de cidadão e cidadã e quanto às características da sociedade em que irão viver. E isto significa situar-se ideologicamente”. (ZABALA, 1998, p. 29).

Com a implantação definitiva da Base Nacional Comum Curricular a tendência é mesmo a supervalorização de algumas disciplinas técnico-instrumentais voltadas para a formação de determinadas aprendizagens com objetivos meramente propedêuticos que visam selecionar os melhores estudantes no interior dessa equação, mas obstruindo a crítica acerca da perversa ideologia escondida atrás de uma educação que prega a igualdade de oportunidades.

### **Considerações finais**

O Brasil está experimentando mudanças rápidas no processo de reestruturação produtiva imposto pelo avanço da técnica e da tecnologia, exigindo uma reflexão crítica acerca do papel da educação nesse contexto.

A argumentação exposta ao longo do texto procurou apontar as contradições vivenciadas no campo educacional, cuja função é reproduzir a ordem social e supervalorizar o discurso da educação para o trabalho. Necessariamente, o modo capitalista de produção tem interesse que a racionalidade tecnológica seja introjetada e que a “modelagem” aconteça naturalmente nos espaços escolares, afastando a possibilidade de educação integral e de educação para a emancipação.

Os estudantes do Ensino Médio – os jovens – estão num estágio da vida de questionamento dos modelos impostos pela sociedade, fator que favorece a busca por emancipação, ou seja, é um período importante para o desenvolvimento da autonomia. Nesse contexto, questiona-se o seu direito à liberdade de escolher conforme a sua vontade e não conforme as contingências da vida precarizada.

O resultado desta pesquisa teórica evidencia que os estudantes vão ser obrigados a escolher sem que se considere a sua vontade, isto é, mesmo que dentro de si tenham o desejo de continuar estudando e ascender à universidade, estarão diante da pressão exercida pelo discurso do capital para resolver o problema da precarização da vida. Da mesma forma, a escola tende a se tornar mais seletiva para direcionar os melhores estudantes para continuar os estudos, classificando os fracassados para o mercado de trabalho, situação que atende a prerrogativa de menos investimento nas universidades públicas, considerando a profissionalização compulsória a que estarão submetidos os filhos da classe trabalhadora.

Constatou-se, ainda, que a subjetividade dos estudantes vai sofrer alterações em função da pressão e da lógica do mercado e de uma racionalidade que serve ao capital.

Uma reforma do Ensino Médio que supervaloriza a educação para o trabalho consolida a hierarquia das relações sociais, embora ocultada pela ideologia da igualdade de oportunidades.

Tal modelo educacional, nesse sentido, constitui-se em alternativa histórica malbaratada de falso aprimoramento da condição humana, porque não oferece os meios para suavizar a luta pela existência; pelo contrário, a educação para o trabalho, nas condições que empiricamente se pode constatar – de reestruturação produtiva –, apenas vai aumentar o fosso das diferenças sociais e o sofrimento dos trabalhadores iludidos com a promessa de vida melhor e ascensão social via educação. O novo tecnicismo educacional propagado pela reforma do Ensino Médio vai reforçar a introdução da racionalidade tecnológica no processo de formação para o trabalho, acentuando a hierarquização nos postos de trabalho e diferenças sociais.

Desconfia-se, portanto, que os estudantes formados no Ensino Médio para o trabalho ficarão ao sabor do mercado informal, do subemprego e do desemprego.

Para finalizar, o processo de ensino e aprendizagem no Ensino Médio deveria ter por função questionar os fundamentos que sustentam a existência humana em busca da emancipação, não podendo

ser reduzido à educação para o trabalho. A categoria trabalho precisa ser estudada de forma crítica no contexto escolar, considerando que a precarização das condições de existência só pode ser superada pela reabilitação da crítica nos espaços educacionais, inclusive como condição de politicidade e ação qualitativa transformadora da realidade.

Artigo submetido em 11/06/2018

Aceito para publicação em 07/11/2018

## Referências

- ARROYO, M. G. **Currículo**: território em disputa. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
- BRASIL. MEC/SEMT. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Médio. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- BRASIL. Portal do MEC. **Novo Ensino Médio**: dúvidas. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem\\_01](http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_01)>. Acesso em: 19/03/2018
- CHAUI, M. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**: escritos de Marilena Chaui. V. 2. André Rocha (Org.). Belo Horizonte/MG: Autêntica; Fundação Perseu Abramo, 2013.
- CONNEL, R. W. Pobreza e educação. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Trad. Vânia P. Thurler e Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995, p. 11-42.
- PÉREZ GOMÉZ, A. I. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. Capítulo 1. In: GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GOMES, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Trad. Hernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre/RS: 1998, p. 27-51.
- KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARCUSE, Herbert. **One-Dimensional Man**: studies in the ideology of advanced industrial society. Boston: Beacon Press, 1969.
- MARCUSE, Herbert. **Um ensaio para a libertação**. Trad. Maria Ondina Braga. Lisboa: Bertrand, 1977.
- MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: KELLNER, D. (Editor). **Tecnologia, guerra e fascismo**: coletânea de artigos de Herbert Marcuse. São Paulo: Unesp, 1999.

MARX, K. In: IANNI, O. (Org.); FERNANDES, F. (Coord.). **Sociologia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1987.

OIT/PREJAL. In: CONSTANZI, R. N. **Relatório**: trabalho decente e juventude no Brasil. Organização Internacional do Trabalho (OIT/Prejal). Brasília; Lima: Impresso no Perú, 2009.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Trad. Ernani F. Fonseca Rosa. Porto Alegre/RS: Artmed, 1998.

---

# SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

---

## Capitalismo y la economía del absurdo

Entrevistado: Josep Burgaya Riera<sup>1</sup>

Entrevistadora: Camila Potyara Pereira<sup>2</sup>

**¿Cuáles son los rasgos principales que definen el término “absurdo” utilizado por usted como metáfora para caracterizar la economía capitalista de los tiempos actuales?**

Creo que son muchos los aspectos del capitalismo de las últimas décadas que se podrían situar en la categoría de “absurdo”. Quizá el principal es el de estar instalado en una lógica absolutamente autodestructiva. La pérdida de mecanismos básicos de redistribución, como son los salarios y la fiscalidad progresiva, resulta absolutamente autodestructivo. La concentración de rentas

---

1 Historiador, doctor en Historia Contemporánea por la Universidad Autónoma de Barcelona (UAB). Profesor Titular de la Facultad de Empresa y Comunicación de la Universidad de Vic-Universidad Central de Cataluña. E-mail: josep.burgaya@uvic.cat

2 Socióloga, mestre e doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB), com período sanduíche na University of Copenhagen. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB. E-mail: camilapotyara@gmail.com

va a impedir que la demanda agregada sea suficiente para mantener viva la ingente capacidad de oferta. Resulta “absurda” también la pretensión de mantenimiento de unos modelos de producción y de consumo insostenibles desde el punto de vista medioambiental y de disponibilidad de recursos. La dinámica del *low cost* económico, que deviene social, cultural y político, no resulta compatible con una noción mínimamente inclusiva de sociedad.

**¿Puede decirse que esa economía carece de racionalidad y de cualquier mecanismo de regulación interna y externa? ¿O ella tiene parámetros reguladores que huyen a la comprensión convencional sobre las actuales formas de dominación capitalista y de explotación del trabajo?**

El capitalismo, a partir de la hegemonía neoliberal, de su desregulación absoluta y de la creencia en un Dios Mercado, carece de nada parecido a un timón. En el siglo XX el capitalismo mantuvo sus premisas de dominio y acumulación, pero sobrevivió gracias al intervencionismo estatal que lo salvó de la quiebra. Esto lo entendió magníficamente Keynes en los años treinta. La pulsión y hegemonía absoluta del libre mercado lleva inevitablemente a la autodestrucción. Fue la situación del período de entreguerras mundiales. Los mecanismos de regulación resultaron inevitables, y dieron una segunda vida a un capitalismo “con rostro humano” en el que las pulsiones elementales eran corregidas por consideraciones de tipo social. Se limitaba la acumulación a cambio de la continuidad. La existencia de un contramodelo al capitalismo – por imperfecto y poco deseable que resultara –, también tuvo mucho que ver en ello.

Yo no creo que el capitalismo actual posea un timón que racionalice, aunque no lo comprendamos, su imponente irracionalismo. Los síntomas del colapso se ponen ya en evidencia y ni la tecnología ni la intervención celestial le van a poner remedio.

**En su libro titulado “Adiós a la Soberanía Política” de 2017, Slavoj Žižek, en el epígrafe que encabeza la Introducción, dice que el Estado nación ya no encarna el poder colonial, sino la empresa global. ¿Esto significa que estamos viviendo un contexto de divorcio entre el poder y la política? En caso positivo, ¿qué quiere decir esto?**

Creo que el capitalismo globalista ha conseguido una derrota absoluta del poder político que encarnaban los Estados-Nación, los cuales tenían una estrategia propia de poder más allá de la misma economía y del Mercado. La soberanía política ya no existe, o dista mucho de ser lo que fue, y el ciudadano como depositario último de la voluntad política, carece de cualquier atisbo de poder cambiar las cosas. Nos hemos transmutado en consumidores que ejercemos a tiempo completo y, cuando votamos masiva y alegremente las propuestas políticas neoliberales, aceptamos transferir nuestra capacidad de ejercer como ciudadanos. Los Estados actuales ya solamente tienen sentido para mantener su función “disciplinaria” respecto de la población y para garantizar la “seguridad jurídica” de las empresas globales. El poder real no está en la política sino en las hegemonías acumulativas que facilita el Mercado. Las economías de plataforma nos enseñan cada día lo que esto significa. Del capitalismo competitivo ya solamente nos queda la retórica.

**¿Qué consecuencias tiene para la mayoría de la población mundial ese divorcio? ¿Qué esperar de un Estado nación cuyo poder de decisión y de hacer obedecer ya fue expropiado por fuerzas económicas supraestatales en flujo global?**

Este divorcio resulta crucial, nos lleva a la creación de una auténtica distopía basada en la desigualdad extrema y en los efectos perversos que va a generar el colapso medioambiental. Se están rompiendo delante de nosotros todos aquellos consensos económicos y sociales básicos que daban una cierta estabilidad y seguridad a nuestras sociedades. A partir de ciertos niveles de desigualdad, no hay sociedad posible, pero tampoco sistema democrático que lo resista. La primera víctima es la política. Nos dirigimos a ella buscando respuesta, y no la tiene. De aquí parte la pulsión antipolítica de muchos sectores sociales frustrados, y muy especialmente de unas clases medias en proceso de laminación. Nuevas versiones del fascismo y del totalitarismo nos acechan y ya van mostrando de manera más evidente su rostro.

**La transferencia de capital productivo para el paraíso de las finanzas supranacionales es un hecho que escapa al control estatal. ¿Puede decirse que estamos en la era de un capitalismo**

**que desde el punto de vista ético está por encima de cualquier responsabilidad moral, tal como ocurría con los déspotas de la Antigüedad que no se preocupaban por la vida de sus súbditos?**

Hay quién habla en términos de un nuevo feudalismo. Las élites globales han perdido cualquier noción de proporcionalidad o de compasión. No tienen ningún apego a territorios o trabajadores, pues carecen de ellos y habitan en una burbuja aparte. La desregulación financiera y el desarrollo de un sistema financiero global independizado no solo de cualquier control sino también de la realidad, es el síntoma más grave y profundo de la sinrazón económica de las últimas décadas. El dinero transmutó de depositario de valor a mercancía con la que especular, y las finanzas construyeron un territorio propio en el que, como en el mundo del arte, se pasó de la figuración a la abstracción. Los primeros teóricos de la economía de mercado ponían especial énfasis en los aspectos morales de la economía y en la práctica de una “ética de los negocios”, que se ha olvidado de manera absoluta. Habría que retornar al interesantísimo libro de Adam Smith, *La Teoría de los Sentimientos Morales*, dónde justamente habla de que una sociedad movida solamente por la pulsión del beneficio resulta absolutamente indeseable.

**¿Cuál es el perfil de la desigualdad social generada por esta dinámica capitalista? ¿Y cuáles sus impactos disruptivos sobre la democracia y la vida de los trabajadores?**

Las desigualdades son inmensas y múltiples. Se producen entre países centrales y países periféricos, distinción que continúa existiendo, pero existen dentro de los propios países. El 50% de la población de Nueva York está por debajo del umbral de la pobreza, o más de un 20% de la ciudadanía española. El tema más grave no es el de “aun continua habiendo pobres”, sino que estamos generando nuevos pobres, con mecanismos de desclasamiento y de exclusión inmensos. Estamos asistiendo a la muerte de la sociedad del trabajo, la cual contenía explotación como base de la acumulación, pero que contaba con ciertos mecanismos de reequilibrio, además de funcionar un poderoso agente de la estabilidad y la paz, como ha sido siempre el funcionamiento del ascensor social. Paro, precariedad y bajos salarios

ya no son situaciones temporales por efectos de crisis, sino una situación estructural cada vez más profunda. La falta de seguridades para construirse un proyecto de vida y una biografía decente ha llevado a un discurso basado en el emprendedurismo y la empleabilidad el cual, como bien señala el filósofo Byung-chul Han, es cambiar la explotación por la autoexplotación. Empresarios de nosotros mismos que nos explotamos a tiempo completo.

**¿Cuál es el futuro del trabajo y de la política social en esta etapa de dominación capitalista? ¿Es posible extraer de sus contradicciones alguna posibilidad de reversión política en favor de los dominados?**

No habrá ya más trabajo para todos y a tiempo completo en el sentido que le dábamos al término. Resulta ineludible avanzar hacia la reformulación y reparto del trabajo, pero sobre todo hacia el establecimiento de mecanismos de reasignación de rentas más allá de los salarios. Los conceptos de Renta Básica o de Renta Mínima, resultan ineludibles de abordar si se pretende mantener un simulacro de sociedad y una cierta paz social. También para mantener una economía que requiere de un poderoso ejercicio de demanda. No es lo mismo ir hacia una sociedad de dádivas que contengan el malestar social, a una sociedad formada por personas corresponsables e implicadas. El trabajo ha significado siempre renta, pero sobre todo autoestima y sentirse miembro de una comunidad. Hay que reparar todo esto, si no queremos que la conflictividad y la inseguridad asolen nuestras ciudades. No es únicamente una cuestión de justicia, es también, como entendió Keynes en su momento, una cuestión de supervivencia.

Ciertamente que la política actual no induce al optimismo. Ello tanto por su pérdida de papel específico, por su práctica más bien degradada, como por el hecho que no plantea proyectos creíbles para construir un futuro mejor. Pero si existe alguna salida a esta fase “anarquista” del capitalismo estará en la política. Reeempoderándola, recuperando su sentido más noble, y volviéndola al espacio de la Razón, el Diálogo y el Acuerdo, ámbitos de los cuáles no habría que haber salido jamás.

Artigo submetido em 23/04/2019

Aceito para publicação em 30/04/2019

---

# SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

---

## Os extremos da mercantilização da vida social na contemporaneidade do capitalismo. Uma análise à luz do fetichismo da mercadoria

The extremes of the mercantilization of social life in the mercantilization of social life in the contemporary capitalism. Na analysis of the light of the Merchant fetishism

Victor César Fernandes Rodrigues<sup>1</sup>

**Resumo:** No presente trabalho, busca-se situar a problemática marxiana do fetichismo da forma-mercadoria no contexto contemporâneo do capitalismo. Nossa proposta é a de reivindicar, por um lado, a tese segundo a qual é da natureza mesma da forma-mercadoria manifestar na superfície das relações cotidianas a *personificação* das coisas e a *reificação* das pessoas. Por outro lado, pretendemos situar que atualmente a expansão das relações de troca mercantis reproduzem o recrudescimento do fetichismo

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutorando em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp – Campus/Franca).

inscrito nessa inversão, tornando cada vez maior a submissão das pessoas aos imperativos da forma-mercadoria do produto do trabalho humano. Na conclusão, pretendemos abordar as possíveis tendências econômicas e políticas abertas ao Brasil, no que tange ao rebatimento das inovações tecnológicas estruturadas em nome da chamada quarta revolução industrial ou indústria 4.0.

**Palavras-chave:** fetichismo; mundo do trabalho; mercantilização da vida social.

**Abstract:** In the present work, we seek to situate the Marxian problematic of commodity-form fetishism in the contemporary context of capitalism. Our proposal is to claim, on the one hand, the thesis according to which it is of the very nature of the commodity form to manifest on the surface of everyday relations the personification of things and the reification of people. On the other hand, we want to point out that, currently, the expansion of the mercantile exchange relations reproduces the recrudescence of the fetishism inscribed in this inversion, increasing the submission of people to the imperatives of the commodity form of the product of human labor. In conclusion, we intend to address the possible economic and political tendencies open to Brazil, regarding the refutation of technological innovations structured in the name of the so-called fourth industrial revolution or industry 4.0.

**Keywords:** fetishism; world of work; mercantilization of social life.

## Introdução/enunciado do espaço posicional do problema

Hoje, pode-se dizer que a questão da *reificação* e do *fetichismo*, na tradição crítica inaugurada por Marx, teve início com a publicação da obra de Lukács, em 1923, intitulada: *História e consciência de classe*. De fato, a temática do fetichismo, em Marx, possui diversas posições. Nossa tarefa, neste trabalho, consiste em trazer a questão do fetichismo para a atualidade; descortinar o *fetichismo da mercadoria* em relação às múltiplas refrações de seus mecanismos referenciais. Principalmente, trazer a possibilidade de equacioná-la como importante categoria para a compreensão do capitalismo contemporâneo e das atuais inovações tecnológicas. Vivemos em um mundo no qual a *mistificação* operada pelo *fetichismo da mercadoria* vem invadindo todas as esferas. Ao cabo das quais vem estimulando a

retomada desta questão particular, no exame reticente de seus efeitos objetivos/subjetivos.

No marco dessa generalização “profana” da mercantilização nos encontramos todos. Indo das novas circunstâncias de externalidade com a realidade e entre si mediante vidraças oculares conectadas virtualmente<sup>2</sup> à disseminação teleguiada de recursos automobilísticos autônomos, a *personificação das coisas e reificação das pessoas* atingiram o cume estatutário de a tudo incluir como estratos de seu império sacrossanto. Do futuro interativo tendencial entre algoritmos e seres humanos, liquefazendo ainda mais os espaços humanos da comunicação interpessoal<sup>3</sup>, persiste o regime “fantasmagórico” que paira sob nós, convertendo nossas mais íntimas capacidades criativas e nossas candentes necessidades sociais, orquestradas e medidas por cálculos de mercado, em meros *suportes* de uma vida inautêntica. As dimensões alcançadas pela mercantilização da vida social hoje trazem a chancela de Marx sobre o caráter expansivo desta questão:

A própria necessidade de primeiro transformar o produto ou a atividade dos indivíduos na forma de *valor de troca*, no *dinheiro*, e o fato de que só nessa forma *coisal* adquire e comprova seu *poder social*, demonstra duas coisas: 1) que os indivíduos produzem tão somente para a sociedade e na sociedade; 2) que sua produção não é *imediatamente social*, não é o

---

2 O *Google Glass* é um dispositivo semelhante a um par de óculos, que fixado em um dos olhos, disponibiliza uma pequena tela acima do campo de visão. A pequena tela apresenta ao seu utilizador: mapas, opções de música, previsão do tempo, rotas de mapas, e, além disso, também é possível efetuar chamadas de vídeo ou tirar fotos de algo que se esteja a ver e compartilhar imediatamente através da internet. Não é difícil imaginar, porém, serem também utilizados para compras via *QR-CODE* ou mediante implantes via lentes de contatos. Ver em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P42H8iOxWOE>>. Acesso em: 10/10/2017.

3 “Programas como o *Siri*, da *Apple*, oferecem um vislumbre da capacidade de uma sub-área da IA (inteligência artificial) que está em rápido avanço: os assistentes inteligentes. Os assistentes pessoais inteligentes começaram a surgir há apenas dois anos. Atualmente, o reconhecimento de voz e a inteligência artificial progredem em uma velocidade tão rápida que falar com computadores se tornará, em breve, a norma, criando algo que os tecnólogos chamam de computação ambiental; nela, os assistentes pessoais robotizados estão sempre disponíveis para tomar notas e responder às consultas do usuário. Cada vez mais, nossos dispositivos se tornarão parte de nosso ecossistema pessoal, nos ouvindo, antecipando nossas necessidades e nos ajudando quando necessário – mesmo que não tenhamos pedido”. (SCHWAB, 2016, p. 17).

resultado de associação que reparte o trabalho entre si. Os indivíduos estão *subsumidos* à produção social que existe fora deles como uma *fatalidade*; *mas a produção social não está subsumida* aos indivíduos que a utilizam como seu poder comum. (MARX, 2011, p. 106. Grifo meu).

No mundo contemporâneo, as multilateralidades da reificação e do fetichismo estão em conformidade com a tipificação da vida social, e isto oferece provas suficientes acerca de sua vigência nos tempos que correm, para além de meros “conceitos” expostos por Marx na análise da mercadoria. Antes, elas constituem as *formas de ser* do capitalismo, conformam suas *determinações de existência*<sup>4</sup> e irradiam luminosidade própria nesse modo de produção na exuberância de suas dimensões categoriais nucleares na tríade *fetichista* da sociabilidade burguesa<sup>5</sup>: a mercadoria, o dinheiro e o capital.<sup>6</sup> As problemáticas da reificação e do fetichismo estão mais vivas hoje do que nunca; é o que tentaremos demonstrar nas páginas que seguem, cujo horizonte mira enfrentar as consequências que tais problemáticas assumem para os sujeitos sociais, participantes desses processos de fundo. Em suma, o fetichismo é apenas um “termo” empregado por Marx para situar uma análise estrita da mercadoria ou compõe o estatuto setorial da positividade capitalista (NETTO, 1981) cuja estrutura *discriminatória* corresponde à *reificação* das pessoas e à *personificação* das coisas expressivas de seu regime?

---

4 “[...] as categorias expressam *formas de ser, determinações de existência* [...]”. (MARX, 2011, p. 85).

5 “A reificação das relações de produção entre as pessoas é agora complementada pela “personificação das coisas”. A forma social do produto do trabalho, sendo resultado de incontáveis transações entre os produtores mercantis, torna-se um poderoso meio de exercer pressão sobre a motivação dos produtores individuais de mercadorias, forçando-os a ajustar seu comportamento aos tipos dominantes de relações de produção entre as pessoas nessa dada sociedade. O impacto da sociedade sobre o indivíduo é levado adiante mediante a forma social das coisas. Esta objetivação, ou “reificação” das relações de produção entre as pessoas sob a forma social de coisas, dá ao sistema econômico maior durabilidade, estabilidade e regularidade. O resultado é a “cristalização” das relações de produção entre as pessoas”. (RUBIN, 1987, p. 37).

6 “É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que *assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas*”. (MARX, 2013, p. 147. Grifo meu).

O fetichismo, para Marx, atua como *inversão objetiva*, que não apenas inverte o relacionamento social das objetivações humanas regidas pela forma valor, mas distorce simultaneamente a relação humana posta sob tal regência; o modo de produção domina os sujeitos que perdem o controle sobre suas objetivações e passam os mesmos a se relacionarem materialmente entre si através única e exclusivamente da mediação dessas coisas, das quais lhes escapam os rastros com os quais vieram a ser; característica que se agrava na atual fase do capitalismo, em especial no “cântico de louvor” da exibição espetacular que expressam os mais variados sentimentos com relação ao universo digitalizado das relações humanas. No “mundo das mercadorias”, os homens lidam com estas coisas-valores na proporção em que se relacionam entre si,<sup>7</sup> e, somente, na dimensão desta relação devem ser reconhecíveis como tais,<sup>8</sup> na proporção de uma relação social entre coisas e uma relação reificada entre pessoas,<sup>9</sup> confirmadas pela opressão estabelecida entre

---

7 “Na economia capitalista verifica-se o recíproco intercâmbio de pessoas e coisas, a personificação das coisas e a coisificação das pessoas. Às coisas se atribuem vontade e consciência, e, por conseguinte, o seu movimento se realiza consciente e voluntariamente; e os homens se transformam em portadores ou executores do movimento das coisas”. (KOSIK, 1976, p. 174).

8 “[...] A separação do produtor dos seus meios de produção, a dissolução e a desagregação de todas as unidades originais de produção etc., todas as condições econômicas e sociais do nascimento do capitalismo moderno agem nesse sentido: substituir por relações racionalmente reificadas as relações originais em que eram mais transparentes as relações humanas”. (LUKÁCS, 2003, p. 207).

9 “A metamorfose da relação mercantil num objeto dotado de uma “objetivação fantasmática” não pode, portanto, limitar-se à transformação em mercadoria de todos os objetos destinados à satisfação das necessidades. Ela imprime sua estrutura em toda a consciência do homem; as propriedades e faculdades dessa consciência não se ligam mais somente à unidade orgânica da pessoa, mas aparecem como “coisas” que o homem pode “possuir” ou “vender”, assim como os diversos objetos do mundo exterior. E não há nenhuma forma natural de relação humana, tampouco alguma possibilidade para o homem fazer valer suas “propriedades” físicas e psicológicas que não se submetam, numa proporção crescente, a essa forma de objetivação”. (LUKÁCS, 2003, p. 223).

a classe possuidora e a classe despossuída, em níveis distintos,<sup>10</sup> a qual conforma a historicidade de seu estatuto.<sup>11</sup>

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam. Esta inversão de sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão de uma história da autoalienação humana. Resulta na progressiva reificação das categorias econômicas, cujas origens se encontram na produção mercantil. (IAMMAMOTO, 2014, p. 48).

Um processo social que atua à margem dos produtores como uma *fatalidade*; faz com que os sujeitos passem a ser meros suportes de uma relação entre coisas.<sup>12</sup> Em contrapartida, aos sujeitos sociais, que somente obtendo tais coisas sustentem sua própria vida, são dados destinos funestos em “mundos impróprios”, que sequer lhes pertencem.

A seguir, veremos como estas características fetichistas da sociabilidade burguesa se intensificaram na contemporaneidade, a qual verteu sob o selo da mercadoria, múltiplos aspectos da realidade social e promete vertê-los ainda mais.

---

10 “A classe possuidora e a classe do proletariado representam a mesma autoalienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa autoalienação, sabe que a alienação é *seu próprio poder* e nela possui a aparência de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana”. (MARX; ENGELS, 2003, p. 48).

11 “Como o trabalho vivo – no processo de produção – está já incorporado ao capital, todas as *forças produtivas sociais do trabalho* apresentam-se como *forças produtivas do capital*, como propriedades que lhes são inerentes, *da mesma forma que, no caso do dinheiro, o caráter geral do trabalho, na medida em que este cria valor, aparecia como propriedade de uma coisa*. [...] a *combinação social*, na qual as diversas forças de trabalho funcionam tão somente como órgãos particulares da capacidade de trabalho que constitui a oficina coletiva, não pertence a estas, mas se lhes contrapõe como *ordenamento (arrangement) capitalista, é-lhes imposta*”. (MARX, 1978, p. 83. Grifo meu).

12 “[...] O homem não aparece, nem objetivamente nem em seu comportamento em relação ao processo de trabalho, como o verdadeiro portador desse processo; em vez disso, ele é incorporado como parte mecanizada num sistema mecânico que já encontra pronto e funcionando de modo totalmente independente dele, e a cujas leis deve se submeter”. (LUKÁCS, 2003, p. 204).

## Segundo Netto;

Na idade avançada do monopólio, a organização capitalista da vida social *preenche todos os espaços e permeia todos os interstícios da existência individual*: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que penetra a totalidade da existência dos agentes sociais particulares – é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado –, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia. (NETTO, 1981, p. 81. Grifo meu).

Se a forma social das coisas, que são produtos do trabalho humano, aparece aos homens com a mística qualidade de ocultar suas mediações sociais, ao passo de converter as relações materiais dos homens com os produtos de seu trabalho em uma relação social das próprias coisas; se a própria forma fetichista deste estatuto inverte as relações sociais dos produtos do trabalho na própria base em que são produzidas, há razões para dizer que na contemporaneidade do capitalismo está-se operando o recrudescimento fetichista deste estatuto na tendência de tornar as próprias coisas conectadas entre si em uma “internet das coisas” (IoT), cuja miniaturização nanotecnológica identifica cada coisa em um banco de dados, os quais se conectam virtualmente, tornando o fetichismo das mercadorias ainda mais expressivo,<sup>13</sup> precisamente pela migração desta tecnologia em pessoas,<sup>14</sup> mostrando a atualidade da questão.

Mas os aspectos peculiares da crise contemporânea do capital são mais engenhosos, não é por acaso que a tecnologia *Blockchain* de Bitcoin, por exemplo, a “moeda virtual” destes tempos, tem sido

---

13 Maiores informações, ver em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/08/internet-das-coisas-entenda-o-conceito-e-o-que-muda-com-tecnologia.html>>. Acesso em: 12/10/2017.

14 O uso de microchip em pessoas no intuito de identificá-las às bases de dados não apenas reafirma a reificação das pessoas e personificação das coisas, como também demonstra o recrudescimento do fetichismo, ver em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/empresa-belga-chama-atencao-por-implantar-chips-em-funcionarios/#>>. Acesso em: 19/10/2017).

recorrentemente exposta como o futuro do dinheiro,<sup>15</sup> ao mesmo tempo em que expressa o grau alcançado pelo fetichismo, em se tratando de um dinheiro que parece “surgir do nada”, ou, simplesmente, por meio da “mineração virtual”.<sup>16</sup>

O *Bitcoin* é o *blockchain* mais conhecido neste momento, mas essa tecnologia logo dará origem a inúmeros outros. Se, agora, a tecnologia do *blockchain* registra transações financeiras feitas com moedas digitais (o *Bitcoin*, por exemplo), futuramente ele servirá para registrar coisas bem diferentes, como nascimentos e óbitos, títulos de propriedade, certidões de casamento, diplomas escolares, pedidos às seguradoras, procedimentos médicos e votos –essencialmente, quaisquer tipos de transação que podem ser transformadas em código. (SCHWAB, 2016, p. 22).

A planificação global da sociedade, cuja mercantilização da totalidade das relações sociais constitui propriamente a lógica da reificação, posta pelo fetichismo, em seu estatuto setorial consolidado, no dinheiro, representa o quanto ainda nos falta apreender sobre o significado real de tais categorias no marco da analítica marxiana. Nossos exemplos pretendem oferecer um panorama contemporâneo de tais problemáticas, à luz das circunstâncias que as conformam e as legitimam como “naturais” e das “saídas” do capital em tempos de crise. É o caso, por exemplo, dos empreendimentos no ramo do chamado mercado de “barriga de aluguel”. No Brasil, agências especializadas neste tipo de nicho de mercado já estão em vias de consolidação.<sup>17</sup> Mas este é um movimento

---

15 Ver em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/tecnologia/2017/05/17/BITCOIN-O-FUTURO-DO-DINHEIRO-E-VIRTUAL.htm>>. Acesso em: 11/10/2017.

16 “Na forma do capital portador de juros, portanto, esse *fetichismo automático* está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e *ele não traz nenhuma marca de seu nascimento*. A *relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro consigo mesmo*”. (MARX, 1985, Livro III, Tomo I, p. 294. Grifo meu).

17 “Tammuz, que significa deus da fertilidade para os acádios, já tem 25 processos de brasileiros em andamento, sendo 14 de casais gays, sete de casais heterossexuais e sete de solteiros. “O meu negócio é possibilitar que qualquer pessoa possa ter uma família, respeitando todas as leis”, diz.” Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/blue-chip/4154436/agencia-de-barriga-de-aluguel-abre-escritorio-em-sao-paulo>>. Acesso em: 15/10/2017.

mundial,<sup>18</sup> nos Estados Unidos, por exemplo, pode-se alugar uma “barriga de aluguel” indiana, por US\$ 6.250. Casais ocidentais que buscam uma mãe de aluguel estão recorrendo sistematicamente a essa terceirização dos ventres maternos na Índia.<sup>19</sup>

Na sociabilidade burguesa, tudo aquilo que puder ser submetido à forma-mercadoria, cedo ou tarde será garantido por todos como aceitável; nessa “síndrome de Estocolmo” tão característica dos nossos tempos. A transversalidade da fetichização das relações sociais constitui propriamente o elo condutor da conversão dos seres humanos e da natureza em meras coisas quantitativamente avaliadas segundo o custo benefício dos mercados na busca desenfreada por maiores lucros em detrimento dos seres vivos.

A inversão, portanto, entre a personificação das coisas e a reificação das pessoas comparece setorialmente no capitalismo contemporâneo e nos mostra que, a rigor, *não há limites* para esse regime estatutário. Ademais, é extremamente problemático relegar o tema do fetichismo, em Marx, a um tema qualquer, pois, a rigor, é na atualidade do capitalismo que ele recobra seu sentido crítico preciso e elementar. Mas nada se compara ao direito de poder lançar toneladas de gás carbônico na atmosfera, desde que sejam pagos os preços estabelecidos pelo mercado de emissões.<sup>20</sup> Quer dizer, nada se compara à possibilidade de estatuir um “regime fantasmagórico” em todas as

---

18 Informações: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/17/internacional/1487346402\\_358963.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/17/internacional/1487346402_358963.html)>. Acesso em: 11/10/2017.

19 “O subaluguel comercial tem sido legal na Índia, desde 2002, como é, em muitos outros países, incluindo os Estados Unidos. Mas a Índia é o líder em torná-lo uma indústria viável, em vez de um tratamento de fertilidade raro. Os especialistas dizem que poderia decolar pelas mesmas razões que a terceirização em outras indústrias foi bem sucedida: um amplo laboratório trabalhando para taxas relativamente baixas”. (Tradução minha). Disponível em: <[http://usatoday30.usatoday.com/news/world/2007-12-30-3457229192\\_x.htm](http://usatoday30.usatoday.com/news/world/2007-12-30-3457229192_x.htm)>. Acesso em: 13/10/2017.

20 A União Europeia administra um mercado de emissões de gás carbônico que torna permissível comprar e vender o direito de destruir a camada de ozônio. Maiores informações, ver em: <<https://www.nanotechdobrasil.com.br/point-carbon-estima-volume-do-mercado-de-carbono-norte-americano-deve-dobrar-este-ano/>>. Acesso em: 15/10/2017.

mais distantes e inhóspitas treliças da sociedade, como diz Netto: “do útero à cova”.<sup>21</sup>

A planificação global – aqui necessariamente vertical e burocrática – cobre a vida como um todo: da distribuição ecológica ao conteúdo do lazer, do controle da mobilidade da força de trabalho ao *continuum* instrução formal/informal etc. A organização capitalista da grande indústria moderna modela a organização inteira da sociedade macroscópica, impinge-lhe os seus ritmos e os ciclos, introduz com a sua lógica implacável o relógio-de-ponto e os seus padrões em todas as micro-organizações. (NETTO, 1981, p. 82).

No mais, não se pode subestimar os atuais empreendedores precários, inclusive em servir literalmente de cobaia em testes de laboratórios farmacêuticos, por nada menos que US\$ 7.500.<sup>22</sup> Mas que não se perca de vista a “banalidade do mal” que assume a fetichização total da vida social e que penetra todos os poros da sociabilidade contemporânea. Vivemos em um período histórico em que os valores de mercado administram todas as relações, em que nos tornamos meros suportes da “fantasmagoria” agora digitalizada e que se abate sobre nós, sem que tenhamos o menor controle. A atual crise do capital está operando o recrudescimento desse regime. Pior para aqueles que não podem pagar pelos “serviços” oferecidos; por aposentadoria, por educação, saúde etc. Pior para aqueles que *dependem* das políticas sociais, via Estado, para manterem-se vivos.

---

21 “[...] Exclusivamente os recursos heurísticos contidos nas formulações sobre o fetichismo podem abrir a via à sua compreensão, porque o que aqui se *universalizou*, na imediatividade da vida social, são os processos alienantes e alienados peculiares ao modo de produção capitalista, os que se encontram na base do mistério da forma mercadoria – que, então, dominam *toda* a organização social. Tais processos não envolvem apenas os produtores diretos: penetram e conformam a totalidade das relações de produção social e *das relações que viabilizam a sua reprodução*. Sob o salariedade não se encontra mais apenas a classe operária, mas a esmagadora maioria dos homens; a rígida e extrema divisão social do trabalho subordina todas as atividades, “produtivas” e “improdutivas”; a disciplina burocrática transcende o domínio do trabalho para regular a vida inteira de quase todos os homens, do útero à cova”. (NETTO, 1981, p. 82).

22 “Os voluntários são pagos para não fazerem as coisas, mas para que as coisas sejam feitas a eles.” (Tradução minha). Disponível em: <<http://www.newyorker.com/magazine/2008/01/07/guinea-pigging>>. Acesso em: 13/10/2017).

Em um mundo onde fazer apostas sobre a vida de idosos ou doentes tornou-se um nicho de mercado,<sup>23</sup> onde os valores de mercado passaram a governar todas as esferas da vida social, falar de privatização, terceirização e flexibilização, hoje em dia, é quase um lugar comum, se não associadas às dimensões que alcançaram o fetichismo, a alienação e a reificação, nessa sociedade que nos toca viver. Basta verificar a ascensão que tem tido o mercado de empresas de segurança privada, em todo o mundo;<sup>24</sup> o aumento exponencial e aparentemente irreversível do marketing orquestrado pelos grandes conglomerados farmacêuticos para comercialização de remédios em escala toyotista,<sup>25</sup> em suma, o terrorismo psicossocial da formamercadoria destilada em todos os poros da sociabilidade contemporânea, em que as condições do trabalho necessárias a essa exuberante proliferação de coisas são apagadas e dão lugar a um fetichismo persistente,<sup>26</sup> o qual tem no avanço da “digitização da indústria e da economia” um fetichismo tecnológico estrutural que tende a uma 4ª revolução industrial e a uma nova fase na acumulação do capital jamais antes vista. Não é à toa, com efeito, que retomar a discussão sobre a reificação, posta pelo fetichismo, hoje em dia, é se deparar com os mais impensáveis disparates a que podem chegar o equivalente universal e a racionalização inerente à plataforma econômica de transformação das relações entre pessoas em relações entre coisas, já que nem de longe a humanidade parece preocupada em reivindicar o controle racional de suas objetivações.

---

23 Informações, ver em: <<http://www.nytimes.com/2009/09/06/business/06insurance.html?mcubz=1>>.

24 Ver em: <<http://www.economist.com/node/86147>>. Acesso em: 12/10/2017.

25 Maiores Informações: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI-338549-17805,00-EXPLORE+OS+REMEDIOS+MAIS+CONSUMIDOS+DO+MUNDO.html>>. Acesso em: 15/10/2017.

26 “As vitrines vistosas nas lojas e o marketing das tecnologias de ponta são um contraste bastante gritante às imagens de crianças carregando sacos de pedras e de mineiros, enfiadas em túneis apertados, permanentemente em risco de sofrerem danos nos pulmões” [...] “É um enorme paradoxo da era digital que algumas das mais ricas e mais inovadoras empresas do mundo possam comercializar aparelhos incrivelmente sofisticados sem lhes ser exigido que demonstrem de onde vêm as matérias-primas com que são fabricados os seus componentes”. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/trabalho-infantil-e-exploracao-na-republica-democratica-congo-alimentam-producao-mundial-de-baterias/>>. Acesso em: 16/10/2017.

Mais do que qualquer coisa, a crítica ao fetichismo assiste, por sua vez, à teorização de Marx em *sentido amplo*, precisamente pelo fato de constituir uma *forma de ser* específica do modo de produção capitalista e de suas relações sociais postas em sua atual fase.

Num futuro previsível, os empregos de baixo risco em termos de automação serão aqueles que exigem habilidades sociais e criativas; em particular, as tomadas de decisão em situações de incerteza, bem como o desenvolvimento de novas ideias. Isso, no entanto, pode não durar. Considere uma das profissões mais criativas – escrever – e o advento da geração automatizada de narrativas. Algoritmos sofisticados podem criar narrativas em qualquer estilo apropriado para um público específico. O conteúdo soa tão humano que um teste recente efetuado pelo jornal *The New York Times* mostrou que, ao ler duas peças semelhantes, é impossível dizer qual delas foi criada por um autor humano e qual foi produzida por um robô. A tecnologia avança de forma tão veloz que Kristian Hammond, cofundador da Ciência da Narrativa, uma empresa especializada em geração automatizada de narrativas, prevê que, por meados da década de 2020, 90% das notícias poderão ser geradas por um algoritmo, a maior parte delas sem qualquer intervenção humana (exceto a criação do algoritmo, claro). (SCHWAB, 2016, p. 34).

O aumento do desemprego unido ao aumento dos “empresários de si”,<sup>27</sup> a barbárie tornando-se lucrativa,<sup>28</sup> e profissões sendo descar-

---

27 “Podemos entender a uberização como um futuro possível para empresas em geral, que se tornam responsáveis por prover a infraestrutura para que seus “parceiros” executem seu trabalho; não é difícil imaginar que hospitais, universidades, empresas dos mais diversos ramos adotem esse modelo, utilizando-se do trabalho de seus “colaboradores *just-in-time*” de acordo com sua necessidade. Mas, se olharmos para o presente da economia digital, com seus motoristas Uber, motofretistas *Loggi*, trabalhadores executores de tarefas da *Amazon Mechanical Turk*, já podemos ver o modelo funcionando em ato, assim como compreender que não se trata apenas de eliminação de vínculo empregatício: a empresa Uber deu visibilidade a um novo passo na subsunção real do trabalho [...] e que tem possibilidades de generalizar-se pelas relações de trabalho em diversos setores”. (ABÍLIO, C. L. Uberização do trabalho: *subsunção real da viração*. 2017. Disponível em: <<https://blog-daboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acesso em: 15/10/2017.

28 “[...] Suponha que a ONU ou outro organismo internacional estabelecesse uma cota anual de refugiados para cada nação, atribuindo aleatoriamente quantidades de refugiados a cada país, permitindo que as nações comprem e vendam suas obrigações. Provavel-

táveis. Ora, quais seriam os rumos e destinos das políticas sociais por via de serviço despersonalizado de inteligência artificial e algoritmos? A precarização do trabalho e intensificação da exploração, por outro lado, torna a discriminação operada pelo fetichismo da mercadoria um tema central. Pois se o “mapa da violência” de mortes por arma de fogo, no Brasil, por exemplo, revela um número assustador,<sup>29</sup> e se a chamada “guerra às drogas” tornou-se um negócio mais que lucrativo para as grandes corporações de armas,<sup>30</sup> porque não criar um mercado que atenda um contingente militar privado, que possa combater em zonas de guerra, por um soldo de US\$1.000 por dia?<sup>31</sup>

Ademais, na atual crise do capital a guerra permanente mostra-se um instrumento de contenção da queda da taxa de lucro e tem-se revelado um forte mecanismo de contra tendência do sistema.

As formulações sobre o fetichismo, nesta ótica, deixam de ser pertinentes a *mistérios* singulares (o enigma da mercadoria, do dinheiro, etc.) para se converterem no recurso heurístico do mistério macroscópico: a positividade como pseudo objetividade posta pelo capitalismo tardio. Elas passam a constituir os *requisitos de uma análise genética* (a transformação progressiva do fetichismo da mercadoria para as formas de *todas as instâncias e agências sociais*, com a *mercantilização geral da vida*) e sistemática (o *modus operandi* pelo qual as manifestações reificadas se estruturam na pseudo objetividade da positividade) da cultura da sociedade burguesa constituída. (NETTO, 1981, p. 89).

---

mente, um país rico, como o Japão, cumpriria sua obrigação, pagando uma cota anual de refugiados que não quisesse a Rússia ou a Uganda para ficar com eles. A Rússia ou Uganda ganha uma nova fonte de renda nacional, e o Japão atende suas obrigações em relação aos refugiados, terceirizando-os”. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1994/08/13/opinion/share-the-refugees.html?mcubz=1>. Tradução nossa. Acesso em: 11/10/2017.

29 Ver em: <<http://old.brasileiros.com.br/2016/08/o-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-por-arma-de-fogo-no-mundo/>>. Acesso em: 15/10/2017.

30 “Num mundo de 840 milhões de famintos, as despesas militares dos países superam US\$ 1,7 trilhão em três anos, o equivalente a US\$ 260 dólares por habitante do planeta”. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/91/ricos-poderosos-e-sem-limites-2814.html>>. Acesso em: 15/10/2017.

31 Maiores informações, ver em: <<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2004/09/private-military-contractors/303424/>>. Acesso em: 11/10/2017.

O capitalismo tardio (MANDEL, 1985) demonstra como em nenhuma outra época, o quanto o fetichismo da mercadoria era uma questão central para a crítica de Marx da economia política;<sup>32</sup> demonstra que, a rigor, o fetichismo é uma categoria crítica central para Marx, no exame da forma-mercadoria. Demonstra, com efeito, seu poder de síntese, ao cabo da qual resulta na serialidade de suas telas nervuradas na reificação das relações sociais entre os sujeitos,<sup>33</sup> enquanto perdurar o modo de produção capitalista.

Não é por acaso que as novas formas de organização política estão motivadas na criação dos “sindicatos de aplicativos”, que recorrem através de manifestações via processos judiciais pela regulação formal dos vínculos empregatícios com as chamadas “empresas-aplicativos”, e que ora resultam em negociatas entre o governo e essas empresas, ora escancaram a dificuldade que tem sido a regulação do trabalho nessas empresas do setor digital. Mas é precisamente na esteira desse avanço das empresas do ramo digital que o fetichismo encontra adequação perfectível; na administração de um conjunto de normas e critérios avaliativos exercidos pelos próprios usuários, através de métodos de vigilância e exigências rigorosas, recheado de conflitos e contradições, porém dispersas sob o véu intangível dos vínculos empregatícios e no esboroamento consecutivo das demandas por direitos. Os trabalhadores tornam-se corresponsáveis pela sustentação desse regime de coisas (algoritmos)<sup>34</sup> na proporção de se tornarem eles próprios um mero ícone certificado, qualificado e vigiado por seus clientes-consumidores. Mais exatamente, a “gpesização” da vida humana estabelece o grau alcançado pelo controle dos corpos, em um mundo pleno de sutilezas.

---

32 “[...] sempre que se confronta com a economia política, ele (Marx) se defronta com a problemática do fetichismo. Resumindo: *independentemente das etapas evolutivas da sua reflexão, todas às vezes em que a economia política é o âmbito em que se coloca o objeto da operação crítica de Marx, põe-se lhe a problemática do fetichismo*”. (NETTO, 1981, p. 54).

33 “No valor de troca, a conexão social entre as pessoas é transformada em um comportamento social das coisas; o poder [*Vermögen*] pessoal, em poder *coisificado*.”. (MARX, 2011, p. 105).

34 “O valor converte, antes, todo produto do trabalho num hieróglifo social”. (MARX, 2013, p. 209).

Passam os próprios trabalhadores, tanto aqueles que buscam uma fonte de renda alternativa em jornadas indefinidas, regida por demandas repentinas e incertas, quanto aqueles que consomem seus serviços como meros ícones personificados, os quais se encontram duplamente convertidos sob o imperativo da lógica da reificação de suas relações recíprocas em detrimento das relações sociais das coisas de que necessitam e põem a funcionar. Ambos se convertem em perfis virtuais, números de um cadastro personificado, numa “religião da vida cotidiana”<sup>35</sup> na qual estão e estamos reféns. Suas atividades são sensíveis. Elas retroalimentam a circulação de mercadorias em suas distribuições espaços-temporais, mas são alimentadas por programas executados por softwares e seus algoritmos suprassensíveis.

Nessa modalidade de organização do trabalho, são os próprios trabalhadores que *personificam* a qualidade, a fiscalização e a gestão dos serviços ofertados pelos *startups*; torna-se ainda mais difícil mensurar as mediações sociais do processo. Quais estão sendo as implicações éticas desse tipo de organização produtiva? Quais estão sendo os efeitos e consequências desse cultivo de logotipos de *startups* e marcas digitais, dispersas numa multidão vigilante que avalia e dá certificação dos serviços prestados?

E quanto aos direitos, serão estritamente mediados pelo mercado? Acaso tais questões não foram visualizadas por Marx, quando tratou da *crítica* ao fetichismo da mercadoria?

Inclusive, se levarmos em conta a relação simplesmente *formal* – a forma *geral* da produção capitalista, *compartilhada tanto por sua modalidade menos desenvolvida quanto por sua modalidade mais desenvolvida* – os meios de produção, as condições objetivas de trabalho, não aparecem subsumidas ao operário, mas este subsumido a elas. O capital *utiliza* o trabalho. Já essa relação é, em sua simplicidade, *personificação das coisas e coisificação das pessoas*. (MARX, 1987, p. 86-87. Grifo meu).

---

35 [...] essa personificação das coisas e essa reificação das relações de produção, essa religião da vida cotidiana [...]. (MARX, 1985. Livro III. Tomo II. p. 280)

Estamos convencidos que a crítica ao fetichismo da mercadoria, por um lado, assiste à teorização de Marx em sentido amplo, ao que, por outro lado, atualmente constitui um dos pilares de sua teoria social que se tem de *radicalizar*, precisamente pela evidência das formas mercantilizadas em múltiplos interstícios da vida humana e social na contemporaneidade.

### **O espaço figural 4.0 da indústria e a questão do fetichismo**

Simplificadamente, podemos dizer que a despeito da chamada “reestruturação produtiva” a partir de meados da década de 1960, a qual se combina com as mais atuais análises sobre a flexibilização da produção e dos postos de trabalho, que o advento da 4ª Revolução Industrial,<sup>36</sup> traz chancela a uma variedade de efeitos,<sup>37</sup> que podem tornar este estudo mais bem situado na ponta da crítica.

Resumidamente falando, as três revoluções industriais do passado; a primeira, por volta de 1760 e 1840, do tempo de Marx, motivada pelo empenho em tecnologias de engenharia mecânica, máquinas a vapor e ferrovias; a segunda, no fim do século XIX e início do século XX, que combinaram o avanço da eletricidade, linhas de montagem e difusão da produção em massa, a exemplo do fordismo; a terceira, nossa mais conhecida, forjada a partir de meados da década de 1960, com o advento da informática e da tecnologia da informação, automatização, a exemplo do toyotismo, e, em seguida, a internet, em princípio dos anos de 1990, que hoje se confronta com um novo paradigma 4.0 de inovação, ainda ligeiramente suspenso na maior parte das análises acerca do “Mundo do Trabalho”.

Isto significa que a temática do fetichismo da mercadoria, expressa por Marx na segunda edição de 1873, no livro primeiro d’*O capital*, traz consigo algo mais do que apenas uma conceituação

---

36 Não há segurança em afirmar a origem deste termo, com relação às abruptas mudanças na entrada do século XXI na indústria como um todo. Utilizo aqui a referência de Klaus Schwab, em seu livro: *A Quarta Revolução Industrial*, publicada em 2016, pela Edipro.

37 À guisa de exemplo: <[http://www.valor.com.br/video/5561016011001/robos-transformam-o-setor-de-logistica?utm\\_source=Facebook&utm\\_medium=Social&utm\\_campaign=Timeline](http://www.valor.com.br/video/5561016011001/robos-transformam-o-setor-de-logistica?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=Timeline)>. Acesso em: 15/10/2017.

qualquer, ante o prisma tecnológico de seu tempo. Para nós, o século XXI e seu modelo de logística digitalizado, exemplificado nas páginas anteriores, ainda que brevemente, põe como central esta temática e ainda é capaz de iluminar os limites teóricos das formulações em torno da chamada revolução industrial 4.0. O dispositivo de “re-encantamento” que traz consigo é taxativo, como se tudo estivesse prestes a melhorar instantaneamente,<sup>38</sup> em se tratando do esforço apologético por apoiar ao capital em sua equação com o trabalho,<sup>39</sup> e delegar a segundo plano os chamados “tecnóforos”, como se tudo pudesse ser reduzido à questão da técnica desprendida das relações de propriedade privada e dos monopólios a ela associadas.

Virtualmente, o tema da 4ª Revolução Industrial aparece pela boca de vários entusiastas estrangeiros, os quais entoam um hino particularmente conhecido, qual seja o de afirmarem explicitamente que as dramáticas inovações tecnológicas à nossa espera produzirão um certo efeito “mágico” nas relações humanas,<sup>40</sup> reduziram o custo dos produtos,<sup>41</sup> estimulando maior demanda do consumidor e conseqüentemente novos mercados surgirão, novos empregos aparecerão, novas relações sociais e coisas que tais. Na verdade, é o velho e carcomido procedimento idólatra dos economistas e líderes empresariais; ao capitalismo, tudo o que estiver ao alcance, e à humanidade, o que restar dos escolhos da concorrência intercapitalista, que

---

38 “Hoje, o foco mundial em tecnologia e inovação é impulsionado por um desejo desesperado de encontrar uma solução mágica para os problemas econômicos, sociais e políticos relacionados à raça humana. Embora existam muitos problemas importantes a serem resolvidos, e embora as inovações continuem em muitos campos, há uma expectativa irracional de que mudanças e inovações dramáticas, pelo menos na escala das revoluções industriais ou da computação antiga, estão no horizonte.” Maiores informações, ver em: <<https://www.independent.co.uk/voices/there-s-no-such-thing-as-the-fourth-industrial-revolution-a7441966.html>>. Acesso em: 19/10/2017.

39 Ver em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570969-os-robos-ficam-do-lado-do-capital-na-equacao-marxista>>. Acesso em: 16/10/2017.

40 “A premissa deste livro é que a tecnologia e a digitalização irão revolucionar tudo, fazendo com que aquela frase tão gasta e maltratada se torne verdadeira: “desta vez será diferente”. (SCHWAB, 2016, p. 15).

41 Não é difícil imaginar o quanto as impressoras 3D terão um impacto extremado nesta direção, em que pese a possibilidade de imprimir desde órgãos; ver aqui: <<https://www.youtube.com/watch?v=4kYtsfkIrOk>> às armas de última geração; e aqui: <<https://www.youtube.com/watch?v=w1UNdh-3vuU>>. Acesso em: 19/10/2017.

é o que, na verdade, reveste o fundamento destas inovações. Mais exatamente, mantenhamos o “místico véu de névoa”<sup>42</sup> envolvido nas próprias coisas que se erguem diante dos seres humanos e da própria natureza como fantasmas sugadores de sua vitalidade mais íntima e radicalizemos de forma visceral toda e qualquer condição de perpetuação e manutenção desse sistema, ainda que tenhamos de apelar para a construção da paisagem esperançosa de um mundo “novo” com maiores comodidades, que, porém, mantenha a estrutura natural da desigualdade entre os países e o estatuto da propriedade privada intocável, dada a finalidade de incremento da taxa de lucratividade entre as grandes potências como métrica para a retomada do crescimento para sair da crise. Todavia, é certo que esta inovação não virá desprovida de catástrofes, a julgar pelo acirramento competitivo entre os países que prometem tais inovações.

Algumas das estimativas colocadas no espaço calculável de tais inovações ratificam o conteúdo aparentemente vanguardista e cosmopolita da 4ª Revolução Industrial, sem que as *consequências humano-societárias* sejam colocadas com rigor e sem problematizar o estatuto geopolítico *desigual* de suas implementações. Ora, em que condições a implementação em larga escala de impressoras 3D, por exemplo, para a indústria manufatureira como um todo, nos países centrais, reproduziria como efeito nas periferias geográficas do capital senão o recrudescimento da concorrência desigual e combinada, a qual intensificaria o atraso ou obrigaria a adequação subalternizada às inovações esperadas?

---

42 [...] o reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando as relações cotidianas da vida prática se apresentam diariamente para os próprios homens como relações transparentes e racionais que eles estabelecem entre si e com a natureza. A configuração do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado. (MARX, op. cit., p. 154. Grifo meu).

**Tabela 1** – Pontos de inflexão esperados até 2025

10% das pessoas com roupas conectadas à internet	91,2%
90% das pessoas com armazenamento ilimitado e gratuito (financiado por propagandas publicitárias)	91,0%
1 trilhão de sensores conectados à internet	89,2%
O primeiro farmacêutico robótico dos EUA	86,5%
10% de óculos de leitura conectados à internet	85,5%
80% das pessoas com presença digital na internet	84,4%
Produção do primeiro carro impresso em 3D	84,1%
O primeiro governo a substituir o censo por fontes de big-data	82,9%
O primeiro celular implantável e disponível comercialmente	81,7%
5% dos produtos aos consumidores impressos em 3D	8,1%
90% da população com smartphones	80,7%
90% da população com acesso regular à internet	78,8%
Carros sem motoristas chegarão a 10% de todos os automóveis em uso nos EUA	78,2%
O primeiro transplante de um fígado impresso em 3D	76,4%
30% das auditorias corporativas realizadas por IA	75,4%
Primeira arrecadação de impostos através de um <i>blockchain</i>	73,1%
Mais de 50% do tráfego da internet voltado para os utilitários e dispositivos domésticos	69,9%
Globalmente, mais viagens/trajetos por meio da partilha do que em carros particulares	67,2%
A primeira cidade sem semáforos com mais de 50.000 pessoas	63,7%
10% do produto interno bruto mundial armazenado pela tecnologia <i>blockchain</i>	57,9%
A primeira máquina de IA de um conselho de administração	45,2%

Fonte: *Dup Shift – Technology Tipping Points and Societal Impact*, Global Agenda Council on the Future of Software and Society, Fórum Econômico Mundial, set. 2015.

Em um país desigual como o Brasil em relação ao acesso à internet, para citar apenas um exemplo, além da assimetria evidente entre campo e cidade e o descompasso decorrente entre as condições de acesso a equipamentos que tornem permissíveis o ingresso na “sociedade da informação”, há ainda o agravamento do atraso do

setor empresarial brasileiro em relação à 4ª Revolução Industrial, muito menos enquanto possibilidade real e muito mais enquanto “promessa” externa, isto é, meramente apologética.<sup>43</sup> Por tais razões estruturais, por outro lado, qualquer expectativa “otimista” acerca das habilitações necessárias para o presente século; investimento em capacidades cognitivas, técnicas etc., que não leve em consideração a circunstância específica dessa *nova fase* do capital mundial e, conseqüentemente, deste cenário industrial revolucionário, estará fadada a cometer os maiores disparates; relativizando a *mercantilização 4.0* das relações humanas e enviesando o discurso do capital mediante *apologia fetichista*, refém de um materialismo tosco acrítico e anti-humanista, a peculiaridade desta revolução e a forma de seu rebatimento no Brasil passam ao largo das análises empresariais e político-partidárias, como se estivessem “desconectadas”.

Há um cenário desafiador para os países de baixa renda, isto é, saber se a quarta revolução industrial levará a uma grande “migração” das fabricantes mundiais para as economias avançadas, algo bastante possível caso o acesso a baixos salários deixe de ser um fator de competitividade das empresas. [...] Caso esse caminho se feche, muitos países terão de repensar seus modelos e estratégias de industrialização. Se e como as economias em desenvolvimento podem aproveitar as oportunidades da quarta revolução industrial será uma questão importantíssima para o mundo; é essencial que sejam feitas mais pesquisas e reflexões para compreendermos, desenvolvermos e adaptarmos as estratégias necessárias. (SCHWAB, 2016, p. 38).

Na esteira deste discurso reiterado, os avanços relacionados à inteligência artificial (IA) realizam com a mais autêntica veracidade o quanto a irreversibilidade emergente deste processo ameaça sucumbir uma quantidade imensa de empregos e modificar subs-

---

43 “Pesquisa mostra que 32% das empresas não ouviram falar do tema. [...] Segundo a pesquisa, realizada pela Fiesp em parceria com o Senai-SP, somente 41% das indústrias utilizam o *lean manufacturing*, ou sistema de produção enxuta. E 32% dos entrevistados não tinham ouvido falar em quarta revolução industrial, Indústria 4.0 ou Manufatura Avançada, nomes diferentes para a mesma mudança na forma de produzir, com base em tecnologia e dispositivos autônomos que se comunicam entre si ao longo da cadeia de valor.” Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-identifica-desafios-da-industria-4-0-no-brasil-e-apresenta-propostas/>>. Acesso em: 16/10/2017.

tancialmente nossas relações sociais, a ponto disto, de nenhuma maneira, ser considerado do ponto de vista do *controle consciente e planejado* de tal inovação, tal o nível da abstração automática que a *forma social* da produção mercantil 4.0 requer para sua manifestação e conseqüente publicidade; *mistificar*, com novo estilo, a tecnologia como *resultando* do capital e não herdeira de *força humana* acumulada por milhares de gerações.

## Conclusão

No geral, nossa intenção se caracterizou pelo esforço de apreender a temática do fetichismo sob as seguintes plataformas, dentre elas: 1) O fetichismo constitui uma *categoria objetiva da realidade burguesa*. Este primeiro ponto diz respeito ao fato de que a reflexão marxiana sobre o caráter fetichista da mercadoria *não se esgota no primeiro capítulo* de sua magna obra, tal como também não é um mero conceito articulador de uma temática reclusa. Com efeito, a crítica do fetichismo compõe um complexo social objetivamente determinado, a qual se estrutura pela *abstração objetiva* dos trabalhos quando estes se socializam de maneira *indireta* através do mercado. Este caráter *indireto* ao mesmo tempo torna legítimo o elemento por detrás das “leis econômicas”, qual seja; a violência e a opressão.

2) Essa *igualdade dos trabalhos* a uma forma abstrata *oculta a desigualdade* na exploração da força de trabalho, aspecto que compõe em paralelo lutas sociais estabelecidas sob um regime jurídico encoberto pelo fetichismo.<sup>44</sup> A *dominação* e a *exploração* não aparecem à primeira vista, mas estão envolvidas pela “teia de aranha” social das relações mercantis, a qual *incorpora* os sujeitos sociais no ordenamento fetichista de controle metabólico motivado pela manutenção

---

44 Tal como sinaliza Pachukanis: “As relações dos homens no processo de produção envolvem, assim, num certo estágio de desenvolvimento, uma forma duplamente enigmática. Elas surgem, por um lado, como relações entre coisas (mercadorias) e, por outro, como relações de vontade entre unidades independentes umas das outras, porém, iguais entre si: tal como as relações entre sujeitos jurídicos. Ao lado da propriedade mística do valor aparece um fenômeno não menos enigmático: o direito. Simultaneamente, a relação unitária e total reveste dois aspectos abstratos e fundamentais: um aspecto econômico e outro jurídico”. (PACHUKANIS, 1988, p. 75).

de “coisas” mercantis em detrimento das relações humanas dos sujeitos entre si,<sup>45</sup> que se agrava e persiste na atual fase do capitalismo.

E finalmente, 3) Propor uma apreensão das relações sociais configuradas na fase tardia do capitalismo, à luz da mercantilização abundante da vida social, em cujo cerne encontra-se o debate acerca da *função social* da tecnologia no capitalismo e das mudanças abruptas que nos reservam o futuro em se tratando do relacionamento contraditório entre a maquinaria e os seres humanos.

Na maquinaria, o trabalho objetivado se contrapõe materialmente ao trabalho vivo como o poder dominante e como subsunção ativa deste a si [...] *A acumulação do saber e da habilidade, das forças produtivas gerais do cérebro social, é desse modo absorvida no capital em oposição ao trabalho, e aparece consequentemente como qualidade do capital [...]* Ademais, na medida em que a maquinaria se desenvolve com a acumulação da ciência social, da força produtiva como um todo, o trabalho social geral não é representado no trabalhador, mas no capital. *O saber aparece na maquinaria como algo estranho, externo ao trabalhador; e o trabalho vivo é subsumido ao trabalho objetivado que atua autonomamente*”. (MARX, 2011, p. 932-933. Grifo meu).

Espera-se com isto salientar que o tema do fetichismo alcança uma posição contundente nos tempos hodiernos, a julgar pelo fato desta tematização assistir a um processo social que se encontra *sintetizado* por Marx, quando de sua elaboração. Isto demonstra, por outro lado, ser a forma social deste capitalismo, que tende a modificar-se *estruturalmente* nos próximos anos e as condicionalidades *periféricas* do empresariado brasileiro neste cenário e sua consequente apatia com relação ao que se passa “lá fora”, a forma *mais fetichista* de gestão política e econômica dos interesses envolvidos na soberania

---

45 Por debaixo dessa abstração anônima, que opera economicamente, se justapõe uma forma jurídica e uma forma política, em que a *relação social entre as classes* é “apagada”. Isto é, por trás do *fetichismo* encontram-se *relações de poder e dominação*, ao mesmo tempo *lutas e resistências* entre as classes sociais. Relações estas que *nunca se mostram* tal como são, por a própria *sociabilidade burguesa* funcionar apoiada em mecanismos de *mistificação e fetichismo* inerentes a essa ocultação. Tal a dimensão *ideológica* no trato marxiano do problema do fetichismo.

nacional e mistificada o suficiente, a ponto de não atentar-se para a aberrante catástrofe esperada aos países que não anteciparem estratégias factíveis para esta tendente industrialização 4.0.

Quais os desafios implicados para o Brasil em torno desta questão? Que consequências produtivas serão impostas às economias periféricas com o advento do Grafeno, da Impressão 3D, da IA etc., que não *agravem* o estatuto da dependência e não fortaleçam às desigualdades geopolíticas? Seria possível um projeto industrial de vanguarda no âmbito político para os próximos anos, que tivesse a sabedoria de antecipar o inevitável ou sucumbiremos à contemplação do desenvolvimento alheio como parte de nosso espetáculo dramático, para cujos “emplastros” agrário-exportadores oferecemos às grandes potências como expressão de nossa submissão voluntária e de nossa participação dependente? Mais exatamente, haveria certa ressonância entre a subjetividade *reificada* dos setores empresariais brasileiros isentos de um projeto de nação e o fetichismo circunscrito na naturalização de um destino subalterno inevitável, ou no caso, a superação deste “místico véu de névoa”, desse estado de nação subalterna encontrar-se relacionada ao investimento decidido em *capacidades humanas* fluentemente adaptadas à 4ª Revolução Industrial? Esta problemática constitui, em síntese, parte do escopo que julgamos exponencial nesta pesquisa em tela, qual seja: medir a dinâmica termostática da mercantilização da vida social no universo produtivo das indústrias 4.0, sondando as *consequências humano-societárias* que elas liberam para o conjunto da humanidade, porém partindo do agravamento de seu rebatimento em um país dependente e ainda lastreado pelo atraso industrial, como o Brasil.

Nossa situação periférica torna o tema do fetichismo da mercadoria e suas refrações contemporâneas parte de um processo *agravado* pela dependência, em que os rebatimentos da indústria 4.0 aqui *desenvolverão* o subdesenvolvimento se não forem devidamente analisados antecipadamente e tomados em sério no que tange aos efeitos contraditórios que prometem para as relações sociais universalmente.

Artigo submetido em 19/07/2018

Aceito para publicação em 12/12/2012

## Referências

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985
- IAMMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche**. São Paulo: Cortez, 2014.
- KOSIK, K. **A dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- LEFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MANDEL, E. **O capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro III. São Paulo: Nova Cultural, 1985-86.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Capítulo VI** (inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- MARX, Karl. O rendimento e suas fontes. A economia vulgar in: **Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de GIANOTTI, A. J. Trad. BRUNI, C. J. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- MARX, Karl. A sagrada família ou a crítica da Crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes., Rio de Janeiro: Boitempo, 2003.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NETTO, J. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- OLIVEIRA, P. R. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 108, p. 739-760, out./2009.
- PACHUKANIS, E. B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- RUBIN, I. **Teoria marxista do valor**". Coleção Teoria e História. Belo Horizonte: Polis, 1987.
- SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**, Loja Virtual: Edipro, 2016,

---

# SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

---

## **Notas críticas: risco e vulnerabilidade social no processo de envelhecimento e velhice**

**Critical notes: risk and social vulnerability  
in the process of aging and old age**

Joice Sousa Costa<sup>1</sup>

Denise Gisele Silva Costa<sup>2</sup>

Cristiane de Fátima Poltronieri<sup>3</sup>

Nanci Soares<sup>4</sup>

---

1 Assistente social. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço social pela Unesp-Campus Franca. Graduada e mestre em Serviço Social pela mesma universidade. Bolsista Capes. Atualmente é professora assistente I no curso de Serviço Social na condição de horista pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos.

2 Assistente social. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Unesp-Campus Franca. Graduada e mestre em Serviço Social também pela Unesp. Bolsista Capes. Atualmente é professora assistente I no curso de Serviço Social na condição de temporária pela Universidade Estadual de Minas Gerais-Unidade de Passos-MG.

3 Assistente social. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Unesp-Campus Franca. Graduada e mestre em Serviço Social pela mesma universidade.

4 Assistente social. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Unesp-Campus Franca. Graduada e mestre em Serviço Social pela mesma universidade.

**Resumo:** O presente ensaio objetiva refletir sobre as vulnerabilidades e os riscos sociais, vivenciados pelos velhos trabalhadores, como uma das expressões da questão social. A priori, na primeira seção, discutem-se alguns conceitos sobre as situações de risco e vulnerabilidade social circunscritas sob as raízes das classes sociais e do mundo do trabalho na sociedade burguesa, ou seja, como fenômeno inerente à sociedade do capital. A seguir, apresentam-se algumas considerações sobre a velhice e o processo de envelhecimento humano, adjuntos às contradições e desigualdades sociais, compreendidos como mecanismos de violência social. Destaca-se que este ensaio teórico, de caráter bibliográfico, segue a concepção teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético. Portanto, conclui-se que tanto o processo de envelhecimento das frações da classe trabalhadora quanto as situações de risco e de vulnerabilidade social devem ser compreendidos sob o tecido da sociabilidade capitalista, uma vez que estão envolvidos a fatores multidimensionais.

**Palavras-chave:** velhice; situação de risco; vulnerabilidade social.

**Abstract:** This essay has the objective to reflect of vulnerabilities and social risks experienced by the old workers like as expressions of the social question, inherent to the capital society. In the first section we have discuss concepts about the situation of risk and social vulnerability restricted under in the work in bourgeois society. So, we have talked about the processes of human aging and social inequality as mechanisms of violence. This theoretical essay, of a bibliographic search, follows the theoretical-methodological conception of dialectical historical materialism. We have concluded that the aging process, working class fractions, and social risk and vulnerability must be understood under the fabric of capitalist sociability, since they are surrounded by multidimensional factors.

**Keywords:** old age; risk situation; social vulnerability.

## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo refletir a situação de risco e vulnerabilidade social de velhos trabalhadores, na cena contemporânea. Para tanto, constitui esforço aprofundar e debater, brevemente, os conceitos de vulnerabilidade e risco social à medida que esses vêm sendo difundidos nas políticas públicas, nas obras

---

Atualmente é professora da graduação e pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (Unesp)-Campus Franca, sendo vice-diretora da unidade (2018-2022).

que tratam do processo de envelhecimento humano e no cotidiano profissional de assistentes sociais.

O interesse pelo tema emergiu das vivências das pesquisadoras, no cotidiano profissional, como assistentes sociais, da participação, das mesmas, nos conselhos de direitos de idosos e nas discussões enveredadas na pós-graduação em Serviço Social.

Para sustentar a discussão proposta, elegeu-se a concepção teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético, abordado por Marx, que versa uma análise crítica e contextualizada da realidade, enquanto um complexo dinâmico e contraditório. Os procedimentos metodológicos deste trabalho são pautados na pesquisa do tipo analítica de abordagem bibliográfica. Para tal, foram realizadas leituras de obras pertinentes no que concerne à velhice e ao envelhecimento, relacionados à sociedade capitalista, bem como artigos e livros que se debruçam sobre a vulnerabilidade e o risco social.

Em síntese, o manuscrito divide-se em quatro seções: a primeira, suscita algumas reflexões sobre a concepção e situação de risco e vulnerabilidade social; o segundo ponto do estudo aborda as interfaces no risco e vulnerabilidade social no mundo do trabalho, ou seja, da sociabilidade do capital na contemporaneidade; a terceira parte do estudo aborda as particularidades do risco e a vulnerabilidade social na velhice; e a última seção, remete às desigualdades sociais na velhice, como mecanismos de violência social.

### **Breves reflexões sobre situação de risco e vulnerabilidade social**

Os termos vulnerabilidade e risco social são adotados, sobretudo, a partir da década de 2000, no campo das políticas sociais, no qual receberam e vêm auferindo enfoques variados, como territorial, relacional, econômico, dentre outros. Explicitam-se, a seguir, algumas considerações dessas variáveis.

Ao recorrermos ao campo das legislações, podemos observar a alusão dos termos risco e vulnerabilidade social, no marco regulatório da assistência social, especialmente, na Lei Orgânica da Assistên-

cia Social (Lei nº 8.742, de 1993). Nesta normativa, a vulnerabilidade foi citada uma única vez, quando se referia aos benefícios eventuais à criança, à família, ao idoso, à pessoa portadora de deficiência,<sup>5</sup> à gestante, à nutriz e nos casos de calamidade pública.

Após 2011, a Lei supracitada teve sua redação atualizada, passando a vulnerabilidade social a compor o segundo objetivo da assistência social: “II – a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos” (LOAS, 1993, p. 9). Neste aspecto, a vulnerabilidade, sob o aspecto territorial, é justaposta à ameaça, à vitimização e aos danos, constituindo-se integrante da perspectiva de proteção da assistência social, a fim de prevenir tais infortúnios.

A Política Nacional de Assistência Social (Pnas) (Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004), que norteia o Sistema Único da Assistência Social (Suas) (Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012), pormenoriza o público ao qual os serviços de proteção social são destinados:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004, p. 33).

Para além do aspecto de territorialidade, é possível vislumbrar o reconhecimento, pela Pnas, da vulnerabilidade social, subdividida em dois grupos: aqueles que estão em condições precárias, sem

---

5 A nomenclatura descrita segue a redação da legislação, ano 1993. Contudo, destaca-se que, atualmente, a terminologia a ser adotada é pessoa com deficiência.

acesso a serviços públicos ou privados de renda – entendida como dimensão material da vulnerabilidade; e aqueles cujas características sociais e culturais são desvalorizadas e discriminadas, compreendendo também os vínculos afetivos fragilizados – dimensão relacional da vulnerabilidade.

Assim, a Pnas estabelece que mediante a situação de vulnerabilidade identificada na demanda que o usuário traz, este será encaminhado ao tipo de proteção social específico, sendo eles: proteção social básica ou proteção social especial de alta ou média complexidade.<sup>6</sup> Pela razão de as proteções citadas serem norteadas pelo Suas, ambas afixam a segurança de sobrevivência, de acolhida e convívio ou vivência familiar e, conseqüentemente, atuam em programas, serviços, projetos e benefícios, considerando a articulação com as demais políticas públicas.

A normativa da Pnas também alude o pacto federativo calcado na gestão descentralizada e participativa de toda a sociedade com o intuito de concentrar na realidade, vulnerabilidades e ameaças, de cada território. Logo, na perspectiva de territorialização, a política revela a necessidade da análise das condições sociais de cada município brasileiro, no qual se devem considerar alguns fatores: as transformações das dinâmicas familiares, o nível de escolaridade, o trabalho, a gravidez na adolescência, as pessoas com deficiência e o aumento populacional do grupo idoso; visto que “[...] o território é elemento que atua com outros agentes na produção social de realidades coletivas”. (KOGA; NAKANO, 2006, p. 99).

Nesse panorama adverso e complexo do território, Marandola e Hogan (2006, p. 34) afirmam que a incerteza tornou-se o elemento-chave para compreender os novos arranjos socioespaciais, na qual a vulnerabilidade aparece como conceito promissor na leitura da

---

6 A Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) divide a assistência social em dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, de Média e Alta Complexidade. A Proteção Social Básica tem como um dos objetivos o fortalecimento de vínculos comunitários e sociais, com serviços executados pelos Centros de Referência da Assistência Social (Cras); a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade tem a finalidade de contribuir na reconstrução dos vínculos familiares e comunitários e no enfrentamento das situações de violação de direito, com serviços executados pelos Centros de Referência Especializada da Assistência Social (Creas).

realidade. Os mesmos autores citam que, embora a vulnerabilidade social apareça, muitas vezes, nas ciências do conhecimento, como uma nova guinada ideológica, ela deve ser, na atual conjuntura societária, cuidadosamente analisada, de acordo com a singularidade das tessituras social e geográfica que imprimem, na relação de risco, proteção e segurança/insegurança.

A vulnerabilidade é extremamente dinâmica, além de poder apresentar sazonalidades até em pequena escala temporal, isso porque uma avaliação da vulnerabilidade passa pela compreensão do perigo envolvido (eventos que causam dano),<sup>7</sup> do contexto geográfico e da produção social (as relações sociais, culturais, políticas, econômicas e a situação das instituições), que revelarão os elementos constituintes da capacidade de resposta, absorção e ajustamento que aquela sociedade ou lugar possuem para enfrentar o perigo. Qualquer alteração em um dos termos envolvidos pode aumentar ou diminuir a vulnerabilidade. (MARANDOLA; HOGAN, 2006, p. 37).

Entende-se que a dinamicidade da vulnerabilidade varia de acordo com a intensidade da exposição da gravidade, da ameaça e dos meios de respostas que a envolve. Assim, para dar continuidade à discussão, faz-se necessário destacar o que se compreende por risco social.

De acordo com Silva (2015, p. 22), o risco é a ameaça de sofrer um dano, enquanto que dano seria o resultado negativo de um risco concretizado, ou seja, a vulnerabilidade objetivada. Segundo a autora, esta última advém da combinação do risco de ser exposto à ameaça e sua materialização, bem como da capacidade de resposta para se defender.

Segundo Janczura (2012), a situação de risco e a vulnerabilidade nascem de particularidades diferentes, porém possuem articulação intrínseca pelo fato de estarem situadas sobre o modo de produção capitalista. A autora explica que as situações de risco são

---

<sup>7</sup> Os danos podem ter origem diversa: eventos naturais, instabilidade política e econômica, condições inatas, aduzidas ou naturais, criações culturais ou da interação entre esses, no qual ocasionam maior risco ou menor habilidade de resposta. (SILVA, 2015, p. 25).

dadas objetivamente pela realidade, tais como situações de pobreza e miséria, desemprego, violências e violações, dentre outros; enquanto que vulnerabilidade implica a reação de suscetibilidade dos sujeitos em enfrentar as situações de risco. Nota-se que a articulação entre a situação de risco e a vulnerabilidade social é dialética e complementar, já que esta última opera apenas quando há presença de risco, pois sem risco a vulnerabilidade não tem efeito.

Para Carneiro (2005), a situação de risco e de vulnerabilidade se constrói em dois níveis: o da insuficiência de renda e das situações de baixa renda. Em seu primeiro nível, o autor cita que:

A ausência ou insuficiência de renda constitui um fator de extrema vulnerabilidade em um contexto de economia de mercado, estando essa condição diretamente ligada à qualidade de inserção dos indivíduos no mundo do trabalho. (CARNEIRO, 2005, p. 67).

No que se refere ao segundo nível, situação de baixa renda, Carneiro (2005) explicita que:

Situações de baixa renda somam-se, perversamente, a necessidades básicas insatisfeitas: condições precárias de saúde e nutrição, situações de baixa escolarização, moradias inadequadas, precárias e ilegais, localizadas em lugares insalubres, estigmatizados. (CARNEIRO, 2005, p. 67).

Nesta acepção mais difundida, vulnerabilidade seria o produto, o resultado social da cicatriz da desigualdade, do desamparo público, da ausência do Estado, que acabam por criar riscos e desarmar defesas.

Nota-se que não há uma definição em sentido unívoco de vulnerabilidade, contudo, há um relativo consenso, ainda que genérico, de que ela é resultado da confluência da exposição de riscos, da incapacidade de respostas. Vignoli (2002, p. 95) chama atenção para alguns determinantes que podem levar à vulnerabilidade, sendo eles:

Ciclo da vida (algumas etapas do ciclo de vida são mais vulneráveis); crise econômica e desastres ambientais; incerteza, insegurança e rupturas da complexidade da vida social da modernidade avançada; desproteção em decorrência da erosão do

Estado e da família; carência pela desatualização ou imobilidade de capital físico, humano e social, associado à incapacidade de influenciar decisões que distribuem recursos e dinamismo das condições de pobreza (os fatores que determinam uma receita pequena e persistente). (VIGNOLI, 2002, p. 96).

Além dos determinantes citados, Marandola (2002 apud BRASIL, 2013, p. 27) acrescenta outros aspectos vinculados à vida urbana e sua disposição socioespacial:

Capacidade de resposta diante de situações de risco ou constrangimentos gerados pelo local de moradia e segregação socioespacial da população de baixa renda (condições precárias da moradia, em termos de infraestrutura, ambiental e de propriedade).

Contudo, entender o risco social e a vulnerabilidade social, sob a perspectiva de ameaça ou violação aos direitos sociais dos indivíduos, requer uma leitura crítica da conjuntura social. Há, nesta sociabilidade, um sistema político-econômico desigual que está estruturado sob o vértice da exploração, na qual faz com que as relações sociais estabelecidas pelo indivíduo na sociedade do trabalho sejam antagônicas, fato este que remete ao caráter inerente da presença de riscos e vulnerabilidades sociais. Por vezes, evidenciam-se o alcance e avanços com lutas políticas e, por ora, há processos de recuo, próprios da dinâmica do real.

Portanto, concebe-se que o risco e a vulnerabilidade social têm sua gênese na exploração da força de trabalho; assim sendo, vê-se como pertinente refletir sobre este ponto no próximo subtítulo.

### **As interfaces do risco e da vulnerabilidade social na sociabilidade do capital**

Primeiramente, analisa-se que as situações de risco e vulnerabilidade social emergem dos próprios determinantes sociais do sistema capitalista, fato este que coloca a discussão na centralidade do embate entre capital e trabalho.

Assim, ao identificar as mediações e contradições que compõem a totalidade social, conclui-se que as relações sociais de produção, na atual formação socioeconômica, condicionam o modo de ser, estar e se posicionar. Segundo Chauí (2012, p. 60), “[...] as relações entendidas como relações de produção, ou seja, como o modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições materiais de existência e o modo como pensam e interpretam essas relações”.

A configuração da sociabilidade capitalista, de forma inerente, imprime condições de risco e vulnerabilidade social àqueles sujeitos pertencentes à parcela que vende sua força de trabalho, haja vista que, nesse modo de produção, o trabalho é elemento de valorização do capital, pois “A *criação de valor* opera-se no tempo de trabalho necessário; a *valorização* opera-se no tempo de trabalho excedente”. (NETTO, BRAZ, 2012, p. 124).

Este fato incita que a tendência é superexplorar a força de trabalho, a fim de gerar mais-valia, raiz da construção dos processos que se convencionou denominar risco e vulnerabilidade social. Entende-se, então, que o mundo do trabalho e suas metamorfoses se refletem nas condições de vida dos sujeitos sociais.

Dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2007) destacam que:

A crise de desenvolvimento do pós-guerra, o advento de um conjunto importante de mudanças tecnológicas, a maior abertura do comércio e das finanças mundiais, a reestruturação produtiva, a elevação da percepção de risco e mudanças nas estratégias de concorrência das empresas têm pressionado para a consolidação de um novo padrão de organização da produção capitalista. Este padrão tem sido marcado ainda por maior instabilidade do nível de atividade econômica, das taxas de juros e câmbio, assim como por um menor ritmo de crescimento econômico e por estratégias de realocização das atividades industriais e de serviços. (DIEESE, 2007, p. 7).

A partir dos anos 1970, após adotar o ideário neoliberal, o capital estabeleceu um processo de reestruturação, com a intenção de recompor a sua capacidade de acumulação. De acordo com Anderson

(1996), a política neoliberal preza pela manutenção de um Estado forte economicamente e isento de intervenção nas áreas sociais.

[...] a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas [...]. (ANDERSON, 1996, p. 11).

Profundas mudanças nas formas de gerir e organizar os processos produtivos refletem uma significativa retração do binômio taylorismo/fordismo, com expressiva redução do proletariado industrial, fabril e com formas de trabalho precarizado, flexibilizado, terceirizado, dentre outros aspectos que incidem diretamente na condição e representatividade da classe-que vive-do-trabalho,<sup>8</sup> portanto:

Sobressaem, nesta direção, as políticas de gestão, o enxugamento de mão de obra, a intensificação do trabalho e o aumento da jornada; os estímulos à competição entre trabalhadores, dificultando a organização sindical, os chamamentos à participação e a mais ampla regressão dos direitos sociais e trabalhistas anteriormente conquistados. (IAMAMOTO, 2015, p. 17).

Os sujeitos sociais passaram a se defrontar com o fenômeno do desemprego de natureza estrutural e de longo prazo, bem como com a incapacidade do sistema produtivo em gerar empregos na velocidade requerida pela globalização. Reiteramos que o número de desempregados aumenta, inclusive, em países desenvolvidos, tidos como “exemplos” de exploração de força de trabalho. A Europa e os Estados Unidos atravessam uma significativa crise cíclica do modo de produção capitalista, no qual faz com que a fração de sua classe

---

8 Conceito criado por Ricardo Antunes (1995, p. 101) a fim de “dar contemporaneidade e amplitude ao ser que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreender sua efetividade, sua processualidade e concretude”.

trabalhadora padeça do amargo sofrimento vivenciado, há tempos, pelos países de capitalismo periférico.

Também se observa o aumento dos empregos precários, maior insegurança em relação aos vínculos de contratação, à renda e à proteção trabalhista, previdenciária e social. Desta forma, as relações de informalidade e precariedade nas relações de trabalho tomam vulto significativo em sociedades anteriormente marcadas pelo pleno emprego e elevada proteção social e trabalhista.

Um dos efeitos mais devastadores desta fase de mundialização financeira que reflete, de forma impiedosa, sobre a classe trabalhadora é o fenômeno chamado de precarização. A debilidade citada, acrescida da flexibilização e terceirização, alcança a desregulamentação dos direitos e conquistas trabalhistas.

A tendência é empregar contratos de trabalho temporários, remuneração variável e carga horária indefinida, acabando por culminar em constante insegurança do trabalho e do processo de sobrevivência. Segundo Antunes (2004, p. 348, grifos do autor):

O quadro é ainda mais intenso nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho *part-time*, temporário, precarizado, para não falar nos crescentes contingentes que vivenciam o desemprego estrutural. Sob a condição da precarização ou da expulsão do trabalho, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada saltada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade.

Entende-se que risco e vulnerabilidade social são decorrentes das relações sociais fundamentadas pela precariedade das relações do trabalho, que se expressa pela insuficiência ou baixa renda, desemprego, exclusão social, desigualdade, violação dos direitos, entre outras, que desembocam em manifestações da questão social.

Destarte, diante das considerações sobre os riscos e as vulnerabilidades sociais provenientes da sociedade capitalista, a partir do mundo do trabalho, é que se entendem as “novas” expressões da questão social enraizadas em velhos questionamentos.

Empregando o recorte deste estudo bibliográfico, entende-se ser necessário abordar as situações de risco e vulnerabilidade vivenciadas pelo segmento idoso. Deste modo, investigaremos os principais riscos e vulnerabilidades sociais que decorrem ao longo do processo de envelhecimento e velhice, direcionando nossas reflexões sobre os condicionantes da centralidade do trabalho e a pertença de classe social.

### **As particularidades do risco e da vulnerabilidade social na velhice: precarização e pertença de classe social**

O processo de envelhecimento das populações, nos últimos tempos, via de regra notado em escala mundial, assumiu condição de fenômeno e marco histórico, no qual passou a exigir novas compreensões por parte da sociedade civil e do poder público, no sentido de repensar as velhices, sob o olhar das classes sociais.

Ressalta-se que as velhices das populações se consolidam como fenômeno na realidade social de alguns países do mundo,<sup>9</sup> pois se sabe que, na sociedade capitalista, e, principalmente de capitalismo periférico e dependente,<sup>10</sup> como o Brasil, o processo de envelhecimento padece por precariedades.

Ressalta-se, porém, que o envelhecimento do perfil demográfico mundial e nacional se apresenta heterogêneo, sendo que foi um processo gradativo nos países desenvolvidos e é um processo acelerado nos países em desenvolvimento, como o caso brasileiro. Segundo

---

9 Faz-se importante salientar algumas considerações do relatório da Organização Mundial da Saúde (2003, apud PAIVA, 2014, p. 27), no qual demonstra a deterioração das condições de saúde em países da África, onde a expectativa de vida teve uma queda de quase dez anos no Congo, passando de 52 anos, em 2001, para 43 anos, no ano seguinte. O documento também cita que enquanto uma criança nascida no Japão, em 2003, espera viver, em média, 85 anos, uma criança da Serra Leoa, possivelmente, não viveria além de 36 anos.

10 Os termos se referem à peculiaridade histórica do modo de produção capitalista na sociedade brasileira, tendo em vista que se caracteriza pela submissão cega aos ditames internacionais e aos organismos multilaterais, bem como o trabalho informal e precarizado, a exacerbação da apropriação privada da mais-valia, que resulta em uma alta concentração de renda, e as políticas sociais influenciadas pelo ideário neoliberal que se tornam superfocalizadas, restritivas e residuais, sendo executadas em um *mix* entre a esfera pública e a privada, sob o rol do desmonte dos direitos sociais. (TEIXEIRA, 2017).

o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população idosa nacional superou a marca de 30,2 milhões de idosos, em 2017, com um crescimento de 18%, em apenas cinco anos.

A título de ilustração demográfica, dados da Síntese de Indicativo Sociais do IBGE evidenciam que a população brasileira está envelhecendo em ritmo acelerado, já que as projeções indicam um progressivo envelhecimento populacional, pois quando se dispõe a analisar o grupo populacional como um todo, identifica-se que do ano de 2015 a 2070 – considerando que a população esteja em processo de crescimento estável – o grupo idoso será significativo: passando de 14,3% da participação da população idosa brasileira no ano de 2015 para, aproximadamente, 35,0% em 2070 (IBGE, 2016, p. 13-14). Entretanto, devem-se transcender os dados demográficos para que este grupo populacional não seja entendido como uma “[...] coisa, descaracterizado, fragmentado, visto independentemente das suas condições objetivas de existência”. (HADDAD, 2016, p. 91).

A priori, apresenta-se a premissa de que o envelhecimento, processo biopsicossocial que se dá ao longo da vida, não ocorre de maneira semelhante entre os sujeitos sociais. Ao passo que a velhice, fase da vida demarcada cronológica e socialmente, é muito mais que uma determinação biológica, ela é reflexo de condicionantes sociais e culturais que afetaram o sujeito durante todo o ciclo de vida humana. (BEAUVOIR, 1990).

Compreender as peculiaridades do processo de envelhecimento e velhice requer uma visão crítica e diferenciada sobre o assunto, visto que o envelhecimento do perfil demográfico e as receitas gerontológicas para o prolongamento da vida são temas presentes no cotidiano brasileiro.

Todavia, o processo de envelhecimento, apesar de se caracterizar como uma conquista social, traz, em sua dialeticidade, desafios que têm em seu âmago o inerente embate entre capital e trabalho, haja vista:

A diversidade de situações dos mais velhos no país e o fato de os publicamente visíveis não serem os mais carentes não podem dissolver a velhice na afirmação

de infinitos particularismos. O reconhecimento da pluralidade de experiências de envelhecimento que, de maneira sensível, as pesquisas retrataram, não implica supor que a dependência não é a condição natural dos que ficam velhos e nem propor que não há limites para o investimento cultural e tecnológico nos processos biológicos. (DEBERT, 1999, p. 228).

A heterogeneidade das velhices possui como fundamento a luta de classes, visto que Beauvoir (1990, p.17) entende que “[...] tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice”.

A classe social, no modo de produção capitalista, fundamentalmente está calcada entre aqueles que vendem sua força de trabalho à troca de um salário e aqueles que compram e detêm a força de trabalho, extraíndo a mais-valia e o trabalho excedente, ficando com os frutos da produção. Todavia:

[...] para além das classes fundamentais da socialidade capitalista, na contemporaneidade coexistem frações de classe, porque, há uma tendência de complexificação e flexibilização no campo das relações produtivas, emergindo o processo de uma multiplicidade e heterogeneidade de outras frações de classe, especialmente a trabalhadora. (COSTA, 2015, p. 17).

A classe que vende sua força de trabalho tem seu valor subjacente à sua capacidade produtiva. No entanto, no decorrer do processo de envelhecimento, quando há algumas perdas biológicas, o envelhescente é, aos poucos, “excluído” do mercado de trabalho, sem se vislumbrar outras potencialidades. De acordo com Mészáros (2007, p. 25, grifos do autor), “A única modalidade de tempo em que o capital pode se interessar é o tempo de *trabalho explorável*”.

Logo, constrói-se um processo de segregação e estigmatização dos velhos trabalhadores, no qual podem desembocar em situações de risco e vulnerabilidade social, isto é, ser velho e pobre implica, na maioria das vezes, estar exposto cotidianamente a um conjunto de violações de direitos sociais:

De um lado seriam vítimas das formas de discriminação e exclusão, próprias das sociedades ocidentais aos que têm mais idade, aprofundando e reproduzindo as experiências negativas com o tempo; e, por outro lado, são submetidos a um padrão trivializado de reprodução social, baseado em mínimos sociais, pelo sistema de proteção social público, que atinge apenas os mais pobres ou aos que tiveram condições de pagar a previdência social. (TEIXEIRA, 2009, p. 122).

Partícipe deste cenário, no que tange a relação do trabalho, a população idosa enfrenta diversos obstáculos e preconceitos quanto à sua capacidade laboral, especialmente quando a sociabilidade coloca em dúvida sua “produtividade”, seja problematizando as condições de saúde ou por via do absenteísmo por conta da morbidade e da aparente dificuldade em assimilar e apreender rapidamente as novas informações, tecnologias e técnicas. A partir desta realidade, compreende-se que a imagem que emerge do senso comum, assentada pelo binômio velhice-doença, acaba por reforçar o imaginário social negativo do segmento dos velhos trabalhadores, entendendo-os como obsoletos e sem “valor de uso”. Com efeito, os longevos acabam excluídos do mercado de trabalho e, dificilmente, conseguem se recolocar no mesmo grau laborativo que exerciam ao longo da vida.

Segundo o documento “Pessoa idosa e Previdência Social: demografia, mercado de trabalho e proteção social” (BRASIL, 2017), elaborado pela Secretaria de Previdência Social, 23% das pessoas idosas aposentadas no Brasil exercem alguma ocupação, sendo que desse número 40% dos idosos trabalham por conta própria, laborando, especialmente, na área da agricultura, e apenas 14,5% possuem carteira assinada. O estudo apontou ainda que a região Sudeste apresenta a maior taxa de idosos exercendo alguma atividade laborativa, 43%, o que corresponde dizer que quase a metade da população idosa desse território ainda trabalha, mesmo depois do acesso aos direitos previdenciários.

Ademais, com base em levantamentos estatísticos, pode-se aferir que esses trabalhadores idosos acabam executando suas atividades laborais em trabalhos precários, sem vínculo empregatício formal e

contando com uma remuneração inferior à média, fato este que aprofunda a vulnerabilidade social na velhice.

De acordo com Coutrim (2006), os idosos de baixa renda, aposentados ou não, são os que mais exercem atividades laborais precárias, como engraxates, coletores de materiais recicláveis, vendedores de bilhetes de loteria, entre outras, e, em sua maioria, ainda exercem o principal papel de serem os provedores de seus lares.

Portanto, a partir dessas considerações sobre o processo de envelhecimento humano e velhice no tempo do capital, entendemos ser pertinente analisar o embate entre as classes e principalmente, sua manifestação e a desigualdade social como um mecanismo da violência social.

### **A desigualdade social na velhice como mecanismo de violência social**

Considerando as questões já levantadas sobre a vulnerabilidade e risco social em relação ao mundo do trabalho e ao envelhecimento, é interessante considerarmos que combinar a globalização e suas efetivas mudanças no mundo do trabalho e o envelhecimento trazem novos desafios a serem superados, pois consideramos que:

[...] diferença promovida pela delimitação de classe, que atribui centralidade ao envelhecimento do trabalhador na constituição da problemática social do envelhecimento; diferencia as experiências de velhice, determinadas pelas diferenças dos sujeitos empíricos, das situações e condições de vida, das trajetórias coletivas e individuais. (TEIXEIRA, 2009, p. 114).

Com o envelhecimento do trabalhador, é possível verificar que as condições objetivas de vida, que já se mostravam difíceis, acentuam-se ainda mais. A vulnerabilidade social acentua-se com a perda do valor de uso para o capital, com o desprovimento de rendas, de propriedades, dos meios de produção e de acesso à riqueza socialmente produzida.

De acordo com a Subsecretaria de Direitos Humanos, os velhos trabalhadores brasileiros sofrem, cotidianamente, a violência social

proveniente da desigualdade. Segundo o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa (2005), a violência estrutural, da qual os velhos são vítimas, resulta da desigualdade social, da penúria provocada pela pobreza, pela miséria e pela discriminação que se expressa de múltiplas formas. No Brasil, a maioria dos velhos aposentados é pobre, quando não, miserável, e, apenas 25% deles vivem com três salários mínimos ou mais.

O documento acrescenta ainda que devido às limitações da idade, das injunções das histórias de perdas e dos problemas de saúde e dependência, a velhice se mostra como um agravante. Os velhos pobres são os que mais têm dificuldades de acesso a serviços de saúde, sofrem mais com problemas de desnutrição e são deixados ao desamparo e abandono em asilos, nas ruas ou mesmo em suas casas. Em geral, o abandono ou a falta de assistência tem como causa principal a miséria de suas famílias, também vítimas da violência estrutural.

Paralelo às desigualdades sociais vivenciadas pela classe trabalhadora, faz-se necessário apresentar uma breve leitura objetiva das conquistas políticas, em âmbito internacional e nacional, impulsionadas pelas lutas sociais de aposentados e pensionistas.

A priori, menciona-se a primeira Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, da Organização das Nações Unidas (ONU), que aconteceu em 1982, em Viena, em que se discutiu a problemática social do processo de envelhecimento populacional nos países de capitalismo central, voltada para o direcionamento da criação de oportunidades de mercado para este novo nicho de “consumidores”.

Em continuidade às discussões internacionais sobre o envelhecimento humano, em 2002, em Madrid, aconteceu a II Assembleia Mundial de Envelhecimento, da ONU, da qual resultou o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, composto por três princípios básicos: participação ativa da pessoa idosa na sociedade; fomento da saúde e do bem-estar na velhice; e a promoção do envelhecimento saudável. Neste encontro, buscou-se suscitar uma imagem positiva da velhice, principalmente nos países de capitalismo periférico. Entretanto, defende-se neste manuscrito que são as condições objetivas de

vida, o acesso aos direitos humanos e ao trabalho que irão determinar como o indivíduo social irá envelhecer.

Em âmbito nacional, os direitos dos velhos trabalhadores entraram em cena, na década de 1990, com a regulamentação da Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/94), a qual trouxe debate dos direitos fundamentais direcionado a esse grupo populacional, tais como trabalho, educação, liberdade, saúde e convivência.

O marco de grande conquista para a população idosa se deu, em 2003, com a promulgação do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), que instituiu garantias legais e penas quando do não cumprimento da legislação. Outro ponto de destaque do articulado Estatuto é a percepção do segmento idoso como sujeitos ativos, participantes e possuidores do direito de proteção social. Contudo, evidencia-se uma lesiva defesa ao citar a responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade e do poder público para com os cuidados da pessoa idosa, desconsiderando todas as mazelas sociais que rondam as famílias brasileiras, reafirmando uma perspectiva de responsabilização da família e omissão do Estado, afirmando o direcionamento neoliberal.

Faz-se necessário frisar que paralelo à conquista de direitos voltados à pessoa idosa, instituições internacionais manifestam e se contrapõem a ordem dos direitos sociais, considerando a velhice como risco social. Toma-se como aporte deste discurso o documento, elaborado pelo Banco Mundial para o Brasil, intitulado “Envelhecendo em um país mais velho”, em que chama atenção para o fato de que a nação brasileira passou por um curto período de envelhecimento demográfico, que surtirá impacto econômico. O relatório do Banco Mundial aponta que o aumento do número de idosos fez com o que o país tivesse altos gastos com a redução da pobreza e das desigualdades sociais deste segmento populacional, mesmo a estrutura etária do país sendo considerada relativamente jovem, gastos estes semelhantes aos das nações membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia de mercado. Outro aspecto abordado pelo relatório é o impacto do crescente número

de idosos no acesso às políticas de saúde e de previdência social, ocasionando altas despesas estatais. Assim, com o ideário de crescimento e desenvolvimento econômico, os investimentos voltados ao segmento idoso passam a ser gastos e o segmento idoso a ser visto como risco social. (BANCO MUNDIAL, 2011).

Logo, em meio aos ditames internacionais e sob a influência econômica neoliberal, as conquistas de direitos estão ameaçadas. Nota-se, assim, que há todo um aparato que deveria garantir direitos já conquistados, contudo não é isso que ocorre:

Apesar dos esforços que vêm sendo dedicados no sentido de efetivar, na prática, políticas sociais capazes de causar impactos positivos no cotidiano da população idosa, ainda predomina a *cidadania de papel*, ou seja, a maioria da população sofre as consequências do processo histórico de desigualdade social, contando unicamente com o aparato legal. (PAIVA, 2014, p. 192, grifos da autora).

Ainda segundo Paiva (2014), o Estado neoliberal tem-se omitido e permitido uma refilantropização, quando fragmenta e setorializa o seu sistema de proteção social, passando a conjugar em uma parceria público/privada. Assim, o indivíduo que envelhece passa a perder progressivamente o seu status de cidadão, incorporando o papel de pobre assistido.

Portanto, sabe-se que são muitos os entraves e discussões que circundam o envelhecimento humano, sua vulnerabilidade e proteção social. Entretanto não se tem intenção de esgotar o conteúdo. Logo, para refletir os apontamentos registrados neste manuscrito, lança-se o questionamento e a réplica de Bosi (1994, p. 18) “Que é ser velho? [...] em nossa sociedade, ser velho é lutar para continuar sendo homem”.

### **Considerações finais**

Na contemporaneidade, o processo de envelhecimento e a velhice vêm despontando como uma das tendências das nações, tanto as de capitalismo central quanto aquelas de capitalismo periférico. Assim, o envelhecimento do perfil demográfico está repleto de contradições

que refletem a contraditoriedade do modo de produção capitalista, isto é, o embate entre o capital e o trabalho.

Deste modo, as expressões de risco e de vulnerabilidade social se fazem presentes no cotidiano dos sujeitos sociais envelhecidos, no qual estão expostos a variadas formas de violências: na subsunção do econômico ao humano; na superexploração do trabalho, na negação dos direitos sociais. Ademais, estas expressões, consideradas integrantes da questão social, estão articuladas aos condicionantes de classe social, gênero, etnia, raça e geração.

A partir deste ensaio bibliográfico, conclui-se que o reconhecimento de vulnerabilidade e risco envolve uma gama de fatores de natureza multifacetada e multidimensional, o que torna um olhar imperativo diante do tema, que ainda é pouco discutido no âmbito acadêmico. Por este motivo, buscou-se apresentar e discutir algumas conceptualizações de âmbito teórico e político, com destaque ao conceito preconizado pela política de assistência social. Constatou-se que não há definição única sobre a situação de risco e vulnerabilidade social, principalmente se as articularmos ao processo de envelhecimento e velhice das frações da classe trabalhadora.

Portanto, é imprescindível refletir e defender o aspecto central da produção e reprodução do risco social e da vulnerabilidade, que reside na desigualdade inerente ao sistema capitalista. Logo, tanto o processo de envelhecimento das frações de classe trabalhadora quanto o risco social e a vulnerabilidade devem ser compreendidos sob o tecido da sociabilidade capitalista.

Artigo submetido em 27/08/2018

Aceito para publicação em 20/11/2018

## Referências

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio-ago./2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 27/05/2015.

BANCO MUNDIAL. **Envelhecendo em um país mais velho**: implicações do envelhecimento populacional sobre o crescimento econômico, redução da pobreza, finanças públicas e prestação de serviços. Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento /Banco Mundial, Washington, D.C., 2011. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1302102548192/Envelhecendo\\_Brasil\\_Sumario\\_Executivo.pdf](http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1302102548192/Envelhecendo_Brasil_Sumario_Executivo.pdf)>. Acesso em: 29/10/2018.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1990.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências**. Brasília: DF, 1994.

BRASIL. Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Brasília: DF, 2003.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a Assistência Social e dá outras providências**. Brasília, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm)>. Acesso em: 17/11/2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 2009. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014\\_pt\\_web.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf)>. Acesso em: 20/08/2015.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Previdência Social. **Pessoa idosa e previdência social**: demografia, mercado de trabalho e proteção social. Brasília-DF, 2017. Disponível em: <<http://sa.previdencia.gov.br/site/2017/10/Previd%C3%Aancia-Social-e-pessoas-idosas.pdf>>. Acesso em: 26/10/2017.

BRASIL. Subsecretaria de Regime Geral de Previdência Social. **Pessoa idosa e Previdência Social**: demografia, mercado de trabalho e proteção social. Brasília, 2017.

CARNEIRO, C. B. L. Concepção sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social. **Serviço Social & Sociedade**, ano XXVI, nov./2005.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Primeiros passos; 13).

COSTA, J. S. **Velhice, ideologia e crítica**: uma análise sobre a participação, protagonismo e empoderamento dos (as) velhos (as) nos espaços das conferências. 2015. 151p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Franca-SP: Unesp, 2015.

COUTRIM, R. M. E. Idosos trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n. 2, p. 367-390, maio-ago./2006.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Fapesp, 1999.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Aspectos conceituais da vulnerabilidade social**. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www3.mte.gov.br/observatorio/sumario\\_2009\\_TEXTOV1.pdf](http://www3.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf)>. Acesso em: 13/04/2016.

HADDAD, E. G. de M. **A ideologia da velhice**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>>. Acesso em: 27/10/2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 22/11/2018.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, v. 11, n. 2, p. 301-308, ago.-dez./2012.

KOGA, D.; NARANO, K. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 27, n. 85, p. 98-108, mar./2006.

MARANDOLA JR, E.; HOGAN, D. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan.-mar./2006.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Trad. Ana Coutrim e Vera Coutrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez. 2012. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

PAIVA, S. O. C. **Envelhecimento saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, A. C. A. P. **Vulnerabilidade humana e envelhecimento**: o que temos a ver com isso. São Paulo: Portal Edições, 2015.

TEIXEIRA, S. M. A delimitação de classe no processo de envelhecimento. In: ARAÚJO, L. CARVALHO, C. M. R. G.; CARVALHO, V. A. M. L. (Org.). **As diversidades do envelhecer**: uma abordagem multidisciplinar. Curitiba: CRV, 2009.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento do trabalhador na sociedade capitalista. In: TEIXEIRA, S. M. (Org.) **Envelhecimento na sociabilidade do capital**. Campinas: Papel Social, 2017.

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidade sociodemográfica**: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe, 2002.

---

# SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

---

## Brinquedos têm sexo? O que pensam as educadoras sobre a divisão sexual dos brinquedos infantis?

Toys have sex? What do educators think about  
the sexual division of children's toys?

Antonia Camila de Oliveira Ramalho <sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho versa sobre a análise da ideologia patriarcal/capitalista na definição dos brinquedos e brincadeiras infantis. Nesta perspectiva, propusemos identificar como a educação pública, em Mossoró/RN, estabelece os brinquedos e brincadeiras para as crianças, segundo o sexo. A análise presente se utilizou dos fundamentos do materialismo histórico-dialético e do feminismo. Como uma investigação de natureza qualitativa, utilizamos a pesquisa bibliográfica e de campo. Para a coleta dos dados utilizamos como instrumento a entrevista contendo um roteiro de perguntas semiestruturadas. Para tanto, realizamos a

---

<sup>1</sup> Especialista em Gestão Pública pelo IFRN. Mestre em Serviço Social e Direitos Sociais pela UERN. Foi residente no Programa de Residência Multiprofissional na Saúde da Família da UFJF. Atualmente é assistente social da Prefeitura do Natal, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) com atuação na Unidade de Pronto Atendimento-PA.

pesquisa de campo em unidades de educação infantil em Mossoró/RN. Assim, compreendemos que o brinquedo é funcional ao capital, à medida que contribui na naturalização da divisão sexual do trabalho, a qual é imprescindível para a produção e reprodução do capital, ao reduzir custos e superexplorar a força de trabalho.

**Palavras-chave:** patriarca; capitalismo; educação; divisão sexual dos brinquedos infantis.

**Abstract:** The present work deals with the analysis of patriarchal / capitalist ideology in the definition of children's toys and games. From this perspective, we proposed to identify how public education, in Mossoró/RN, establishes toys and games for children, according to sex. The present analysis was based on the foundations of materialism-historical and dialectical and feminism. The present analysis was based on the foundations of materialist-historical and dialectical and feminism. As an investigation of a qualitative nature, we used bibliographical and field research. In order to collect the data we used as an instrument the interview containing a script of semi-structured questions. To do so, we conducted field research in infant education units in Mossoró/RN. Thus, we understand that the toy is functional to capital, as it contributes to the naturalization of the sexual division of labor, which is essential for the production and reproduction of capital, by reducing costs and overexploiting the labor force to capital.

**Keywords:** patriarch; capitalism; education; sexual division of children's toys.

## Introdução

Os brinquedos, objetos *corriqueiramente utilizados em momentos de brincadeiras, são apreendidos na práxis utilitarista numa dimensão aparentemente lúdica*, marcada pela não seriedade. Revelam-se, todavia, como instrumento ímpar de reprodução da ideologia patriarcal-capitalista. Na aparência do cotidiano nem sempre é possível notar a marca dessa dominação ideológica, que tenta forjar e manipular a consciência das crianças e impor aspectos peculiares do modo pelo qual a sociedade patriarcal-capitalista é pensada, reproduzida, figurada e apresentada em brinquedos. Desta forma, muitos brinquedos são produzidos com a intenção de ensinar às crianças diferentes funções e comportamentos socialmente aceitos. Trata-se, portanto, de explicitar diferenças estereotipadas de

cada sexo, separar, delimitar espaços e induzir as crianças a agirem conforme o binômio “feminino” e “masculino”, pautado pela lógica da divisão sexual do trabalho.

Desse modo, esta pesquisa se propõe analisar os brinquedos e brincadeiras na estruturação dos papéis patriarcais presentes na educação sexista. O objetivo geral deste estudo consiste em analisar de que forma a ideologia patriarcal se expressa em brinquedos e brincadeiras na educação pública infantil, em Mossoró/RN. Para alcançar tal objetivo, traçamos como metas específicas: investigar como as determinações materiais e ideológicas do patriarcado impactam na definição dos brinquedos infantis; compreender como os brinquedos e brincadeiras são trabalhados, segundo o sexo, na educação pública infantil, em Mossoró/RN, bem como identificar a compreensão dos/as educadores/as sobre a divisão sexual dos brinquedos e brincadeiras infantis.

A pesquisa é pautada numa abordagem qualitativa, posto que a mesma possibilita compreender a realidade em sua totalidade, permitindo apreender o objeto numa dimensão crítica para além da aparência e causalidades dos fenômenos.

Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e de campo em duas escolas públicas de educação infantil em Mossoró (Unidade de Educação Infantil (UEI) Adalgiza Fernandes Moreira e na Escola Municipal Monsenhor Motta), nas quais fizemos três entrevistas semiestruturadas com as educadoras dessas unidades, a fim de investigar como eles compreendem a divisão sexual dos brinquedos e das brincadeiras infantis.

Outrossim, a entrevista dessas educadoras foi um momento difícil, por termos delas respostas que reforçam a cristalização de papéis conservadores e dicotômicos entre homens e mulheres, bem como reproduzem o sistema patriarcal, nos moldes da família heterossexual.

Sendo assim, foi por meio deste caminhar dialético, por vezes conturbado, conflituoso, com ou sem obstáculos, que nos propusemos a desenvolver este trabalho.

## **Divisão sexual dos brinquedos infantis: uma reprodução da ideologia patriarcal**

Este item se debruça na análise sobre a relação entre o método marxista e as categorias divisão sexual dos brinquedos e brincadeiras infantis, procurando demonstrar como o materialismo histórico-dialético contribui para uma análise das categorias supracitadas, permitindo ir além da aparência dos fatos em si, em busca de suas conexões com a estrutura que compõe o sistema patriarcal, capitalista, sexista e racista. Para tanto, tal método é fundamental para compreender o que está para além das aparências fantasmagóricas, acreditadas aos brinquedos e brincadeiras infantis.

Assim, propomo-nos a analisar os brinquedos numa abordagem de cunho dialético, inseridos e produzidos pela sociedade capitalista. Neste estudo, os brinquedos e brincadeiras são vistos como manifestações concretas da ideologia patriarcal/capitalista que reproduz aspectos do modo pelo qual este sistema é pensado e materializado na vida real dos sujeitos. Trata-se, portanto, de um exercício crítico, a fim de compreender o conteúdo material que permeia as representações presentes nos brinquedos e brincadeiras que refletem na consciência das crianças uma sociedade patriarcal-racista-capitalista.

Para Oliveira (1986, p. 9), o brinquedo constitui-se num “instrumento ímpar para se captar aspectos peculiares do modo pelo qual a sociedade é pensada, reproduzida, figurada, representada simbolicamente”.

Os brinquedos, no processo de produção capitalista refletem as relações sociais, pensadas para geração de lucro acima de tudo, o que demanda a reprodução de valores dominantes. Para tanto, impõe-se a legitimação de um modelo hegemônico de família nuclear heterossexual, o reforço de padrões patriarcais para meninas e meninos, diretamente associado à divisão sexual do trabalho que é funcional para produção e reprodução do metabolismo do capital.

Assim como qualquer outra mercadoria, os brinquedos não têm apenas valor de uso para satisfazer as necessidades das crianças ou valor de troca para se realizar como intercâmbio, antes de mais nada,

pois eles estão implicados às relações sociais, no valor trabalho que envolve produção, consumo, troca e circulação, simultaneamente. De acordo com Oliveira (1986, p. 41), neste processo:

[...] as relações sociais ficam embutidas e mascaradas nos brinquedos, assumindo a forma de objeto coisificado, pois eles, como qualquer outra mercadoria, também trazem em si o fetiche. Não têm apenas um valor de uso para satisfazer necessidades lúdicas; ou apenas um valor de troca para se realizar enquanto intercâmbio.

Deste modo, mercadoria fetichizada nos brinquedos exprime necessidades criadas pelo capital, implicada em um conjunto de determinações que vão além do produto/brinquedo como mercadoria, já que “envolve também relações mais profundas, tão mais significativas, na medida em que interferem na formação da criança, nos seus hábitos, no seu modo de ser”. (OLIVEIRA, 1986, p. 49).

Nesse sentido, percebe-se que os brinquedos são embebidos da ideologia patriarcal-capitalista, a qual deforma a consciência humana, inverte a realidade, à medida que estes expõem diferenças estereotipadas de características de cada sexo, separam, delimitam espaços e induzem as crianças a comportar-se, agir e fazer escolhas conforme o sexo “feminino” e “masculino”, e tudo o que se diferencia deste padrão hegemônico é visto como anormal, desviante e transgressor. De acordo com Cisne (2015, p. 149):

A divisão dos seres humanos de forma binária entre homens e mulheres obedece a um sistema de valores, atributos e normas que fixam o que é considerado “feminino” e “masculino”, de forma não apenas binária, mas hierárquica, à medida que o segundo engendra valor e prestígio em detrimento do primeiro, que é desvalorizado. Com esse parâmetro, fixa-se como verdades, definições sociais, estabelecendo o que é um homem e uma mulher, o que é ou não trabalho, o que tem ou não valor, o que é ou não produção. Além, é claro, de estabelecer o que é e o que não é socialmente aceitável.

Esta distinção binária entre homens e mulheres sustenta-se por uma base de naturalização alimentada pela ideologia dominante que

encontra pilar de sustentação na educação sexista e alienante, entendida como aquela que não apenas diferencia meninas e meninos, mas educa de forma desigual. Desde a primeira infância, meninas e meninos recebem uma educação sexista para aceitarem e assumirem rótulos que a sociedade patriarcal-capitalista convencionou chamar de normal, inerente à natureza mesma das coisas, na qual dela não se pode fugir (CISNE, 2015). Nesta relação, para os meninos espera-se que desbravem o espaço público, desenvolvam sua capacidade de liderança e de racionalidade. Das meninas espera-se delicadeza, cuidado e dedicação com o espaço privado da casa, sensibilidade, doçura e beleza, bem aos moldes do *bela, recatada e do lar*.

A naturalização sobre essas características são associadas à lógica que rege a divisão sexual do trabalho, relação central para o entendimento da desigualdade entre homens e mulheres. Aos primeiros, destina-se o mundo público e reprodutivo, da valorização, do reconhecimento. Às últimas, o mundo privado e da reprodução social, destinado ao trabalho doméstico e procriativo, assumindo um lugar basilar para reprodução do sistema sociometabólico do capital.

Percebe-se que o consumo de brinquedos, aos moldes do capital, possui implicações que remetem e se articulam diretamente com a sociedade, representando aspectos da realidade determinada pelas ideias dominantes.

Os brinquedos representam significados e modos de ser de uma sociedade que se expressa por meio da relação de poder inscrita em papéis e, por vezes, expõe em brinquedos suas tecnologias, ferramentas e instrumentos representados em carrinhos, em bonecos com poderes superiores, trenzinhos, aviõezinhos, robôs, brinquedos que envolvem a construção civil e a engenharia, dentre outros, considerados como brinquedos de meninos. Percebe-se que os brinquedos para as meninas são classificados de acordo com profissões e papéis ‘femininos’, sem nenhuma avaliação ou colocação em prática de prestígio social, estando associadas a ser mãe, dona de casa, cozinheiras, enfermeiras, cabeleireiras.

No próximo item, buscaremos, a partir da pesquisa de campo, identificar como se expressa a divisão sexual dos brinquedos e brin-

cadeiras, na educação pública infantil, em Mossoró/RN, tomando por base a apreensão das educadoras em entrevistas sobre a divisão sexual dos brinquedos e brincadeiras infantis.

### **O que pensam as educadoras sobre a divisão sexual dos brinquedos infantis?**

Conforme sinalizado, realizamos entrevistas semiestruturadas com três professoras, nas escolas escolhidas como lócus da pesquisa. As professoras, que foram entrevistadas, têm entre 41 a 48 anos de idade. Todas residem em Mossoró, e são naturais desta mesma cidade. Em relação à religião, duas responderam que são católicas e uma evangélica. No que concerne à raça duas responderam que se consideram pardas e uma branca. Todas as entrevistadas possuem nível superior de Pedagogia, sendo que apenas uma tem especialização em Psicopedagogia. Todas possuem entre 20 a 30 anos de magistério. Todas têm entre 1 a 2 filhos. No que concerne ao estado cível, duas são casadas e uma é viúva. No que diz respeito à renda, varia entre 2 a 6 salários mínimos. Todas as entrevistadas afirmam que não participam de movimentos sociais ou organização política. Vale ressaltar que, para preservar a identidade das entrevistadas, atribuímos-lhes nomes fictícios, garantindo o anonimato comprometido.

Todos os entrevistados são do sexo feminino, fato comum nas escolas de formação de professores. Acreditamos que este fato perpassa as relações sociais de sexo, ao relacionar a educação infantil de meninas e meninos ao cuidado “atributo feminino”. Neste ponto, as professoras ainda são vistas em seu trabalho na educação infantil associado ao cuidado diretamente relacionado com seu papel de mãe/tia. Nas escolas, não presenciamos nenhum professor lecionando nas *séries iniciais* (maternal I e II), todas são mulheres, constantemente chamadas de tia pelas crianças. O que parece é que a questão da maternidade está atrelada à educação infantil, como suporte das práticas pedagógicas e imaginadas como extensão do amor materno. De acordo com Louro (1997, p. 88):

[...] a escola é feminina, porque é, primordialmente, um lugar de atuação de mulheres – elas organizam e ocupam o espaço, elas são as professoras; a atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, tarefas tradicionalmente femininas. Além disso, os discursos pedagógicos (as teorias, a legislação, a normalização) buscam demonstrar que as relações e as práticas escolares devem se aproximar das relações familiares, devem estar embasadas em afeto e confiança, devem conquistar a adesão e o engajamento dos/as estudantes em seu próprio processo de formação. Em tais relações e práticas, a ação das agentes educativas deve guardar, pois, semelhanças com a ação das mulheres no lar, como educadoras de crianças ou adolescentes.

Antes de iniciarmos as entrevistas, uma das professoras organizou uma “rodinha” com seus/suas alunos/as e, em seguida, fez uma oração. Parece-nos que a ideia da escola ser laica não se aplica na realidade concreta, tendo em vista que a presença da religião aparece tanto nesta situação como na fala da professora. Ao perguntarmos se elas discutem questões de gênero na sala de aula, obtivemos a seguinte resposta:

Eu sou o seguinte, eu fui educada numa educação tradicional, sou evangélica, tenho meu conhecimento da Bíblia, eu acho que menino é menino e menina é menina, o que não impede de menino brincar com menina, nem menina brincar com menino, podem brincar a vontade juntos, entendeu?, mas há determinadas situações em que eu incentivo os meninos a brincarem, quando eu vejo um menino querendo brincar com uma boneca, eu, particularmente, acho se ele tá em formação isso vai interferir na orientação sexual dele. Eu vejo porque quando é uma criança criada pela avó ou pela mãe sozinha com as irmãs, ele tende a brincar mais só com bonecas, com coisa que envolve atividade domésticas, por isso eu incentivo o menino a brincar com os meninos, embora isso impeça que quando estiverem todos juntos brinquem juntos, mas ele só brincar com meninas não, tenho que incentivar ele a brincar com os meninos também, incentivo pra eles interajam tanto com um quanto com o outro porque tem crianças que só querem brincar com o oposto, tá entendendo? Eu, particularmente, incentivo. (professora Matildes).

Eu acho que pode interferir, logo assim, eu sou de uma família muito religiosa, e como eu disse pra você, as próprias religiões, elas tentam a todo custo dizer que isso não é uma questão... por exemplo, aqui as crianças não nascem com isso, né? (professora Suzana).

Deste modo, a incorporação, por parte das professoras, de princípios religiosos contribui com a produção e reprodução de princípios, (des)valores, preconceitos que reforçam a dominação e o controle das mulheres por meio de ensinamentos de cunho conservador, preconceituoso e estigmatizante. E ainda contradiz o princípio da laicidade do Estado, do qual a escola faz parte, tendo em vista que a escola pública laica deve ser livre de convicções religiosas. No entanto, as professoras afirmam que um dos motivos de não trabalharem com a discussão de gênero se dá pelo fato de ir contra seus princípios religiosos. No entanto, sabe-se que a laicidade do Estado deveria ser entendida como um dispositivo democrático que garante a independência do Estado para decidir sobre os assuntos de interesse público, e deve ser indiferente aos dogmas religiosos. O que significa: [...] que um Estado laico não pode tomar como referência para legislar sobre a vida dos indivíduos concepções, convicções e valores fundados em dogmas religiosos. (CFESS MANIFESTA, 2016).

Ao perguntarmos para as entrevistadas se existem diferenças entre meninas e meninos, se sim, quais. Obtivemos as seguintes respostas:

Do meu ponto de vista existe sim, embora tenha essas mudanças recentemente nessa questão de gênero, eu acredito, até porque também os pais acreditam né? A gente tem que respeitar as opiniões dos pais e também na minha formação, mas eu tento me adequar a essas mudanças, mas tem coisas que [...] (professora Suzana).

Resposta: Existe sim. Na escola da criança, enquanto infantil não muito, mas eu creio que seja assim... da criação, do que já vem de casa. Eles próprios já fazem um pouco de divisão né? A menina evita... apesar que eu observo as crianças brincando na minha rua, minha filha e tal... eles brincam juntos, meninas e meninos, eles brincam de elástico, brincam tudo juntos, mas ainda tem um pouco de divi-

são, né? Nem toda brincadeira o menino entra e nem toda brincadeira a menina entra. Eu vejo mais a diferença nos brinquedos e brincadeiras, eu vejo isso [...] (professora Matildes).

Eu percebo nas minhas crianças diferença de comportamento. Eu percebo as meninas mais calmas, se bem que tem meninas com comportamento bem equiparado ao dos meninos, têm comportamento agressivo também, mas geralmente as meninas são bem mais calmas [...] (professora Helena).

Deste modo, todas as professoras percebem que existem diferenças entre meninos e meninas, embora não façam uma crítica a tal dicotomia, posto que compreendem isso como algo natural. A concepção de naturalização dos sexos está firmada sobre uma base de alienação da consciência humana, que impede as pessoas de notarem essas contradições, o que limita a possibilidade desses sujeitos questionarem tal estruturação. Neste sentido, os meninos foram apontados como agressivos, agitados, violentos, enquanto as meninas foram consideradas como calmas, delicadas. Quando as professoras naturalizam essas diferenças, não percebem que as manifestações de tais preferências são reflexos do seu contato com a família, comunidade e escola. Nesse sentido, as escolhas, as preferências das crianças são fruto de determinações sociais, e nada tem de inato.

A feminista francesa Colette Guillaumin (2014) desenvolve uma preciosa análise sobre a prática do poder e a ideia de natureza, ou melhor, sobre a ideologia que naturaliza a subordinação das mulheres, pretensamente utilizada para justificar a apropriação das mulheres pelos homens.

Para a autora, é por meio da ideologia naturalista que se legitima a apropriação das mulheres em um processo de coisificação e irracionalização do seu ser. Neste processo, são consideradas como uma propriedade natural dos homens, e como tal, pertencem em seu conjunto a ele. Tal ideologia concebe a mulher como natural, e sua condição de subordinação, justifica-se pelo seu destino biológico.

Neste sentido, o naturalismo tem base material apoiada no processo de apropriação e exploração, definidas pela sociedade por

meio da ideologia biologizante do sexo para justificar as contradições e as desigualdades entre homens e mulheres.

A naturalização desses padrões de feminilidade e masculinidade pode ser ilustrada nas seguintes falas:

As meninas preferem coisa mais tranquila, mais calma. Os meninos brincam muito de luta. Então quando elas vão, voltam sempre chorando porque se machucam. Porque a brincadeira deles é bem forte, violenta, eu acho. Brincadeiras que envolvem força, que rola no chão, dá murro na barriga [...] (professora Matildes; escola 2).

As brincadeiras delas (meninas) são bem mais centradas, gostam mais de brincadeiras de faz de conta, né? De objetos de faz de conta, de objetos de encaixe. Os meninos preferem brincar assim... de luta, com arma de brinquedo, com qualquer coisa eles fazem uma arma, até com um lápis... brincadeiras com bolas, correndo. Já as meninas não, gostam mais escorregar, balançar, uma brincadeira mais calma [...] (professora Helena; escola 1).

Podemos perceber que a escola constrói relações desiguais entre os sexos. O olhar das professoras em relação aos meninos e às meninas parece demonstrar que elas reproduzem essa dicotomia ao entender as crianças a partir do seu sexo biológico, o que contribui para a reprodução das desigualdades entre homens e mulheres. Por meio do discurso das professoras, aparece uma lógica que vê, de forma homogeneizada e harmônica, meninas e meninos, como parte do fluxo natural da espécie humana. “Mas, outra vez, se recorre ao elemento ‘biológico’ de maneira alguma comprovada, para explicitar aquilo que pode encontrar uma explicação igualmente plausível no elemento ‘social’”. (BELOTTI, 1983, p. 82).

É importante salientar que o fato dos meninos preferirem carrinhos e as meninas bonecas, por exemplo, nada tem de biológico. Tais escolhas estão baseadas nas determinações e influências sociais que vão sendo construídas, desde a primeira infância. Desse modo, vai sendo acionado na mente das crianças um arsenal de normas de comportamento e conduta (referenciadas pelos adultos, reforçadas pela mídia e comercializadas pelas lojas) para que elas sigam tais

nuances de acordo com o sexo “feminino” ou “masculino”. “Esse processo reflete-se nos tipos de brinquedos que lhes são permitidos e disponibilizados: para que as crianças ‘aprendam’, de maneira muito prazerosa e mascarada, a comportar-se como ‘verdadeiros’ meninos e meninas” (VIANNA; FINCO, 2008, p. 272-273). Assim, meninas e meninos desenvolvem comportamentos, habilidades, aptidões, a fim de atender as expectativas do modelo hegemônico de masculinidade e feminilidade. Muitas vezes, uma instituição, como a escola, acaba por reforçar esse paradigma, quando afirma que existe diferença entre brinquedos de meninas e meninos e justifica tal diferença fundamentada na biologia ou nos pressupostos religiosos, como se essas escolhas estivessem deslocadas da base social e dadas como um fato natural. As professoras consideram comum que as meninas e meninos desempenhem comportamentos, habilidades, potencialidades que correspondam a determinadas características, conforme o sexo da criança. Vale salientar que, mesmo em um espaço que se apresenta fixo e cristalizado, ainda há resistências e transgressões, quando, por exemplo, um menino brinca com brinquedos considerados de menina ou quando uma menina joga futebol com os meninos.

Há também, na fala das professoras, a ideia de que a escola não tem influência na perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres, e que as diferenças estereotipadas entre os sexos advêm da família, da sociedade, como se a escola não fosse parte constituinte dessa estruturação. Compreendemos que a classe dominante, para garantir sua hegemonia, utiliza-se de aparelhos ideológicos do Estado, sendo a escola um destes, assume uma posição preponderante, devido sua função de introjetar na mente das crianças um conjunto de valores da classe dominante, apresentando a visão de mundo em que a estrutura desigual de classe mostra-se natural.

Ao perguntar para uma professora o que ela acha de meninos poderem brincar com brinquedos considerados de meninas:

(Risos.) Ah, sim, eu não estou totalmente aberta pra essas mudanças não, sabe? Até porque eu penso muito assim no... por exemplo, um menino chegar em casa e falar pai eu hoje brinquei com uma boneca que minha tia deixou, com certeza isso vai trazer problemas pra

gente porque você sabe que a gente vive num mundo muito machista, entre os homem principalmente. (professora Suzana).

A professora relata ter medo de retaliação por parte dos pais, e considera isto como um dos grandes desafios para trabalhar as questões de gênero, posto que se ela deixar um menino brincar com uma boneca, por exemplo, os pais podem chegar na escola questionando o motivo dela ter permitido tal situação, o que segundo ela, pode gerar inúmeros problemas. Ela relata que já aconteceu uma situação na escola em que uma criança chegou em casa relatando para o seu pai que as crianças estavam brincando todas juntas, meninos e meninas brincando com brinquedos considerados do sexo oposto. No dia seguinte, o pai foi à escola questionar porque tinham permitido que tal fato acontecesse. Por isso, mantêm todo um cuidado para não gerar conflitos com a família; não pretendem confrontar os pais, posto que consideram muito difícil lidar com essa situação “nós temos pais que são super religiosos, que a igreja trabalha isso aí, homem é homem, mulher é mulher”. (professora Suzana).

Ela afirma também que evita trabalhar essas questões de gênero porque os pais não estão abertos a esse tipo de discussão, e nem os próprios professores “porque eu me lembro de um curso que a gente fez aqui no início do ano passado e foi uma rejeição total, pela maior parte dos educadores” (professora Suzana). Entretanto, ela declara que também não está aberta para a discussão de gênero.

Neste sentido, podemos perceber que a professora não sabe agir ou não quer agir diante da situação, e acaba por reforçar estereótipos e corroborar com o pensamento dos pais acerca da educação sexista. Desse modo, a professora reproduz, em sua prática pedagógica, a educação sexista, e utiliza-se dos limites impostos pela família das crianças para sustentar aquilo que é produzido também dentro da escola. Obviamente que é na família que se dá o primeiro contato das crianças com o mundo e as representações do feminino e do masculino, mas não se limita a isso. As escolas, assim como outras instituições, são mediadoras da ideologia sexista.

Ao perguntarmos para as professoras se elas acham que o brinquedo pode influenciar na orientação sexual, duas delas afirmaram que o brinquedo pode influenciar na orientação sexual das crianças, e apenas uma diz que não interfere, desde que a brincadeira seja coletiva. Entretanto, afirma que se fosse para presentear o seu filho com uma boneca seria diferente, não daria. Outra questão que vale salientar é a ênfase dada na fala das professoras em relação a uma suposta “neutralidade”, “imparcialidade”, o que parece mais uma recusa à discussão sobre as desigualdades entre os sexos, tendo em vista que tal questão causa um certo desconforto por parte das docentes, podendo gerar conflitos envolvendo valores de ordem pessoal. Tentar manter um discurso de neutralidade para contribuir com o fortalecimento de práticas sexistas e com a própria legitimação do sistema patriarcal-capitalista, tendo como pressuposto que, se ninguém questiona tal contradição, possivelmente compreende, embora inconscientemente, este sistema desigual como legítimo, inquestionável e universal. À medida que a escola não questiona de forma crítica a desigualdade entre os sexos contribui com a manutenção do *status quo* desse sistema sexista que mantém as mulheres numa condição de inferioridade e marginalidade, submetidas aos padrões e ditames do mundo masculino.

A fala da professora Helena é permeada por contradição porque, ao mesmo tempo em que ela afirma que o fato do menino brincar com bonecas não interfere na orientação sexual da criança, por vezes, ela afirma que não daria uma boneca para seu filho:

Não daria [...] agora é assim a gente tem que tá preparada se a opção sexual dos nossos filhos forem essa contrária a nossa ideia, aí a gente tem que tá preparada pra aceitar aquilo, lógico, mas assim em forma de dar o brinquedo que é dito pra menina ao menino, eu já não daria, certo? (professora Helena).

Percebemos também preocupação por parte das professoras com os meninos em relação ao brincar com bonecas, posto que elas compreendem que o fato deles brincarem com tal brinquedo pode contribuir na definição de sua orientação sexual futura. Pensamentos como estes geram preconceitos e discriminações, e contribuem para

a perpetuação de práticas homofóbicas e de desrespeito às mulheres. Nesse sentido, a boneca é interdita para os meninos desde a mais tenra idade. Entretanto, quando um menino espontaneamente resolve brincar com bonecas em grupos de meninas, isto é tolerado desde que assuma o papel de pai, marido, irmão, aprovados e reconhecidos como masculinos. Esse tipo de brincadeira que poderia ser amplamente libertadora, acaba por potencializar práticas dicotômicas e hierárquicas entre meninas e meninos.

Ao perguntar para elas se existem diferenças entre brinquedos de meninas e meninos, destacaram:

Afirmo sim, afirmo *eminente*mente. Pra mim existe brinquedo de menino e brinquedo de menina e as brincadeiras também [...] (professora Suzana)

Existe sim. As meninas preferem coisa mais tranquila, mais calma. Os meninos brincam muito de luta [...] (professora Matildes).

Podemos perceber nas falas o reforço na dicotômica entre homem e mulher como algo natural, justificado pela religião. Certamente, as professoras tiveram também uma educação sexista, autoritária e repressiva, por vezes, e, por conseguinte, costumam reproduzir de forma naturalizada tais ensinamentos, (des)valores no seu papel de educadora infantil.

A prontidão em anunciar as características das meninas e meninos revela o discurso naturalista de atribuir e classificar as crianças segundo o sexo. Ainda desconsideram que existem também meninas mais agressivas e briguentas e meninos mais calmos e dóceis. Isso se dá por causa dos estereótipos por sexo, e exceções são “divergentes” que fogem à regra. As diferenças entre meninas e meninos já são estabelecidas antes mesmo delas nascerem e são tratadas como fenômenos biológicos, inatos. Quando perguntamos para as professoras qual o fator que determina as diferenças segundo o sexo, todas afirmam que tais diferenças se tratam de fatores biológicos. No entanto, percebemos enormes confusões, contradições de ideias e falta de reflexão sobre a problemática que envolve as determinações sociais. Ainda afirmam que as crianças já chegam à escola com essas diferenças bem

estabelecidas devido à educação da família, mas não consideram essa dicotomia entre os sexos como produto e resultado também da escola. Neste sentido, elas falam simultaneamente da suposta natureza feminina e masculina como um condicionamento da família, mas se isentam de qualquer responsabilidade declarando “eu deixo que todos brinquem juntos”, mas não fazem nenhum esforço em contribuir com novas mudanças nas relações entre as crianças. Elas acham que estão ali simplesmente para ensinar as crianças a ler, escrever, e demonstram estarem despreocupadas com o que as crianças são ou podem vir a ser. Assim, tendem a propor práticas e esquemas educacionais concatenados com seus valores, princípios e crenças pessoais, quase sempre sem grandes mudanças que possam atingir suas convicções.

As professoras relatam que costumam usar em sala de aula brinquedos “educativos”, como jogos. Mas, no recreio, as crianças se divertem com brinquedos da própria escola e outros que as crianças trazem de casa, como bonecas, carrinhos, panelinhas, bolas, e geralmente se dividem em grupos, de acordo com o sexo. Neste contexto, os meninos rejeitam brincar com brinquedos considerados de meninas, principalmente com bonecas. Na hora da brincadeira, eles preferem brincar de correr, de lutar, de super herói, de futebol, de polícia e ladrão. Já as meninas preferem coisas mais “calmas” como brincar com as bonecas, no balanço, de casinha, de fazer comidinha. As professoras acreditam que os meninos tendem naturalmente aos brinquedos e brincadeiras que envolvem força, briga, enquanto as meninas preferem brincadeiras mais “calmas”, devido a sua natureza dócil. Estas também acreditam que a destinação das brincadeiras e dos brinquedos, segundo o sexo, é reflexo da própria sociedade, como se escola não tivesse nenhuma parcela de participação nesta divisão.

Dizer que esta separação não existe na escola, significa ocultar as contradições que permeiam os espaços da educação infantil formal. E desvincular postura e comportamento sexista de professores e educadores, em virtude de suas convicções religiosas, destoa a educação de sua dimensão laica e democrática.

Tal fato nos permite pensar o modelo de educação que temos, reflexo da história do nosso país, marcada pelo autoritarismo, conser-

vadorismo e práticas religiosas, alimentada por aqueles que detêm o monopólio do ensino (projeto de educação burguesa). Embora ao longo dos tempos a educação tenha passado por algumas reformas, não foi capaz de gerar as transformações necessárias que a coloque na condição real concreta de uma educação pública, laica e igualitária. Para que seja possível construir uma educação igualitária e emancipatória é fundamental que os/as professores/as sejam capazes de direcionar as crianças para o desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem crítico, reflexivo, voltado não apenas para formar profissionais, mas também pessoas críticas e capazes de fazer escolhas e respeitar as diferenças. Este caminhar vai muito além da transmissão de conhecimentos. É uma troca que exige compromisso e força de vontade para mudar a história, e, sobretudo, construir uma sociedade em que todos sejam realmente livres.

Desta forma, meninas e meninos devem ser educados e induzidos a associarem seus corpos, dotados de pênis ou vagina, a suas escolhas, comportamentos e interesses sexuais, referenciando que o sujeito-homem deve se interessar sexualmente por mulheres, e, da mesma forma, o sujeito-mulher deve se interessar sexualmente por homens. Tudo o que foge a este padrão é dito como anomalia, desvio, transgressão, anormalidade, sendo, na maioria das vezes, repudiado, violentado, discriminado e, por vezes, morto. A título de exemplo, trata-se de bissexuais, travestis, gays, lésbicas, transexuais e transgêneros, que não correspondem ao comportamento e orientação sexual, normatizada heterossexual, imposta pela sociedade como normal. Estes sujeitos mencionados são socialmente coagidos, excluídos e punidos, inclusive no espaço escolar, que é resultado da alta evasão escolar, e marginalizados no mercado profissional. Todavia, sendo este campo permeado por contradições, há também espaço de luta e resistência em prol de processos formativos que dialoguem com as demandas da classe trabalhadora, voltados para as demandas do ser humano em sua pluralidade.

Ainda sobre a pesquisa de campo, ao perguntarmos se elas consideram que existem brinquedos e brincadeiras mais adequados para meninas e meninos, de acordo com o sexo, duas professoras consideram que sim, concordam com essa distinção. Apenas uma

afirma que só existe essa diferença nas brincadeiras de faz de conta, mas também não questiona essa separação.

Podemos perceber que a escola (embora nem todas) tentam fixar um modelo de identidade sexual heterossexual. Todos aqueles que ousam se expressar de forma diferente do tido “normal” são alvo constante de vigilância, cujas expressões da própria sexualidade são remetidas para o secreto âmbito privado, ou seja, para a família.

As coisas se complicam ainda mais quando as/os professoras/os percebem as crianças com atitudes e comportamentos que fogem do padrão heterossexual, o que parece ser mais fortemente presente no controle da sexualidade masculina, tendo em vista que tal padrão é acompanhado pela rejeição da homossexualidade (o que não significa que não exista forma de resistência a esse padrão hegemônico dentro da própria escola), ainda que de forma velada. Quando, por exemplo, a professora chama atenção do menino, de forma negativa, pelo simples fato dele estar brincando com uma boneca, gera na criança, muitas vezes, um sentimento de vergonha e arrependimento como se estivesse fazendo algo errado.

Ademais, quando os meninos optam por brincar com bonecas, as professoras tentam explicar para as demais crianças que o menino brinca com boneca porque representa a figura de um pai, reforçando a presença masculina dentro dos papéis sociais pré-estabelecidos. Podemos perceber que o fato dos educadores e pais preocuparem-se mais com as transgressões de meninos, nas suas escolhas com os brinquedos, reside na preocupação em manter o modelo de família patriarcal, considerada por muitos como base natural e divina. Neste sentido, o fato de os professores e pais fiscalizarem as brincadeiras dos meninos, reside em um suposto receio de que possa acontecer um “desvio” na orientação sexual, tendo em vista que transgressão por parte deles constitui uma ameaça ao sistema patriarcal, ou seja, nesta estruturação, o poder do macho vê-se ameaçado.

As professoras percebem os brinquedos e brincadeiras apenas como algo que influencia no bom comportamento das crianças para aprender os conteúdos escolares, contribuindo no processo de alfabetização das crianças. Mas, em nenhum momento, colocam os brin-

quedos e brincadeiras como elementos materiais de reprodução da desigualdade entre homens e mulheres.

Ao perguntarmos, para as professoras, se elas conhecem o veto da discussão da ideologia de gênero nas escolas e o que pensam sobre, relatam que não trabalham com seus alunos assuntos relacionados à questão de gênero, por ser um assunto complexo para tratar com crianças tão pequenas e porque temem represálias dos pais dos alunos, posto que eles não aceitam que os professores trabalhem tais questões. No entanto, compreendemos que os professores não devem temer as ameaças e proibições feitas por responsáveis pelas crianças, porque tal tema faz parte da formação das crianças, o que é inclusive reconhecido por documentos oficiais de educação.

As professoras não demonstram nenhum interesse na discussão sobre as questões de gênero e sexualidade na escola; compreendem que tais discussões devem partir da família. Elas revelaram falta de conhecimento sobre a categoria gênero, e o que parece, é que não têm nenhum interesse em buscar conhecê-la; defendem o padrão hegemônico do “feminino e do masculino”. As falas ainda demonstram que a escola tem negligenciado seu importante papel de desvelar a visão naturalista que perpassa as relações sociais de sexo.

Ainda acham que a introdução de tais questões deve-se dar num momento apropriado e de iniciativa dos pais. Demonstram resistência ao falar dessas questões com as crianças, por as considerarem muito pequenas para apreender esses temas. O que nos parece é que as professoras entrevistadas veem a educação apenas como capacidade de formar os alunos para futuramente se inserirem no mercado de trabalho, mas esquecem, por vezes, que a educação também pode se transformar numa atividade crítica e política, e construir canais de luta contra-hegemônica.

A título de exemplo do avanço da “onda conservadora” na educação brasileira, podemos citar uma das mais recentes afrontas do conservadorismo, que é o projeto de lei nº 867, de 2015, que tramita nas Casas legislativas e versa sobre a proposta de incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional, o Programa Escola sem Partido. Tal projeto defende a neutralidade na educação, entretanto, esta tem sido

vista como uma forma de censurar a discussão política de gênero e de sexualidade na escola, enfim uma afronta ao processo de liberdade de construção do conhecimento. É um projeto que silencia vozes, e, por vezes, reforça o patriarcado, o sexismo e o machismo.

As mentes e visões – míopes, moralistas e conservadoras que defendem tais ideias – negam a diversidade humana, o direito das crianças e adolescentes discutirem questões sobre gênero e sexualidade, silenciam vozes, e, mais, anulam a oportunidade de os sujeitos construírem espaços democráticos e de respeito às múltiplas expressões e vivências da sexualidade, e de promover a igualdade entre homens e mulheres. Desse modo, a escola é atravessada por posturas e comportamentos moralistas e religiosos no tratamento das questões de gênero nas salas de aula, e, geralmente, constroem uma série de dualismos: normal/anormal, próprio/impróprio, certo/errado, natural/não normal, dentre outros, que são introjetados na mente dos indivíduos, para que sigam uma fórmula única fixa: mulher, heterossexual e de família nuclear, constituída por mãe, pai e filhos. Todas as formas que divergem deste padrão são tratadas na via do silenciamento e, nessas questões, a escola não toca.

Entretanto, consideramos imprescindível trabalhar, no contexto escolar, assuntos relacionados à questão de gênero e à sexualidade, pois podem contribuir para a formação crítica da criança, diante de padrões engessados de comportamento e conduta, tidas como “certas” ou “erradas”, a fim de quebrar preconceitos, tabus e combater o machismo. Compreendemos que é preciso ensinar as crianças, desde cedo, a respeitar as mulheres e a diversidade humana.

Destarte, consideramos necessário uma formação continuada de professores que os tornem aptos a discutir sobre estas questões de maneira acessível e respeitosa, utilizando, por exemplo, atividades lúdicas que propiciem a assimilação e reprodução de valores pautados na igualdade e no respeito; compreendemos que a inserção do estudo de gênero nas escolas é fundamental para a promoção de uma mudança na forma de pensar, agir e comportar-se que pode contribuir para a construção de processos que promovam o respeito à diversidade.

## Considerações finais

Diante do exposto e das falas, anteriormente citadas, chegamos a algumas conclusões. Sobre o modelo hegemônico de família, presente nas falas das professoras, estas deixam bem claro sua posição em relação à família tradicional, embora afirmem que buscam se manter no campo da neutralidade. O pensamento “neutro”, nos parece, é o que defende os princípios e valores conservadores.

A representação do feminino e do masculino aparece de forma fixa e rígida. O que parece é que existe um acordo de silêncio, em que, na “questão de gênero”, ninguém toca. Nota-se, aqui, contradições nas falas das professoras, que ora asseveram que tais brincadeiras fazem demarcação entre os sexos, ora não. É plausível dizer, com base nessas respostas, que o saber das professoras, em relação aos assuntos tratados, é um pouco frágil. Algumas reconheceram não ter domínio desses conteúdos, o que contribui para que o silenciamento seja a saída. Diante disto, percebe-se que a educação formal coaduna com valores sexistas, ao estabelecer comportamentos hierárquico e dicotômico entre meninas e meninos.

Ainda constatamos que as professoras incorporam, na prática profissional, princípios religiosos, que contribuem para a reprodução de práticas que reforçam os ditames do sistema patriarcal-capitalista, por meio de ensinamentos de cunho conservador, por vezes preconceituosos e estigmatizantes, à medida que acabam rejeitando a introdução da discussão de gênero, devido a suas crenças pessoais. Todas as professoras percebem as diferenças entre meninas e meninos, como algo natural, inerente à suposta natureza humana, ao passo que associam as características, e conseqüentemente os brinquedos e brincadeiras, ao sexo biológico das crianças. Ainda afirmam que os brinquedos podem influenciar na orientação sexual das crianças, sendo que apenas uma diz que não interfere, desde que a brincadeira seja coletiva. No entanto, a fala dela é permeada por contradições, ao ponto de afirmar que se fosse para presentear um menino com uma boneca, não o faria. Também acreditam que a distinção das brincadeiras e brinquedos é reflexo da sociedade, como se a escola estivesse deslocada dessa relação.

Neste prisma, a pesquisa de campo indica que ainda há muitos estereótipos no uso de brinquedos. Os resultados da pesquisa também mostram que a hierarquização e divisão de papéis, segundo o sexo, são ainda mantidas em um ambiente coletivo e público de educação infantil.

Artigo submetido em 29/05/2018

Aceito para publicação em 23/10/2018

## Referências

BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**: o desenvolvimento da mulher. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.

CFESS. Conselho Federal do Serviço Socail. Em defesa do Estado laico. **CFESS Manifesta** (edição especial). Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2015-CfessManifesta-EstadoLaico-Site.pdf>>. Acesso em: 10/02/2017.

CISNE, Mirla. Educação ou modelação alienante? Uma reflexão crítica à ideologia sexista e homofóbica. **Festim**, n. 2, v. 1, mar./2015.

CISNE, Mirla; BRETTAS, Tatiana. Que homens e mulheres educamos? In: TAVARES, Jean Mac Cole; MARINHO, Zacarias (Orgs). **Educação, saberes e práticas no oeste potiguar**. Fortaleza: UFC, 2009.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: ABREU, Maira et al. (Orgs.). **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife-PE: SOS Corpo, 2014.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **Dicionário crítico do feminismo**. HIRATA, Helena [et al.] (Orgs.). São Paulo: Unesp, 2009.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, Cebrap, n. 86, mar./2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. 1. ed. Porto-PT: Porto, 2000. 111p.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **O que é brinquedo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Brinquedos e indústria cultural**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, n. 33, p. 265-283, jul.-dez./2009.

---

# SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

---

## Regressividade no direito à educação, tendências pedagógicas do EAD e Serviço Social brasileiro

Regressivity in the right to education, educational trends  
of EAD and brazilian Social Work

Antonio Israel Carlos da Silva<sup>1</sup>

Angela Santana do Amaral<sup>2</sup>

**Resumo:** Ao identificar a expansão do ensino a distância como uma expressão fenomênica do processo de regressividade do direito à educação pública, presencial e socialmente referenciada, o objetivo deste artigo é analisar as tendências político-pedagógicas que se apresentam ao processo formativo na particularidade do ensino a distância (EAD)

---

1 Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); mestre e doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista Capes, pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (GET).

2 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestra em Serviço Social pela UFPE, doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Serviço Social da UFPE. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (GET).

e os desafios apresentados ao Serviço Social brasileiro. Sustenta que o ideário cultural da formação no EAD relaciona o determinismo tecnológico na vida social e, especialmente, nos processos educativos, às pedagogias contemporâneas como a formação para a empregabilidade, o “aprender a aprender” e a subjetivação pedagógica dos processos formativos. Sinaliza que a formação profissional em Serviço Social pela via do EAD se estende diante das orientações ideológicas das políticas educacionais contemporâneas. Por fim, considera que as tendências político-pedagógicas do EAD indicam que o Serviço Social estará diante de tensões e contradições que colidem diretamente com os princípios e finalidades do projeto ético-político profissional.

**Palavras-chave:** direito à educação; Ensino a Distância; Serviço Social.

**Abstract:** This article synthesizes a theoretical-political debate held in our master's thesis. By identifying the expansion of distance education as a phenomenal expression of the complex process of regressivity of the right to public education, presencial and socially referenced, has the objective of analyzing the political-pedagogical tendencies that are presented to the formative process in the particularity of distance education (EAD) and the challenges presented to the Brazilian Social Work. It understands that the cultural ideology of EAD formation relates technological determinism in social life and, especially, in educational processes, to contemporary pedagogies, such as: training for employability, learning to learn and pedagogic subjectification of the training processes. It indicates that the professional training in Social Work through EAD extends to the ideological orientations of contemporary educational policies. Finally, it considers that the political-pedagogical tendencies of the EAD indicate that the Social Service will be faced with tensions and contradictions that directly collide with the principles and purposes of the professional ethical-political project.

**Keywords:** right to education; Distance learning; Social Work.

## Introdução

Trinta anos após a elaboração da Constituição Federal (CF) brasileira de 1988, inúmeros processos econômicos, sociopolíticos e ideológicos evidenciaram transformações societárias, situadas no terreno próprio da luta de classes. Ao nos referirmos ao nosso recente marco constitucional, é preciso destacar que ele é fruto de tensões, contradições, enfrentamentos entre as classes sociais

fundamentais e suas frações, assim como expressa limites à efetividade da democracia no sistema capitalista, sobretudo no capitalismo dependente e periférico.

Particularmente, refletir sobre os desafios contemporâneos da política de educação superior nos parece uma complexa e pertinente tarefa, especialmente, em tempos de amplas regressividades dos direitos sociais na realidade brasileira. A nosso ver, as transformações da política de educação superior, nos últimos trinta anos, expressam tendências contraditórias, fncadas em um duplo dinamismo histórico da política educacional no Brasil. Por um lado, a elaboração da CF de 1988 permitiu a afirmação do direito social à educação – pública – no plano legal; por outro, a educação sofreu inúmeras investidas do movimento de organização da economia capitalista para salvaguardar os processos de valorização do capital, através da ampliação da privatização, mercantilização e financeirização da educação, levadas a cabo pelo empresariado, com contribuição do Estado. Ademais, identificamos que a expansão das práticas pedagógicas a distância mostra-se como expressão fenomênica da ampla regressividade do direito à educação pública, presencial e socialmente referenciada, em detrimento da legitimação do "acesso" a novas modalidades de ensino flexíveis.

A ordem social capitalista insistiu em projetar a educação como instrumento de saída da crise, por meio da difusão de ideologias orgânicas, sob as quais operam o pensamento hegemônico. A ampliação da escolarização e a garantia de acesso e permanência no mercado de trabalho são discursos emblemáticos da força material dessas ideologias.

Em particular, no século XX e seguindo-se no século XXI, a educação superior brasileira revela um aumento de cursos, matrículas e ampliação privada do ensino, frente à conjuntura de disseminação de ideias e práticas do social-liberalismo.<sup>3</sup> O EAD foi concebido,

---

3 Nosso entendimento de social-liberalismo tem referência nas discussões de Castelo (2011), ao afirmar que o projeto neodesenvolvimentista brasileiro, que teria vigorado nos governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff, toma como base ideológica o social-liberalismo: expressão ideológica, política e econômica cuja direção estratégica buscou articular uma agenda social ao neoliberalismo, promovendo uma estrutura sincrética em

estrategicamente, como mediação pedagógica funcional à dinâmica capitalista contemporânea, dadas as particularidades e legalidades próprias dessa modalidade de ensino.

Com a expansão de práticas formativas pela via do EAD também ocorreu, em particular, no Serviço Social brasileiro, um rápido movimento expansionista de matrículas. Sobre este aspecto, um interessante ponto de reflexão já amplamente discutido pela categoria profissional para pensar a ampliação dos cursos de Serviço Social está nos processos de recomposição do bloco hegemônico burguês nos países latino-americanos. Nesse sentido, Mota, Amaral e Peruzzo (2012) problematizam o fato de que na conjuntura dos governos de conciliação de classe do Partido dos Trabalhadores<sup>4</sup> (PT), um dos instrumentos para a readequação às diretrizes acordadas com os organismos internacionais foi a expansão das políticas sociais, em especial, às vinculadas ao combate à fome e à pobreza, como é o caso da assistência social, o que demandaria a ampliação da formação de novos agentes profissionais.

Vejamos que, em 2016, 41,72% (68.636) das matrículas de cursos de Serviço Social foram realizadas no ensino presencial, enquanto no EAD o número representa 58,28% (96.055) do total de matriculados (INEP, 2016). Os dados evidenciam que, na última década, ocorreu um vertiginoso avanço de cursos de Serviço Social ofertados, tanto pela via do ensino privado presencial quanto pelo ensino a distância, tornando-se tendência da dinâmica de formação profissional.

---

torno das medidas de intervenção do Estado e do chamado Terceiro Setor, no âmbito das expressões da “questão social”. Essa perspectiva reconhecia as falhas do mercado sem tocar nos fundamentos da mercantilização da totalidade da vida social. Afinal, para os ideólogos do social-liberalismo, o mercado seria a melhor forma de organização das relações de produção e reprodução da vida.

4 Na perspectiva das autoras citadas, a conjuntura neodesenvolvimentista nos governos latino-americanos, em especial, no Brasil, reafirmaram a ideologia de que o crescimento econômico, invariavelmente, levaria ao desenvolvimento social, num movimento de esgarçamento entre a esfera da economia e da política. Foi constatável a ideia de que para impedir a expansão capitalista sem maiores constrangimentos seria necessário compensar os ajustes que afetam as classes subalternas com políticas sociais, na tentativa de afirmar um pacto social entre as classes histórica e fundamentalmente antagônicas na sociabilidade capitalista.

Passada mais de uma década de EAD na profissão, sustentamos que houve um avanço na compreensão histórica e política sobre a temática. Todavia, continuamos enfrentando dificuldades para empreender a crítica desta realidade, seja pelo ocultamento – por parte do empresariado – da dinâmica mesma desta modalidade de ensino, seja pela ausência de avaliação dos sujeitos sobre a sua formação profissional.

Na literatura recente da profissão,<sup>5</sup> o debate<sup>6</sup> sobre a massificação da formação, via ensino privado e à distância tem sido analisado sob a lógica de contraposição à cultura profissional, legatária do amadurecimento intelectual e político vivenciado por parte significativa da categoria. Este processo tem criado tensões do ponto de vista teórico-metodológico e ético-político, já que todo processo formativo assume uma determinada postura ético-política, ou seja, não há qualquer possibilidade de neutralidade científica: nem nos projetos educacionais e, tampouco, nos profissionais.

Se uma categoria profissional jamais será um bloco homogêneo, sendo, sob vários prismas, um conjunto diferenciado em movimento (NETTO, 2006), preocupa-nos o potencial ideológico-político do ensino a distância na afirmação de projetos classistas contrapostos ao horizonte estratégico do Serviço Social brasileiro. Seguindo este raciocínio, entendemos que a cultura de formação do EAD poderá implicar em um reposicionamento dos vetores analíticos na formação profissional, na medida em que, sob o jugo da pedagogia das compe-

---

5 Cabe destacar as contribuições de Mota; Amaral, 2016; Pereira, 2014; Silveira Jr., 2016; Netto, 2016, 2015, 2006.

6 O debate sobre a questão do EAD tem atravessado polêmicas de fundo na categoria profissional do Serviço Social, entendendo que esta modalidade de ensino demarca o selo de uma democratização “às avessas” no acesso à educação superior. Mais do que isso, as entidades representativas da categoria, a citar: ABEPSS, CFESS-CRESS e ENESSO, têm assumido significativo protagonismo em termos de respostas ético-políticas de enfrentamento à desigualdade educacional brasileira. O questionamento ao EAD não pode ser entendido como um segregacionismo educacional, e, muito menos, como uma ofensiva subjetiva aos estudantes, tutores e professores inseridos nessa modalidade de ensino, posto que se trata de questionamentos direcionados à estrutura pedagógica e aos fossos teóricos que tendem a se constituir nesse processo formativo. Por isso, nesses últimos anos, especificamente, treze anos de ensino a distância no Serviço Social, inúmeras foram as campanhas, as denúncias e as publicações que buscaram socializar que a educação não pode ser tratada como mercadoria.

tências, pedagogia do “aprender a aprender”, ancorada numa individualização, mecanização e “virtualização” de práticas educativas, tende a negligenciar as grandes sínteses teóricas sobre a história da sociedade, ademais de operar um reducionismo no estudo de categorias analíticas centrais que subsidiam a formação profissional.

Sinalizamos que a formação profissional em Serviço Social, pela via do EAD, se estende diante das orientações ideológicas das políticas educacionais contemporâneas, alinhadas que são à teoria do capital humano,<sup>7</sup> à responsabilização dos indivíduos por sua formação, e ao ideário da empregabilidade,<sup>8</sup> tônica fundamental das mudanças operadas.

Nossa análise põe em xeque os argumentos que defendem o determinismo tecnológico e os valores sociais e concepções de mundo que lhes são correspondentes no atual estágio de desenvolvimento capitalista. De tal modo, importa discutir o EAD para além dos efeitos da aprendizagem, levantando questionamentos sobre a dinâmica própria desta modalidade como mecanismo potencial de conformação moral e intelectual dos sujeitos aos imperativos ideológicos elaborados e reproduzidos com o escopo de recomposição do bloco hegemônico burguês.

---

7 Constitui-se como construtor básico da “economia da educação”, cuja preocupação central reside em explicar o papel da educação como instrumento de crescimento econômico. Para um dos expoentes da teoria do capital humano, Theodore Schultz, a instrução como componente da produção e o investimento em habilidades e conhecimentos tendem a aumentar futuras rendas dos empresários e dos indivíduos em processo de formação e, desse modo, assemelha-se a um investimento em outros bens de produção. Ou seja, os níveis de desenvolvimento econômico de um país, as taxas de acumulação de capital e o nível dos salários individuais seriam mediados pelo investimento em capital humano. (FRIGOTTO, 2010b).

8 Nos estudos acerca da política educacional (FRIGOTTO, 2010b, SAVIANI, 1999), a empregabilidade é apresentada como expressão ideológica das estratégias do capital de captura da direção social da formação da força de trabalho. Precisamente, diz respeito à construção de um ideário que, sintonizado à ideologia do capital humano, afirma que o acesso ao conhecimento seria ponte necessária para a inserção ou mesmo permanência no mercado de trabalho.

## **Empresariamento e EAD no projeto educacional brasileiro**

Com base nas contribuições de Amaral (2012), identificamos que, dentre as inúmeras iniciativas implementadas para responder à crise do capital, a qualificação profissional se apresenta como mecanismo de superação do desemprego estrutural, a partir de um discurso indiferenciado e consensual entre as classes sociais. A hipótese da referida autora é a de que ao apresentar o discurso sobre a massificação dos processos de qualificação profissional, capital e trabalho, pela mediação do Estado, transformam esse discurso em construções ideológicas que buscam mostrar que seria possível toda a sociedade assumir interesses comuns e universais. Nesse movimento, são construídas as bases de uma hegemonia pela via do apagamento dos antagonismos classistas e subtração dos interesses das classes trabalhadoras, de acesso às políticas educacionais.

Nos anos 2000, a educação superior brasileira presenciou a consolidação da expansão e do empresariamento do ensino,<sup>9</sup> desta feita, pela mediação da consolidação de verdadeiros conglomerados e instituições educacionais regidas pela racionalidade empresarial e governança corporativa. Trata-se de um conjunto de processos que confluem com as medidas de privatização, mercantilização e oligopolização da educação, e aprofundam a concentração e centralização de capitais.

O potencial de conversão do ensino em mercadoria rentável operou a dinamização da economia em setores que, em paralelo, viram na mercantilização do conhecimento uma via de acesso à valorização do capital. É o caso da articulação da educação com o

---

9 Segundo dados do Inep (2016), o avassalador processo de expansão do ensino privado corresponde atualmente a 87,5% do total das IES no país, com participação de apenas 12,5% do ensino público. No que se refere ao ensino público, os dados revelam ainda a ampliação da participação das unidades de ensino estaduais na educação superior pública, representando 40,7% do total de IES no ensino público; com 36,3% no âmbito federal e 23% municipal. Mesmo com as medidas de expansão do Reuni, as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) não lograram dados tão expressivos quanto a ampliação da rede estadual, que também vem operando os processos de interiorização da política de educação superior. (INEP, 2016).

mercado editorial, as empresas de consultoria, gestão e confecção de material didático. Além disso, com o objetivo de aperfeiçoar a perspectiva da educação como serviço lucrativo no Brasil, o empresariado tem criado meios e estratégias para disputar a consciência das classes trabalhadoras.

O sentido do empresariamento corresponde às medidas de racionalização administrativa voltadas à redução de custos, aumento da eficiência e disponibilidade de captação de lucro e produtividade.<sup>10</sup>

As conformações ideológico-políticas do projeto educacional dos organismos internacionais, a citar Banco Mundial (BM), Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (Unesco) e Fundo Monetário Internacional (FMI) disputam as relações pedagógicas que se abrem com a ampliação das tecnologias da informação e comunicação (TICs) nas práticas educativas. A preocupação desses intelectuais do capital reside em propor e gerenciar acordos que promovam financiamento e execução de projetos educacionais para o ensino básico, técnico e superior, de acordo com as particularidades e o nível de desenvolvimento de cada país.

O EAD entrou no pacote de medidas, sendo entendido como empreendimento necessário à ampliação da formação de professores para a educação básica e para a formação de novos bacharéis, sobretudo, nos cursos de ciências humanas ou ciências sociais aplicadas.

As pesquisas desenvolvidas por Lima (2011) destacam que a política de ensino superior a distância não se trata da educação, em seu sentido amplo, e sim, de um tipo de ensino massificado, concebido como transmissão de informações, treinamento, instrução e capacitação em serviço, desarticulado da pesquisa e da produção de conhecimento.

---

10 No cenário de financeirização da economia, os programas governamentais Programa Universidade Para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) permitiram o estreitamento da relação entre Estado e ensino privado no Brasil. O livre-mercado educacional (TAVARES, 2014) elaborou instrumentos de ampliação do capital portador de juros. O estudo de Chaves e Amaral (2016) é elucidativo de como a lógica desses programas privatistas é operada. A renúncia tributária e o financiamento estudantil demarcaram um novo caminho ao empresariamento da educação, possibilitando o crescimento vertiginoso das IES privadas e sua interlocução com o capital financeiro.

A autora nos situa que as práticas político-pedagógicas desenvolvidas pelo neoliberalismo, na educação superior, têm usado intensamente as tecnologias da informação e comunicação como uma nova mediação para socializar concepções hegemônicas de sociabilidade e de educação, adequando as classes subalternas à nova racionalidade do capital.

Na esteira desse processo, o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas e as alterações introduzidas como parte desses avanços resultaram em uma visão idealista a respeito de uma sociedade capaz de superar as contradições do capitalismo, em uma nova forma social de produção caracterizada pela supremacia do conhecimento. De tal forma, as conceituações de “sociedade pós-capitalista”, “sociedade pós-industrial”, “sociedade em rede” e “sociedade informática”, ganharam expressão tanto na literatura acadêmica quanto na política. (NEVES; PRONKO, 2008).

O EAD foi indicado, pelos organismos internacionais, como modalidade de ensino que remete à flexibilização estratégica da formação, através de alterações na relação entre tempo e espaço de formação; currículo baseado em habilidades e competências específicas; mudanças na relação de aprendizagem, promovida pela distância entre professor e estudante.

Como afirma Barreto (2015), a modalidade EAD surge no Brasil sem um amplo debate envolvendo sua expansão, cogitada sob a restrita discussão sobre as estratégias operacionais de garantia da expansão do ensino nesta modalidade. De tal forma, recai sobre ela uma ênfase maior sobre o efeito técnico nas políticas educacionais do que reflexões pedagógicas de fundo sobre suas fragilidades teóricas, éticas ou políticas na formação profissional.<sup>11</sup>

---

11 Dados do Inep (2016) evidenciam que o número de matrículas de estudantes nos cursos de graduação à distância tem aumentado no Brasil, atingindo quase 1,4 milhão em 2015, o que representa 17,4% do total de matrículas na educação superior. Enquanto o número de matrículas no ensino presencial cresceu 2,3% entre 2014 e 2015, no EAD a ampliação foi de 3,9%.

## **As tendências político-pedagógicas da formação profissional no EAD**

As concepções de “sociedade da informação”, “sociedade pós-capitalista” e “sociedade em rede” (CASTELLS, 2003; SCHAFF, 1995; DRUCKER, 1993) reforçam ideologias difundidas desde o século XX, a respeito das mudanças operadas na vida social. Apoiam-se no argumento de que o capital, os recursos naturais e a força de trabalho não assumiriam mais a centralidade como meios de produção, e sim, o conhecimento, que seria um novo meio de produção. Nessa dinâmica, os processos educativos iriam receber os insumos tecnológicos com perspectiva de aperfeiçoamento técnico-científico, por intermédio de computadores, transmissão de aulas via satélite e conteúdo digital. Novas dimensões da relação ensino e aprendizagem iriam transformar as práticas pedagógicas e elaborar novos tipos de homem.

À tecnologia é atribuída uma assepsia, uma aparente neutralidade, omitindo-se seu caráter histórico-social e suas relações com a luta de classes. A concepção de “sociedade da informação” consiste numa força ideológica que projeta as novas TICs para além das relações sociais classistas, historicamente determinadas, operando na disseminação de um padrão cultural dominante que as coloca como instrumento de redenção humana. A defesa das TICs como progresso técnico e as argumentações que reiteram a ideia de uma sociedade baseada na informação são resultado de uma operação ideológica desenvolvida como mecanismo de restauração da ordem capitalista. (NASCIMENTO, 2011).

Na esteira dos invólucros construídos em torno das TICs, a educação logo foi acionada pelos organismos internacionais com vistas à elaboração de conformismos e consensos entre classes, na medida em que, no âmbito da articulação entre Estado, organismos internacionais e empresariado, a educação foi sinalizada como alternativa à superação da pobreza e à desigualdade social.

Elaborou-se, então, a ideia de que o acesso massificado aos processos educativos, facilitados pelo uso intensivo das TICs nas

práticas pedagógicas, possibilitaria a mobilidade social de segmentos das classes subalternas, que passariam a ter acesso ao consumo.

Além disso, é imperativo destacar qual a função ideológica das concepções de “sociedade da informação”, “sociedade pós-capitalista” e “sociedade em rede” no âmbito da formação escolarizada. Duarte (2008) nos oferece alguns pontos explicativos para o entendimento desta questão.

Para o autor, são sintomáticas cinco “ilusões da sociedade do conhecimento”: i) a ideia de que a acessibilidade do conhecimento seria possível pelo recurso à informática, à internet e a meios de comunicação; ii) a superação das metanarrativas e o enfraquecimento teórico das grandes sínteses sobre a história humana; iii) o entendimento do conhecimento não como uma forma de apropriação da realidade pelo pensamento, e sim, uma construção subjetiva resultante de processos semióticos e intersubjetivos; iv) a ideia de que os conhecimentos teriam o mesmo valor, não havendo posições diferentes quanto a sua qualidade e poder explicativo sobre a realidade social; e, por fim, v) o apelo à consciência dos indivíduos.

Cumprir sinalizar alguns deslocamentos pedagógicos contemporâneos que poderão ser guia dos processos formativos à distância. Do ponto de vista teórico-prático, o Projeto Escola Nova ou escolanovismo<sup>12</sup> tratou de alterar o eixo da questão pedagógica do intelecto para a esfera dos sentimentos; do aspecto lógico para o psicológico; da disciplina para a espontaneidade; da centralidade da ação educativa para a preocupação centrada no ensino estrito; da qualidade para a quantidade; de uma pedagogia de inspiração sócio-filosófica para uma pedagogia centrada na experiência vivida, na razão sensível do aluno e, portanto, em uma teoria pedagógica cujo foco não é o conhecimento em sua totalidade e a articulação

---

12 O movimento escolanovista nasce na Europa, ainda no século XIX, com referência nas ideias do educador suíço Adolphe Ferriere. Inspirado em um discurso liberal. A concepção deste movimento inicial era de promoção da igualdade de oportunidades da escola e busca pela autonomia moral dos estudantes. Saviani (1999) caracteriza o movimento escolanovista ou “Escola Nova” como expressão contestatória da pedagogia de tipo tradicional, que, no século XX, buscou alterar a relação ensino-aprendizagem, o conteúdo do conhecimento divulgado nas escolas e ampliou seus leques de intervenção em outras esferas da vida social, como nas relações e processos de trabalho.

com práticas educativas reflexivas, e sim, preocupada com o dilema do “aprender a aprender”. (SAVIANI, 1999).

Como situamos anteriormente, o ideário do “aprender a aprender” alterou a concepção de conhecimento e a referência histórica das grandes sínteses do pensamento social, político e filosófico da humanidade, destituindo a capacidade do estudante articular-se com professores, como ponto de referência e estímulo crítico a reflexões.

A centralidade da ação pedagógica sob o jugo do escolanovismo passou a ser vista na capacidade do estudante de apreender novas técnicas de aprendizagem, mas, uma aprendizagem selecionada, marcada pelo crivo do que se apresentava como demanda imediata no mercado de trabalho. Recorre-se ainda ao senso comum como ponto de apoio à flexibilização da escola às classes trabalhadoras, uma vez que o discurso da universalização do acesso escamoteia o tratamento “rebaixado” do tipo de escola e conteúdo educativo às classes subalternas.

Nas palavras de Saviani (1999), o projeto ideológico-político do escolanovismo buscou deslocar o caráter ético-político das práticas educativas para a dimensão estritamente técnico-pedagógica, num movimento de endogenismo na forma de pensar a problemática da escola. A centralidade do efeito técnico e utilitarista da escola cumpriu uma dupla função: ampliar a escolarização como requisito ao ideário da “empregabilidade” e promover um tipo de ensino cerceado pelos interesses de recomposição do bloco hegemônico burguês e, especificamente, das diversas frações de classe que o constitui.

O aperfeiçoamento instrumental das práticas pedagógicas do escolanovismo implica na constituição da pedagogia de tipo tecnicista. Este modelo pedagógico inspira-se na perspectiva de neutralidade científica e nos princípios de eficiência, eficácia e produtividade, reordenando o processo educativo de modo a torná-lo objetivo e operacional. De certo modo, a pedagogia tecnicista apresenta o interesse de superar o escolanovismo, na medida em que busca planejar as ações educativas sem a interferência da esfera subjetiva no processo de ensino/aprendizagem, já que o escopo centra-se na suposta assepsia ideológica da educação. Nesse sentido, este modelo

pedagógico tornou-se matriz para tendências educacionais vinculadas ao microensino, ao teleensino e às máquinas programadas para compartilhamento de informações. (SAVIANI, 1999).

Na contemporaneidade, a nosso ver, em relação à dimensão pedagógica, a modalidade EAD produz-se como uma simbiótica derivação da pedagogia do “aprender a aprender” e das formulações da pedagogia tecnicista, uma vez que a ampliação do ensino mediado pelas TICs tende a direcionar uma conformação pedagógica racionalizada para expressar a pretensa neutralidade científica na difusão do conhecimento. E o faz por meio da objetividade da prática educativa, operacionalizada por canais virtuais, vídeos e materiais didáticos digitalizados e impressos, que também cumprem a função de serem motivacionais, estimulando os estudantes a continuarem inseridos nessa modalidade.

A dimensão subjetivista é crucial para a consolidação de uma ação pedagógica compreendida como eficaz, na medida em que os estudantes precisam desenvolver técnicas e formas de estudos que reforcem a prática do “aprender a aprender”, aliado à construção do conhecimento (confundido com informação) partindo da experiência vivida do sujeito: de suas aspirações, desejos, sentimentos, sensibilidades, sob o manto de um humanismo abstrato, destituído de um sentido histórico.

As formulações pedagógicas alinhadas ao ideário da empregabilidade, à formação por competências e à teoria do capital humano, na medida em que circunscrevem os processos educativos à condição de instrumentos que permitiriam aos homens investimento individual em sua formação, dimensionam a aquisição de conhecimentos operacionais, comportamentos e ideologias úteis à produtividade do capital. Os sujeitos sociais em formação seriam, por si, responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento social, alimentando a ideia de que a formação individual garantiria inserção ou mesmo permanência no mercado de trabalho.

Ao tratar dos conteúdos didático-pedagógicos que se apresentam na formação à distância, Barreto (2015) considera que eles são pensados para serem “autoexplicativos”, dispensando mediações

pedagógicas constitutivas das práticas educativas, promovendo ações pedagógicas associadas à resolução de “dúvidas pontuais” nos polos presenciais. Aferimos daí que os pacotes de ensino assepticamente programados por especialistas, cujo conteúdo vem sendo marcado por empobrecimento cultural, constituem formas de controle das relações sociais capitalistas na produção e divulgação do conhecimento. (FRIGOTTO, 2010a).

A problemática apresentada mantém relação com o debate desenvolvido por Harvey (2014), ao discutir os processos tecnológicos como mediação das novas configurações entre espaço e tempo. Nesse sentido, o avanço da tecnologia tem contribuído com a diminuição das distâncias geográficas, tornando a especialidade e a temporalidade do capital inseridas em uma ordem social mais dinâmica. As amplas transformações nos transportes, na produção e na comunicação permitiram que o acesso a informações instantâneas se desenvolvesse, como imperativo à reprodução dos interesses das classes dominantes, agindo sob a base ideológica, política e ética da vida social.

Em síntese, o que poderíamos entender como particularidades pedagógicas do ensino a distância, trata-se de legalidades que incorporam o uso das TICs e de práticas pedagógicas a elas associadas: vídeo-aulas, conteúdos digitais, contato on-line entre professores e estudantes, dentre outras formas específicas de objetivação da formação, galvanizadas por concepções ideológicas que reforçam a concepção de “sociedade da informação”, o ideário da empregabilidade, a formação por competências, a pedagogia do “aprender a aprender” e os discursos do “capital humano”. Esse constructo possui uma determinação particular: potencializar a disseminação de arranjos éticos e políticos que tendem a reiterar o senso comum e a difundir ideologias orgânicas à reprodução social do modo de pensar das classes dominantes. Ainda assim, assumimos a posição de que tal processo não ocorre de forma mecânica, pois também é perpassado pela mediação de sujeitos nos processos históricos.

## **Desafios da formação EAD para o Serviço Social brasileiro**

Foi na articulação entre os projetos educacionais desenhados pelos intelectuais orgânicos do capital, via organismos internacionais, e o processo de formação no EAD que encontramos algumas das chaves analíticas que particularizam os processos pedagógicos na referida modalidade de ensino. Sem dúvidas, as perspectivas de manutenção da ordem burguesa levaram o capital a reorganizar suas estratégias de legitimação, sendo a educação *locus* privilegiado para sistematização e difusão de ideários, concepções de mundo e práticas sociais hegemônicas.

Nessa direção, destacamos que as mistificações em torno de um reordenamento social marcado pelo intenso uso das TICs desdobraram na produção de concepções de “sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento”, na condição de novos arranjos ideoteóricos sistematizados organicamente para restauração do pensamento burguês.

Do ponto de vista da formação profissional em Serviço Social, em sentido amplo, poderíamos argumentar a existência de uma “nova cultura pedagógica” produzida pelo elenco de atividades virtuais, ausência de relação ensino-aprendizagem orgânica entre professor e estudante, mudanças no material didático-pedagógico da formação, tendências teóricas contrapostas às indicações das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e pela mudança de perfil discente e docente, presente nos cursos de Serviço Social no ensino a distância (SILVA, 2018). Esses aspectos explicitam um amplo processo de disputa à cultura de formação coletiva e presencial, hegemonicamente balizada em princípios pedagógicos emancipatórios e direcionados ético-política e teórico-metodologicamente pela tradição marxista.

A tendência à individualização do processo formativo aparece como um dos produtos da formação a distância. Nessa modalidade de ensino, o indivíduo torna-se o responsável direto pelo resultado de seu processo formativo, cabendo a ele saber lidar com as demandas apresentadas pelo ensino a distância, cuja flexibi-

lidade pedagógica tende a tornar a apreensão de conhecimentos um ato solitário, pela via de uma relação entre homem e máquina. Afinal, os elementos mais próximos dos estudantes são os softwares, as vídeo-aulas, os livros-textos impressos, que, na letra fria e distante, elaboram “autocobranças” ao indivíduo para que obtenha êxito em sua formação profissional.

Ademais, é importante avançar na compreensão teórica sobre a consciência social dos agentes profissionais e sua vinculação com relações sociais totalizantes, no terreno próprio da luta de classes. Identificar dilemas que atingem as condições de vida e trabalho, a subjetividade, a dimensão política e cultural dos novos agentes profissionais, sobretudo, os que realizaram sua trajetória formativa nos espaços mais fragilizados da formação, como é o caso do EAD.

Nesse sentido, reafirmamos, com base em estudos anteriores (SILVA, 2018), que o EAD tem sido uma mediação das configurações contemporâneas na profissão, uma vez que, do ponto de vista ideológico-político, há indícios de avanços de projetos profissionais conservadores e de práticas que reivindicam a profissão como legatária das ações de ajuda e como possível instrumento para a empregabilidade no mercado de trabalho.

As perspectivas que se delineiam frente às regressividades – tanto do ponto de vista do projeto emancipatório das classes trabalhadoras quanto do projeto educacional –, indicam que o Serviço Social estará diante de tensões e contradições que colidem diretamente com os princípios e finalidades do projeto ético-político profissional, do ponto de vista da dimensão formativa, investigativa, interventiva e político-profissional.

As novas configurações do mercado de trabalho e as mudanças operadas no universo da formação profissional, aliadas ao redesenho das políticas sociais públicas – cuja maior expressão, na atualidade, é a supressão e mercantilização de direitos –, são indicativos de possíveis inflexões nas práticas profissionais e na dimensão pedagógica que elas encerram.

No plano formativo/acadêmico, a racionalidade hegemônica burguesa e a ação coletiva do empresariado da educação tendem a capturar ideopoliticamente o sentido e a trajetória político-pedagógica, teórico-metodológica e ético-política da formação dos novos agentes profissionais, com interesses subjacentes que podem estar em alinhamento às novas prerrogativas das políticas sociais, sobretudo, enredado no imediatismo e no empiricismo.

Na dimensão prático-profissional, as tendências de reconfiguração do perfil político-pedagógico do Serviço Social podem intensificar o grau de tensionamento ao projeto profissional crítico, na medida em que a pedagogia da “ajuda” e a pedagogia da “participação” manipulatória (ABREU, 2016) frente às classes subalternas poderão ser revitalizadas. As possibilidades de restauração dessas “pedagogias” podem ser colocadas em movimento tanto pela ausência de uma formação teórico-prática densa de conteúdo crítico, reflexivo, e referenciado nos matizes da esquerda brasileira, quanto pelas mudanças no mundo do trabalho e exigências atuais das políticas sociais, em relação às determinações e receituários seguidos à risca pelas instituições onde operam as políticas sociais.

No âmbito político-organizativo, o novo perfil de profissional oriundo do EAD poderá ser capturado por forças políticas consubstancializadas em ideários matizados no conservadorismo burguês contemporâneo, comungando e socializando posições que se confrontam com a perspectiva crítica de Serviço Social que referencia o projeto ético-político. É possível que sejam criados novos espaços de divulgação do pensamento conservador pelos novos agentes profissionais, como é o caso da página na rede social *Facebook*, denominada “Serviço Social Libertário”, em que um conjunto de estudantes e profissionais oriundos de distintas modalidades de ensino defendem a atualização da aproximação teórico-política da profissão com o pensamento liberal e cristão, ainda que esses novos espaços sejam de frágil impacto concreto na luta.

Este é um debate “aberto” na categoria profissional, posto que, se avançamos na crítica política da questão, ao explicitar, dentre outros importantes argumentos, que os sujeitos do EAD não são o

alvo principal dos dilemas enfrentados pela formação profissional, temos um desafio teórico a construir: decifrar as determinações mais gerais desse processo formativo, mediado pelas TICs, identificando as ideologias, a cultura, as concepções teórico-metodológicas e prático-operativas que dão sustentação às novas “pedagogias da hegemonia”, na contemporaneidade.

Neste percurso, já nos é sabido que os intelectuais orgânicos do capital estão bem organizados e, através de aparelhos privados de hegemonia, têm sido implacáveis na disseminação e capilarização das suas formulações, interpelando as classes subalternas a aderirem ao ensino mediado pelas TICs como meio prático e flexível de acesso às políticas educacionais e de aprendizagem para inserção no mercado de trabalho.

### **Considerações finais**

O atual projeto de dominação burguesa materializa-se na periferia do capitalismo abraçando uma demanda histórica dos trabalhadores no campo da educação. E o faz nos moldes mais destrutivos, porque retira dos sujeitos a possibilidade de uma sociabilidade coletiva, rica de objetivações e de crítica da sociedade. Uma educação “pobre para os pobres”, que subtrai a consciência individual e coletiva dos indivíduos e os expõe à seleção do mercado.

Nesse bojo, pensar os desafios da formação profissional no âmbito da regressividade do direito à educação pública, presencial e socialmente referenciada, nos coloca a demanda de entendimento da particularidade do EAD e o uso das TICs, associando tais discussões à totalidade social e à dinâmica dos processos de restauração da hegemonia burguesa. A acumulação e valorização do capital na nova divisão internacional do trabalho exigem criar meios e práticas que permitam ampliar a rentabilidade das empresas capitalistas, ao tempo em que necessitam legitimar politicamente suas ações.

As estratégias de desvalorização da força de trabalho, de geração de força de trabalho excedente, e de retirada de direitos não são, portanto, incompatíveis com a introdução / massificação das novas tecnologias educacionais. Nos países de economia dependente elas

adquirem uma funcionalidade e uma dimensão objetiva e subjetiva, porque são remetidas a problemas estruturais e conjunturais dessas economias. Ao renovar as promessas de, pela educação, resolver problemáticas como as da desigualdade, da pobreza, do desenvolvimento, da escolarização, as empresas de educação oferecem, a baixo custo, o horizonte possível de formação às classes trabalhadoras, com forte exaltação a apelos subjetivistas e imediatistas.

As reflexões apresentadas neste artigo não elidem o inarredável reconhecimento dos avanços teórico-metodológicos, ético-políticos e prático-operativos que o Serviço Social logrou nesses anos de renovação histórico-crítica e teórica, inspirada na teoria social de Marx e reforçada pelas representações políticas da categoria profissional para garantir a direção social estratégica da profissão.<sup>13</sup> Somente com esse arsenal é possível pensar a dinâmica da realidade, seu movimento e as tendências que se apresentam à conjuntura neste tempo presente. E, certamente, só assim o EAD, na sua relação com as TICs, pode ser problematizado e particularizado, porque sob a aparência de inovação e de um processo tendencialmente global, ocultam-se as concepções teórico-políticas e formativas que conformam novos modos de ser e viver das classes trabalhadoras.

Artigo submetido em 03/09/2018

Aceito para publicação em 09/01/2019

## Referências

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

AMARAL, A. S. A qualificação profissional na perspectiva do Serviço Social: nota crítica. **Em Pauta**, n. 30, v. 10, p. 61-81, 2012.

BARRETO, R. G. Discursos sobre a inclusão digital. **Educação**, v. 38, n. 3, p. 319-328, set-dez./2015.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

---

13 Questão amplamente trabalhada no artigo: Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (orgs.) **Cenários, contradições e peijas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI. Tese de doutorado em Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, UFRJ, 2011.

CHAVES, V. L., AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil: o ProUni e o Fies como financiadores do setor privado. **Educação em Revista**, v. 32, n. 04, 2016.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** São Paulo: Autores Associados, 2008.

DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista**. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010a.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

INEP. Censo da educação superior. 2016. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em out. 2017.

LIMA, K. A política de educação superior a distância nos anos de neoliberalismo. **Perspectiva**, v. 29, n. 1, jan-jun./2011.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (orgs.) **Cenários, contradições e peijas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S.; PERUZZO, Juliane Feix. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

NASCIMENTO, A. F. **Educação a Distância e fetichismo tecnológico**: Estado e capital no projeto de ensino superior no Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. São Luis-MA: UFMA, 2011.

NETTO, J. P. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, J. P. O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro. **Intervenção Social**. Lisboa: Universidade Lusíada, n. 42/45, 2015.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabete et al. **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado:** da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PEREIRA, L. D. Análise comparativa entre expansão dos cursos de Serviço Social EAD e presenciais. **Temporalis**. Ano 14, n. 27, p.181-202, jan./jun.2014.

SAVIANI, D. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SCHAFF, A. **A sociedade informática.** Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes, 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, A. I. C. **Os ideários dos egressos da formação profissional em Serviço Social no ensino a distância.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Recife-PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

SILVEIRA JÚNIOR, A. A. Serviço Social e construção da hegemonia dominante. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (Orgs.) **Cenários, contradições e pejejas do Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2016.

TAVARES, P. H. de S. **Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado:** mercantilização de novo tipo? Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

---

# SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

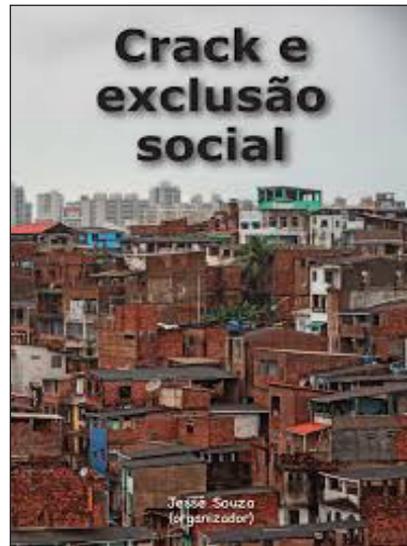
---

## Crack e exclusão social

Crack and social exclusion

SOUZA, Jessé (Org.). *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016. 360 p.

João Boechat<sup>1</sup>



---

1 Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF); mestre em Sociologia Política pela UENF; especialista em Ciências da Religião pelo Instituto ProMinas; bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Sul-Americana; bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes. Assistente de Ensino na UENF, professor da Faculdade Batista do Estado do Rio de Janeiro (FABERJ); professor de Teoria das Relações Internacionais e Organizações Internacionais da Universidade Cândido Mendes.

## Introdução

Desde o começo de seus estudos sobre desigualdade social, marcado pela publicação do livro *A modernização seletiva: uma reinterpretção do dilema brasileiro*. Brasília: UNB, 2000, Jessé Souza tem investido na tipificação e desenvolvimento analítico das classes sociais. Estes estudos resultaram em dois livros, em que não apenas se conceituam e se tipificam duas distintas classes, como também se apresentam entrevistas qualitativas a fim de compreender as reais demandas e estratégias de solução para suas necessidades em uma sociedade não preparada para as mesmas. São as obras *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009, e *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010. Desta forma, Jessé objetiva, primeiramente, criticar a compreensão atual a respeito das classes sociais e, conseqüentemente, da desigualdade social, como também instituir uma nova forma de análise a respeito destas.

A implementação do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas (2010), por parte do Governo Federal, e a instituição do *Programa Crack, é possível vencer*, trouxe consigo a necessidade de informações científicas atualizadas sobre o tema. Para atingir este objetivo, a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (Senad), do Ministério da Justiça, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) firmaram parceria para desenvolvimento do projeto *A gênese social do crack*.<sup>2</sup> Tal projeto organizou-se em uma série de pesquisas qualitativas com usuários e agentes institucionais, objetivando investigar a relação entre o uso do crack e processos de exclusão e desqualificação social em diferentes esferas, além de avaliar os mecanismos institucionais capazes de transformar tal realidade.

O livro *Crack e a exclusão social* surge, assim, como a conclusão desse estudo nacional, que almejou o incremento das políticas públicas sobre drogas, com enfoque direcionado às demandas específicas

---

2 BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro; BERTONI, Neilane (Orgs.). *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?* Rio de Janeiro: ICICT, 2014.

para a questão emergente do crack, especialmente por serviços de cuidado e saúde, convergindo e integrando esforços intersetoriais do Governo, em suas três esferas federativas e da sociedade, em uma perspectiva de responsabilidade compartilhada.

## **Classe social e trajetórias de vida**

A primeira parte do livro, composta por 7 capítulos, realiza análises teóricas baseadas na sociologia weberiana e bourdieusiana, bem como a análise de diversas entrevistas a fim de compreender as trajetórias de vida e as relações com as demais esferas sociais dos usuários de crack.

Nos primeiros dois capítulos, “A doença da humilhação” e “A miséria moral da ralé”, o professor Jessé Souza e Andressa Lima analisam a situação do usuário de crack, afirmando que a prisão do vício não se encontra apenas no abuso da substância *per se*, mas no abandono afetivo e social sofrido por este indivíduo. Desta forma, este abandono amplifica a busca pela satisfação imediata trazida pelo uso do crack. Os usuários são, assim, desclassificados sociais que compartilham, com os demais desclassificados, a incapacidade de formular e planejar futuros, e a busca desesperada por fugir da realidade intragável só aumenta esta exclusão e desclassificação.

Já no terceiro capítulo, “Abandonados anônimos”, Lucas Ramos discute a origem social do consumidor de crack, utilizando, para isso, entrevistas profundas com usuários. Ramos observa o impacto do abandono social e a falta de instituições sociais, tais como família, escola e a presença do Estado, no vício do crack.

A seguir, no quarto capítulo, “O uso problemático do crack e classe média”, Mariana Garcia analisa, utilizando pesquisa empírica, como a diferença de classe pode ser decisiva no destino e nas consequências do consumo problemático do crack. Ela demonstra que o indivíduo de classe média tem acesso a estratégias, casas afastadas, clubes e automóveis, que possibilitam a manutenção do uso da droga em segredo. Ademais, o consumo esporádico dos indi-

víduos de classe média é controlado e protegido pelos pais com diversas estratégias enquanto este uso não prejudica as demais tarefas, contando com distintas instituições para combater o uso, caso este se torne problemático.

No quinto capítulo, “O crack em uma comunidade rural”, Filipe Coutinho e Ricardo Visser discorrem sobre a formação de um padrão de consumo do crack, a saber, a relatividade do uso da droga, onde não são exibidos sinais evidentes do uso patológico da droga, nem da deterioração da condição social decorrente deste. Através da análise de vida de um pescador usuário, os sociólogos concluem que a inserção do usuário em esferas de reconhecimento centrais na sociedade, como família, religião e trabalho, permite ao indivíduo um uso controlado da droga, apontando a relevância deste conjunto de socializações como impedimento do uso patológico.

No penúltimo capítulo da primeira parte, “O crack e a rua”, Marcelo Mayora busca analisar “os mais pobres entre os pobres”, isto é, os desclassificados sociais que moram na rua. Por meio da pesquisa realizada em Porto Alegre, Mayora trata o consumo de crack dos moradores de rua, relacionando a relação do uso patológico da droga com a reprodução da vida precária no ambiente urbano.

Por fim, o sétimo capítulo da primeira parte, “Por uma psicopatossociologia das experiências dos usuários de drogas nas cracolândias/cenas de uso do Brasil”, Guilherme Messas, Laura Vitucci, Leon Garcia, Roberto Dutra e Jessé Souza discutem a hipótese que a origem de classe dos marginalizados brasileiros pode contribuir para a maior vulnerabilidade ao efeito destemporizador do crack. Sem os apoios básicos das instituições sociais, tais como família, escola e trabalho, os usuários procuram no crack o fator de coesão para a temporalização de sua biografia.

### **Instituições sociais e trajetórias de vida**

A segunda parte do livro, capítulo 8 ao 14, objetiva investigar o papel das instituições para a construção social e para a identidade pessoal dos usuários.

No capítulo 8, “A construção social da condição da pessoa: premissas para romper o círculo vicioso de exclusão e uso problemático do crack”, os sociólogos Brand Arenari e Roberto Dutra averiguam, de forma geral, a capacidade das instituições em reverter a trajetória de exclusão social, desvinculação institucional e acumulação de descrédito social causadas pelo uso abusivo do crack. Os sociólogos afirmam que as instituições sociais podem, dependendo do tipo de atividade realizada, produzir a condição de pessoa em indivíduos destituídos desta condição em outros contextos socioinstitucionais.

Partindo desta análise geral, estes mesmos sociólogos, no capítulo 9, aprofundam a análise do papel das instituições religiosas no tratamento dos usuários que fazem uso abusivo do crack, demonstrando a necessidade de se criar perspectivas de futuros “imediatos” e, também, “longos”. Para isso, criticam a noção religiosa perpetuada pelo pensamento iluminista predominante até o início do século XX, analisam o papel das instituições religiosas na incorporação de indivíduos que possuem um alto grau de desvinculação social e, por fim, analisam empiricamente uma organização religiosa que atua na recuperação de usuários de crack.

O capítulo seguinte, o 10, “Crack: doença e família na lógica da ajuda mútua”, é realizado a partir de uma pesquisa ocorrida em um espaço social formado por salas de ajuda e comunidades terapêuticas para indivíduos designados como “dependentes químicos”. Assim, Rosa Melo investiga a ética que conduz a ação de um novo estilo de vida do indivíduo participante do processo de recuperação, avaliando o conjunto de valores e práticas derivadas da regulação moral, ou seja, de um sistema formulador de comportamento.

No capítulo 11, “Pânico social e animalização do usuário: o crack na *Folha de S. Paulo*”, Maria Rocha e José da Silva analisam as diferentes formas assumidas pela animalização dos usuários de crack na cobertura do jornal *Folha de S. Paulo*. Para isso, observou-se como a hierarquia valorativa na sociedade brasileira desumaniza os usuários de crack, retirando deles a condição de pessoa.

A seguir, em “Crack, a noia da mídia”, Igor Rodrigues examina a relação entre produção midiática e as estruturas de poder, crendo

que há uma indissociabilidade entre a produção do discurso midiático e o contexto político social. Desta forma, Rodrigues verifica a criação midiática de uma “máscara” para a representação de um indivíduo tido como “bode expiatório” e culpado dos problemas sociais, aliada à justificativa ideológica para a legitimação da desigualdade e da meritocracia.

Na sequência, no capítulo 13, “O poder discricionário dos agentes institucionais que lidam com usuários de crack: invisibilidade de classe e estigma de gênero”, Roberto Dutra e Vanessa Henriques investigam como os agentes institucionais de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPESad) impossibilitam a transformação da condição social dos usuários de crack através do tratamento exercido.

Por fim, no capítulo 14, “Orientações para a política pública”, os sociólogos Brand Arenari e Roberto Dutra propõem uma série de diagnósticos e propostas iniciais de desdobramentos práticos relacionados às pesquisas exibidas neste livro. Assim, apresentam uma tipologia entre agentes religiosos e agentes laicos, uma proposição inicial de um modelo de ação do Estado para a recuperação de indivíduos baseado em políticas de longo prazo e, por fim, uma discussão do elemento “classe social” e sua relação com os indivíduos com históricos de uso abusivo do crack.

### **Considerações finais**

O livro *Crack e exclusão social* toma forma a partir do estudo e desenvolvimento da desigualdade social e de seus efeitos excludentes e punitivos, a fim de analisar como a exclusão social influencia diretamente no consumo patológico da substância, bem como as instituições sociais atuam (ou não) para a redução de danos e ressocialização destes indivíduos.

É válido destacar que importantes estudos sobre os usuários de crack foram desenvolvidos no Brasil, nas últimas décadas, a destacar-

se o do professor Uchôa<sup>3</sup> (1996) e de Silveira Filho<sup>4</sup> (1991). Todavia, estas pesquisas, como as demais sobre o tema, fixaram-se em desenvolver o perfil dos usuários de crack, ou apontar os tratamentos para usuários. Faltava, portanto, uma pesquisa de impacto nacional que levantasse, além do perfil, as práticas e comportamentos dos usuários, bem como as instituições atuantes na vida destes indivíduos e seus efeitos para a ressocialização destes.

*Crack e exclusão social* apresenta uma série de análises teóricas sobre desigualdade social e a condição dos excluídos socialmente, bem como um conjunto de entrevistas qualitativas que demonstram não apenas a trajetória dos usuários de crack, mas as instituições sociais que influenciam, por um lado o estigma e a exclusão dos usuários e, por outro, fundamentam as estratégias pessoais para inclusão social e melhorias de condições de vida.

A pesquisa, coordenada pelo professor Jessé Souza, e encabeçada por importantes nomes da sociologia nacional, produz uma análise qualitativa da vida social e institucional dos usuários afetados por processos de exclusão e desclassificação social, objetivando auxiliar o Estado e os indivíduos a conhecerem melhor o perfil das classes populares, a fim de combater não apenas o problema de saúde isolado, mas das condições sociais que constituem este problema.

Artigo submetido em 28/05/2018

Aceito para publicação em 12/12/2018

---

3 Uchôa, M. A. *Crack: o caminho das pedras*. São Paulo: Ática; 1996.

4 Silveira Filho, D.; César A. C. Perfil de usuários de drogas: caracterização dos pacientes atendidos no ambulatório do PROAD/EPM em 1989. *Revista ABP-APAL*, 1991; n. 13, p. 39-42.

---

# SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

---

## Desafios do envelhecimento ativo e ao desfinanciamento da seguridade social no Brasil

Challenges of Active Aging in the face of the Restructuring and  
the de-financing of Social Security in Brazil

Albamaría Paulino de Campos Abigail

**Curso:** Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado)

**Data da Defesa:** 15/02/2019

**Orientadora:** Potyara Amazoneida Pereira Pereira

**Palavras-chave:** envelhecimento; envelhecimento ativo; crise estrutural do capital; seguridade social; contrarreformas neoliberais e neoconservadoras.

**Keywords:** aging; active aging; structural capital crisis; social security; neo-liberal and neo-conservative counter-reforms.

O presente estudo trata do processo de envelhecimento e do paradigma do *envelhecimento ativo*, no contexto da crise estrutural do capital e da reestruturação e (des)financiamento do Sistema de Seguridade Social brasileiro. Busca desmistificar a prevalência do enfoque biológico sobre o envelhecimento e, portanto, de uma visão descontextualizada dos conflitos

de classes, decorrentes da relação entre capital e trabalho, para dar vez aos determinantes econômicos, sociais e políticos desse processo. Com base nesta perspectiva de análise, de caráter relacional e dialético, foi possível apreender as múltiplas determinações responsáveis pela forma heterogênea de envelhecer em sociedades de classes e tematizar a validade da aplicação genérica das normativas internacionais sobre o *envelhecimento ativo* em territorialidades nacionais diversificadas. Na realidade brasileira contemporânea o estudo centrou-se nas implicações do golpe parlamentar-judicial-midiático, de 2016, do acirramento da agenda neoliberal, do desmonte das políticas de Seguridade Social (saúde, previdência e assistência), da indevida apropriação do Fundo Público e das contrarreformas, incluindo a trabalhista em curso, para a viabilidade de um envelhecimento ativo e saudável, inferindo que: o maior violador de direitos da pessoa idosa é o Estado; e que, na atualidade, não se discute um Projeto Político Emancipatório para velhos, e jovens, capaz de corresponder, por inteiro, ao chamado bônus demográfico, que se iniciou no Brasil em 2017 e abre uma janela de oportunidades para a população em idade ativa contribuir de forma mais intensa com o crescimento do país. Verificou-se ainda o acirramento da agenda neoliberal e neoconservadora em andamento, refletidas, entre outras medidas, na transferência da Previdência Social e do INSS para o Ministério da Economia, na extinção do Ministério do Trabalho, e a não revogação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, reafirmando-se, desse modo, a prioridade do compromisso do Fundo Público com o capital portador de juros. Por fim, aponta a tendência das contrarreformas que compromete e inviabiliza o usufruto do envelhecimento ativo pelas presentes e futuras gerações da classe trabalhadora porque a burguesia sempre teve seu bem-estar assegurado. Em vista dessa tendência, faz-se coro com representantes de organizações não governamentais, dos idosos de toda a América Latina e Caribe, incluindo os brasileiros presentes à Reunião Regional da Sociedade Civil sobre Envelhecimento, Madrid+15- Direitos Humanos dos Idosos, – realizada em Ypacarai, Paraguai, em 2017, em seu pleito por inversão de pautas governamentais, nas quais os direitos humanos tenham precedência sobre a economia.

*The present study deals with the aging process and the active aging paradigm, in the context of the structural capital crisis and the restructuring and (dis)financing of the Brazilian Social Security System. It seeks to demystify the prevalence of the biological approach to aging and, therefore, a decontextualized view of class conflicts, arising from the relation between capital and labor, to give the economic, social and political determinants of this process. Based on this analytical, relational and dialectical perspective, it was possible to grasp the multiple determinations responsible for the heterogeneous form of aging in class societies and to discuss the validity of the generic application of international norms on active aging in diverse*

*national territories. In contemporary Brazilian reality, the study focused on the implications of the 2016 parliamentary-judicial-mediatic coup, the intensification of the neoliberal agenda, the dismantling of Social Security policies (health, pension and welfare), the misappropriation of the Public Fund and of the current labor counter-reforms, for the viability of an active and healthy aging, inferring that: the greatest rights violator is the State; and that, currently, there is no discussion about an Emancipatory Political Project for old and young people, capable of fully responding to the so-called demographic bonus, which began in Brazil in 2017 and opens a window of opportunities for the working-age population contribute more strongly to the country's growth. The neoliberal and neoconservative agenda underway were also intensified, reflected in, among other measures, the transfer of Social Security and INSS to the Ministry of Economy, the extinction of the Ministry of Labor, and the non-repeal of Constitutional Amendment No. 95 of 2016, thereby reaffirming the priority of the commitment of the Public Fund to the capital bearing interest. Finally, it points out the trend of counter-reforms that compromise and make unfeasible the enjoyment of active aging by the present and future generations of the working class because the bourgeoisie has always had its well-being assured. In view of this trend, it stands behind non-governmental organizations, elderly people from all Latin America and the Caribbean, including Brazilians attending the Regional Meeting of the Civil Society on Aging, Madrid + 15-Human Rights of the Elderly, in Ypacarai, Paraguay, in 2017, in their plea for reversing government guidelines, in which human rights take precedence over the economy.*

---

## **Política Nacional do Idoso: uma análise sobre os mecanismos de controle democrático**

**National Policy on the Elderly: an analysis about the mechanisms  
of democratic control**

Melina Sampaio de Ramos Barros

**Curso:** Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado)

**Data da Defesa:** 19/02/2019

**Orientadora:** Angela Vieira Neves

**Palavras-chave:** democracia; controle democrático; Política Nacional do Idoso; Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

**Keywords:** democracy; democratic control; National Policy on the Elderly; National Council for the Rights of the Elderly; National Conferences on the Rights of the Elderly.

A presente dissertação de mestrado teve como objeto de estudo a relação entre os mecanismos institucionalizados de controle democrático da Política Nacional do Idoso (PNI), do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI) e das Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI), e a incidência deles na agenda política. O trabalho buscou analisar o caráter democrático desses mecanismos para analisar a incidência dessas esferas na formação da agenda política do Estado. O CNDI e as CNDPI têm papel fundamental no que diz respeito à defesa dos direitos das pessoas idosas, uma vez que têm como base fundamental o potencial de democratizar as decisões referentes à elaboração, monitoramento e gestão pública da PNI com legitimidade e participação da sociedade. Eles se tornam espaços estratégicos se pensados enquanto instâncias com poder decisório e avaliativo que buscam defender e promover os direitos das pessoas idosas na agenda das políticas públicas e contribuir para a criação de uma cultura política mais democrática. A análise teve como direcionamento o método materialista histórico dialético e a análise qualitativa dos dados com o uso da pesquisa documental e de campo com entrevistas semiestruturadas. Com o intuito de apresentar a base teórica necessária para a discussão, o trabalho explanou os dilemas da democracia no capitalismo e a configuração de Estado e sociedade civil, assim como a formação social brasileira, cultura política e histórico da construção do controle democrático. Foi realizado um resgate histórico da construção da PNI e das políticas voltadas para a pessoa idosa, mostrando a relação com as lutas sociais para esse alcance. Por fim, a análise do CNDI e das CNDPI, durante as gestões 2014-2016 e 2016-2018, demonstrou a fragilidade institucional desses mecanismos, que possuem pouco alcance dentro da rede de atuação do Estado, a secundarização da temática da pessoa idosa na agenda pública e a reafirmação da cultura política tradicional baseada no autoritarismo. Entretanto, concluiu-se que os desafios não devem impedir a utilização estratégica e criativa dos mecanismos institucionais de controle democrático como horizonte da democratização.

*The present master's degree dissertation aims to analyse the relationship between the institutionalized mechanisms for democratic control of National Policy on the Elderly (PNI), the National Council for the Rights of the Elderly Person (CNDI) and the National Conferences on the Rights*

*of the Elderly Person (CNDPI), and their impact on the political agenda. It aims to analyze the democratic nature of these mechanisms to detect the incidence of these spheres in the formation of the political agenda of the State. The CNDI and the CNDPI play a fundamental role on the defence of the rights of elderly person, since they have potential to democratize the decisions regarding the elaboration, monitoring and public management of PNI with the legitimacy and participation of society. They become strategic spaces if considered as decision-making that seek to defend and promote the rights of the elderly in the public policy agenda and contribute to the creation of a more democratic political culture. The analysis was directed by the dialectical historical materialist method and the qualitative research with the use of documentary search and field research with semi-structured interviews. In order to present the theoretical basis for the discussion, the paper explores the dilemmas of democracy in capitalism and the configuration of the state and civil society, as well as the Brazilian social formation, political and historical culture of the construction of democratic control. A historical rescue of the construction of the PNI and the policies directed to the elderly is carried out, showing the relation with the social struggles for this reach. Finally, the analysis of the CNDI and the CNDPI, during the 2014-2016 and 2016-2018 managements, demonstrated the institutional fragility of these mechanisms, which have little reach within the State's network of activities, secondarily the subject of the elderly in the agenda and the reaffirmation of traditional political culture based on authoritarianism. However, it was concluded that the challenges should not prevent the strategic and creative use of institutional mechanisms of democratic control as a horizon of democratization.*

---

## **América Latina em perspectiva: tendências da ativação para o trabalho no capitalismo periférico**

**Latin America in perspective: trends of activation  
for work in peripheral capitalism**

Guizela Eleonora Lima Mollhoff

**Curso:** Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado)

**Data da Defesa:** 22 de fevereiro de 2019.

**Orientadora:** Sandra Oliveira Teixeira

**Palavras-chave:** América Latina; centro-periferia; crise; neoliberalismo-neoconservadorismo; políticas de ativação para o trabalho.

**Keywords:** Latin America; center-periphery; crisis; neoliberalism-neoconservatism; activation to work policies.

Esta dissertação trata-se de um estudo sobre as políticas de ativação para o trabalho que estão em vigor atualmente nos países latino-americanos e que têm sido implantadas como parte das orientações dos organismos internacionais em resposta aos problemas sociais agravados com a crise estrutural do capital, iniciada em 1968. O objetivo geral foi caracterizar as tendências contemporâneas das políticas de ativação para o trabalho na região latino- americana. Para lograr esse objetivo a pesquisa focou nas políticas e programas que estavam em vigor no período entre 2017 e 2018. Para tanto, partindo da relação de um contínuo desenvolvimento desigual e combinado entre as distintas formações sociais do globo investigou-se a consolidação da região latino-americana como uma região periférica e dependente. Percorrendo desde o período colonial até a fase capitalista do “novo”- imperialismo se estruturaram os aspectos mais perversos de uma ininterrupta subordinação aos centros da economia mundial que condiciona a região a conviver com a cronificação da pobreza, da desigualdade social e do desemprego. Ao analisar 15 países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e

Paraguai) foram mapeados 53 programas de ativação para o trabalho e as seguintes tendências: a) os programas de ativação para o trabalho estão direcionados principalmente a população em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade, que compõe a extensa força de trabalho que não é absorvida no mercado formal de trabalho; b) a principal estratégia utilizada para “ativar” é a Capacitação dos indivíduos; c) os programas em vigor possuem como principal motivação ou intencionalidade política evitar a dependência das populações pobres das prestações do Estado ao mesmo tempo em que visa combater o desestímulo ao trabalho que supostamente essas prestações geram; d) possuem baixa cobertura da população e forte responsabilização individual; e) e são programas implantados pelo Estado neoliberal e neoconservador como uma estratégia de gestão da força de trabalho supérflua que está em permanente condição de não inserção no mercado de trabalho formal.

*This dissertation it is a research about activation policies to work that are currently in force in Latin American countries and that also have been implemented as part of international organizations’ guidelines in response*

*to social problems intensified by the capital structural crisis initiated in 1968. The main goal of this job was to characterizes the contemporary patterns of activation policies to work in Latin America. To attain this goal, the research focused on policies and programs that were in force between 2017 and 2018. Therefore, starting from the idea of a relation of an unequal and combined ongoing development among the different social formations of the globe, it was investigated the consolidation of Latin America region as peripheral and dependent region. Covering from the colonial period to the capitalist phase of “new imperialism”, it is observed that the cruelest aspects of a continuous subordination to the global economy centers, what determines the region to live with the chronification of poverty, social inequality and unemployment. In analyzing fifteen Latin American countries, which are: Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, Costa Rica, El Salvador, Ecuador, Guatemala, Honduras, Mexico, Panama, Paraguay, Peru and Uruguay. It were mapped fifty-three activation to work programs and the following patterns: a) the activation programs to work are mainly directed to the population in situation of poverty and/or vulnerability, and that composes extensive work force which it is not absorbed by the formal labor market; b) the main strategy used to “activate” it is the capacitation of individuals; c) the programs currently in force have as their main political motivation or intentionality to avoid the poor population dependency of the State’s installments, at the same time that aims to fight the discouragement to work that these installments supposedly generate; d) these programs have a low covering of the population and also have a strong accountability of the individual; e) the programs are implemented by the neoliberal and neoconservative State as a strategy to manage the superfluous work force, which are in a permanent condition of non-insertion in the formal labor market.*

---

## **O paradoxo entre o envelhecimento, a contrarreforma da previdência social e a emancipação política da pessoa idosa**

The paradox between aging, the counter-reform of social security and the political emancipation of the elderly

Thayane Duarte Queiroz

**Curso:** Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado)

**Data da defesa:** 25/02/2019

**Orientadora:** Maria Lucia Lopes da Silva

**Palavras-chave:** previdência social; envelhecimento populacional; emancipação política; contrarreforma.

**Keywords:** social security; population-ageing; political emancipation; counter reformation

Esta dissertação examina, as medidas de contrarreforma na previdência social – RGPS, entre os períodos de 2014 a 2017 referentes aos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, e suas incidências na emancipação política da pessoa idosa no Brasil. Argumenta-se que as medidas da contrarreforma na previdência social, propostas e efetivadas após a Constituição Federal de 1988, objetivam legitimar as proposições auferidas pelo projeto neoliberal de minimização da previdência social pública e maximização dos incentivos ao mercado financeiro: por meio da expansão dos fundos de pensão, previdência privada, crédito consignado, entre outros. Há um direcionamento por parte desses grupos que monopolizam a atividade política no sentido de fazer com que o Estado atue de forma mínima no âmbito social, responsabilizando os sujeitos e a sociedade pelo trato das expressões da questão social. Nesse panorama, o envelhecimento populacional tem sido uma das principais justificativas para as medidas de contrarreforma no sistema de seguridade social, em especial na política de previdência social, penalizando a população idosa por meio de medidas que restringem o acesso aos benefícios de aposentadoria e pensão por morte. Só em 2015, segundo IBGE (2018), cerca de 75,5% da população idosa recebia algum tipo de benefício previdenciário, representando parte fundamental da renda que garante a subsistências desses sujeitos. Considera-se que o Brasil tem vivenciado um período de distanciamento da emancipação política, por meio da neoliberalização do Estado e do avanço do conservadorismo elevado a níveis cada vez mais extremos, que se pautam por medidas de enxugamento das políticas sociais. Portanto, diante do avanço do projeto neoliberal no Brasil, verifica-se que a política de previdência social é um instrumento importante de luta em prol do aprofundamento da emancipação política da população idosa. Esse processo está condicionado à luta de classes e a uma correlação de forças que possibilite, dentre outros determinantes, o aprofundamento das medidas direcionadas para o fortalecimento e universalização do sistema de seguridade social e a reconfiguração do Estado a partir de medidas direcionadas para a ampliação da democracia.

*This dissertation examines measures of counterreform in social security – RGPS, between the periods of 2014 to 2017 in the benefits of retirement and death pension, and its incidence in the political emancipation of the elderly in Brazil. It is argued that the measures of counter-reform in social security, proposed and carried out after the Federal Constitution of 1988, aim to legitimize the proposals made by the neoliberal project to minimize public social security and maximize incentives to the financial market: through the expansion of funds pension, private pension, payroll deductible loans, among others. There is a direction for the State to act in a minimal way in the social sphere, making individuals and society responsible for dealing with the expressions of the social question. In this context, population aging has been one of the main justifications for counter-reform measures in the social security system, especially in the social security policy, penalizing the elderly population through measures that restrict access to retirement benefits and pensions by death. Only in 2015, according to IBGE (2018), about 75.5% of the elderly population received some type of social security benefit, representing a fundamental part for maintenance and subsistence of these subjects. It is considered that Brazil has experienced a period of estrangement from political emancipation, through the neoliberalization of the State and the advance of extreme conservatism, which are based on measures to reduce social policies. Therefore, in view of the advance of the neoliberal project in Brazil, it is verified that the social security policy is an important instrument of struggle for the deepening of the political emancipation of the elderly population. This process is conditioned to the class struggle and a correlation of forces that, among other determinants, makes possible the deepening of the measures directed towards the strengthening and universalization of the social security system and the reconfiguration of the State, based on measures directed at the expansion of democracy.*

---

## **Contribuições de Karl Marx para a crítica dos direitos no capitalismo**

**Contributions of Karl Marx to the critique of rights in capitalismo**

Bruno de Oliveira Elias

**Curso:** Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado)

**Data de Defesa:** 26/02/2019

**Orientadora:** Maria Lucia Lopes da Silva

**Palavras-chave** (português): Karl Marx; marxismo; direitos; capitalismo.

**Keywords:** Karl Marx; marxism; rights; capitalism.

A presente dissertação de mestrado tem como objeto as contribuições teóricas e políticas de Karl Marx (1818-1883) para a crítica dos direitos no capitalismo. Como o autor não dedicou nenhum texto especificamente a este tema, a pesquisa percorreu cronologicamente algumas de suas principais obras. Desde a sua atividade jornalística durante a juventude, é possível identificar contribuições de Marx à defesa dos direitos e liberdades democráticas contra a autocracia prussiana. A questão dos direitos também comparece em sua crítica dos “direitos do homem e do cidadão” presentes nas declarações de direitos francesa, relacionando-os aos limites da emancipação política no capitalismo. No processo de revisão crítica do idealismo filosófico alemão e de elaboração de sua dialética materialista, Marx situa a questão do Estado e dos direitos no complexo superestrutural que expressa as condições materiais de existência da sociedade. A aplicação do método do materialismo histórico e dialético a episódios históricos concretos durante as revoluções de 1848 permite a Marx uma compreensão mais ampla do lugar das formas política e jurídica na sociedade burguesa. Outra contribuição decisiva dada ao longo de toda a vida de Marx diz respeito à formulação das plataformas de reivindicações e programas do movimento operário. Em muitas destas a centralidade da luta do proletariado pelo poder político era acompanhada de importantes reivindicações de direitos. Finalmente, sua elaboração acerca dos direitos no capitalismo articula-se com sua crítica da economia política e a perspectiva de superação do capitalismo. Na sociedade burguesa, a forma política e jurídica expressas pelo Estado e pelo direito necessárias às relações mercantis de troca do capitalismo, na medida em que a compra e venda da força de trabalho não podem prescindir das noções de liberdade e igualdade jurídica garantida pelo Estado. Na perspectiva de uma transição para uma sociedade comunista, Marx advogava a dissolução da existência do Estado e do direito como formas históricas de dominação de classe.

*This dissertation aims at the theoretical and political contributions of Karl Marx (1818-1883) to the critique of rights in capitalism. As the author did not dedicate any text specifically to this theme, the research chronologically ran through some of his major works. From his journalistic activity during his youth, it is possible to identify Marx's contributions to the defense of democratic rights and freedoms against Prussian autocracy. The issue of rights also appears in his critique of the “rights of man and citizen” present in French declarations of rights, relating them to the limits of political*

*emancipation in capitalism. In the process of critical revision of German philosophical idealism and the elaboration of his materialist dialectic, Marx places the question of state and rights in the superstructural complex that expresses the material conditions of society's existence. The application of the method of historical and dialectical materialism to concrete historical episodes during the revolutions of 1848 allows Marx a broader understanding of the place of political and juridical forms in bourgeois society. Another decisive contribution throughout Marx's life concerns the formulation of the platforms of demands and programs of the labor movement. In many of these the centrality of the proletarian struggle for political power was accompanied by important rights claims. Finally, his elaboration of rights in capitalism is articulated with his critique of political economy and the perspective of overcoming capitalism. In bourgeois society, the political and juridical form expressed by the State and by the law necessary for the mercantile relations of exchange of capitalism, inasmuch as the purchase and sale of the labor force can not dispense with the notions of freedom and legal equality guaranteed by the State. In the perspective of a transition to a communist society, Marx advocated the dissolution of the existence of state and law as historical forms of class domination.*

---

## **A categoria bancária nas perspectivas de gênero e raça**

**The bank's workers in gender and race perspectives**

Anabele Cristina Silva

**Curso:** Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado)

**Data da Defesa:** 18/03/2019

**Orientadora:** Nair Heloísa Bicalho de Sousa

**Palavras-chave:** trabalho; gênero; raça; discriminação; categoria bancária; meritocracia; política social.

**Keywords:** labour; gender; race; discrimination; bank's workers; meritocracy; social policy.

Esta pesquisa traz uma análise das categorias de gênero e raça nos “Censos da Diversidade” de 2008 e 2014 da FEBRABAN realizados junto aos trabalhadores bancários(as) brasileiros(as), tendo em vista conhecer as discriminações existentes na contratação, na ascensão profissional e no

cotidiano dos locais de trabalho e a ideologia meritocrática adotada pela gestão dos bancos. Nessas experiências, foram aferidos dados relacionados ao gênero, raça, pessoas com deficiências e sobre a diversidade sexual entre essa categoria. A partir dos censos, foi possível chegar a conclusões que demonstraram uma face cruel de discriminação e desrespeito aos direitos humanos no tocante à igualdade. Esta pesquisa utiliza-se ainda de vastas ações e publicações sobre os temas oriundas dos órgãos de representação desses trabalhadores em todo o Brasil. Todo este debate é antecedido por uma discussão relativa à centralidade do trabalho no capitalismo, as reestruturações produtivas encampadas nas últimas décadas e a configuração específica do trabalho bancário neste cenário. Há também a discussão acerca das políticas sociais e de suas possibilidades de oferecer respostas aos processos discriminatórios nos locais de trabalho.

*This research brings an analysis concerning gender and race categories in two specific surveys called “Censos da Diversidade” applied at 2008 and 2014 by FEBRABAN among the bank’s workers throughout Brazil. The aim was to assess data concerning discrimination about hiring, wages and career advancement and into the work place beyond the meritocracy ideology adopted for the bank’s management. In that experience, was measured data related with gender, race, people with disabilities and sexual diversity into the bank. From the censos’s data was possible demonstrated a cruel face of discrimination and human rights abuses, speciality concerning equality. This survey is made from many actions and researches from trade unions in Brazil. Before this long debate, there is a discussion related with the labour main role in capitalism and restructuring productive in the last decades and the real configuration of bank work in this scene. There is also a discussion concerning social policies with regard the possibility of them to offer answers to overcome discriminatory procedures in the work place.*

---

## O trabalho temporário no serviço público

Temporary work in the public service

Eduardo Augusto Rodrigues Barros

**Curso:** Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado)

**Data da Defesa:** 22/03/2019.

**Orientador:** Reginaldo Ghiraldelli

**Palavras-chaves:** trabalho; trabalho temporário; Estado; serviço público; medidas socioeducativas.

**Keyword:** work; temporary job; public service; state; social-educational measures.

O objetivo desta dissertação é analisar o trabalho temporário no serviço público na carreira socioeducativa do Distrito Federal. Para tanto, o trabalho temporário foi situado em seu contexto histórico, considerando as suas múltiplas dimensões e determinações no desenvolvimento da produção capitalista. Desta forma, o trabalho temporário é uma condição existente no mundo e no Brasil, tanto no âmbito formal como informal; no setor privado urbano e rural; e no setor público, mas esta pesquisa privilegiou a realidade do serviço público no contexto da carreira socioeducativa do Distrito Federal. O trabalho temporário é visto nessa lógica como uma modalidade contratual que precariza as relações de trabalho no serviço público, principalmente porque enfraquece a noção do Estado Democrático de Direito, por meio do reforço de condutas morais que incentivam o clientelismo, o patrimonialismo, o corporativismo e o assédio moral. Essas condições ainda dividem e enfraquecem mais os trabalhadores da carreira socioeducativa. Para entender o trabalho temporário no serviço público, requereu entender a dinâmica do Estado capitalista e como ele organiza sua administração e a classe trabalhadora para os fins de manutenção da dominação, nessa dimensão que o trabalho temporário no serviço público é situado, permeado pelas relações de poder e pelas lutas de classes. Para tanto, esta pesquisa está embasada em uma perspectiva histórico crítica, com análise qualitativa por meio de revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas.

*The purpose of this dissertation is to analyze temporary work in the public service in the socioeducational career of the Federal District. For the study, the data in situ in their historical context, having the multiple dimensions and determinations in development of the capitalist production. In this way, temporary work is a pre-existing condition in the world and in Brazil, both in the formal and informal spheres; in the urban and rural private sector; and in the public in general, but this research privileged the reality of the public service in the context of the socio-educational career of the Federal District. Temporary work is seen in this logic as a contractual modality of labor relations as a public service, mainly because it is a notion of the Democratic Rule of Law, through the reinforcement of moral conduct that encourages clientelism, patrimonialism, corporatism and bullying. Companies still further divide and weaken socio-educational career workers. Opportunity for temporary work without public service, the need for a dynamic state of capital and the organization of its temporary function and the power*

*of permanence of the power of permanence, permeated by power relations and class struggles. Therefore, this research is based on a historical-critical perspective, with qualitative analysis through bibliographic review and semi-structured interviews.*

---

## **Sexualidade e “cidadania LGBT”: possibilidades e limites dos direitos no capitalismo**

**Sexuality and LGBT Citizenship: Possibilities and Limits of  
Rights in Capitalism**

Djonatan Kaic Ribeiro de Souza

**Curso:** Programa de Pós-Graduação em Política Social  
(Mestrado)

**Data da Defesa:** 20/03/2019

**Orientadora:** Ivanete Salete Boschetti

**Palavras-chave:** sexualidade, cidadania, cidadania LGBT, emancipação humana, emancipação política, direitos, capitalismo, LGBTT.

**Keywords:** sexuality, citizenship, LGBT citizenship, human emancipation, political emancipation, rights, capitalism, LGBTT.

O intuito dessa dissertação é discutir os fundamentos teóricos das relações entre Sexualidade, Capitalismo, Cidadania e Direitos, a fim de apreender os elementos sócio-históricos que ancoram a luta política por liberdade sexual e de gênero na contemporaneidade brasileira. O objeto de pesquisa delimitou a análise do sentido e natureza dos direitos e ações previstos no contexto do Programa “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual” (BSB) – implementado a partir de 2004. O trabalho problematiza a incapacidade do capitalismo em promover uma sociabilidade libertária, evidenciada a partir dos empecilhos e desafios postos à liberdade sexual e de gênero no contexto da “cidadania LGBT” e do Programa Brasil sem Homofobia. Para tanto, discutimos as bases legais formais dos direitos – Estado Social, Políticas Sociais, Cidadania, Igualdade – na sociedade capitalista e seus limites e possibilidades

expostos sob a necessidade respiratória do capitalismo em manter sua produção e reprodução social. Fundamentada nas categorias marxistas de Emancipação Humana e Política, a dissertação questiona o sentido e significado tanto da sexualidade, quanto dos direitos de cidadania na sociedade capitalista. A análise empreendida presume que a luta substantiva por liberdade sexual é uma luta no campo da emancipação humana, o que exigiu apreender na especificidade da relação entre sexualidade e capitalismo como se expressam e se materializam a opressão do capitalismo contra a população LGBT. Questiona-se aqui o *direito como projeto emancipatório*, a partir da compreensão de que os fundamentos desses direitos são pautados na diferença entre aquilo que é *direito do homem* – propriedade privada – e o *direito do cidadão* – a igualdade formal-legal, tratada por Marx n’A Questão Judaica. Para ilustrar os limites dos direitos na construção da “cidadania LGBT” no capitalismo, a pesquisa descortina um panorama das políticas sociais LGBT efetivadas no Brasil entre 2004 e 2015. Foram estudadas as condições sócio-políticas e teóricas que envolveram essas políticas, por meio da análise dos PPA’s do Governo Lula (2003 – 2007; 2008 – 2012) e do Governo Dilma (2012 – 2015); do Programa Brasil sem Homofobia; do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT; dos Relatórios de Gestão da Secretaria Especial de Direitos Humanos; e dos dados orçamentários das ações em Direitos Humanos LGBT através do SIOP.

*This dissertation’s purpose is to discuss the theoretical foundations around Sexuality, Capitalism, Citizenship and Legal Rights – and the relationship between them – in order to learn about social and historical elements that anchor the political fight for sexual and gender freedom in Brazilian contemporaneity. The theme served to delimitate an analysis of the meaning and nature behind the legal rights and effects allowed for in the context of the “Brasil sem Homofobia” Program – a Governmental Program Against Violence and Discrimination towards LGBT individuals for the Promotion of Homosexual Citizenship – implemented since 2004. Capitalism’s incapacity to promote a libertarian sociability is therefore put in doubt throughout the scope of this research. This incapacity is substantiated by the several challenges and difficulties set against sexual and gender freedom political demands in the context of LGBT Citizenship through the lens of the Brasil Sem Homofobia Program. This dissertation is grounded in Marxist categories on Human and Political Emancipation and intents on casting doubt on the sense and the meaning of both sexuality in general as well as the civil rights in our capitalist society. The performed analysis presumes that the substantial fight for sexual freedom is one in the field of human emancipation, which demands for learning about the relationship*

*between sexuality and capitalism in its specificity in order to understand how the oppression of LGBT minorities is expressed and materialized in this framework. Legal rights as an emancipatory project is therefore questioned through the understanding that these rights' foundations are based on the difference between that which is man's fundamental right – private property – and the citizen's rights – that is, formal-legal equality, discussed by Marx in his paper "On the Jewish Question". In order to illustrate how legal rights are limited in the construction of "LGBT citizenship" in capitalism, this paper uncurtains a panorama on LGBT social policies made effective in Brazil between the years 2004-2015. Therefore, the theoretical and social-political conditions around these social policies were studied through the analysis of the Plurennial Plan – concerning the Budgetary Law – in the years of Lula's presidency (2003-2007; 2008-2012) and in the years of Dilma's government (2012-2015); the Brasil sem Homofobia Program; the National Plan for the Promoting of LGBT Human Rights and Citizenship; the Special Human Rights Office administration's papers; and SIOF's budgetary data for their LGBT Human Rights activities.*

---

## **A Seguridade Social no Plano Beveridge: história e fundamentos que a conformam**

**Social Security on the Beveridge Plan:  
history and grounds that conformed**

Adalia Raissa Alves da Costa

**Curso:** Programa de Pós-Graduação em Política Social (Doutorado)

**Data da Defesa:** 22/02/2019

**Orientadora:** Maria Lucia Lopes da Silva

**Palavras-chave:** Plano Beveridge; seguridade social; proteção social; Welfare State.

**Keywords:** Beveridge Plan; social security; social protection; Welfare State.

A origem da seguridade social, assim como o seu significado na história, é abordada de forma diversa, em vista da abrangência de especificidades na qual esta se apresenta em cada região no mundo. O *Plano Beveridge de Seguridade Social*, inscrito no Relatório sobre Seguro Social e Serviços Afins, constituiu um dos pilares do *Welfare State*, e representou a

recomposição e reorganização de medidas de proteção social existentes na Grã-Bretanha dos anos 1940, como também incluía novas ações e auxílios que estavam direcionados para a consolidação, ampliação e uniformização de benefícios. Este plano, em vista de sua relevância histórica, principalmente no que se refere aos estudos sobre política social, configurou-se enquanto foco deste estudo. Definiu-se como o objeto de investigação desta dissertação de mestrado a seguridade social, expressa no *Plano Beveridge de Seguridade Social*, situada historicamente e realçada a partir dos fundamentos que a conformam. A investida se deu tendo como pressuposto que estudar o *Plano Beveridge* – ao considerar que este possibilitou um modelo de organização das políticas sociais que influenciou diversos países e documentos oficiais que tratam sobre seguridade social – e aproximar-se da literatura que trata de suas características, apresenta-se enquanto atividade profícua à compreensão da seguridade social enquanto singularidade histórica. Para a realização desta pesquisa trabalhou-se com uma revisão bibliográfica ampla, utilizando desde obras que resgatam os antecedentes históricos e as disputas de interesses que influenciaram a constituição do *Welfare State* até contribuições que tratam da crise do Estado de Bem-Estar Social e emergência do neoliberalismo. A partir do uso desses instrumentos, primeiramente, foi possível recuperar a importância dos antecedentes históricos das políticas sociais, que incluem as experiências de lutas de classe na Europa e as primeiras regulações da relação capital/trabalho, enquanto processos fundamentais à emergência da seguridade social enquanto sistema. Compreendeu-se o esgarçamento da questão social no período entreguerras e a crise do liberalismo enquanto as condições sociais a partir das quais o advento do *Plano Beveridge* se fez possível. Além disso, essa investigação permitiu compreender as correlações de força que influenciaram a Comissão Interministerial de Seguro Social e Serviços Afins, de forma a circunscrever a natureza da seguridade social que se concretizou enquanto produto dos trabalhos da Comissão, a qual foi marcada pelas disputas de interesse entre o Tesouro Britânico e William Beveridge. A partir do escrutínio da estrutura do relatório final, aventando aos seus objetivos, estrutura e propostas de alteração ao quadro vigente, pôde-se compreender a centralidade do trabalho na conformação do modelo de seguridade estudado, além de sua orientação a partir de uma concepção de solidariedade nacional. Por fim, a investigação se debruçou sobre a positiva recepção do *Plano Beveridge* no contexto pós-segunda guerra mundial, tendo influenciado diretamente a emergência do *Welfare State*, apesar das fragilidades estruturais do relatório final, como a adoção de um mínimo de subsistência e a concepção patriarcal de família que pressupunha. O cenário contemporâneo, produto do processo

de dilapidação das formas de proteção social, a partir da consolidação do neoliberalismo enquanto discurso hegemônico e flexibilização/precarização das condições de trabalho, é a última parada dessa jornada investigativa, sinalizando, no contexto brasileiro, para as ameaças recentes de desmonte da seguridade social.

*The origin of social security, as well as its meaning in history, is approached in different ways, due to the range of specificities in which it presents itself in every region in the world. The Beveridge Social Security Plan included in the Report on Social Security and Related Services consist in one of the pillars of the Welfare State, and represented the recomposing and reorganization of social protective measures existing in Great Britain in 1940, also includes new actions and assistance that were aimed to the consolidation, enlargement and benefits' standardizing. This plan, given its historical relevance, especially in regards of studies about social policy, was set up as the focus of this study. Social security was settled as the object of investigation of this master's dissertation, expressed on the Beveridge Plan of Social Security, historically situated and highlighted from the fundamentals that makes part of it. The decision was based on the assumption that studying the Beveridge Plan – considering that it enabled a model of organization of social policies that influenced several countries and official documents that deals with social security – and get close to the literature that deals with their characteristics, it presents itself as a productive activity to the understanding of social security as a historical singularity. In order to realize this research, a wide bibliographical review was used, using works that recover historical antecedents and the disputes of interests that influenced the constitution of the Welfare State, also contributions that deal with the crisis of the State of Social Welfare and emergence of neoliberalism. From the use of these instruments, firstly, it was possible to recover the importance of historical antecedents of social policies, which includes the experiences of class struggles in Europe and the first regulations of the capital/labor relation, as fundamental processes to the emergence of social security as a system. It was understood the distance of the social matter while the war's period and liberalism crisis while the social conditions from which the advent of the Beveridge Plan became possible. Besides that, this investigation made it possible to understand the force co-relations that influenced the Inter-ministerial Commission of Social Security and Related Services, in order to circumscribe the nature of social security that came out as a product of the Commission's work, which was marked by disputes of interest between the British Treasury and William Beveridge. By discussing the structure of the final report, proposing its goals, structure and proposed changes to the current framework, it was possible to understand the centrality of the work in the conformation of the security model studied, besides its orientation*

*from a conception of national solidarity. Finally, the investigation got to the positive reception of the Beveridge Plan in the post-World War II context, having directly influenced the emergence of the Welfare State, despite the structural weaknesses of the final report, such as the adoption of a minimum subsistence and the patriarchal conception of family that it is presupposed. The contemporary scenario, a product of a deconstructive process of ways of social protection, from the consolidation of neoliberalism as a hegemonic discourse and flexibilization/precarization of working conditions, is the last point of this research, highlighting, in the Brazilian context, to the recent threats of social security cuts.*

---

## **O direito humano à alimentação adequada e os alimentos orgânicos no Programa Nacional de Alimentação Escolar do Distrito Federal de 2009 a 2018**

**The human right to adequate food and the organic food in the Federal District School Nutrition Program between 2009 and 2018.**

Terena Peres de Castro

**Curso:** Programa de Pós-Graduação em Política Social (Doutorado)

**Data da defesa:** 08/03/2019

**Orientadora:** Silvia Cristina Yannoulas

**Palavras-chave:** política social; Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA); Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal (PAE-DF); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); alimentos orgânicos.

**Keywords:** social policy; Human Right to Adequate Food; Federal District School Nutrition Program (PAE-DF); National Program of School Nutrition (PNAE); organic food.

O presente estudo tem por objetivo compreender as razões pelas quais não foram adquiridos alimentos orgânicos da agricultura familiar pelo Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal (PAE-DF) no período de 2009 a 2018. Para isso utilizou-se enquanto método de análise a teoria crítica, e enquanto procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica dos temas

centrais ao estudo, a consulta a documentos de execução financeira do PAE-DF bem como à legislação que rege o programa tanto no nível local quanto nacional. Estabeleceu-se também uma interlocução estratégica com os principais agentes públicos que atuam no programa. A opção pela análise da presença de alimentos orgânicos se deve ao entendimento de que estes estabelecem correlações diretas com os princípios que orientam o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Características como a restrição ao uso de agrotóxicos, o estímulo à conservação da biodiversidade e o incentivo a relações de proximidade entre produtor e consumidor de alimentos são exemplos dessa correlação. A legislação que rege o programa também apresenta diretrizes norteadas pela noção de DHAA. Analisando os documentos e dados disponíveis, verificou-se que não houve registros formais de aquisição de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar pelo PAE-DF para o período analisado. No entanto, a interlocução que a pesquisa estabeleceu com os gestores públicos do PAE-DF permitiu identificar que em 2018, duas organizações de agricultores forneceram alimentos orgânicos para o programa; tais itens, contudo, foram adquiridos pelo preço de produtos convencionais. Tal situação reflete uma das razões apontadas pelos gestores públicos para que não ocorra a compra de produtos orgânicos para o programa, sob a alegação de que estes são muito caros. Contudo, pesquisas recentes mostram que alimentos orgânicos não são necessariamente mais caros, de maneira que seu preço final depende do meio através do qual ele está sendo comercializado, sendo que os maiores valores foram encontrados para aqueles comercializados em supermercados e os menores valores foram praticados a partir da venda direta em feiras e Grupos de Consumo Responsável (GCR). Ainda que o DF apresente um número significativo de feiras e GCR, estes instrumentos estão concentrados nas regiões centrais do DF, o que restringe o acesso a alimentos orgânicos apenas para quem reside nessas localidades, limitando essa possibilidade para quem reside nas Regiões Administrativas (RAs) mais periféricas. A produção de alimentos orgânicos por parte da agricultura familiar local ainda é incipiente. O uso de parte significativa das terras cultiváveis para a produção de *commodities* aliada ao fato de parte não menos significativa das terras agrícolas serem improdutivas, contribui para um potencial cenário de insegurança alimentar no DF. Medidas como incentivo à produção orgânica por meio de auxílios financeiros e de assistência técnica dos órgãos competentes, bem como redistribuição de terras no DF visando a agricultura familiar podem contribuir para a garantia do DHAA tanto para os estudantes de escolas públicas por meio do PAE quanto para a população do DF.

*This research aims to understand the reasons why organic products of family farmers were not acquired by the Federal District School Nutrition*

*Program (PAE-DF) between 2009 and 2018. The methods of analysis used was the critical theory; as methodology, a bibliographic research of de main themes to the study was used, as well as a consultation of the PAE-DF financial execution documents, the rules that oriented the program at the local and national level. A strategic dialogue was established with the main public agents that work in the program as well. The option of analyzing the presence of organic foods it is due to the understanding that they establish direct correlations with the principles guiding the human right to adequate food. Characteristics such as the restriction to the use of pesticides, the promotion of biodiversity conservation and the encouragement of proximity relations between producer and consumer of food are examples of this correlation. The legislation that rules the program also presents guidelines oriented by the notion of human right to adequate food. Analyzing available documents and data, it was verified that there were no formal records of organic food purchases from family farmers by PAE-DF for the analyzed period. However, the dialogue that the research established with the public managers of PAE-DF allowed to identify that in 2018 two producers organizations provided organic food for the program; nonetheless this products were acquired at the price of conventional products. This situation indicate one of the reasons pointed out by the public agents for not buying organic products for the program, under the allegation that they are very expensive. However recent research shows that organic products are not necessarily more expensive, so that their final price depends on the instrument through which it is being commercialized. The highest values were found for those distributed in supermarkets and the lowest values were practiced in direct sales such as free fairs and Responsible Consumption Groups (GCR). Although DF has significant number of free fairs and GCR, these instruments are concentrated in the central region of the district, which restricts access to organic food only for those residing in these areas, limiting this possibility for those residing in the Administrative Regions (RAs) that are more peripheral. The production of organic food by the local family farmers is still incipient. The use of a significant portion of productive land for commodity production allied with the fact that no less significant part of agricultural land is unproductive, contributes to a potential food insecurity scenario in DF. Measures such as the encouragement of organic production through financial and technical assistance from the competent agencies, as well as redistribution of land in DF aiming the family farmers can contribute to the guarantee of the DHAA for both public school students through PAE and for the population of DF.*

---

# Relações entre escolarização, pobreza e posições de classe no campo brasileiro e suas implicações para as políticas educacionais

Relations between schooling, poverty and class positions  
in the Brazilian rural areas and their implications  
for educational policies

Robson dos Santos

**Curso:** Programa de Pós-Graduação em Política Social (Doutorado)

**Data da defesa:** 11/03/2019

**Orientadora:** Silvia Cristina Yannoulas

**Palavras-chave:** escolarização; pobreza; posições de classe; rural; educação do campo.

**Keywords:** schooling; poverty; class positions; rural; rural education.

O objetivo do estudo foi analisar as relações entre escolarização, pobreza e posições de classe no campo brasileiro e as implicações dessa dinâmica às Políticas Educacionais. Inicialmente, o trabalho caracterizou os aspectos demográficos, socioeconômicos e de escolarização entre as populações do campo nas décadas recentes, buscando apontar como eles podem ser compreendidos a partir dos debates sobre a “questão agrária” e o “novo rural”. Na sequência, retomou as teorias sobre os “efeitos” atribuídos à escolarização, com base na Economia e na Sociologia da Educação, ressaltando como elas precisam ser reconsideradas à luz das particularidades sociais do rural. Utilizou critérios de rendimento como aproximação à “situação de pobreza” e propôs uma tipologia de “posições de classe” para o campo. A partir disso, foram utilizados modelos de regressão linear e logística com a finalidade de verificar as associações entre escolaridade e as referidas dimensões em dois períodos: 2005 e 2015. Analisou a incorporação do paradigma da Educação do Campo pelas Políticas Educacionais, a partir do final da década de 1990, e as funções transformadoras que ele atribui a escolarização. Os resultados gerais da pesquisa apontam que: *i)* ocorreu uma ampliação moderada da escolaridade das populações residentes no campo; *ii)* existe correlação positiva fraca entre renda e escolaridade nas áreas rurais, de modo que não é possível concluir pela escolarização como responsável principal pela redução da pobreza; *iii)* as associações entre escolaridade e “posições de classe” são

significativas e pouco se alteraram no período, sendo a variável sexo a que apresentou os maiores coeficientes; iv) a concepção de Educação do Campo adquiriu importância nos marcos legais e nas políticas públicas nas últimas duas décadas, tendo o conceito de “diversidade” como referência; v) na área de Políticas Sociais são escassos os estudos sobre as populações do campo em geral e sobre a educação delas em particular, de modo que é preciso ampliar os referenciais empíricos e teóricos para a compreensão do rural na contemporaneidade.

*The aim of this study was to analyze the relations between schooling, poverty and class positions in the Brazilian rural areas and its implications for educational policies. First, the study characterized demographic, socioeconomic and schooling characteristics of the rural population in recent years. This was made at framework given by “agrarian issues” and the concept of the “new rural” debates. Then it analyzed theories about schooling “effects” from Economy and Sociology of Education and how they must consider social particularities of the rural. The study uses an income criterion as a proxy to “poverty conditions”. It also suggests a “class positions” typology to the countryside. Linear and logistic regression models were used to verify the association between schooling and those two dimensions: “poverty conditions” and “class positions”. It was conducted by year: 2005 and 2015. Finally, the adoption of the “Rural Education” paradigm by federal educational policies since the 1990s is examined, particularly the transformative role it ascribes to education. The main results of the study suggest that: i) the educational levels of rural populations have increased; ii) there is a weak positive correlation between income and schooling, which doesn’t allow us to conclude that schooling is the main factor do poverty reduction; iii) the association between schooling and “class positions” is positive and it showed little variation; the gender variable presented the higher coefficients; iv) the “Rural Education” concept has become important legal norms and public policies during the last two decades; it has firmed using the “diversity” concept; v) in the field of Social Policy field there are few studies about rural populations in general and their educational processes in particular. It is necessary to expand empirical and theoretical references in order to comprehend the countryside in the contemporaneity.*

---

# SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

---

## Consultores Ad Hoc

Adir Valdemar Garcia – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Departamento de Estudos Especializados em Educação

Adriana Moreira Amado – Universidade de Brasília (UnB) – Departamento de Economia

Adriana Freire Pereira Ferriz – Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Instituto de Psicologia

Albamaría Paulino de Campos Abigailil – Universidade de Brasília (UnB) – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS)

Alessandra Ximenes da Silva – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Departamento de Serviço Social

Berenice Rojas Couto – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) – Escola de Humanidades

Claudia Monica dos Santos – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – Faculdade de Serviço Social

Daniela Freddo – Universidade de Brasília (UnB) – Departamento de Economia

Daniela Neves de Souza – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Departamento de Serviço Social

Denise Bomtempo Birche de Carvalho – Universidade de Brasília (UnB) – Departamento de Serviço Social

Gissele Carraro – Pontifícia Universidade Católica de do Rio Grande do Sul (PUC/RS) – Escola de Humanidades

Ismália Afonso da Silva – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Jucileide Ferreira do Nascimento – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) – Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL)

Juliana Iglesias Melim – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Departamento de Serviço Social

Jurilza Maria Barros de Mendonça – Universidade de Brasília (UnB) – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPoS)

Lucélia de Moraes Braga Bassalo – Universidade do Estado do Pará (UEPA) – Departamento de Filosofia e Ciências Sociais

Maria Lúcia Teixeira Garcia – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Departamento de Serviço Social

Mariléia Goin – Universidade de Brasília (UnB) – Departamento de Serviço Social

Marlene de Jesus da Silva Santos – Universidade de Brasília (UnB) – Departamento de Serviço Social

Michelly Ferreira Monteiro Elias – Universidade de Brasília (UnB) – Departamento de Serviço Social

Miriam de Souza Leão Albuquerque – Universidade de Brasília (UnB) – Departamento de Serviço Social

Rafaela Cyrino Peralva Dias – Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Instituto de Ciências Sociais

Raphael Lana Seabra – Universidade de Brasília (UnB) – Departamentos de Estudos Latino-Americanos

Reginaldo Guiraldelli – Universidade de Brasília (UnB) – Departamento de Serviço Social

Renato Francisco dos Santos Paula – Universidade Federal de Goiás (UFG) – Departamento de Serviço Social

Robert Paula Gouveia – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Rosa Helena Stein – Universidade de Brasília (UnB) – Departamento de Serviço Social

Robson dos Santos – Universidade Federal de Goiás (UFG) – Faculdade de Ciências Sociais

Savanna Diniz Gomes Melo – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Faculdade de Educação

Sandra Oliveira Teixeira – Universidade de Brasília (UnB) – Departamento de Serviço Social

Silvana Aparecida Souza – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UniOeste – Campus Foz do Iguaçu – Centro de Educação, Letras e Saúde

Tatiana Brettas Waehneltdt – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Escola de Serviço Social da UFRJ

Wivian Weller – Universidade de Brasília (UnB) – Faculdade de Educação